

**A importância dos média e da língua de acolhimento na integração  
de imigrantes**

**Estudos de caso: a comunidade nepalesa de Portugal e a comunidade  
portuguesa em Macau**

**Inês Gonçalves de Gião Miradouro Branco**

**Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação**

**Junho, 2015**



**A importância dos média e da língua de acolhimento na integração  
de imigrantes**

**Estudos de caso: a comunidade nepalesa de Portugal e a comunidade  
portuguesa em Macau**

**Inês Gonçalves de Gião Miradouro Branco**

**Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação**

**Junho, 2015**



## DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.

O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, de                      de 2015

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

---

Lisboa, de                      de 2015



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação, realizada sob a orientação científica de Maria Cristina Mendes da Ponte.

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a referência  
SFRH/BD/65697/2009



## Agradecimentos

Agradeço à comunidade portuguesa de Macau e a todos os membros que aceitaram participar nesta investigação e que me facultaram contactos; à comunidade nepalesa residente em Portugal e a todos os entrevistados; à Non Resident Nepalese Association, pela disponibilização do espaço para realização de entrevistas e pelas informações prestadas; à minha orientadora de doutoramento, Cristina Ponte, pela preciosa orientação, mesmo com as mudanças de percurso ao longo deste período; à Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela bolsa sem a qual não teria sido possível realizar esta investigação; à minha orientadora de mestrado em Língua e Cultura Portuguesa, Maria José Grosso, por me ter recebido na Universidade de Macau e por todo o apoio durante a minha estadia no território; ao meu orientador de mestrado em Jornalismo, António Granado, pela motivação para a realização do doutoramento e pela carta de recomendação; e à minha família e amigos, que me acompanharam.



## **Resumo:**

Esta pesquisa foca-se na comunidade imigrante portuguesa em Macau e na comunidade imigrante nepalesa em Portugal. Analisa os usos dos média – étnicos, *mainstream* e transnacionais - por imigrantes durante o processo de integração: na manutenção de laços com o país de origem e na adaptação à sociedade de acolhimento, em que a língua de acolhimento assume um papel crucial.

A investigação enquadra-se nos estudos de audiências e baseia-se na teoria dos Usos e Gratificações dos Média (Katz, Blumler, & Gurevitch, 1974). No que respeita à integração assenta no modelo de estratégias de aculturação de Berry & Sam (2001, 2006). Quanto à língua, assenta na teoria do poder e da prática de Bourdieu (1991), especificamente na parte relativa ao poder simbólico da língua.

Quanto à metodologia, foram realizadas oito entrevistas em profundidade na comunidade nepalesa e 29 entrevistas na comunidade portuguesa. A amostra foi de conveniência e teoricamente sustentada. A seguir às entrevistas, foi feita uma análise de conteúdo individual e transversal.

Esta tese pretende contribuir para o enriquecimento de linhas de investigação sobre audiências activas dos média. Poderá servir de fonte de informação para políticas relacionadas com a integração de imigrantes, nomeadamente, para reformulação de políticas relacionadas com os média e com a língua de acolhimento. No caso de empresas de comunicação, a informação obtida poderá ser útil para adaptarem melhor os seus conteúdos a este público específico.



**Abstract:**

The research focuses on Portuguese community living in Macao and on Nepalese immigrant community living in Portugal. It analyses the uses of media – ethnical, mainstream and transnational – by immigrants, during the integration process: to preserve the links with their home country and in the adaptation into the new society, in which the host language assumes a crucial role.

Theoretically, the research is based on the model of Uses and Gratifications of media (Katz & Blumler, 1974), on Berry's model of Acculturation Strategies (Berry & Sam, 2006) and on Bourdieu's Theory of Power and Practice (Bourdieu, 1991), specifically in what concerns Language as a Symbolic Power.

The methodology relied on eight in-depth interviews in the Nepalese community and on 29 interviews in the Portuguese community. After the interviews, we did a content analysis, individually and transversally.

This thesis aims to contribute for the enrichment of lines of research on active audiences studies. This thesis can help as a source of information to immigrants integration policies. For instance, in the reformulation of policies related to media and host language. For media companies, they may use this information to better adapt their contents to this specific target.



## ÍNDICE

Introdução .....	1
Parte I – Contextualização e enquadramento teórico.....	5
Capítulo 1 – Nepaleses em Portugal e portugueses em Macau.....	7
O contexto migratório em Portugal.....	8
Imigrantes nepaleses no mundo e em Portugal.....	20
Imigrantes portugueses em Macau .....	40
Síntese.....	57
Capítulo 2 – A integração de imigrantes nas sociedades multiculturais.....	58
A importância do reconhecimento para a coesão das sociedades multiculturais .....	58
A (re)construção identitária dos imigrantes e a integração na sociedade de acolhimento .....	65
A importância da Língua na integração.....	72
Síntese.....	75
Capítulo 3 – Os média e as minorias .....	78
Os média e as minorias na Europa.....	78
Minorias enquanto objectos de representação nos média .....	84
Minorias enquanto audiências activas dos média étnicos .....	87
Minorias enquanto audiências activas dos média <i>mainstream</i> .....	90
Minorias enquanto audiências activas dos média transnacionais .....	95
Síntese.....	97
Parte II – Orientações metodológicas e análise de resultados .....	100
Capítulo 4 – Orientações metodológicas .....	102
A observação participante .....	104
A entrevista.....	105
Análise de conteúdo .....	107
Abordagens a cada uma das comunidades em foco .....	109
Capítulo 5 – Análise de resultados.....	124
1. Percurso migratório.....	125

2. Integração e (re)construção identitária-----	129
3. Usos dos média-----	178
Conclusões -----	187
Bibliografia-----	206

Anexo 1 (em DVD): transcrição das entrevistas na comunidade nepalesa de Portugal

Anexo 2 (em DVD): transcrição das entrevistas na comunidade portuguesa de Macau

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Cronograma da investigação-----	2
Figura 2. Mapa do Nepal -----	21
Figura 3. Portas do Cerco, Macau-----	41
Figura 4. Estratégias de aculturação-----	70

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Evolução das principais comunidades asiáticas em Portugal 2006/2013 -----	39
Quadro 2. Evolução da População residente em Macau, 1991-2011 -----	56
Quadro 3. Comunidade portuguesa de Macau: distribuição por sexo e idade, em 2011 -----	57
Quadro 4. Relações entre média, imigração, identidade e língua-----	102
Quadro 5. Síntese dos métodos utilizados-----	109
Quadro 6. Constituição da amostra na comunidade nepalesa -----	120
Quadro 7. Constituição da amostra na comunidade portuguesa -----	121
Quadro 8. Resultados-----	124
Quadro 9. Usos dos média por tipo de média na comunidade nepalesa-----	183
Quadro 10. Usos dos média por tipo de média na comunidade portuguesa -----	185
Quadro 11. Pontos comuns-----	202

## INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objectivo contribuir para o conhecimento do processo de integração de imigrantes. Pretendemos saber como é feita a (re)construção identitária colectiva e individual, os usos dos média e a importância da língua de acolhimento.

Trata-se de uma investigação interdisciplinar, em que se cruzam três temas: média, imigração e língua. Nos primeiros esboços do plano de investigação, intersectámos duas áreas: média e imigração. A introdução do tema língua decorre da actividade profissional exercida neste campo durante parte do período de realização da tese – ensino de Português a estrangeiros - embora a principal fonte de inspiração tenham sido as linhas de estudos que conjugam as três áreas, com destaque para o trabalho de Elias & Lemish (2006, 2008, 2010 e 2011). Com o estabelecimento de conexões entre as três disciplinas, pensamos acompanhar a pluralidade de perspectivas que compõem a realidade destas comunidades e das sociedades que as envolvem.

Os motivos que levaram à escolha das duas comunidades em foco têm em comum a proximidade da investigadora a cada uma delas. Relativamente à comunidade nepalesa, foi resultado do ensino de Português a imigrantes nepaleses. Quanto à comunidade portuguesa, deveu-se à colaboração com o departamento de língua portuguesa da Universidade de Macau, o que implicou uma estadia de três meses na região. Durante este período pudemos observar as transformações que a comunidade tem vindo a experimentar nos últimos anos, que reflectem a conjuntura que se vive em Portugal e, em geral, na Europa.

Os estudos realizados nas comunidades foram faseados e aconteceram em momentos diferentes. Na comunidade nepalesa adquiriu um carácter exploratório, foi uma primeira abordagem, mais restrita, ao tipo de investigação que pretendíamos realizar. Revelou-se útil como teste à metodologia e na delimitação dos temas e categorias de análise. Mantivemo-lo nesta tese por várias razões. Primeiro, por não existir em Portugal (ou não existia até ao momento em que iniciámos a investigação) qualquer estudo que se tenha debruçado sobre esta comunidade.

Segundo, porque pertence a um conjunto de comunidades - as de origem no sudeste asiático - que, em comparação com outras já mais estabelecidas, escolheu há menos tempo

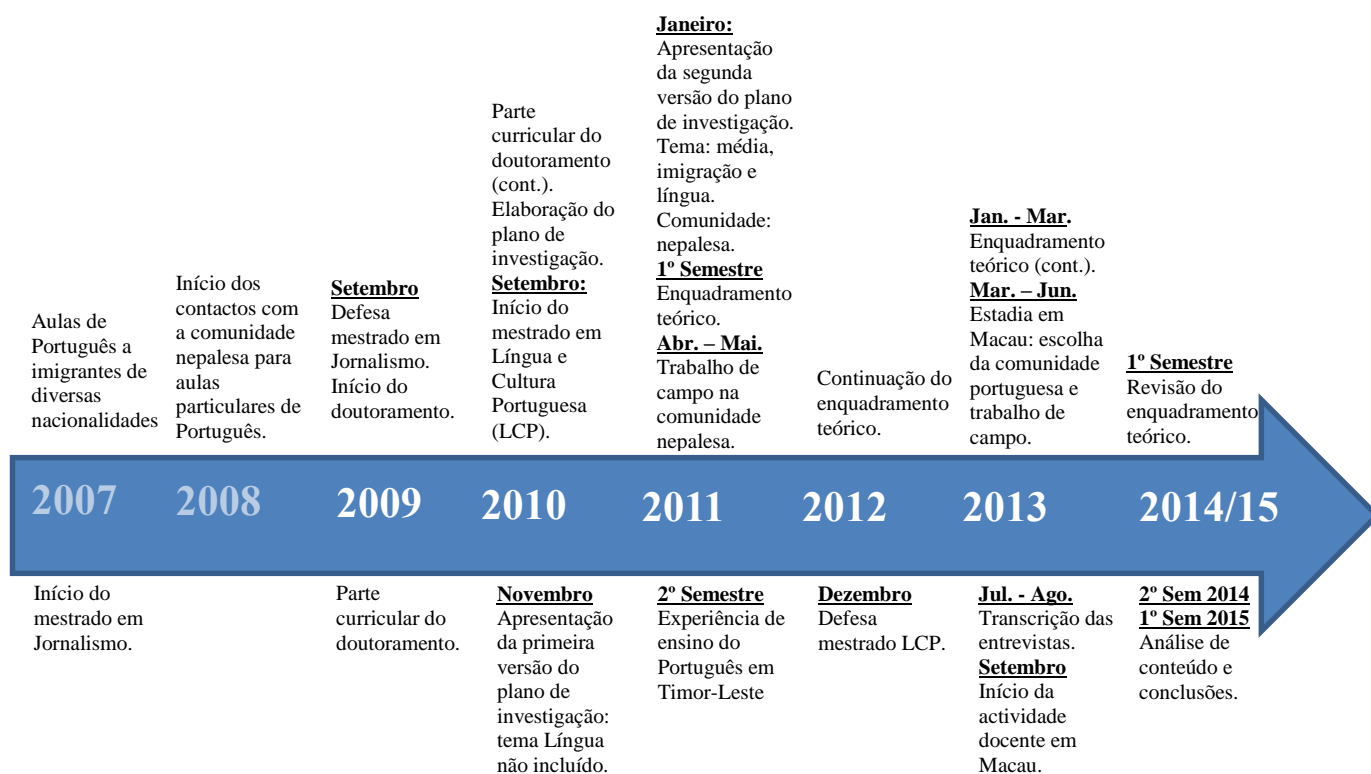
Portugal como destino de emigração. Não têm existido igualmente investigações na área dos média que se debruçam sobre elas.

Terceiro, por ser uma comunidade que está a crescer, ao contrário da tendência geral da imigração no país, o que faz prever uma crescente importância em Portugal.

Por último, porque permite fazer uma comparação com os resultados obtidos na outra comunidade em análise, que pertence a outra diáspora e se insere noutra região. Anulando estes dois factores, origem e contexto de acolhimento, o que obtivermos de comparável entre as duas, terá potencial para ser generalizável a outras comunidades imigrantes.

Na figura 1, apresentamos o nosso cronograma.

**Figura 1. Cronograma da investigação**



O interesse pela comunidade portuguesa de Macau acompanha a mudança de paradigma que se sucedeu à crise económica portuguesa iniciada sensivelmente em 2008. Ao realizarmos uma pesquisa durante vários anos, é inevitável que as circunstâncias envolventes se alterem. Quando iniciámos a investigação estávamos em 2010, Portugal estava em crise há

cerca de dois anos. Desde então, o pendor do saldo migratório português sofreu variações substanciais, tendo os fluxos imigratórios diminuído e os fluxos emigratórios aumentado. Não perdendo o interesse pelo tema imigração, optámos por realizar uma segunda investigação numa comunidade com origem em Portugal, tendo como destino o sudeste asiático – Macau.

Também ela uma comunidade pequena, a sua presença na região foi marcada na história recente por dois acontecimentos. Um, o retorno do território à China, em 1999. E outro, no país de origem, a crise económica em Portugal. Estes dois marcos reflectiram-se de forma indelével na comunidade: na sua dimensão, na sua estrutura e na sua identidade. Como se tem reconstruído a comunidade nestes últimos 15 anos?

Esta tese divide-se em duas partes.

A primeira parte é dedicada à contextualização e ao enquadramento teórico.

No primeiro capítulo damos uma visão do panorama migratório em Portugal. Apresentamos os fluxos imigratórios e a comunidade nepalesa e os fluxos emigratórios e a comunidade portuguesa de Macau.

No segundo capítulo o objectivo é enquadrar teoricamente os conceitos de *integração* e de *identidade*. As questões relativas à integração das comunidades imigrantes nas sociedades de acolhimento são relativamente recentes. Surgiram apenas nas últimas três décadas do século XX. Até aí as comunidades eram assimiladas. Este capítulo começa por dar uma perspectiva de como se chegou às *sociedades pluriculturais* de hoje, evidenciando o *reconhecimento* como essencial a uma sociedade coesa.

De seguida, focamos a *construção identitária* dos imigrantes, na qual o sentimento de *pertença* a duas culturas, a de origem e a de destino, é crucial. Apresentamos o modelo de estratégias de aculturação de Berry & Sam (2001, 2006), para sustentar o que se entende por *integração* nesta tese.

Por último, enfatizamos a importância da língua, ou do conhecimento da língua de acolhimento, no processo de integração dos imigrantes. Seguimos a *teoria da prática* de Bourdieu (1991), em que o autor clareia a importância da *língua* como uma forma de poder simbólico. Para os imigrantes, a língua de acolhimento pode ou não ser um facilitador na integração, consoante a saibam ou não falar. Saber falar a língua de acolhimento é possuir um capital de distinção, que permite aos imigrantes prosperar na sociedade de acolhimento.

No terceiro capítulo, o objectivo é enquadrar a presente investigação no âmbito dos estudos dos média que têm como objecto as minorias. Dividimos os estudos em dois tipos: estudos sobre minorias enquanto objecto de representação mediática e estudos sobre minorias enquanto audiências activas dos média. O nosso estudo segue esta segunda linha e adopta a perspectiva da teoria dos Usos e Gratificações (Katz, Blumler, & Gurevitch, 1974). Esta teoria tem servido de base a estudos etnográficos sobre as audiências (Elias, 2011; Elias & Lemish, 2006, 2008, 2011 e Burrell & Anderson, 2008) e leva em conta os contextos sociais do uso dos média e as diferentes motivações para o uso de diferentes média e de diferentes conteúdos.

Na segunda parte da tese apresentamos as nossas orientações metodológicas, no quarto capítulo, e os resultados para cada uma das comunidades, no quinto.

Nas conclusões tecemos as nossas considerações sobre os resultados da investigação e comparamos as duas comunidades. A vantagem de realizar um estudo em dois contextos diferentes é conseguir perceber que pontos são comuns aos dois e que se podem generalizar, exactamente por anularem as conclusões específicas de um ou outro contexto (Elias & Lemish, 2006).

Ressaltamos, por fim, que esta investigação, pelas opções metodológicas tomadas, não pretende ser representativa de cada uma das comunidades. O propósito desta tese é fornecer uma perspectiva da relação triangular entre língua, média e migração, sustentada numa análise qualitativa, e contribuir para o desenvolvimento do conhecimento nestas linhas de investigação.

## **PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



## Capítulo 1 – Nepaleses em Portugal e portugueses em Macau

O fenómeno migratório é um dos principais assuntos da agenda mundial no início do século XXI. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM)<sup>1</sup>, existem mais pessoas em movimento hoje do que em qualquer outro período da história da humanidade.

As tendências de carácter global por detrás do mundo em movimento que temos hoje, e que têm um impacto directo na *migração* e na gestão desta, são: questões de demografia; disparidades económicas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, derivadas da liberalização do comércio, com a conseqüente necessidade de uma força laboral com mais mobilidade; redes de comunicação que ligam todas as partes do globo; e migrações transnacionais. O movimento de pessoas, segundo a OIM, está e vai tornar-se cada vez mais significativo, como resultado destas tendências.

Com os modernos meios de transportes e telecomunicações que existem actualmente, mais pessoas procuram uma possibilidade de migrar. Especialmente através das imagens fornecidas pelos média audiovisuais (televisão, cinema e Internet, sobretudo), os mais pobres e desfavorecidos podem ver o abismo, em termos de condições de vida, que os separa dos países ricos, sendo natural que queiram partilhar essa riqueza e esse bem-estar.

Com a globalização económica e a proliferação do comércio internacional, existe também uma maior exigência de mobilidade em termos profissionais. O desafio de todos os países é saber como regular e gerir estes movimentos migratórios massivos. A OIM estima que existam, actualmente, 214 milhões de migrantes no mundo<sup>2</sup>, sendo que este número representa 3,1 por cento da população mundial. O número de migrantes espalhados pelo mundo formaria o quinto país mais populoso. As mulheres representam 49 por cento do número global de migrantes (OIM, 2014).

Portugal, no quadro da União Europeia, é tanto país de destino como país de origem de migrações internacionais.

“O resultado da coexistência das duas dinâmicas, de emigração e de imigração, que se iniciou nos anos 1980, tem variado. O saldo foi favorável à imigração nos últimos 25 anos do século XX, tendo provavelmente mudado em favor da emigração

---

<sup>1</sup> <http://www.iom.int/cms/home>

<sup>2</sup> [http://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/infographics/iom\\_infographics.jpg](http://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/infographics/iom_infographics.jpg)

durante a década em curso [primeira do século XXI].” (Pires, Machado, Peixoto, & Vaz, 2010, p. 15)

Até aos anos 1970 dominavam os fluxos emigratórios, mas a partir de 1974, com a descolonização, o país passou a receber também imigrantes, cujas características foram mudando ao longo das décadas seguintes. Com a crise financeira que se fez sentir no país desde 2008, os fluxos voltaram a inverter-se e os portugueses começaram novamente a sair do país. Além de o peso dos fluxos na balança migratória se ter invertido, o número de emigrantes, ou seja de pessoas que nasceram em Portugal e que vivem no estrangeiro há mais de um ano, é claramente superior ao de imigrantes, com mais de dois milhões a viver fora do país contra menos de meio milhão de estrangeiros a residir em Portugal.

Neste capítulo apresentamos a evolução dos fenómenos migratórios em Portugal, de imigração e de emigração, e fazemos uma caracterização das comunidades em foco: a de nepaleses em Portugal e a de portugueses em Macau. No caso da comunidade nepalesa, fazemos primeiro uma caracterização do país de origem, em várias dimensões. Depois, recorrendo a Nath (2006, 2009, 2010), a Alvord (2011) e a Subba (2008), apresentamos alguns estudos que têm sido realizados sobre a diáspora nepalesa em diferentes localizações e que usamos como referência. Por fim, descrevemos a evolução da comunidade nepalesa de Portugal, recorrendo aos dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

No caso da comunidade portuguesa, fazemos uma descrição do contexto de acolhimento, ou seja, de Macau, e depois apresentamos a comunidade, recorrendo aos dados do Observatório da Emigração português.

## **O contexto migratório em Portugal**

### **A imigração em Portugal**

De acordo com a OCDE (2011), dados exactos sobre os fluxos migratórios em Portugal são difíceis de obter, porque as fontes disponíveis misturam diferentes situações, tais como novas entradas e alterações no tipo de visto dos estrangeiros. Como tal, torna-se difícil registar a real expressão da imigração, especialmente da entrada de cidadãos da União Europeia.

Por outro lado, há estrangeiros naturais de Portugal que nunca imigraram. Nesta situação incluem-se uma larga parte dos nascidos em Portugal filhos de pais, ambos estrangeiros, sendo o princípio do *ius soli*, que estabelece como critério originário de atribuição de nacionalidade o território onde nasceu o indivíduo, só aplicável, de acordo com a legislação em vigor, mediante certas circunstâncias. A alteração à Lei da Nacionalidade Portuguesa introduzida pela Lei Orgânica nº 2/2006, de 17 de Abril, veio reforçar este princípio como critério de atribuição e aquisição da nacionalidade. Todavia, o sistema continua a privilegiar o *ius sanguini* ou direito de sangue. Na aquisição originária por filiação não há praticamente outros requisitos, enquanto para o *ius soli* há normalmente a regra da legalidade dos pais.

Na leitura da informação relativa a dados sobre imigração há que considerar que as fontes estatísticas e os conceitos envolvidos fazem com que a contagem do número de imigrantes existentes em Portugal não seja rigorosa. As recomendações internacionais das Nações Unidas e mais recentemente da União Europeia (UE) apontam como critério de definição do que é considerado imigrante a mudança de residência para um outro país por um período superior a um ano. Por exemplo, a recomendação da UE adoptada no Regulamento nº 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007, relativa às estatísticas comunitárias sobre migração e protecção internacional, define *imigração* como “a acção pela qual um indivíduo que residia habitualmente num Estado-Membro ou num país terceiro estabelece a sua residência habitual no território de outro Estado-Membro por um período cuja duração real ou prevista é, no mínimo, de doze meses” (Faustino, Peixoto, & Baptista, 2009).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)<sup>3</sup>, a nacionalidade e o local de nascimento são os dois critérios mais comumente utilizados pelos países para definir a população imigrante. A população nascida no estrangeiro abrange todas as pessoas que alguma vez migraram do país onde nasceram para o país onde residem. A população estrangeira é constituída por pessoas que ainda têm a nacionalidade do seu país de origem ou de origem dos seus pais e pode incluir pessoas nascidas no país de acolhimento.

As diferenças existentes entre os países quanto ao tamanho da população nascida no estrangeiro e quanto à população estrangeira dependem das regras que regem a aquisição da cidadania em cada país. Em alguns países, as crianças nascidas no país automaticamente

---

<sup>3</sup> OCDE – Organization for Economic Co-operation and Development ([www.oecd.org](http://www.oecd.org))

adquirem a cidadania desse país, dando expressão ao *ius solis* ou direito de solo. Noutros países, as crianças retêm a nacionalidade dos seus pais quando nascem, mas recebem a nacionalidade do país de acolhimento quando atingem a maioridade.

A facilidade com que os imigrantes conseguem ou não adquirir a cidadania do país de acolhimento explica parte das discrepâncias na “contabilidade” entre países. De uma forma genérica, o critério dos nascimentos no estrangeiro fornece percentagens de população imigrante substancialmente mais elevadas do que a definição baseada na nacionalidade. Isto tem que ver com o facto de muitas pessoas nascidas no estrangeiro adquirirem a nacionalidade do país de acolhimento e deixarem de aparecer como estrangeiros nas estatísticas. O local de nascimento, todavia, não muda, excepto se houver alterações nas fronteiras. Por isto, a OCDE considera como população imigrante as pessoas residentes num país, mas nascidas noutra e a definição baseada na nacionalidade apenas um reflexo de uma visão legal da imigração

Todos estes factores fazem crer que existam divergências entre os valores reais e os constantes nos dados oficiais. Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), utilizados neste trabalho, contam como imigrantes apenas aqueles cidadãos detentores de título de residência e os estrangeiros a quem foi prorrogada a permanência de longa duração, com vistos de estada temporária (SEF, 2014, p. 14)<sup>4</sup>. Só estes são considerados residentes; todos aqueles que ainda não tenham a autorização de residência (AR) ou que, por outro lado, já tenham adquirido a nacionalidade, não constam nas estatísticas.

A história recente da imigração em Portugal começa na década de setenta. Até então, era um país, essencialmente, de emigração. Devido à saída de cidadãos nacionais, nomeadamente com destino à Europa e às então províncias ultramarinas, os fluxos migratórios em Portugal registavam um saldo claramente negativo. Este fenómeno alterou-se profundamente com a revolução de 25 de Abril de 1974 e com a subsequente independência dos actuais países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Segundo Baganha (2005, p. 31), o fim do império colonial português provocou o retorno a Portugal de meio milhão de nacionais, dos quais 59 por cento tinham nascido na metrópole. Os restantes incluíam os seus descendentes, bem como pessoas de naturalidade e ancestralidade africana de nacionalidade portuguesa. O Decreto-lei nº 308-A/75, de 24 de Julho, ao retirar a nacionalidade portuguesa a uma parte substancial destes portugueses, criou

---

<sup>4</sup> Relatório sobre Imigração, Fronteiras e Asilo de 2013

retroactivamente uma comunidade “imigrante”, de ancestralidade africana, que foi crescendo devido a um processo de reunificação familiar. Em 1981 existiam 27 mil nacionais dos PALOP, que representavam 43 por cento da população estrangeira legalmente residente em território nacional.

Com o surgimento da Lei da Nacionalidade de 1981, definiram-se as condições de acesso à nacionalidade portuguesa, onde foram incluídos os cidadãos oriundos daqueles territórios. O caso mais significativo ocorreu com a comunidade cabo-verdiana residente, a qual continua a ocupar uma posição de destaque entre as comunidades estrangeiras em Portugal (SEF, 2014, p. 12).

Em 1986, com a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (CEE) e com os investimentos em construção de infra-estruturas que desde então se verificaram, as oportunidades de trabalho indiferenciado fizeram crescer o mercado de emprego. Estas oportunidades vieram atrair um número crescente de familiares e conterrâneos africanos que tinham permanecido nos seus países após a independência. Como o meio de entrada legal mais expedito e eficaz era o recurso aos vistos de curta duração, isto fez com que um número crescente de imigrantes dos PALOP sem autorizações de residência se radicasse em território nacional, em especial na área metropolitana de Lisboa. Ou seja, formou-se uma bolsa de clandestinos que, desde meados dos anos oitenta, cresceu ininterruptamente e cuja presença era tanto do conhecimento público como das autoridades competentes (Baganha, 2005, p. 31).

Apesar desse conhecimento, não houve, até ao início dos anos noventa, qualquer iniciativa legislativa para regular o fluxo migratório ou a presença crescente de imigrantes em Portugal. Só em 1992, com a adesão ao acordo de Schengen, o então ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, lançou um processo de Regulação Extraordinária (Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro), que incluía medidas de discriminação positiva em relação aos nacionais de países de língua oficial portuguesa. O objectivo político era limitar a entrada de mais imigrantes até que as comunidades que já existiam no país estivessem integradas. Contudo, nada de substancial foi alterado na concessão de vistos de curta duração (Baganha, 2005, p. 32). Segundo o SEF (2010, p. 18), este processo permitiu a concessão de um título provisório pelo período de um ano e veio a traduzir-se na emissão de títulos de residência, nos termos da lei geral, nos anos de 1993 e 1994, dando origem a um crescimento da população estrangeira, que passou de uma média anual de cerca de 5 por cento, para 8 e 10 por cento, respectivamente. Ou seja, os imigrantes continuaram a entrar, tal

como tinha acontecido na década de oitenta, só que agora em maior número (Baganha, 2005, p. 32).

Os anos noventa caracterizam-se pela consolidação e crescimento da população estrangeira residente, com destaque para as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa, do Brasil, que estava a braços com uma crise económica que vinha já dos anos oitenta, e dos países de Leste, pois com a entrada em vigor, em Março de 1995, da Convenção da Aplicação de Schengen, deixou de ser necessária a consulta prévia para a concessão de visto aos nacionais da Rússia, Ucrânia, Roménia e outros países do Leste europeu.

Em 1996 dá-se uma nova Regularização Extraordinária (Lei n.º 17/96, de 24 de Maio, que permitiu a emissão de um título provisório anual, renovado pelo período de três anos) que produziu os seus efeitos nos anos de 1999 e 2000, com um aumento da população estrangeira residente entre os 7 e 8 por cento, por via da emissão de títulos de residência (SEF, 2010, p. 18). Dos 35 mil processos recebidos, 90 por cento deram origem à emissão de um título de residência, o que fez reduzir drasticamente o número de ilegais (Baganha, 2005, p. 33). Este período, segunda metade da década de noventa, coincidiu também com a construção da Expo 98, da ponte Vasco da Gama, da auto-estrada do Sul, o que exigiu uma disponibilidade de mão-de-obra significativa, que Portugal não dispunha e que a imigração veio resolver.

Em 2001, a alteração da lei de estrangeiros (Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro) permitiu a regularização de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem, através da figura da autorização de permanência (AP), a qual, decorridos cinco anos, facultava o acesso à autorização de residência (SEF, 2010, p. 18). Segundo Baganha (2005, p. 34), nas vésperas da promulgação deste decreto, sabia-se estarem a residir ilegalmente no país pelo menos 41.401 pessoas, das quais uma parte significativa era oriunda do Leste Europeu; foi para promover a legalização destes imigrantes e para responder às fortes pressões dos *lobbies* da construção civil e obras públicas e da indústria do turismo que ele foi promulgado. De facto, segundo o SEF (2010, p. 19), neste processo evidenciaram-se, pela primeira vez, os imigrantes provenientes da Europa Central e Oriental (cerca de 101.000 de entre as 183.000 AP concedidas - 2001-2003), com destaque para os cidadãos ucranianos, com um total de 65.000 concessões.

Ao contrário do que havia acontecido em anteriores regularizações extraordinárias, que eram destinadas a legalizar imigrantes entrados no país até determinada data, este decreto só permitia a legalização de trabalhadores imigrantes detentores de um contrato de trabalho previamente registado no Ministério do Trabalho. O que isto revela é que, se anteriormente se tinha visado a integração social de imigrantes, nomeadamente oriundos do PALOP, com projectos de vida de longo prazo em Portugal, em 2001 o que se fez foi validar *a posteriori* o funcionamento do mercado, recorrendo a autorizações de residência válidas por um ano e renováveis até um máximo de cinco, para responder à necessidade temporária de mão-de-obra (Baganha, 2005, p. 35).

O Decreto-Lei 34/2003, de 4 de Julho, parecia ter como objectivo vir alterar este quadro de primazia do mercado e de precariedade no acolhimento e integração de imigrantes, para dar lugar a uma política efectiva de integração dos imigrantes, ao revogar o regime das autorizações de permanência, estabelecendo um limite máximo de entradas de imigrantes económicos e exigindo para a concessão do reagrupamento familiar uma real ligação do requerente ao país. No entanto, a medida não resultou, porque os imigrantes continuaram a entrar preferencialmente com vistos de curta duração e a fixar-se ilegalmente (Baganha, 2005, p. 36).

Como consequência, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 6/2004, que segundo Baganha (2005, p. 36) nada mais fez do que introduzir novamente mecanismos de regularização extraordinários. Segundo o SEF (2009, p. 19), em 2005 e 2006, os valores alcançados (de redução no número de AP e de prorrogação de AP) ficaram a dever-se a enquadramentos legais específicos, como o pré-registo de cidadãos estrangeiros, nos termos do artigo 71.º (do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril), e o regime excepcional, aplicável a cidadãos brasileiros, decorrente do Acordo Luso-Brasileiro sobre Contratação Recíproca de Nacionais (Acordo Lula).

Em 2007, com a entrada em vigor da nova lei de estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho) regista-se novamente uma descida significativa no número de AP, assumindo especial significado a emissão de AR ao abrigo dos regimes excepcionais previstos, nomeadamente nos seus artigos 88.º, n.º 219, e 89º, n.º220, bem como o efeito das suas disposições transitórias sobre a conversão de todos os tipos de vistos de longa duração e autorizações de permanência em autorizações de residência (SEF, 2010, p. 20).

Em síntese, segundo Baganha (2005, p. 38), esta última fase da política de regulação dos fluxos (até 2004) saldou-se, mais uma vez (à semelhança do que havia acontecido nos anos 1980 e 1990), por um rotundo fracasso e pela constituição de uma nova bolsa de ilegais.

Segundo o SEF (2012, p. 15), desde a segunda metade da primeira década do novo século, a tendência relativamente ao fluxo imigratório parece estar a alterar-se, com a entrada de menos estrangeiros em Portugal. Os novos fluxos do Leste europeu assumiram um súbito e inesperado destaque, em especial os oriundos da Ucrânia, país que rapidamente se tem tornado numa das comunidades estrangeiras mais representativas.

Em 2013, consolidou-se o decréscimo do número de estrangeiros residentes em Portugal, totalizando 401.320 cidadãos com título de residência válido (-3,8% do que em 2012). Verificou-se também uma redução da representatividade da população estrangeira oriunda de países de língua oficial portuguesa, representando cerca de 41,9%, evidenciando-se as nacionalidades brasileira (23,0%), cabo-verdiana (10,6%) e angolana (5,0%). A nacionalidade brasileira, com um total de 92.120 cidadãos, manteve-se como a principal comunidade estrangeira residente. A diminuição do número de residentes desta nacionalidade (-13.502 relativamente a 2012) representou cerca de 85,9% do decréscimo total de estrangeiros residentes em Portugal (SEF, 2014, p. 10).

Apesar das mudanças, em especial no que respeita à comunidade brasileira, permaneceu a estrutura das dez nacionalidades mais representativas, sendo que a China em 2013 passou a ser a sexta mais relevante (18.637), com um crescimento de 6,8 por cento, suplantando a Guiné-Bissau (17.846), que cresceu 0,5 por cento relativamente a 2012. Das nacionalidades mais representativas, a chinesa e a guineense (Bissau) foram as únicas que registaram um aumento do número de residentes.

Os principais factores explicativos desta inflexão estão relacionados com o aumento do acesso à nacionalidade portuguesa (ao abrigo da actual Lei da Nacionalidade) por parte de estrangeiros residentes, a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem (nomeadamente Brasil e Angola) e os efeitos da actual crise económica e financeira no mercado laboral, que se traduziu numa redução do investimento e do emprego (SEF, 2014, p. 10).

## A emigração portuguesa

A emigração portuguesa no mundo estima-se que ronde os 2,3 milhões e, contando com os descendentes já nascidos no estrangeiro, será de cerca de 5 milhões de pessoas (Pires, Machado, Peixoto, & Vaz, 2010, p. 92). Sobretudo a partir da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (actual União Europeia) tem crescido de modo sustentado. Para este crescimento foi decisivo o regime de livre circulação no espaço europeu, pelo que a Europa se tornou cada vez mais o destino principal nesta nova fase da emigração (CIES-IUL, 2014).

Segundo os dados mais recentes do Observatório da Emigração, relativos a 2011<sup>5</sup>, quase um milhão de emigrantes portugueses residia no conjunto dos países da União Europeia (UE), representando dois por cento do número total de imigrantes aí residentes.

O país da UE em que viviam mais emigrantes portugueses era a França (617 mil recenseados), seguindo-se Espanha (99 mil), Reino Unido (92 mil), Alemanha (75 mil) e Luxemburgo (61 mil). Na Suíça contavam-se 169.458 nascidos em Portugal recenseados, em 2001. Em termos relativos, a emigração portuguesa tinha mais impacto no Luxemburgo. Neste país, os portugueses representavam 30 por cento dos imigrantes e 12 por cento da população total. Entre os censos de 2001 e de 2011, a população portuguesa emigrada nos países da UE e EFTA<sup>6</sup> aumentou. Nos seis países com mais portugueses emigrados, o crescimento variou entre cerca de 6 por cento, na Alemanha e em França, e mais de 150 por cento, no Reino Unido.

Segundo Rui Pena Pires, investigador do Observatório da Emigração:

“Os efeitos da crise que eclodiu em finais de 2008 naquela dinâmica migratória foram complexos. Num primeiro momento, o facto de a crise ter sido global traduziu-se numa retracção da emigração. Num segundo momento, assistimos a um novo crescimento muito rápido da emigração portuguesa mas com alterações na hierarquia dos destinos. A maior dessas alterações foi o declínio abrupto das saídas para Espanha, país entretanto substituído pelo Reino Unido como principal destino da emigração portuguesa.” (CIES-IUL, 2014)

De acordo com o mesmo investigador, a estimativa de saídas de emigrantes permanentes é de cerca de 90 mil, anualmente. Na conferência sobre emigração portuguesa

---

<sup>5</sup> <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3867.html> (consultado em 2 de Julho de 2014)

<sup>6</sup> European Free Trade Association

contemporânea que se realizou em 2014 no Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL, 2014)<sup>7</sup>, o investigador João Peixoto alertava para o facto de, apesar de estes números serem semelhantes aos verificados nos anos 1960, enquanto nessa década nasciam anualmente mais de 200 mil crianças, actualmente os valores situam-se entre os 80 a 90 mil nascimentos anuais, com tendência a decrescer. Além disto, segundo Rui Pena Pires, os efeitos da emigração nessa época puderam ser ainda parcialmente contrariados pelo repatriamento de África na década seguinte, que se traduziu na entrada em Portugal de meio milhão de pessoas em ano e meio. Na actualidade o número de emigrantes portugueses a regressar ao país não tem comparação. Da análise aos dados do censo de 2011, João Peixoto revelou que entre 2001 e 2011, ou seja numa década, regressaram a Portugal 230 mil pessoas nascidas em Portugal que tinham estado emigradas durante mais de um ano.

Para Rui Pena Pires, noutros países afectados pela crise, como a Irlanda e a Grécia, embora a emigração também tenha aumentado, continuam a entrar imigrantes, o que no caso da Grécia se explica por ser um país que, geograficamente, constitui um ponto de entrada na Europa. No caso de Portugal, além de ser um país que está a perder população, deixou também de conseguir atrair imigrantes, o que o coloca no grupo de países como a Bulgária, a Roménia e a Lituânia. Da conjugação dos dois factores – taxa de natalidade e fluxos migratórios – resulta que a situação portuguesa em termos demográficos tem uma tendência negativa grave. As consequências económicas desta tendência não nos cabe analisar nesta pesquisa, apenas o seu provável impacto na comunidade em estudo, a de portugueses em Macau.

### **Gestão da diversidade em Portugal: políticas para os média e para a língua**

A revolução de 25 de Abril de 1974 e a posterior entrada para a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, marcaram o início de um período de imigração, que se traduziu num crescimento ininterrupto da população estrangeira em Portugal desde 1980 até ao presente. A par disto, também as nacionalidades de origem e os perfis sociodemográficos dos imigrantes indiciam uma complexificação progressiva na composição da população estrangeira em Portugal (Baganha, 2007). Saber gerir esta diversidade, mantendo a coesão

---

<sup>7</sup><http://www.publico.pt/sociedade/noticia/reino-unido-e-o-pais-para-onde-estao-a-ir-cada-vez-mais-portugueses-1627561?page=-1#/0> (consultado em 2 de Julho de 2014)

social, especialmente no presente contexto de crise, é um dos maiores desafios que se coloca ao país.

Os média possuem neste contexto um papel determinante, já que o tratamento que fazem dos temas Imigração e Minorias Étnicas afecta de forma significativa a opinião pública. Os média podem ser um instrumento importante no combate ao preconceito, racismo e xenofobia mas, da mesma forma, podem reforçá-los com a mensagem que passam. O papel dos média em moldar a incorporação de grupos culturais minoritários no seio de diferentes contextos nacionais é um assunto complexo e de alguma forma controverso. A profundidade com que os imigrantes e seus descendentes são retratados por aqueles como parte (ou à parte) de uma comunidade nacional pode afectar significativamente as atitudes da população maioritária em relação a grupos minoritários. Neste sentido, o acesso por parte dos grupos minoritários aos fluxos de informação e aos processos de tomada de decisão dentro dos meios de comunicação está relacionado com a capacidade de estas minorias conseguirem mobilizar apoio para concretização dos seus “objectivos étnicos” dentro da sociedade que os acolhe (Wood, et al., 2001).

Outro factor importante é a *língua*. Portugal surge para as comunidades imigrantes como *país de acolhimento* e a língua portuguesa como a *língua de acolhimento* ou *língua segunda (L2)*. Se por um lado o conhecimento da língua de acolhimento pode permitir uma melhor integração dos imigrantes na sociedade, por outro, o seu desconhecimento pode ser uma barreira a este processo.

“Este direito [à aprendizagem da língua de acolhimento] viabilizará o usufruto dos outros direitos, assim como o conhecimento e a promoção do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão. Conhecer a língua do país de acolhimento não é apenas uma condição necessária e indispensável para se ser autónomo, é também, e sobretudo, condição de desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional. O seu desconhecimento constitui uma desigualdade que fragiliza as pessoas, tornando-as dependentes e, por consequência, mais vulneráveis.” (Grosso, Tavares, & Tavares, 2008, p. 5)

A par da necessidade de aprendizagem da *língua*, os imigrantes procuram manter também a sua *língua materna*, que os liga ao país de origem, à diáspora e à sua comunidade no país de destino. A *língua*, em termos genéricos, tem duas funções: uma *função comunicativa*, que permite ao indivíduo interagir dentro de uma sociedade; e uma *função identitária*. É o uso que fazemos da *língua* que nos permite distinguirmo-nos de outros

indivíduos (identidade pessoal), mas é a forma como a falamos que nos identifica com determinado grupo (ou grupos) ao qual pertencemos (identidade social).

Em Portugal, a preocupação com a gestão da diversidade cultural, especificamente no que respeita à imigração, está reflectida nos sucessivos Planos para a Integração de Imigrantes (PII). O Primeiro Plano para a Integração de Imigrantes foi lançado apenas em 2007. O primeiro parágrafo desse plano dizia o seguinte:

“Apesar da evolução positiva que as políticas de acolhimento e integração de imigrantes têm registado nos últimos anos, Portugal não tem ainda um plano global, integrado e de largo espectro que sistematize os objectivos e os compromissos sectoriais do Estado português para acolher e integrar os imigrantes que nos procuram.” (DR D. d., 2007)

No segundo plano (2010-2013), evidenciava-se o sucesso que as medidas criadas no primeiro plano (2007-2010) tinham tido:

“Todo este esforço tem sido alvo de referências muito positivas a nível internacional, conforme o comprova o MIPEX — Índice de Políticas de Integração de Migrantes (2007) e, mais recentemente, em 2009, o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, que classifica Portugal no 1.º lugar em políticas de integração dos imigrantes. Nesse relatório, as iniciativas de Portugal nesta área são reconhecidas como de vanguarda, com o nosso país a ser alvo da melhor classificação na atribuição de direitos e serviços aos estrangeiros residentes.” (ACIDI, FEINPT, & PCM, 2010, p. 3)

Na terceira página podia ler-se que a promoção da diversidade e interculturalidade era uma das áreas de intervenção em destaque nas políticas para o período em vigor. Especificamente no que respeitava aos média, o segundo plano integrava três medidas (67, 75 e 76). Nestas, a primazia foi dada ao reforço das acções para a sensibilização dos média para as questões da imigração; ao incentivo ao desenvolvimento de mecanismos de auto-regulação dos média para notícias no domínio da imigração; e à promoção da diversidade cultural e religiosa nos média.

Embora não seja nosso objectivo fazer uma avaliação destas medidas, se nos basearmos no que é dito no último estudo sobre média e imigração realizado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (Cunha, Santos, Fortes, & Castilho, 2008), podemos concluir que o caminho que os média fizeram até 2008 foi no sentido do que era pretendido pelas medidas do segundo PII. Segundo o estudo, a temática “Média, Imigração e Minorias”

tinha já entrado nas rotinas de produção jornalística, embora ainda existisse pouca diversidade no tratamento de notícias sobre a imigração.

“Os meios de comunicação deixaram de olhar o «outro» [imigrante] com estranheza, passando a integrá-lo dentro dos alinhamentos quotidianos de informação. No entanto, ainda dependem muito de agendas ou de acontecimentos espectaculares ou de ruptura. A pouca diversidade no tratamento de temas relacionados com os imigrantes evidencia-se tanto ao nível do tratamento disponibilizado a certas comunidades, como na falta de cobertura de certos aspectos de interesse público. Se, por um lado, os cidadãos brasileiros são os que recebem maior atenção, por outro, verifica-se que continua a existir pouca informação sobre algumas comunidades como a indiana ou a paquistanesa, que têm vindo a crescer nestes últimos anos.” (Cunha, Santos, Fortes, & Castilho, 2008)

Quanto às medidas de integração relacionadas com a língua portuguesa, no segundo PII as medidas sete a doze visavam a preconização do direito à aprendizagem da língua de acolhimento. Entre estas, destacava-se a importância de reforçar a aprendizagem do Português como língua não materna e reforçar o ensino a imigrantes, nomeadamente dando continuidade ao Programa Português para Todos (PPT), que incluía cursos de Português básico e de Português técnico dirigidos à população imigrante.

Estas medidas são especialmente importantes para o acesso dos imigrantes à nacionalidade portuguesa. De acordo com a Lei da Nacionalidade (DR, 2006), nos termos do disposto no artigo 25.º, para aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização é necessário comprovar que se conhece suficientemente a língua portuguesa. A portaria 1403-A/2006, de 15 de Dezembro, relativa à prova de conhecimento da língua portuguesa, estabelece que o conhecimento suficiente em língua portuguesa corresponde ao nível A2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas (QECR, 2001), ou seja, conhecimentos elementares da língua.

O terceiro PII vigora entre 2014 e 2017. Segundo as “Grandes Opções do Plano” para 2014 (Conselho de Ministros, 2014, p. 68):

“Aprofundará o trabalho já realizado em termos de integração, que tem tido amplo reconhecimento internacional, mas introduzirá igualmente novas medidas de promoção de uma agenda transversal para a imigração, reconhecendo as mudanças no perfil migratório nacional que comportarão importantes mudanças ao nível da estruturação da política de imigração não apenas como política social mas também como política económica, ao serviço dos interesses estratégicos do Estado português. Tal implicará a revisão e aprofundamento da estrutura orgânica responsável pela política de captação e integração de imigrantes em Portugal.”

Em Março de 2015, foi aprovado, em Conselho de Ministros, o Plano Estratégico Para as Migrações (PEM), coordenado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), com um período de implementação de seis anos (2015-2020). Este plano inclui políticas relativas a integração de imigrantes, a promoção da integração dos novos cidadãos, a coordenação dos fluxos migratórios, o reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios, assim como o incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos emigrantes.

As perguntas que colocamos são: na integração dos imigrantes em foco, qual a importância de saberem a respectiva língua de acolhimento? Quais são as motivações para a aprendizagem? De que forma a aprendem?

## **Imigrantes nepaleses no mundo e em Portugal**

Situado no sul da Ásia, mais exactamente no colo dos Himalaias, o Nepal, oficialmente República Democrática Federal do Nepal, é o país do Monte Evereste e berço de Buda. Kathmandu é a capital e a maior cidade deste país de geografia diversificada e rico em cultura e religiões<sup>8</sup>.

Limitado a norte pela República Popular da China e a sul, leste e oeste pela Índia, ocupa uma área de 147.181 quilómetros quadrados e tem uma população de 26.620.809 pessoas, de acordo com o censo de 2011<sup>9</sup>. De entre o total da população, 3,2 por cento são imigrantes, sendo que a OIM prevê que entre 2010 e 2015 a taxa líquida de migração seja negativa (0,6 migrantes por cada 1000 habitantes), o que significa que haverá mais pessoas a sair do país do que a entrar<sup>10</sup>. Os principais países de destino são a Índia, a Malásia, os países do Golfo Pérsico (Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait), e também os Estados Unidos da América (EUA) e a Europa<sup>11</sup>.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo por base o poder de compra e o acesso a condições de saúde e a educação, o Nepal encontra-se em 157º lugar entre os 187

---

<sup>8</sup> <http://www.nepal.gov.gov.np/?option=ngdir&page=countryprofile> (consultado em 30 de Maio de 2012)

<sup>9</sup> <http://census.gov.np/> (consultado em 15 de Junho de 2012)

<sup>10</sup> <http://www.iom.int/jahia/Jahia/nepal> (consultado em 30 de Maio de 2012)

<sup>11</sup> [http://www.nepal.iom.int/index.php?option=com\\_content&view=article&id=32&Itemid=38&lang=en](http://www.nepal.iom.int/index.php?option=com_content&view=article&id=32&Itemid=38&lang=en) e [http://archives.myrepublica.com/portal/index.php?action=news\\_details&news\\_id=26639](http://archives.myrepublica.com/portal/index.php?action=news_details&news_id=26639) (consultado 15 de Julho de 2012)

países que compõem o índice de progresso e desenvolvimento humano<sup>12</sup>. Uma das razões para que o país se encontre nesta situação é o facto de ter sido palco de um conflito armado que durou dez anos e que terminou em Novembro de 2006 com a assinatura de um Acordo de Paz Global por uma aliança composta por sete partidos, pelo governo do Nepal e pelo Partido Comunista (maoista) do Nepal. A guerra teve como resultado a perda de milhares de vidas, a existência de milhares de deslocados e uma degradação substancial das infra-estruturas. Além disto, segundo a OIM, as inundações e os deslizamentos de terras sazonais são comuns, estando ligados ao desmatamento de florestas, especialmente nas zonas montanhosas.

O Nepal é um país com uma população jovem. Em 2010<sup>13</sup>, a percentagem da população entre os zero e os 14 anos era de 36 por cento. A esperança média de vida à nascença estima-se que se situe, entre 2010 e 2015, nos 69 anos para as mulheres e nos 67 anos no caso dos homens. Para o mesmo período, prevê-se que a mortalidade infantil se situe nos 35,8 casos em cada mil nascimentos (no caso de Portugal é de 4,1, para que se possa comparar). Quanto à educação, não existe escolaridade obrigatória, embora a educação seja gratuita até ao oitavo ano. 84 por cento (86% homens, 82% mulheres) da população possui a escolaridade básica e 43.5 por cento (46% homens, 41% mulheres) possui o nível secundário.

**Figura 2. Mapa do Nepal**



Fonte: <https://maps.google.com/maps>

<sup>12</sup> <http://www.iom.int/jahia/Jahia/portugal> (consultado em 30 de Maio de 2012)

<sup>13</sup> <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Nepal> (consultado em 30 de Maio de 2012)

Os nepaleses descendem de três grandes migrações: da Índia, do Tibete e da Ásia Central<sup>14</sup>. Entre os primeiros habitantes, encontram-se os Newars do vale de Kathmandu e os aborígenes Tharus do sul da região do Tarai, situada na bacia do Ganges, com 20 por cento de terra pertencente ao Nepal, e maior produtora de arroz do país. Os ancestrais das castas Brâmane e Chhetri vieram da Índia, enquanto outros grupos étnicos têm as suas origens na Ásia Central e no Tibete, tais como os Gurungs e os Magars no oeste, os Rais e os Limbus no leste, e os Sherpas e os Bhotias no norte. Grande parte da sua população é física e culturalmente similar à população indo-ariana do norte da Índia. As pessoas com esta origem e também as com origem na Mongólia vivem dispersas nas regiões montanhosas. O vale de Kathmandu, por outro lado, representa apenas uma pequena fracção do país, mas é a região mais densamente povoada, com mais de 7 por cento da população.

### **Economia e relações internacionais**

O Nepal encontra-se entre os países mais pobres do mundo, com um PIB *per capita* de cerca de US\$607 (€443,3), em 2011 (o de Portugal<sup>15</sup> no mesmo ano foi de US\$22.226 ou €16.234<sup>16</sup>), e um PIB nacional de US\$18.501 milhões, ou seja, €13,5 milhões (o de Portugal foi de US\$237.586 milhões ou €137.513 milhões, no mesmo ano)<sup>17</sup>. Em 2008, estimava-se que 25 por cento da população estivesse abaixo do limiar da pobreza.

A agricultura é a principal actividade económica, empregando mais de 73 por cento da população e contribuindo para um terço do PIB. Apenas cerca de 25 por cento do total da área do Nepal é cultivável, outros 33 por cento são arborizados, e a maioria do resto do território é montanhoso. O arroz e o trigo são as principais culturas alimentares, produzidas com excedente agrícola na planície da região do Tarai, a qual fornece alimentos a áreas com carências alimentares. Devido à dependência do Nepal da agricultura, a quantidade de chuva durante a época das monções influencia fortemente o crescimento económico.

Ainda assim, o sector agrícola é apenas o segundo maior a contribuir para o PIB, com 32,8 por cento, seguido da indústria com um peso de 14,4 por cento. Ajudado por uma maior

---

<sup>14</sup> <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5283.htm> (consultado em 1 de Junho de 2012)

<sup>15</sup> <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Portugal> (consultado em 28 de Junho de 2014)

<sup>16</sup> Conversões feitas na página [www.xe.com](http://www.xe.com), em 1 de Julho de 2014

<sup>17</sup> <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Nepal> (consultado em 28 de Junho de 2014)

estabilidade, o turismo é o principal contribuidor, representando 52,8 por cento do PIB e tem vindo a crescer desde 2007<sup>18</sup>.

O país recebe assistência externa de países como a Índia, o Reino Unido, os Estados Unidos, o Japão, da União Europeia e de várias organizações multilaterais, em que se incluem o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Em 23 de Abril de 2004, o Nepal tornou-se o 147º membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Desde 1958, as Forças Armadas (FA) nepalesas contribuíram com mais de 75.500 soldados para 35 missões de paz, tais como a Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL), a Força de Protecção da ONU na ex-Jugoslávia (UNPROFOR), a Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II), a Missão da ONU no Haiti (UNMIH), e a Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor Leste (UNMISET). Actualmente, as unidades das FA nepalesas possuem cerca de 4.271 soldados, a servir em 13 missões, das quais as mais importantes são as missões da ONU no Sudão (UNAMID), na República Democrática do Congo (MONUSCO), e no Haiti (MINUSTAH).

Como pequeno país, sem litoral, encarcerado entre duas nações muito maiores e mais fortes, o Nepal procura estabelecer boas relações com a Índia e com a China. Com este último país as relações bilaterais foram formalmente estabelecidas em 1956 e têm em geral, segundo o governo nepalês, corrido bem.

Os fortes laços culturais, religiosos, linguísticos e económicos do Nepal com a Índia fazem com que as ligações entre os dois países sejam tradicionalmente próximas. As relações comerciais foram restauradas em 1990, após uma pausa causada por preocupações com a segurança por parte da Índia, devido às ligações do Nepal com a China. Em 1991, a Índia e o Nepal assinaram um tratado de comércio bilateral, embora esteja sujeito a renovação a cada cinco anos.

## **Religião e cultura**

O Nepal é um país de tradições, com um sistema de organização social baseado em castas e onde a religião é algo importante. Só no vale de Kathmandu existem 2.700 cultos

---

<sup>18</sup> <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5283.htm> (consultado em 1 de Junho de 2012)

religiosos. De acordo com o censo de 2001, 81 por cento da população era adepta do hinduísmo e 11 por cento era budista<sup>19</sup>. As duas religiões têm coexistido ao longo de várias gerações e muitos dos ícones hindus podem ser encontrados em templos budistas. Alguns deuses e deusas são compartilhados pelo hinduísmo e pelo budismo, embora com nomes diferentes, e as duas religiões têm sido influenciadas por outras religiões baseadas em cultos ancestrais e animistas, que têm sobrevivido<sup>20</sup>. Existem ainda minorias islâmicas e cristãs. O governo, apesar de o Nepal ser um estado laico, celebra grande parte dos feriados das duas maiores religiões.

A diversidade que é vista na sociedade nepalesa é reflexo da diversidade de costumes e crenças de cada grupo étnico. Além dos budistas, hinduístas, jainistas, muçulmanos, cristãos, siques e grupos étnicos que seguem as suas próprias crenças e costumes religiosos, há grupos como os Newars, que seguem os costumes religiosos hindus e budistas, mas têm ainda rituais exclusivos. De entre todos os costumes e rituais, as regras do casamento são particularmente interessantes. Nas famílias tradicionais, os casamentos são arranjados pelos pais e consentidos depois que o homem ou a mulher atinja a maioridade. Entre as pessoas com mais educação, os casamentos por amor começam, apesar de tudo, a tornar-se comuns. Cada grupo étnico tem um conjunto diferente de rituais para a cerimónia do casamento, embora em geral sigam os costumes hindus.

A idade para casar foi fixada legalmente nos 18 anos para as mulheres e nos 21 para os homens, mas a lei não é rigorosamente respeitada. Tanto o casamento de crianças como a poligamia ainda existem no Nepal, especialmente nas aldeias.

A dieta alimentar básica de um nepalês, é constituída por arroz, que se come com sopa de lentilhas, acompanhada de legumes ou caril de carne. A comunidade Newar tem sua própria cozinha, mais elaborada, bastante original e nutritiva. O arroz batido é também comumente consumido na sociedade nepalesa. Em áreas rurais do Nepal, as pessoas sentam-se no chão e comem com as mãos, enquanto nas cidades muitas pessoas usam talheres.

O abate de vacas é proibido no Nepal e, por este motivo, a carne é importada principalmente da Índia, o que não se afigura como problema, já que a maioria dos nepaleses não come carne bovina, substituindo-a pela carne de búfalo. Muitos, especialmente os

---

<sup>19</sup> <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5283.htm> (consultado em 1 de Junho de 2012)

<sup>20</sup> <http://welcomenepal.com/promotional/know-nepal/religion-festivals/> (consultado em 1 de Junho de 2012)

nepaleses pertencentes às castas Brâmane e Chhetri são vegetarianos, enquanto vários outros grupos étnicos se abstêm de comer diversos tipos de carne.

Outros conceitos interessantes entre os nepaleses são os de “puro” e de “impuro”. Qualquer alimento ou material que contenha saliva de outra pessoa é considerado impuro, ou “Jutho”, pela maioria dos nepaleses. Geralmente, os alimentos não são partilhados entre pessoas, a menos que tenham uma relação muito estreita. Já o estrume de vaca, por exemplo, é considerado puro para ser utilizado para fins de limpeza.

Os nepaleses têm as suas próprias bebidas alcoólicas, como o rakshi feito de arroz (os Newars fazem aila, uma versão mais forte); o chang, bebida de cor branca feita também de arroz; e o tongba, bebida parecida com a cerveja, feita a partir de água a ferver deitada sobre milho fermentado mantido num recipiente de bambu ou de madeira, chamado tongba, que dá o nome à bebida. Os Limbos e os Sherpas (castas) são conhecidos por fazerem esta bebida.

O Daura Suruwal e o Cholo Choubandi são os trajes nacionais usados por homens e mulheres nepaleses, respectivamente. Os vários grupos étnicos usam uma variedade de trajes coloridos. Aqueles que vivem na região dos Himalaias vestem roupas que são muito semelhantes, e por vezes idênticas, às que os tibetanos usam no Tibete. Um dos fatos tradicionais mais espectaculares é usado durante os festivais e é chamado de Tharus, com uma infinidade de moedas de prata, combinadas com grandes enfeites que cobrem quase a totalidade da parte superior do corpo.

No dia-a-dia, os nepaleses vestem-se de forma simples, com muitas mulheres nas cidades a utilizar o sari e, nas aldeias, o lungi (ou xaile), a envolvê-las. Os homens geralmente usam calças. Nos últimos anos, a forma de vestir, mesmo nas aldeias, tornou-se mais ocidentalizada, mas durante os festivais a maioria das mulheres hindus usa saris vermelhos. O branco é usado durante o luto e inclui também os sapatos e o chapéu. As mulheres casadas usam uma marca na testa chamada tika, que varia de acordo com a ocasião. O gajal preto ou kohl é usado para delinear os olhos das crianças com o objectivo de afastar o mau-olhado.

## **Línguas de acolhimento**

De acordo com o “Ethnologue” do Summer Institute of Linguistics (SIL, 2012) existem 126 línguas no Nepal. Destas, 124 são línguas vivas e duas não têm falantes

conhecidos. A língua com mais falantes é o Nepali, com cerca de 11 milhões. Esta é também a língua oficial, juntamente com o Inglês, e pertence à família de línguas indo-arianas, trazidas da Ásia Central pelos arianos. O original, ou seja, o indo-ariano antigo, deu origem ao sânscrito a partir do qual derivou o Nepali ou Nepalês, que utiliza o sistema de escrita Devanagri (ou escrita da cidade dos deuses, às vezes conhecida como Nagari), que deriva da escrita Brahmi da Índia antiga.

Grande parte dos grupos étnicos tem as suas próprias línguas e tipos de escrita, mas a maioria das pessoas sabe falar o Nepalês, que funciona como uma língua franca no Nepal. O Inglês também é amplamente falado, especificamente nas cidades e pela população mais jovem, pois cada vez mais escolas ensinam a língua.

### **Panorama mediático**

Entre os principais diários em língua inglesa, incluem-se o “The Kathmandu Post”, o “The Himalayan Times”, o “Republica” e o “The Rising Nepal”. Este último e a sua publicação irmã vernacular são propriedade de uma empresa do governo. Há centenas de pequenos jornais diários e semanários que são de propriedade privada.

Existem 394 (334 em uso) estações FM de rádio e 32 (19 em uso) licenças de estações de televisão privadas, na sequência da liberalização dos licenciamentos. A Rádio do Nepal e a Televisão do Nepal são propriedade do governo. Existem ainda mais de 700 operadores nacionais de televisão por cabo e por satélite. Apesar de sua importância, a imprensa nepalesa ainda é frequentemente alvo de violência e intimidação por parte de grupos políticos<sup>21</sup>.

O uso de tecnologias de informação, como telefone e Internet, é relativamente baixo. Em 2011, os subscritores de telefone correspondiam a apenas 46,6 por cento da população e os utilizadores de Internet eram apenas nove por cento. Como termo de comparação, este valor era 55,3 por cento em Portugal<sup>22</sup>, 45 por cento no Brasil<sup>23</sup> e 94 por cento na Noruega<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5283.htm> (consultado em 2 de Junho de 2012)

<sup>22</sup> <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Portugal> (consultado em 28 de Junho de 2014)

<sup>23</sup> <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Brazil> (consultado em 28 de Junho de 2014)

<sup>24</sup> <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Norway> (consultado em 28 de Junho de 2014)

## **Liberdade de imprensa**

Segundo o relatório da Federação Internacional de Jornalistas sobre liberdade de imprensa relativo a 2012 e 2013<sup>25</sup>, a segurança física foi nova e justificadamente reconhecida como um requisito para a liberdade de imprensa e uma prioridade numa região que continua a ser uma das mais perigosas para os jornalistas. No Nepal e no Sri Lanka, a violência contra os jornalistas e os meios de comunicação tem sido um fenómeno preocupante e recorrente. A prolongada guerra interna, agora formalmente declarada encerrada em ambos os países, apresentou sérios desafios para o jornalismo independente, enquanto um manto de impunidade para actos de violência cometidos durante esse período continua e o acordo político permanece indefinido. Os jornalistas ainda lutam por salários justos e condições de trabalho decentes. Na Índia, Paquistão, Bangladesh e Nepal as leis estabelecidas em matéria de protecção dos padrões de vida estão a ser violadas, não havendo nenhuma ou poucas consequências.

Os países do Sul da Ásia continuam a clamar por normas regulatórias sensatas que não impeçam o direito do público à liberdade de expressão e ao acesso à informação e que protejam os meios de comunicação das “invasões comerciais” que têm corroído profundamente a sua credibilidade.

No Nepal, ainda segundo o mesmo relatório, o aumento da propriedade dos meios de comunicação por partidos políticos foi identificado como um constrangimento fundamental na melhoria da qualidade. Mesmo a selecção de editores tem-se tornado objecto de acordos políticos e de negociação.

A instabilidade política que se vive no país tem reflexo nos próprios jornalistas do Nepal. Em 2012, diz o relatório, sofreram dias de trauma, com as agitações que eclodiram em todo o país depois de um impasse no processo de escrita da constituição. A clara intenção de intimidar os jornalistas era evidente nos comunicados de imprensa emitidos pelos líderes de alguns desses movimentos. As profundas divisões quanto à reestruturação do Estado nepalês - com alguns dos partidos a defenderem um modelo federal, com base em unidades étnicas, e outros a oporem-se-lhe terminantemente - alimentaram a violência nas ruas. Muitas das facções políticas lesadas revelaram muito poucos escrúpulos em fazer dos jornalistas e, em

---

<sup>25</sup> [http://www.ifj.org/uploads/media/South\\_Asia\\_Press\\_Freedom\\_Report\\_2013.pdf](http://www.ifj.org/uploads/media/South_Asia_Press_Freedom_Report_2013.pdf) (consultado em 28 de Junho de 2014)

particular, das organizações de mídia, alvos do seu rancor, ao entenderem que estes defendiam pontos de vista opostos.

## **A diáspora nepalesa**

A saída de nepaleses para trabalho no estrangeiro constituiu na última década (2000-2010) o principal combustível da economia nepalesa, sendo a maior fonte de receitas do país (Nath, 2010)<sup>26</sup>.

A tradição de emigração dos nepaleses tem mais de dois séculos e meio e teve início com o recrutamento dos soldados gurkha, no século XIX, pela Companhia Britânica das Índias Orientais, para servirem no exército indo-britânico. Estes soldados pertenciam às comunidades étnicas nepalesas Gurung e Magar do oeste do Nepal, e Limbu e Tamang do leste nepalês, denominadas como “marciais” pelos britânicos. Gurkha deriva do nome do governante nepalês, que estabeleceu um estado unificado no Nepal em 1768-1769 (Nath, 2010).

O governo colonial britânico começou por reconhecer a utilidade dos soldados gurkha para o império, à medida que demonstravam ser homens muito resistentes e trabalhadores versáteis, enviando-os para batalhas onde quer que os ingleses estivessem envolvidos, desde a China, à Crimeia<sup>27</sup>, Grécia ou África do Sul. As colónias britânicas na Índia, Hong Kong, Malásia, etc. tornaram-se as áreas fora da terra natal dos nepaleses, onde os assentamentos de gurkhas se tornaram mais visíveis. Estas primeiras migrações nepalesas definiram a tendência para as que se seguiram (Nath, 2010).

As decisões de migração dos nepaleses reflectem, ainda hoje, a história colonial da Ásia, com muitos deles a optar por destinos em ex-colónias britânicas como a Índia, Hong Kong ou Malásia. Mesmo quando as oportunidades de empregos militares começaram a declinar, após a saída britânica do sul da Ásia e, finalmente, com a entrega de Hong Kong à China em 1997, outros empregos temporários não-militares começaram a tornar-se populares e motivo de opção por determinados destinos migratórios (Nath, 2010).

---

<sup>26</sup> Lopita Nath é actualmente professora assistente de História na University of the Incarnate Word, em San Antonio, Texas, Estados Unidos da América. Todo o seu trabalho académico pode ser consultado aqui: <http://www.uiw.edu/history/nath.htm>

<sup>27</sup> República autónoma da Ucrânia

Especialmente no caso das migrações de nepaleses para o sul e sudeste asiático, a existência de redes de contactos tem-se revelado importante. Se os empregos militares já não são a opção mais comum, por outro lado há cada vez mais nepaleses a procurar trabalho no sector da construção e, especialmente as mulheres, em trabalhos domésticos. Mesmo para este tipo de empregos, as conexões estabelecidas inicialmente pelos gurkha têm continuado a ser exploradas, ao mesmo tempo que têm emergido organizações cujo objectivo é providenciar contactos aos imigrantes e que têm acabado por ajudar também na formação e consolidação de comunidades nepalesas nos países de destino. É o caso da mais importante, e de carácter global, Non Resident Nepali Association (existente também em Portugal), e também, na Ásia, da All India Gorkha League (Índia), da All India Madhesi Students Association (Índia), da Far East Overseas Nepali Association - FEONA (Hong Kong), da The Gurkha International Group (Hong Kong) e da Gorkhali Association (Hong Kong).

A identidade nepalesa está marcada por uma história de colonialismo. Não porque o Nepal tenha sido colonizado, mas porque tem a Índia mesmo ao lado e o império britânico recrutava soldados nepaleses.

Ao falarmos da identidade nepalesa é preciso entender a história do Nepal e perceber que a principal fonte de receitas do país, ou seja a emigração, tem origem nessa história. A diáspora nepalesa, se bem que ligada por laços comuns de cultura, língua, religião e modo de entender o mundo, tem também as suas próprias especificidades em cada um dos países de destino, onde novas identidades se constroem.

Vários autores (Nath, 2010, 2009, 2006; Subba, 2008 e Alvord, 2011) têm estudado a diáspora nepalesa, embora em Portugal não exista qualquer estudo que se tenha dedicado somente a esta comunidade.

Sobre as comunidades da diáspora nepalesa temos como referência estudos feitos na Índia, Hong Kong e Estados Unidos da América. Embora a raiz do carácter emigratório do Nepal seja comum, o desenvolvimento das comunidades em qualquer uma destas sociedades foi diferente. A emigração para Hong Kong esteve relacionada com o recrutamento de soldados gurkha pelo exército britânico. Na emigração com destino à Índia houve e há, sobretudo, o factor da proximidade geográfica. Os Estados Unidos constituem uma rota mais recente e as motivações para a escolha desse país derivam de este ter condições para fornecer uma melhor formação académica a quem o procura.

## **Comunidade nepalesa de Hong Kong: os gurkhas**

O recrutamento massivo de soldados nepaleses, gurkhas, começou a decair com a entrega de Hong Kong à China, em 1997. A muitos foi dada a opção de irem para o Reino Unido, porém, as respectivas esposas teriam de voltar para o Nepal. Esta medida por parte dos britânicos constituiu um factor decisivo na escolha de um projecto de vida, já que, naturalmente, muitos não queriam deixar as suas esposas e alguns nem mesmo queriam deixar Hong Kong. Houve os que regressaram ao Nepal, mas muitos decidiram continuar no estrangeiro, indo servir, por exemplo, o sultão do Brunei<sup>28</sup>, como guardas de segurança pessoal. Outros tornaram-se polícias em Singapura e houve também os que conseguiram obter contratos para fornecimento de serviços de alta segurança em empresas ou habitações privadas, em Hong Kong (Nath, 2010).

Este tipo de trabalhos revelou ser muito mais bem remunerado do que os que obteriam se regressassem ao Nepal. Por outro lado, o facto de terem trabalhado toda a vida em sociedades ocidentais fez com que estes soldados e respectivas famílias se tivessem habituado a um melhor e mais benéfico ambiente de vida. Além de terem permanecido em Hong Kong ou de irem para o Brunei, começaram a procurar também países do golfo pérsico. Não é pois de estranhar a existência de comunidades nepalesas nestas zonas (Nath, 2010).

O censo de 2001 revelava que, além da Índia, Hong Kong, os países do médio oriente, a Malásia, o Japão, a Coreia e Singapura eram os principais destinos de emigração. Esta alteração na tendência de emigração nepalesa para países que não a Índia começou a ser perceptível ainda no censo de 1981, em que já se registavam emigrantes na China e em alguns outros países asiáticos. Em 1991, os registos já indicavam claramente a tendência de emigração para países do leste e sudeste asiático e para os países do golfo (Nath, 2010).

Hong Kong mantém-se como a maior colónia de emigrantes nepaleses, a seguir à Índia, devido ao facto de o governo britânico ter garantido a cidadania a cerca de sete mil filhos de soldados gurkha. Após a transferência de Hong Kong para a China, o governo chinês emitiu o designado “direito à morada” para as famílias dos gurkhas, ou seja, uma criança nepalesa nascida em Hong Kong de pais gurkha teria o direito de residência, bem como uma mulher casada com um soldado gurkha (Nath, 2010).

---

<sup>28</sup> Sultanato localizado no sudeste asiático, na costa norte da ilha do Bornéu. É o único estado totalmente soberano na ilha, com o restante pertencente à Malásia e Indonésia.

Contudo, a situação dos nepaleses em Hong Kong, mesmo com o direito de residência consagrado pelos chineses, piorou consideravelmente após a entrega do território. A maioria dos imigrantes do Nepal passou a sofrer com problemas relacionados com a proibição de visto, com falta de pagamentos, com as longas horas de trabalho sem direito a dias de descanso e outras discriminações. De uma identidade que se fundava no prestígio de pertencer ao exército gurkha, os nepaleses que vivem hoje em Hong Kong vêem-se numa situação em que, devido às políticas do governo chinês, não podem sequer aspirar a uma melhoria de vida, pois os melhores empregos são destinados a chineses. De gurkha muitos passaram a trabalhadores domésticos do Nepal (MNS), como são chamados em Hong Kong (Nath, 2010).

### **Comunidade nepalesa na Índia: os nepaleses indianos**

A Índia é o principal destino de emigração nepalesa e, por seu lado, os nepaleses formam uma das maiores comunidades de diáspora na Índia, contando com cerca de cinco milhões de pessoas. Podem ser encontrados em quase todas as partes da Índia, mas concentram-se, sobretudo, nas zonas de fronteira com o Nepal. A emigração para este país resultou das necessidades do colonialismo britânico, que procurava, além de soldados, outro género de trabalhadores. Tal não era difícil, dada a falta de melhores oportunidades no Nepal feudal e pobre de então (Subba, 2008)<sup>29</sup>. A partir de meados do século XIX, vários grupos de nepaleses migraram para a Índia e destes faziam parte trabalhadores qualificados e não qualificados que iam trabalhar em plantações, minas de carvão e campos de petróleo (Nath, 2006).

A expressão “imigrantes nepali” ou “imigrantes nepaleses” refere-se às pessoas que têm a sua própria origem ou ascendência no Nepal, o único reino hindu do mundo com quem a Índia compartilha uma longa e aberta fronteira. Este facto levou a um movimento constante de pessoas entre os dois países desde os anos 1820, que ainda continua. Ainda hoje o movimento de pessoas entre o Nepal e a Índia é uma constante, com alguém a juntar-se à comunidade nepalesa na Índia quase todos os dias, acontecendo o mesmo, embora em menor escala, com a comunidade indiana no Nepal. Duzentos anos é uma extensão temporal

---

<sup>29</sup> Tanka Subba é professor de Antropologia na Faculdade de Ciências Humanas e Ambientais, na North-Eastern Hill University, Shillong, Índia. É também consultor externo do projecto Tribal Transitions, na School of Oriental and African Studies (SOAS) da Universidade de Londres.

demasiado grande para que esta migração possa ser explicada por apenas uma única teoria, tendo as circunstâncias que a impulsionaram mudado grandemente ao longo dos anos (Subba, 2008 e Nath, 2006).

Com o passar dos tempos, os nepaleses na Índia foram passando de iletrados, pobres e explorados a educados e empreendedores. Logo após a independência da Índia, muitos trabalhadores nepaleses iam para as colinas de Darjeeling e de Sikkim (no norte da Índia) para carregar laranjas das aldeias mais remotas para perto das cidades e, todos os anos, muitos acabavam por permanecer, aumentando a população nepalesa na Índia. Mas até 1996, muito raramente, um nepalês mais abastado migrava para a Índia. Só a partir da altura em que a violência dos maoístas se espalhou por todo o Nepal, o medo das extorsões forçou muitos nepaleses mais ricos, alguns deles gurkhas aposentados, a juntarem-se à comunidade nepalesa na Índia (Subba, 2008).

Esta comunidade começou em certa medida a distanciar-se do Nepal. Embora o seu país de origem continue a ser um ponto de referência, já não depende dele para apoiá-la culturalmente. Possui uma massa crítica de desenvolvimento cultural e literário na Índia, que lhe permite ser auto-suficiente. No entanto, este desejo de se demarcar e de desenvolver uma identidade diferente da dos nepaleses residentes no Nepal não é algo desejado por toda a comunidade nepalesa, particularmente por aqueles que ainda mantêm fortes ligações à terra natal (Subba, 2008).

A identidade de um grupo de imigrantes é muitas vezes a questão central da sua existência no país de acolhimento. Os movimentos de um grupo para se afirmar, reafirmar ou estabelecer a sua identidade estão relacionados com os seus direitos e privilégios, em curso ou esperados. A luta dos imigrantes nepaleses no nordeste da Índia para esculpir uma identidade indiana nasceu da sua experiência na região, que se tem tornado cada vez mais hostil para eles e tem falhado em honrar as promessas que lhes foram feitas anteriormente. Tendo migrado de um país onde são classificados segundo castas, identidades étnicas ou culturais, o maior desafio que se lhes coloca é o de desenvolver uma identidade nepalesa e sobrepor-lhe uma identidade indiana. A própria palavra “nepali” representa uma tendência de homogeneização por parte quer da comunidade de acolhimento quer das restantes comunidades imigrantes. Enquanto no Nepal, um nepalês é um Bahun, Chhetri, Gurung, Rai, Limbu, Magar ou Tamang, fora do Nepal é simplesmente um nepalês ou “nepali”. A palavra alude a uma supra-casta, supra-linguística, a uma identidade supra-étnica (Nath, 2006).

A busca por uma identidade nacional na região está relacionada com os desenvolvimentos que ocorreram no resto da diáspora nepalesa em Darjeeling, Sikkim e no Butão. O denominado “movimento gorkhaland” em Darjeeling e Dooars por um estado independente no seio da União Indiana levaram à existência de alegações de que os nepaleses poderiam querer fazer valer essas exigências, mais cedo ou mais tarde, onde quer que estivessem estabelecidos. O chamado mito do "Greater Nepal" foi também usado contra os nepaleses na região, inclusive no Butão e em Darjeeling. Ou seja, foi utilizado para apoiar as alegações de que o objectivo final das comunidades imigrantes nepalesas situadas nas áreas adjacentes ao Nepal seria incorporar essas áreas no Nepal. Alegações que os estudiosos do Nepal e da diáspora nepalesa consideram uma pura invenção (Nath, 2006).

No entanto, considera Nath (2006), estes argumentos, quando usados tacticamente pelos meios de comunicação locais e pelos líderes políticos, têm provado ser um arsenal muito poderoso contra a diáspora nepalesa. Da mesma forma têm demonstrado ser igualmente destruidores, quando utilizados por líderes nepaleses irresponsáveis. Muitos indianos acreditam que os nepaleses na Índia têm dupla nacionalidade e dupla lealdade. Para Nath (2006), alguns talvez tenham dupla cidadania, mas é difícil argumentarem sobre dupla lealdade, uma vez que continuam a ser uma componente de orgulho do exército indiano.

O tratado de amizade indo-nepalês de 1950 definiu mútuos direitos residenciais, profissionais e de propriedade para os cidadãos dos dois países. Além disso, os nepaleses que se instalaram na Índia antes da adopção da constituição indiana de 1950 são declarados cidadãos naturais da Índia. No entanto, a noção geral de muitos indianos é de que os nepaleses indianos são imigrantes do Nepal. Essa ideia espalhou-se gradualmente, por não haver maneira de diferenciar nepaleses indianos daqueles que se estabeleceram na Índia após esse período. Os nepaleses analfabetos ou semi-analfabetos, que residiam na Índia na época, nunca consideraram necessário guardar documentos anteriores a 1950 para comprovar a sua residência na Índia, pelo que muitos membros das sociedades de acolhimento e imigrantes nepaleses ainda hoje não conhecem o tratado. Esta falta de consciência de ambos os lados tem promovido condições para que humilhações, perseguições e mesmo despejos sejam levados a cabo no nordeste da Índia (Nath, 2006).

Os nepaleses indianos vêem o contínuo fluxo de novos imigrantes do Nepal como uma ameaça a serem aceites como plenos cidadãos indianos, insistindo para que nepaleses do Nepal sejam identificados, distinguindo-os dos nepaleses indianos e possibilitando uma maior protecção e preservação dos seus direitos como cidadãos indianos (Nath, 2006).

Para Subba (2008), não faz sentido negar a história ou destruir os laços entre pessoas com as mesmas origens, mas divididas por uma fronteira. Melhor seria a existência de uma complementaridade entre as duas partes, bem como com as comunidades vizinhas, o que só fortaleceria as relações bilaterais entre a Índia e o Nepal, não comprometendo as tentativas de criar uma identidade própria da comunidade nepalesa na Índia.

O problema está em que, ao mesmo tempo que se verifica a existência de elementos da comunidade nepalesa na Índia que não nasceram sequer no Nepal e para quem voltar para o país das suas raízes é algo que nem tão pouco consideram, por piores que sejam as condições na Índia, por outro lado a história recente do Nepal, que leva a um sentimento de exasperação relativamente às condições de estagnação económica do país e de instabilidade política, faz com que cada vez mais nepaleses queiram abandonar o país e juntar-se à comunidade nepalesa na Índia. A definição desta nova identidade indiana afigura-se cada vez mais difícil (Subba, 2008).

### **Comunidade nepalesa nos E.U.A.: entre dois mundos**

Embora os destinos tradicionais de emigração nepalesa se situem na região sul asiática (Índia e Hong Kong), o censo de 1981 registava já uma mudança na trajectória daqueles que saíam do Nepal. Esta mudança no padrão de migração começou a mudar desde os anos 1970, com os nepaleses a optar por países do golfo, como o Kuwait e o Qatar, tendência que desencadeou um movimento mais para ocidente. Em comparação com as primeiras migrações nepalesas, a escolha dos Estados Unidos da América como destino é relativamente recente. Segundo Nath (2009), os dados disponíveis sobre o número de nepaleses residentes nos Estados Unidos são apenas uma aproximação, sabendo-se que estão espalhados por todo o país. Em 2007, os estudantes nepaleses constavam da lista dos principais países de origem de estudantes estrangeiros (Nath, 2009).

Entre as principais razões para que os nepaleses escolham os Estados Unidos, está o desejo de estudar num ambiente educacional mais avançado, oferecido pelas universidades americanas. Outro factor que tem feito aumentar a emigração para este país é o sistema de lotaria para obter visto nos Estados Unidos – o chamado visto da diversidade ou *Diversity Visa* (DV)<sup>30</sup>. Este programa permite que anualmente milhares de imigrantes com origem em

---

<sup>30</sup> <https://www.dvlottery.state.gov/> (consultado em 26 de Junho de 2012)

países que historicamente estão sub-representados nos Estados Unidos se qualifiquem para a obtenção de vistos. Como o Nepal é um dos países elegíveis, um grande número de nepaleses entra no país através deste meio, assegurando o seu “*Green Card*” e tornando-se residentes permanentes (Nath, 2009).

Embora a diáspora nepalesa esteja a assimilar o modo de vida americano, continua a manter as suas próprias normas culturais. Os nepaleses começam não só a desenvolver novos traços culturais, resultantes de uma mistura dos dois mundos, mas estão também a iniciar um processo de reinvenção da sua identidade em torno de marcadores culturais, como festivais, costumes, rituais e das próprias línguas do Nepal (Nath, 2009).

A diáspora nepalesa nos Estados Unidos, segundo Nath (2009), debate-se com esta identidade, que é um misto cultural. O primeiro problema está na adaptação e no ajuste ao novo país. Estes indivíduos passam por um processo de americanização, que resulta da adaptação, através da imitação do modo de vida americano. Todavia, muitas vezes voltam-se para as suas próprias comunidades, que se tornam grupos de apoio nos Estados Unidos. Tal como no caso de outras diásporas, o desejo de não abrir mão da sua própria cultura e de não assimilar totalmente o modo de vida dominante tem feito surgir associações e grupos sociais, que lhes permitem manter o contacto com outros nepaleses.

Também noutra estudo sobre a comunidade nepalesa nos Estados Unidos (Alvord, 2011) se verificou esta tentativa por parte dos imigrantes de viver em ambas as culturas e de utilizar os dois conjuntos de conhecimentos culturais nas suas vivências diárias. Em vez de terem de escolher uma cultura em vez da outra, os membros da comunidade escolhem viver uma “identidade híbrida” (Gillespie, 1995), em que os hábitos de vida, as expressões e a actividade no novo ambiente ocorrem contra a memória das mesmas coisas noutra ambiente. Tanto o novo como o antigo ambiente estão vivos, são reais, ocorrendo juntos em contraponto ou harmonia (Alvord, 2011). Para muitos membros, a sua comunidade étnica está disponível para os ajudar na adaptação a um novo estilo de vida. Não é algo meramente retórico, pelo contrário, é um aspecto vivenciado nos seus quotidianos.

Todavia, segundo Alvord (2011), a existência desta identidade híbrida não se trata tanto de uma declaração orgulhosa de pluralismo cultural, mas apresenta-se mais como uma contradição, em que os imigrantes procuram manter a sua identidade cultural, tentando ao mesmo tempo funcionar na sociedade americana. Mais do que isto, segundo o autor, esta

identidade resulta menos de um desejo de avançar para um novo modo de vida e mais de uma perda do antigo.

As mudanças que estes imigrantes tiveram de fazer são consideradas por eles apenas como formas de se adaptarem ou encaixarem na nova sociedade, mas enquanto pessoas eles continuam os mesmos. Não vêem a sua identidade como estando em conflito com a sua nova localização ou com o seu modo de vida. Há neste processo um sentido de transitoriedade, em que o migrante vai construindo uma identidade híbrida, composta por múltiplas pertenças, que circulam entre a cultura de origem e a nova sociedade. Existem áreas em que os seus enraizados valores culturais e forma de pensar não foram ainda alterados pela nova localização geográfica. Existe na cabeça destes imigrantes uma distinção clara entre ser capaz de funcionar na nova sociedade e adoptar a forma de pensar “normal” nessa sociedade (Alvord, 2011).

O sentimento de ser nepalês é muito forte entre a diáspora nepalesa nos Estados Unidos. Contudo, a comunidade em geral tem tentado atingir um equilíbrio entre a sua vida no país de acolhimento e as suas próprias origens. A preservação das línguas maternas é uma manifestação da tentativa de preservação da cultura de origem. Em casa de algumas famílias identificadas no estudo realizado por Nath (2009) os pais mantêm a língua, ensinando-a aos filhos e utilizam-na no ambiente doméstico, pelo que muitas crianças da comunidade nepalesa são bilingues, trilingues ou mesmo políglotas, já que aprendem Nepalês, pelo menos um dos dialectos das regiões de origem dos progenitores e o Inglês.

Neste sentido de manter viva a cultura, as associações têm desempenhado um importante papel, ao juntar os elementos da comunidade para comemoração das festividades tradicionais com as quais muitos cresceram. Mesmo que muitos pareçam já bastante americanizados quando fora da comunidade, dentro do grupo, especialmente em ocasiões festivas, procuram manter os seus traços culturais intactos. Nomeadamente os mais velhos fazem questão de utilizar os seus trajes tradicionais durante os festivais (Nath, 2009).

Ainda de acordo com Nath, o maior medo que expressam é de que a noção que têm da sua terra natal já esteja desfasada da realidade, pois a imagem que guardam é do Nepal que deixaram para trás. Aqueles que nunca mais voltaram e que pretendem fazê-lo um dia esperam que a globalização e o maior acesso a meios de comunicação tornem este regresso mais fácil.

Estes imigrantes vêm as suas ideias já estabelecidas sobre o que é ou era a sua terra natal serem desafiadas pelas novas imagens que obtém através dos média ou das que observam com os próprios olhos quando visitam ou regressam ao Nepal. Têm depois que integrar estas novas imagens nas suas mentes e procurar aceitar as mudanças. Porém, o maior desafio que enfrentam é encontrar no país que um dia deixaram um nicho em que se possam encaixar novamente (Nath, 2009).

Também Alvord (2011), entre os imigrantes que estudou (todos pertencentes à primeira-geração) verificou que os métodos mais utilizados para se manterem ligados a casa estão fortemente dependentes das novas tecnologias de comunicação globalizadas. Estarem ao corrente de notícias e eventos passados no país de origem representa uma forma de sustentarem as suas identidades híbridas. No entanto, embora todos os imigrantes em foco por Alvord usem a tecnologia para se “conectarem” a casa, as diferenças em termos de acesso e de infra-estruturas mostram ter consequências nos laços psicológicos e emocionais em relação ao país origem. Estas diferenças manifestam-se não só na forma como se ligam ao Nepal, mas também em como sentem estar mais longe ou mais perto de casa.

No âmbito do uso das novas tecnologias, a visualização de televisão satélite é bastante comum, mas muitos imigrantes vêm canais televisivos do seu país através da Internet. Além de procurarem entretenimento, procuram também os noticiários. Todos têm bom acesso à Internet e à exceção de alguns imigrantes mais velhos, todos sabem utilizar um computador. Mas no Nepal as infra-estruturas existentes não são as mesmas e podem dificultar o contacto com os familiares e amigos, tornando o processo mais aborrecido. Mesmo para os que possuem família em áreas metropolitanas, como Kathmandu, embora seja mais fácil, o preço do serviço, a morosidade e a electricidade pouco fiável continuam a dificultar a comunicação. A percepção que têm em relação à distância física e emotiva de casa é muito maior do que se existissem melhores infra-estruturas de comunicação (Alvord, 2011).

Em muitos casos, os membros da diáspora nepalesa nos Estados Unidos têm conseguido lidar bem com a realidade de pertencer a dois mundos. O facto de emigrarem voluntariamente em busca de uma melhor educação ou de emprego faz com que sejam considerados como privilegiados no seu próprio país por terem sido bem-sucedidos nessa empresa de ir para a “América”. Sobretudo aqueles que conseguem demonstrar que conseguiram ser bem-sucedidos revelam um sentimento de orgulho ao reencontrar a família e os amigos (Alvord, 2011).

Apesar de em muitos casos haver uma compartimentalização das duas vidas, os média têm ajudado estes imigrantes a lidar com as dualidades que a sua vida lhes impõe. Mesmo que não visitem muitas vezes o país de origem, as novas tecnologias fazem com que seja mais fácil estar em contacto com os entes que possuem no Nepal. Também aqueles que são visitados mais vezes por amigos ou pela família encontram nestas visitas uma ponte que liga os seus dois mundos (Alvord, 2011). Nath (2009) destaca ainda o papel da Non Resident Nepali Association (NRN), que tem emergido como uma voz forte nas decisões políticas e nas medidas que são tomadas no Nepal relativamente à emigração, sendo também uma importante fonte de financiamento de projectos de desenvolvimento.

Embora a actual diáspora nepalesa nos Estados Unidos viver na era da globalização, de ser transnacional, mantendo conexões em ambos os países, lida ainda com as questões de fixação no país. Sendo uma comunidade relativamente recente e pequena, não possui uma história ou experiência, que sirvam de referência e com as quais pudesse já ter aprendido. Está ainda a fazer essa história e a criar essa experiência, ao mesmo tempo que está também num processo de definição identitária no seio de algo maior que é o conjunto de membros da diáspora sul asiática (Nath, 2009).

Actualmente, devido à mudança nas políticas de imigração e emergência de oportunidades em outros lugares, os destinos dos migrantes nepaleses parecem estar a mudar do sul e sudeste da Ásia para o médio oriente e Europa. Segundo Nath, embora possa levar algum tempo até que novos padrões se estabeleçam, as redes de migração ainda desempenham um papel importante na definição de destinos de emigração nepalesa, como é o caso dos Estados Unidos. Em geral, o sucesso dessas redes pode ser avaliado não só pela abertura de caminho a outros migrantes, mas também na continuação e manutenção deste movimento migratório, que tem definido a identidade dos nepaleses nos últimos 200 anos.

### **Comunidade nepalesa de Portugal**

Entre os grupos de imigrantes existentes em Portugal, os de origem asiática são os mais significativos entre os de pequena dimensão. Só na primeira década do século XXI começaram a ter expressão, tendo como traço comum, além da origem geográfica, um modo de inserção socioeconómica em que se destacam as microempresas familiares e as actividades por conta própria na área da restauração, do comércio e dos serviços. São populações recentes, que se concentram na região de Lisboa e Vale do Tejo, constituídas, na sua maioria,

por adultos em idade activa, ainda com poucas crianças e idosos, pelo que não é claro se seguirão a tendência de fixação definitiva das populações migrantes mais antigas (Pires, Machado, Peixoto, & Vaz, 2010, p. 60). Dentro destas, as principais são a chinesa, a indiana, a paquistanesa e a bangladechiana. De acordo com os últimos dados do SEF, correspondentes a 2013, contavam nesse ano 18.637, 6.022, 2.628 e 1.733 membros, respectivamente.

O quadro 1 mostra a evolução das maiores comunidades de origem asiática, de entre um total de 46, desde 2006. Como se pode verificar, já em 2006 as nacionalidades mais numerosas eram as mesmas quatro. No entanto, em 2013 a quarta maior comunidade deixou de ser a do Bangladesh para passar a ser a comunidade nepalesa. Estes dados mostram que a tendência verificada nestas comunidades contraria a actual tendência de diminuição do número de estrangeiros residentes em Portugal e a crescente importância da comunidade nepalesa que, em 2013, contava 2.588 indivíduos (SEFSTAT, 2014)<sup>31</sup>. Destes, 1.736 eram homens e 852 eram mulheres. É de realçar que estes valores dizem respeito apenas a estrangeiros com autorização de residência.

**Quadro 1. Evolução das principais comunidades asiáticas em Portugal 2006/2013**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
China	10.167	10.448	13.331	14.396	15.699	16.785	17.447	18.637
Índia	3.785	4.104	5.519	5.782	5.271	5.384	5.657	6.022
Paquistão	2.205	2.371	2.736	2.698	2.604	2.474	2.425	2.628
Bangladesh	1.090	1.180	1.577	1.346	1.007	1.149	1.351	1.733
Nepal	285	302	560	685	797	1.145	1.702	2.588
Uzbequistão	503	562	851	951	1.075	1.104	1.119	1.081
Tailândia	126	134	278	455	722	922	1.009	1.021

Fonte: SEFSTAT, Portal de estatísticas do SEF

Quanto à dispersão regional, registavam-se 2.050 nepaleses a residir em Lisboa, o que quer dizer que praticamente toda a comunidade vive na capital. A Non Resident Nepalese Association aponta como principais factores de atractividade de Portugal, a facilidade em conseguir a autorização de residência, o clima e as perspectivas de melhoria de vida. Quanto às actividades económicas, a mesma fonte destaca a área da restauração. Tal vai ao encontro do que revela Pena Pires, em “Portugal: Atlas das Migrações Mundiais”.

<sup>31</sup> População Estrangeira Residente em Território Nacional, por país de origem, em 2013.

## Imigrantes portugueses em Macau

Mais de quinhentos anos passaram sobre a chegada dos portugueses à China, em 1513. Macau era então uma península abrigada e ponto de paragem de navegadores que faziam a costa da província de Fujian. À “Cidade do Nome de Deus” os portugueses chegariam em 1557.

O nome com que os portugueses baptizaram este território está ligado ao templo a A-Má, coincidentemente, deusa dos navegantes. Conta-se que, ao entrar na baía, terão perguntado onde estavam, ao que lhes responderam “A-Má Gau”, que significa Baía de A-Má. Em Cantonês, a cidade mantém o nome original “Ou Mun”, que significa Porta da Baía. Mas quanto à origem do nome várias são as teorias (GCS Macau, 2013, p. 465).<sup>32</sup>

A designação “Cidade do Nome de Deus, Não Há Outra Mais Leal” foi-lhe atribuída por D. João IV, por se ter mantido leal à coroa portuguesa durante a ocupação filipina, nunca tendo içado a bandeira espanhola. Quem visitar o Leal Senado, antiga Câmara Municipal de Macau durante a administração portuguesa, poderá ler no topo da entrada “*Em nome D’El Rei Nosso Senhor Dom João IV mandou o capitão geral d’esta praça João de Souza Pereira, pôr este letreiro em fé da muita lealdade que conheceu nos cidadãos dela em 1654*”.

Macau ou a Região Administrativa Especial de Macau situa-se no sudeste da China, a oeste do delta do Rio das Pérolas, a 60 quilómetros de Hong Kong e a 145 quilómetros de Cantão, ou Guangzhou, capital da província com o mesmo nome, Cantão, ou em Cantonês Guangdong<sup>33</sup>.

Com uma área de 11,6 quilómetros quadrados no século XIX, o território ocupa actualmente um total de 31,3 quilómetros quadrados, incluindo as ilhas da Taipa e de Coloane. Tal aumento deve-se a aterros feitos na orla marítima, que expandiram a área da península e ligaram a Taipa a Coloane. A norte, a península de Macau está ligada à China continental, fazendo fronteira com a cidade de Zhuhai, através das Portas do Cerco. A construção inicial, com a data de Agosto de 1849 ainda existe, mas já tem por detrás o novo posto fronteiriço, construído em 2004. Pode ler-se no topo “*A Pátria Honrai que a Pátria Vos Contempla*” (figura 3).

---

<sup>32</sup> <http://macauantigo.blogspot.com/2010/01/diversos-nomes-de-macau.html> (consultado em 2 de Julho de 2014)

<sup>33</sup> <http://www.gcs.gov.mo/files/factsheet/geography.php?PageLang=P> (consultado em 2 de Julho de 2014)

**Figura 3. Portas do Cerco, Macau**



Em Dezembro de 2012, a região de Macau tinha 582 mil habitantes e uma densidade demográfica de 19.000 habitantes por quilómetro quadrado (GCS Macau, 2013, p. 8). Para se poder comparar, Lisboa tem cerca de 500 mil habitantes e uma densidade de 940 pessoas por quilómetro quadrado<sup>34</sup>. A parte norte da Península de Macau é considerada uma das zonas com maior densidade demográfica do mundo<sup>35</sup>. O movimento de entradas e saídas na RAEM (visitantes) registou também um número impressionante, com um total anual de 28 milhões.

Os homens representam 48,2 por cento da população residente e as mulheres 51,8 por cento. Pessoas com idade inferior a 14 anos representam 11,6 por cento da população; entre 15 a 64 anos representam 80,8 por cento; e 7,7 por cento têm mais de 65 anos. A esperança média de vida é de 82 anos para homens e mulheres (GCS Macau, 2013, p. 327).

Segundo o censo 2011, 92,3 por cento é de ascendência chinesa, 0,9 por cento de ascendência portuguesa e 2,7 por cento de ascendência filipina. A ascendência relaciona-se com a nacionalidade, o que não quer dizer que seja população nascida obrigatoriamente nos países de origem. No caso dos portugueses, existe uma parte da população que nasceu em Macau durante a administração portuguesa e optou pela nacionalidade portuguesa em vez da nacionalidade chinesa.

<sup>34</sup> <http://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional+segundo+os+Censos-591> (consultado em 2 de Julho de 2014)

<sup>35</sup> <http://www.gcs.gov.mo/files/factsheet/geography.php?PageLang=P> (consultado em 2 de Julho de 2014)

Mais de 50 por cento da população reside em Macau há mais de 15 anos. Os habitantes nascidos localmente representam 40,9 por cento da população. Nascidos na China continental representam 46,2 por cento. Quanto à restante população estrangeira, nascidos em Portugal representam 0,3 por cento da população, nascidos nas Filipinas 2,6 por cento e nascidos em Hong Kong 3,5 por cento.

Quinze anos após a transferência de Macau para a República Popular da China, o território procura ser hoje uma ponte entre a China e o mundo lusófono:

“O território retornou à mãe-pátria mas manteve as suas especificidades lusófonas, um peão embrenhado num jogo de sombras chinesas para alcançar interesses além-mar. Oficialmente designado como plataforma de ligação da China ao mundo lusófono, Macau refugia-se no papel de intermediário que os seus contornos únicos lhe permitem desempenhar.” (Mendes, 2013, p. 44)

Macau nunca foi uma colónia, mas sim um território sob administração portuguesa, um caso de soberania partilhada, nunca tendo sido contemplado pela vaga da descolonização, sendo antes sujeito a um processo de retrocessão, resolvido pela via negocial (Mendes, 2013, p. 44). Ou seja, foi absorvido pelo país ao qual pertencia antes de ser administrado pela potência colonial, tal como Goa.

“A acta das conversações sobre a questão de Macau, assinada em 1979 aquando do restabelecimento de relações diplomáticas luso-chinesas, já dizia que o território sob administração portuguesa seria «restituído à China (...), no momento julgado oportuno pelos governos dos dois países e por meio de negociações». Tal viria a acontecer no rescaldo das negociações sino-britânicas sobre Hong Kong, resultando na assinatura da Declaração Conjunta de Macau em 1987, que estipulou a transferência da administração portuguesa para a República Popular da China (RPC) em 1999.” (Mendes, 2013, p. 44)

Em 1999 foi criada a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), que abrange a península de Macau e as ilhas da Taipa e de Coloane, administrada de acordo com o princípio “um país, dois sistemas”, consagrado na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau<sup>36</sup>, uma espécie de constituição. Pode ler-se no preâmbulo:

“A fim de salvaguardar a unidade nacional e a integridade territorial, bem como favorecer a estabilidade social e o desenvolvimento económico de Macau, tendo em conta o seu passado e as suas realidades, o Estado decide que, ao voltar a assumir o exercício da soberania sobre Macau, cria-se a Região Administrativa Especial de Macau de acordo com as disposições do artigo 31.º da Constituição da República

---

<sup>36</sup> <http://bo.io.gov.mo/bo/I/1999/leibasica/index.asp> (consultado em 2 de Julho de 2014)

Popular da China e que, de harmonia com o princípio «um país, dois sistemas», não se aplicam em Macau o sistema e as políticas socialistas. As políticas fundamentais que o Estado aplica em relação a Macau são as já expostas pelo Governo Chinês na Declaração Conjunta Sino-Portuguesa.

De harmonia com a Constituição da República Popular da China, a Assembleia Popular Nacional decreta a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, definindo o sistema a aplicar na Região Administrativa Especial de Macau, com vista a assegurar a aplicação das políticas fundamentais do Estado em relação a Macau.”

De acordo com os artigos 2.º e 5.º da Lei Básica, a China autoriza a RAEM a exercer um alto grau de autonomia e a gozar de poderes executivo, legislativo e judicial independentes, incluindo o de julgamento em última instância, mantendo-se inalterados durante cinquenta anos o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes. Pelo mesmo período a língua portuguesa é língua oficial em simultâneo com o Mandarim, segundo o artigo 9.º:

“Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial.”

## **Economia e relações internacionais**

Em 2012, o PIB de Macau foi de 348,2 mil milhões de patacas (€31,8 mil milhões), traduzindo um crescimento de 9,9 por cento comparativamente ao período homólogo do ano anterior, enquanto o PIB médio *per capita* foi de 612 mil patacas (€55.991). Para se poder comparar, o PIB *per capita* português foi, em 2012, de €15.702,3<sup>37</sup>. Em 2013, segundo os dados do Banco Mundial<sup>38</sup>, o PIB *per capita* de Macau era o quarto maior do mundo, no valor de US\$91.376 ou €57.600, tendo ultrapassado a Suíça e ficando atrás do Luxemburgo, Noruega e Qatar<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> <http://www.pordata.pt/Portugal/PIB+e+rendimentos+per+capita-534> (consultado em 2 de Julho de 2014)

<sup>38</sup> <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD> (consultado em 5 de Julho de 2014)

<sup>39</sup> <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2014/07/03/macau-e-o-quarto-mais-rico-do-mundo/>  
[http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Internacional/interior.aspx?content\\_id=4004510](http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Internacional/interior.aspx?content_id=4004510)

Segundo o “Macau Livro do Ano 2013” editado pelo governo de Macau<sup>40</sup> (GCS Macau, 2013), o crescimento económico da região, em 2012, foi impulsionado principalmente pela exportação de serviços e pelo consumo privado, tendo registado um aumento de 6,9 por cento na exportação de serviço do jogo e uma subida de 6,4 por cento no valor global das despesas de visitantes.

O turismo e o jogo são o motor principal da economia de Macau, sendo o sector do jogo, a maior origem das receitas tributárias. Desde a década de 1990 que a indústria do turismo de Macau tem vindo a prosperar. O seu desenvolvimento acelerou ainda mais depois do estabelecimento da RAEM. A orientação futura é construir Macau como um centro internacional de turismo e lazer, tendo como objectivo promover a diversificação da indústria do turismo de Macau e integrar condições específicas nos recursos culturais, de modo a reforçar a construção de Macau como uma cidade de turismo cultural de alta qualidade. Estes são os objectivos constantes no Livro do Ano 2013 (GCS Macau, 2013).

Em 2012, o valor total anual das receitas brutas do sector do jogo foi de 305,23 mil milhões de patacas (US\$38,154 mil milhões ou €27,9 mil milhões) enquanto o valor total anual das receitas de imposto sobre o sector do jogo foi de 113,38 mil milhões de patacas (US\$14,173 mil milhões ou €10,36 mil milhões), ou seja, cerca de 40 por cento das receitas do jogo vão para o governo da RAEM em forma de imposto. Segundo a imprensa local<sup>41</sup>, quanto às receitas do jogo, Macau faz em quatro dias o que Las Vegas faz em um mês.

A indústria do jogo em Macau, com tradição desde os meados do século XIX, constitui uma das mais antigas actividades de Macau. A liberalização do sector do jogo, realizada pelo Governo da RAEM, em 2002, tem captado novos investimentos e modelos de funcionamento, criou inúmeros postos de emprego, injectando um novo impulso e factores de diversificação ao sector. A Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM) foi titular da licença exclusiva de concessão de exploração do jogo desde 1962, cujo contrato de monopólio, após várias renovações, terminou em 31 de Dezembro de 2001. Na década de 1990, cerca de metade das receitas anuais do governo de Macau provinham do imposto do jogo. Após o estabelecimento da RAEM, o governo decidiu liberalizar o sector, no termo do contrato da concessão de exclusividade com a STDM em finais de 2001, para desenvolver a

---

<sup>40</sup> <http://yearbook.gcs.gov.mo/> (consultado em 2 de Julho de 2014)

<sup>41</sup> <http://jtm.com.mo/local/quatro-dias-na-raem-valem-31-em-las-vegas/> (consultado em 2 de Julho de 2014)

indústria pela via da concorrência, de forma a criar mais postos de trabalho para a população e consolidar o estatuto de Macau como um centro regional de jogo.

Outra indústria com longa história em Macau é a da manufactura. Inicialmente, assentava na produção de panchões e pivetes, ou seja, cartuchos de pólvora e paus de incenso muito utilizados nas festividades de Macau. Os têxteis e o vestuário surgiram na década de 1960, tendo as décadas de 1970 e 1980 ficado marcadas por um período considerado áureo para os sectores têxtil e de vestuário, brinquedos, electrónica e flores artificiais. Nos anos 1990, a indústria de Macau entrou em fase de desaceleração, determinada pela fragilização das economias dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Europeia (UE), pela subida dos salários locais e pela concorrência de novos países e regiões industrializadas. Hoje, a indústria de manufactura assenta essencialmente nos têxteis e vestuário, caracterizada por uma mão-de-obra intensiva e virada para o desenvolvimento exterior, tendo como principais os mesmos mercados (EUA e UE).

Relativamente ao emprego, entre Novembro de 2013 e Janeiro de 2014, praticamente toda a população activa estava empregada, registando-se apenas 1,8 por cento de desempregados. Com o rápido desenvolvimento económico, desde 2006 que o desemprego não sobe acima dos três por cento. No primeiro trimestre de 2013, o salário médio mensal era de 12.000 de patacas, pouco acima dos mil euros. Em Portugal, para comparação, situava-se pouco abaixo dos mil euros<sup>42</sup>. Tendo em consideração que o PIB *per capita* de Macau é um dos mais elevados do mundo, um salário médio tão baixo poderá indicar a existência de um fosso entre ricos e pobres. Aliás, este assunto tem sido alvo de estudos e é focado na imprensa local<sup>43</sup>.

Quanto às habilitações académicas, de acordo com o censo de 2011 (DSEC Macau, 2012, p. 63), entre 2001 e 2011, a implementação do ensino básico gratuito impulsionou o aumento das habilitações académicas a nível global. Em 2011, 34,2 por cento da população tinha o nível de escolaridade equivalente ou inferior ao ensino primário, o que corresponde a uma descida substancial de 20,4 pontos percentuais, face a 2001. A população habilitada com o ensino secundário geral e complementar representava 49 por cento e com ensino superior correspondia a 16,7 por cento da população.

---

<sup>42</sup><http://www.pordata.pt/Portugal/Salario+medio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+remuneracao+base+e+ganho-857> (consultado em 2 de Julho de 2014)

<sup>43</sup><http://www.macaudailytimes.com.mo/macau/43208-gap-between-rich-and-poor-widens-to-warning-levels.html> (consultado em 2 de Julho de 2014)

No que se refere à política de relações com o estrangeiro, a Lei Básica define no artigo 136.º que a RAEM, com a denominação de “Macau, China”, pode:

“Manter e desenvolver, por si própria, relações, celebrar e executar acordos com os países e regiões ou organizações internacionais interessadas nos domínios apropriados, designadamente nos da economia, comércio, finanças, transportes marítimos, comunicações, turismo, cultura, ciência, tecnologia e desporto.”

As políticas externas e as relativas à manutenção da língua portuguesa visam fazer com que Macau se torne uma plataforma de acesso da China aos países lusófonos, onde possui interesses económicos e comerciais. Com este objectivo foi criado o Fórum Macau<sup>44</sup>.

“Esta abertura, conjugada com a manutenção do português como uma das línguas oficiais a par do chinês, tem dado à RAEM a autonomia externa necessária para desenvolver um intenso relacionamento, inclusivamente de alto nível, com as ex-colónias portuguesas. O bom relacionamento entre Lisboa e Pequim, resultante do clima amigável das negociações luso-chinesas, e entre Lisboa e as suas ex-colónias, facilitaram o processo. Em 2003, a preservação das suas características lusófonas garantiu-lhe a sede do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de língua portuguesa, por isso conhecido como Fórum Macau.” (Mendes, 2013, p. 45)

Relativamente às relações com Portugal, após a criação da RAEM, o bom relacionamento manteve-se, continuando a permanecer em Lisboa a delegação Económica e Comercial de Macau para consolidação das relações mútuas.

Em Maio de 2000, a RAEM e Portugal assinaram o “Acordo entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos”, com vista a reforçar a cooperação económica e comercial e contactos bilaterais, criando condições favoráveis para os investidores da RAEM e Portugal. Um ano depois, assinaram também o “Acordo-Quadro de Cooperação entre a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a República Portuguesa”, para promover o desenvolvimento da cooperação bilateral entre a RAEM e Portugal nos domínios económico, financeiro, técnico, científico, cultural, segurança pública interna e judicial.

---

<sup>44</sup> <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/index.php> (consultado em 2 de Julho de 2014)

## Religião e cultura

Macau tem por princípio a liberdade de crença religiosa, segundo o artigo 128.º da Lei Básica:

### Artigo 128.º

De acordo com o princípio da liberdade de crença religiosa, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau não interfere nos assuntos internos das organizações religiosas, nem na manutenção e no desenvolvimento de relações das organizações religiosas e dos crentes com as organizações religiosas e os crentes de fora da Região de Macau. Não impõe restrições às actividades religiosas que não contrariem as leis da Região Administrativa Especial de Macau.

As organizações religiosas podem fundar, nos termos da lei, seminários e outros estabelecimentos de ensino, hospitais e instituições de assistência social, bem como prestar outros serviços sociais. As escolas mantidas por organizações religiosas podem continuar a ministrar educação religiosa, incluindo a organização de cursos de religião.

As organizações religiosas gozam, nos termos da lei, do direito de adquirir, usar, dispor e herdar património e de aceitar doações. Os seus direitos e interesses patrimoniais anteriores são protegidos nos termos da lei.

A Lei n.º 5/98/M, de 3 de Agosto, regula a liberdade de religião e de culto e as confissões religiosas em geral na RAEM. Segundo esta lei, “O Território de Macau não professa qualquer religião e as suas relações com as confissões religiosas assentam nos princípios da separação e da neutralidade”. A Lei da Liberdade Religiosa define, ainda, que “As confissões religiosas são iguais perante a lei” (GCS Macau, 2013, p. 455).

Macau, enquanto ponto de intercâmbio das culturas oriental e ocidental, possui uma diversidade de religiões, cujas manifestações são visíveis no dia-a-dia. Além do Confucionismo, Budismo e Taoísmo como principais, o Catolicismo, o Protestantismo e o Islamismo coexistem em Macau. Enquanto, por exemplo, a Diocese de Macau organiza diversas procissões tradicionais, como a de Nossa Senhora de Fátima ou a do Senhor Bom Jesus dos Passos, é possível observar a realização de cerimónias budistas, em que de mãos unidas os crentes oferecem incenso.

O Budismo ocupa um lugar bastante importante no quotidiano da comunidade chinesa de Macau, a maior. O Budismo neste caso é apenas uma concepção genérica, já que pode conter valores do Confucionismo e Taoísmo e de outros costumes e práticas tradicionais. Existem muitas organizações budistas, das quais a principal é a Associação Budista Geral de Macau, fundada em 1997. Existem mais de 40 templos budistas, dezenas de templos ao Deus

da Terra e casas de divindades. Após o estabelecimento da RAEM, foi definido como feriado público o “Dia do Buda”, oitavo dia do quarto mês do calendário lunar (normalmente no mês de Maio).

A presença católica em Macau remonta a 1576, ano em que a Diocese de Macau foi fundada, de acordo com o édito do Papa Gregório XIII, tornando-se na primeira diocese no Extremo Oriente. No período inicial da sua fundação, cobria uma área extremamente vasta, englobando a China, Japão, Vietname e diversas ilhas ao longo da costa do Sudeste da Ásia. O primeiro administrador eclesiástico da Diocese de Macau foi o jesuíta D. Melchior Carneiro. Já em 1565, a Companhia de Jesus tinha estabelecido em Macau residências e um colégio - o Colégio de S. Paulo. No fim do século XVI, esta instituição académica foi reconhecida pelas universidades europeias. A antiga Igreja da Madre de Deus, que fazia parte do complexo do colégio foi consumida por vários incêndios. O último foi em 1835 e dele só sobraram as ruínas, hoje património mundial da humanidade, as Ruínas de S. Paulo<sup>45</sup>.

Segundo as estatísticas de 2012 da Diocese de Macau, o número total de católicos é de 29.390, dos quais 13.891 são de Macau, a sua maioria membros da comunidade chinesa e 15.499 residentes não-permanentes, onde se incluem portugueses e filipinos. A Diocese de Macau edita revistas religiosas periódicas e um semanário em língua portuguesa, “O Clarim”.

A introdução do protestantismo na China compreendeu quatro expedições, que ocorreram nas dinastias de Tang, Yuan, Ming e Qing, sendo as últimas duas expedições relacionadas com Macau. Em 1807, o missionário protestante Robert Morrison, enviado pela Sociedade Missionária de Londres, pisava a Terra de Macau para a quarta missão. Viria a falecer em 1834, sendo sepultado no Cemitério Protestante de Macau, ainda hoje existente e passível de ser visitado.

Após a Guerra do Ópio, a base de missionação protestante transferiu-se para Hong Kong e Xangai. Contudo, a comunidade protestante de Macau continuou a desempenhar um papel activo no desenvolvimento do protestantismo no Delta do Rio das Pérolas. Actualmente há em Macau cerca de 80 igrejas protestantes, mais de 150 missionários e cerca de 8000 crentes residentes.

A presença islâmica foi consolidada a partir de 1935, com a fundação da Associação Islâmica de Macau. Há alguns anos que esta planeia a construção de uma nova mesquita e de

---

<sup>45</sup> <http://whc.unesco.org/en/list/1110> (consultado em 2 de Julho de 2014)

um centro islâmico, com uma área de 1.250 metros quadrados e uma capacidade para 600 fiéis.

A crença Bahá'í foi introduzida em Macau em 1953. A Secção Local de Macau, organismo para os assuntos dos Bahá'ís, foi estabelecida em 1958. A Secção Local da Taipa foi fundada em 1984 enquanto a Secção Local de Coloane foi fundada em 1988, sendo criada em 1989 a Associação da Assembleia Espiritual dos Bahá'ís, o órgão administrativo dos assuntos religiosos de todo o território. As três secções locais estão sob a administração da Associação da Assembleia Espiritual dos Bahá'ís de Macau. Neste momento é de 2.500 o número de crentes.

Quanto às festas tradicionais, existem em Macau vários feriados orientais e ocidentais, tais como o Ano Novo Lunar, o Cheng Ming (Dia de Finados), a Páscoa, o Dia do Buda, o Chong Chao (Bolo Lunar), a Imaculada Conceição, o Solstício de Inverno e o Natal.

O Ano Novo Lunar é a festa mais importante do povo chinês. Nos primeiros dias de festa, os residentes de Macau vão aos templos, fazem oferendas, queimam incenso, petardos, panchões e fogo-de-artifício e visitam família e amigos. Os trabalhadores da administração pública, proibidos de entrar nas casas de jogo durante o resto do ano, podem jogar nos primeiros três dias. As ruas estão decoradas e ouve-se o explodir de panchões, o matraquear de bombinhas e o fogo-de-artifício contínuo.

O Cheng Ming (Dia de Finados) e o Chong Yeong (Culto dos Antepassados) são dias para limpar as sepulturas e prestar homenagem aos antepassados. O Dia de Finados cristão, celebrado a 2 de Novembro, é feriado público em Macau.

O Dia do Buda é uma festividade especial e com características muito próprias de Macau. Todos os anos, durante o Dia do Buda, as organizações budistas de Macau organizam diversas actividades, nomeadamente encontros para recitar salmos ou cerimónias para banhar o Buda, a fim de comemorar o seu nascimento.

No Tung Ng (Festa dos Barcos-Dragão), que ocorre no quinto dia do quinto mês do calendário lunar, tradicionalmente come-se “chong” (uma espécie de bolo de arroz envolto em folhas de bambu) e realizam-se regatas de barcos-dragão.

No Chong Chao ou Festa do Bolo Lunar, quem aprecia come os chamados bolos lunares, enquanto contempla a lua cheia. Na véspera, sente-se a atmosfera festiva, sobretudo nas lojas que vendem bolos tradicionais. Na noite da festa, as famílias reúnem-se fora de casa e, se já normalmente as ruas de Macau não dormem, nesta enchem-se de gente.

Nas festas católicas destaca-se o Natal. Mesmo os chineses não crentes o comemoram. As ruas iluminam-se e são decoradas, e podem ouvir-se nas igrejas os cânticos alusivos à quadra.

### **Línguas de acolhimento**

Relativamente às línguas de acolhimento, em 2011, 83,3 por cento da população com idade igual ou superior a três anos falava Cantonês, como “língua corrente”, neste caso entenda-se língua materna ou primeira língua. Pessoas com o Mandarim como primeira língua representavam cinco por cento da população, com o Inglês 2,3 por cento e com o Português como primeira língua a percentagem era de apenas 0,7. Quanto ao domínio de outras línguas, 90 por cento da população, sabia fala Cantonês, embora não o tendo como primeira língua. O Mandarim era falado por 41,4 por cento da população, enquanto 21,1 por cento falava Inglês e 2,4 por cento Português (DSEC Macau, 2012, p. 64).

### **Panorama mediático**

Segundo a Lei Básica de Macau<sup>46</sup>, a região pode definir a sua política cultural, na qual se inclui a rádio, a televisão e o cinema, e a política respeitante à imprensa e à edição.

#### Artigo 125.º

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau define, por si próprio, a política cultural, incluindo as políticas respeitantes à literatura, à arte, à radiodifusão, ao cinema e à televisão, entre outros.

#### Artigo 126.º

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau define, por si próprio, a política respeitante à imprensa e à edição.

Macau tem uma estação de televisão e duas de rádio. Existe uma empresa que distribui serviços de televisão por cabo e quatro outras que, tendo como base Macau, fornecem serviços de radiodifusão televisiva por satélite (GCS Macau, 2013, p. 347)

---

<sup>46</sup> <http://bo.io.gov.mo/bo/I/1999/leibasica/index.asp> (consultado em 2 de Julho de 2014)

A Teledifusão de Macau, S.A. (TDM) deu início às suas emissões regulares de televisão, como estação de serviço público, em Fevereiro de 1988. A partir de 2008, a TDM começou a prestar serviços de radiodifusão televisiva digital, transmitindo simultaneamente programação digital e analógica. Além de um canal em português (TDM-Macau) e de um em chinês (TDM-Ou Mun), dispõe de canais digitais.

As duas estações de rádio de Macau são a Ou Mun Tin Toi na dependência da TDM, que opera dois canais de rádio, um em língua chinesa (Ou Mun Tin Toi) e outro em língua portuguesa (Rádio Macau); e uma emissora privada, a Rádio Vila Verde.

A TV Cabo Macau, S.A. entrou em funcionamento em Julho de 2000 e disponibiliza 101 canais. A Televisão por Satélite de Macau, S.A. dispõe de quatro canais: o canal de informação; o canal Gongfu (de artes marciais), o canal Newsky Satélite TV e o canal Zhongbo Satélite TV. A Companhia de Televisão por Satélite China (Grupo), S.A. obteve, em 2000, a licença para prestar serviço de telecomunicações de radiodifusão televisiva por satélite e começou a funcionar em 28 de Março de 2008, dispondo de um canal de temas relacionados com saúde. A Companhia de Televisão por Satélite MASTV, Lda. entrou em funcionamento em Junho de 2001 e possui um canal em chinês. A Macau Lótus TV Media via Satélite, Lda. iniciou formalmente o seu funcionamento no dia 1 de Janeiro de 2009 e dispõe de um canal.

Quanto a televisão digital terrestre, a TDM, actual fornecedora destes serviços, disponibiliza onze canais, entre os quais alguns de Hong Kong, nomeadamente dois que transmitem em língua inglesa: a TVB Pearl e a ATV World.

A imprensa escrita tem uma história de mais de 100 anos em Macau. Em 1822, saiu o primeiro número do Abelha da China, o primeiro jornal a ser publicado na China. O Gazeta de Macau, o Imparcial e o Correio de Macau contavam-se também entre os primeiros jornais publicados em Português.

Hoje, existem três jornais diários em Português: o Ponto Final, o Jornal Tribuna de Macau e o Hoje Macau. Quanto a semanários, existem dois: O Clarim (semanário católico) e o Plataforma, um semanário em línguas chinesa e portuguesa, cujos directores são portugueses e que foi lançado em Maio de 2014.

Existem ainda várias revistas. Entre elas a Macau, em Português, e a Macau Business, em Inglês, a primeira com editor-executivo português e a segunda com director português.

No que se refere à imprensa escrita em Chinês, também possui uma longa história em Macau. Lin Zexu, quando dirigiu a campanha de proibição do ópio em Cantão nos anos 1839 e 1840, mandou fazer extractos do Jornal Mensal de Macau para publicar em Cantão utilizando o Ou Mun San Man Zhi (Jornal das Notícias de Macau) como referência da sua governação. Em 18 de Julho de 1893, Sun Yat Sen<sup>47</sup>, o macaense Francisco H. Fernandes, e outros, criaram o Echo Macaense, em Chinês e Português. Em 22 de Fevereiro de 1897, Kang Youwei e Liang Qichao fundaram o Chi Xin Bao (Jornal - o Reformador da China). Após a Revolução de 1911, a Imprensa de Macau em língua chinesa registou um grande desenvolvimento com o aparecimento de novos jornais, nomeadamente o Ao Men Times (Tempos de Macau), o Hao Jing Wan Bao (Vespertino Espelho do Mar), o Ao Men Tong Bao (Jornal Informação) e o Hao Jing Ri Bao (Jornal Espelho do Mar<sup>48</sup>).

Actualmente editam-se em Macau dez jornais diários em Chinês, com uma tiragem total de mais de 100 mil exemplares: o Ou Mun Iat Pou (Diário de Macau), o Jornal Va Kio (Diário dos Chineses Ultramarinos), o Tai Chung Pou (Diário para Todos), o Si Man Pou (Jornal do Cidadão), o Seng Pou (Jornal Estrela), o Cheng Pou (Jornal Rigor), o Jornal Today Macau (Macau Hoje), o Jornal San Wa Ou (Novo Correio Sino-Macaense), o Hou Kong Daily (Diário de Macau) e o último a surgir nas bancas, Exmoo News, diário distribuído gratuitamente.

Quanto a semanários em língua chinesa, existem o Jornal Informação, o Pulso de Macau, o Semanário Recreativo de Macau, o Jornal Si Si, o Semanário Desportivo de Macau, o Observatório de Macau, o Agora Macau, Macao Commercial Post e Macau Convention & Exhibition Economy Journal, entre outros.

Em Macau publicam-se, também, três diários em língua inglesa: The Macau Post Daily, o Macau Daily Times e o Macau Business Daily.

Dezenas de jornais e revistas publicadas em Macau, Hong Kong, e no interior da China estão diariamente nas bancas em Macau. Entre os jornais de Hong Kong destaca-se o South China Morning Post.

Macau não dispõe de agência noticiosa própria. Duas agências noticiosas, uma nacional, a Xinhua (Nova China) e outra de Portugal, a Lusa, estabeleceram delegações e

---

<sup>47</sup> Primeiro presidente da República da China, em 1911.

<sup>48</sup> Espelho do Mar é um dos nomes pelos quais Macau é conhecida.

escritórios representativos em Macau. No entanto, inúmeros órgãos de comunicação social do interior da China e do estrangeiro dispõem de correspondentes na RAEM, nomeadamente, a China News Service (China), a Televisão Central da China (CCTV), a Rádio Nacional da China, a Rádio Internacional da China, a China Radio & TV Macau Bureau (China), o Diário do Povo da China, o Wen Hui Bao (Xangai), South China Morning Post, Hong Kong Economic Journal, a ATV (Hong Kong), a Hong Kong Cable Television Limited (Hong Kong), a RTHK (Hong Kong), o Ta Kung Pao (Hong Kong), o Wen Hui Bao (Hong Kong) e a HKNews (Hong Kong), China Economic Weekly, Hong Kong Commercial Newspapers, Oriental Press Group Ltd., EyePress News e a China Trade News.

Existem oito organizações de profissionais da comunicação social: a Associação dos Trabalhadores de Imprensa de Macau, o Clube de Jornalistas de Macau, a Associação dos Jornalistas de Macau, o Clube de Comunicação Social de Macau, a Associação Fraternal de Jornalistas dos Assuntos Desportivos de Macau, a Associação de Jornalistas Fotógrafos de Macau, a Associação de Imprensa de Língua Portuguesa e Inglesa de Macau e a União de Beneficência das Associações de Trabalhadores da Comunicação Social de Macau.

Macau não é membro da Federação Internacional de Jornalistas e não tem o equivalente à Comissão da Carteira Profissional, o que significa que os jornalistas de Macau não têm credenciação profissional, o que lhes dificulta o trabalho principalmente fora do território. Os jornalistas portugueses têm alertado para esta situação<sup>49</sup>.

O mercado das telecomunicações móveis de Macau foi liberalizado em 2000. Actualmente existem cinco operadores no mercado: a CTM, a Hutchison - Telefone (Macau), Lda., a SmarTone - Comunicações Móveis (Macau), S.A, a Kong Seng Paging Lda. e a Companhia de China Unicom (Macau), Lda. Os residentes de Macau começaram a beneficiar do serviço das redes 3G em 2007. Até final de 2012, o número de utentes das cinco empresas de serviços de telecomunicações móveis, era de 1.613.457.

O número dos utentes da Internet registou um aumento estável em Macau, tendo atingido os 145.120 no final de 2012, destes 144.297 clientes estavam registados como utilizadores da banda-larga, representando um aumento de 5,1 por cento, ou seja, mais 7038 utilizadores em relação aos registados no ano de 2011. A taxa de cobertura da rede destes serviços é de 100 por cento.

---

<sup>49</sup> <http://hojemacau.com.mo/?p=29226> (consultado em 2 de Julho de 2014)

## Liberdade de imprensa

O relatório de 2013 da Federação Internacional de Jornalistas sobre a China não é muito abonatório para Macau (IFJ, 2013, p. 51)<sup>50</sup>. Em causa estão os conflitos entre a TV Cabo Macau e os “anteneiros” (empresas de antenas comunitárias) e a detenção de um jornalista, Jason Chao. Este relatório foi comentado e de certa forma contestado pelos próprios média de Macau, como é o caso do jornal Hoje Macau, que questionou as fontes e a condição de jornalista do activista Jason Chao<sup>51</sup>.

Diz o relatório que na véspera do retorno de Macau à China, em 1999, a administração portuguesa concedeu por quinze anos a exploração da televisão a cabo em exclusivo a uma empresa portuguesa, citando preocupações sobre a continuidade do canal português na Teledifusão de Macau, SA, a rede de televisão pública de Macau. Com este acto, a transmissão de televisão no território, de repente, tornou-se um monopólio, fazendo com que hoje esta concessão seja amplamente considerada como um contrato injusto.

Então, como é que as pessoas viam televisão em Macau? Como em muitas outras cidades do mundo, os residentes no território já não conseguem usar as antigas antenas “espinha de peixe” para a recepção de sinais de televisão, pois há edifícios cada vez mais altos. A solução lógica foram os provedores de serviços de antena comunitários (CASP ou “Empresas de Antena Pública”), que estão em operação desde 1980. Estas empresas fornecem serviços por apenas 4,40 dólares por família (3,2 euros). Como as Empresas de Antena Pública não possuem os direitos autorais dos programas transmitidos, cobram apenas os serviços de manutenção da rede, sem ter em conta a lei de direitos autorais. O público podia ver centenas de canais, fazendo com que estas empresas fossem uma forte ameaça à TV Cabo Macau. Isto tem causado várias disputas legais entre os dois lados, sendo que o governo da RAEM tem falhado em corrigir o “caos” no mercado de televisão, nomeadamente definindo o que é serviço de televisão pago e serviço de televisão público e gratuito.

---

<sup>50</sup> [http://www.ifj.org/uploads/media/China\\_2013\\_English.pdf](http://www.ifj.org/uploads/media/China_2013_English.pdf) (consultado em 2 de Julho de 2014)

<sup>51</sup> <http://hojemacau.com.mo/?p=66574> (consultado em 2 de Julho de 2014).

Jason Chao é activista do grupo Consciência Macau ou *Macau Concealers*, que por sua vez pertence à associação Open Macau Society, que tem como objectivo promover o desenvolvimento da sociedade civil de Macau (<http://pontofinalmacau.wordpress.com/2014/04/29/jason-chao-cria-nova-associacao/>, consultado em 2 de Julho de 2014)

Em Junho de 2013, o tribunal ordenou ao governo a resolução do litígio no prazo de 90 dias. Isto significava que o Governo da RAEM deveria rescindir a concessão, compensar a TV Cabo Macau, emitir novas normas e abrir o mercado. Esperava-se que estes movimentos trouxessem ordem ao caos. Mas o governo não agiu; em vez disso, segundo o relatório, passou por uma “negociação por debaixo da mesa” e veio com um anúncio surpresa em Agosto de 2013, proibindo todas as Empresas de Antena Pública. Em troca do pagamento de mais de 1,25 milhões de dólares (915 mil euros), o governo designou a TV Cabo Macau como o transmissor do sinal de televisão por cabo. Este caso é amplamente visto como um reforço da capacidade da TV Cabo Macau para “dominar o mundo”, sustentando um acordo injusto sob o disfarce de interesse público. Diz ainda o relatório que “é o conluio e a hipocrisia ao mais alto grau”.

A acrescentar a este caso está o facto de o público ter sido prejudicado, já que sem qualquer explicação razoável, e sob o pretexto de protecção de direitos de autor, o número de canais de televisão de acesso livre foi reduzido em dois terços, restando apenas cerca de 40 canais. Além dos canais populares de Hong Kong e Macau a que as pessoas habitualmente assistiam, o que resta ao público de Macau são a China Central Television (CCTV), a emissora de televisão estatal predominante na China continental, e algumas estações locais da China.

Apesar dos repetidos pedidos por parte de organizações dos média locais, a evasão do governo em conceder o acesso a alguns canais originalmente abertos ainda não foi explicada. Isso levanta a questão de saber se o governo está realmente motivado pela censura política, o que prejudicaria gravemente o livre fluxo de informação em Macau.

Quanto ao caso do jornalista/activista Jason Chao, diz o relatório que um cidadão jornalista de Macau, em trabalho para a “Macau Concealers”, que é controlada por um partido político liberal de Macau, foi detido pela polícia na Torre de Macau em 21 de Fevereiro. Chao estava a filmar dois manifestantes que tentavam entregar uma petição a Wu Bangguo, o presidente e secretário do Partido do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, durante a sua visita oficial a Macau. A polícia deteve Chao por cinco horas, sem qualquer explicação. Durante a detenção, a polícia terá apagado todas as imagens e alterou as formatações da sua câmara de vídeo. Confiscou ainda as cartas com as petições que os manifestantes distribuíram aos jornalistas no local.

Em resumo, o relatório diz que continua a luta pela liberdade e diversidade em Macau: os jornalistas continuam a lutar por mais liberdade de imprensa, enquanto o público luta por uma maior diversidade dos média.

### Comunidade portuguesa de Macau

Segundo os dados do Observatório da Emigração (OE) português<sup>52</sup>, em 2011, nascidas em Portugal existiam 1.835 pessoas, o que coincide sensivelmente com a informação do censos 2011 de Macau. Com nacionalidade portuguesa, o que não implica terem migrado ou nascido em Portugal, existiam 5.020 pessoas.

Como se pode observar no quadro 2, o número de estrangeiros nascidos em Portugal, ou seja, de imigrantes portugueses, na perspectiva de Macau, teve uma queda entre 1996 e 2006. A partir de 2006 começou novamente a aumentar.

**Quadro 2. Evolução da População residente em Macau, 1991-2011**

	1991	1996	2001	2006	2011
POPULAÇÃO TOTAL	355.693	414.128	435.235	502.113	552.503
POPULAÇÃO NASCIDA NO ESTRANGEIRO	212.996	231.652	244.096	288.879	326.376
PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO NASCIDA NO ESTRANGEIRO	60%	56%	56%	58%	59%
POPULAÇÃO NASCIDA EM PORTUGAL	3.625	3.852	1.616	1.316	1.835
PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO NASCIDA EM PORTUGAL	1.02%	0.93%	0.37%	0.26%	0.33%
POPULAÇÃO COM NACIONALIDADE PORTUGUESA	101.245	112.706	8.793	8.593	5.020
PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO COM NACIONALIDADE PORTUGUESA	28.46%	27.22%	2.02%	1.71%	0.91%

Fonte: Observatório da emigração português.

Relativamente à divisão por sexo e grupo etário, em 2011, dos 1.835 portugueses nascidos em Portugal e a residir em Macau, 1.105 eram homens e 730 eram mulheres. O grupo etário mais representativo era o dos 40 aos 64 anos, com um peso de 43 por cento no total e com muito mais homens do que mulheres (62,4% de homens). Logo a seguir o grupo com mais peso é o dos 25 aos 39 anos, representando 36 por cento do total. Neste, a

<sup>52</sup> <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=147> (consultado em 2 de Julho de 2014)

distribuição entre homens e mulheres é mais equilibrada (52% de homens e 48% de mulheres).

**Quadro 3. Comunidade portuguesa de Macau: distribuição por sexo e idade, em 2011**

	HM		H	M
	TOTAL	%		
<b>TOTAL</b>	<b>1.835</b>	<b>100</b>	<b>1.105</b>	<b>730</b>
<b>ATÉ 14</b>	86	5	54	32
<b>15-24</b>	101	6	52	49
<b>25-39</b>	658	36	339	319
<b>40-64</b>	791	43	494	297
<b>MAIS DE 64</b>	199	11	166	33

Fonte: Observatório da emigração português.

## Síntese

O mundo está em movimento. Todos os anos, milhares de migrantes atravessam as fronteiras do seu país natal em busca de melhores oportunidades de emprego, fugindo de conflitos, guerras ou, simplesmente, para experimentar e conhecer outras culturas. Simultaneamente, outros tantos regressam a casa após anos ou décadas de vida noutra país.

Portugal é hoje um país que recebe, mas que também envia pessoas. A adesão à actual União Europeia e o progresso económico e social que vigorou até ao início do século XXI tornaram o país num destino atractivo. Durante vários anos e, após tantos anos fechados, os portugueses contactaram com outras culturas, com comunidades com outras formas de estar, que enriqueceram, e ainda enriquecem, a sociedade portuguesa. Entre as mais recentes está a comunidade nepalesa. Com a crise em Portugal, muitos portugueses saíram do país e Macau foi um dos destinos.

Neste capítulo fizemos uma contextualização do panorama migratório português e caracterizámos cada uma das comunidades alvo desta pesquisa. No capítulo seguinte veremos como os imigrantes se inserem nas sociedades de acolhimento e como se processa a sua (re)construção identitária.

## Capítulo 2 – A integração de imigrantes nas sociedades multiculturais

Neste capítulo, exploramos a forma como os imigrantes (re)constróem a sua identidade colectiva e individual durante o processo de integração na sociedade de acolhimento.

Começamos por dar uma perspectiva de como se chegou às *sociedades plurais* e de como se inserem as comunidades imigrantes. Recorremos a Pareck (2000) e a Young (1999) para salientar a importância do *reconhecimento* numa sociedade multicultural.

De seguida, focamo-nos na construção identitária dos imigrantes. Neste processo, a *pertença* a pelo menos dois grupos culturais diferentes, o de origem e o de acolhimento, é o elemento mais marcante. Depois, apresentamos o *modelo de estratégias de aculturação* de Berry (2006, 2008). Segundo esse modelo, a *integração* é uma estratégia de aculturação em que os imigrantes procuram simultaneamente afirmar os valores identitários da cultura de origem e adoptar valores da cultura de destino.

Por último, apresentamos a *teoria da prática* de Bourdieu (1991), para salientar o papel da língua enquanto forma de poder. O conhecimento da *língua de acolhimento* é fulcral na *integração*.

### **A importância do reconhecimento para a coesão das sociedades multiculturais**

Uma *sociedade culturalmente plural* é aquela onde convivem diferentes grupos culturais dentro de uma estrutura social e política compartilhada. Existem dois aspectos fundamentais nas sociedades pluriculturais: a continuidade das diversas comunidades culturais e a participação dessas comunidades na vida quotidiana da sociedade (Berry & Sam, 2006, p. 27).

A presença de grupos culturais nas sociedades começou a ser um desafio apenas nas últimas três décadas do século XX. Foi a partir daí que se começou a perceber que esses grupos não poderiam ser assimilados pela cultura dominante. Até então, as sociedades assumiam a existência de uma única cultura nacional. Os casos de afirmação da identidade cultural dos afro-americanos, porto-riquenhos, méxico-americanos e das populações nativas

nos Estados Unidos da América, dos asiáticos na Austrália, dos sul-asiáticos e afro-caribenhos no Reino Unido ou dos turcos na Alemanha são exemplos das alterações que se começaram a verificar a partir dos anos 1960. Estes grupos culturais deixaram de aceitar ser assimilados pela sociedade dominante e começaram a tentar afirmar os seus próprios valores culturais ligados ao país ou à região de origem (Pareck 2000, p. 6).

O conceito de *aculturação* surge neste contexto e diz respeito ao modo como os grupos culturais e respectivos indivíduos que os compõem se relacionam uns com os outros:

“A aculturação é um processo de mudança cultural e psicológica, que resulta do contacto permanente entre pessoas de diferentes origens culturais. O processo de aculturação envolve dois ou mais grupos, com consequências para todos. Em qualquer situação intercultural, um grupo pode penetrar ou ignorar o outro; os grupos podem permanecer culturalmente distintos; ou um grupo pode fundir-se com o outro.” (Berry, 2001, p. 617)

A revolução cultural que ocorreu nos anos 1960 teve por detrás mudanças económicas no mercado de trabalho (Young, 1999, p. 99). A seguir ao pós-guerra deu-se uma profunda transformação no âmbito e na intensidade do fluxo de telecomunicações. A tecnologia por cabo tornou-se mais eficiente e menos dispendiosa, o desenvolvimento de cabos de fibra óptica possibilitou o aumento do número de canais televisivos e a banalização do recurso a satélites de comunicação, fenómeno que teve início na década de 1960, foi também importante para a expansão das comunicações internacionais. Este processo, designado *globalização*, tal como o processo de *aculturação*, é iniciado pelo contacto intercultural e leva a uma mudança cultural e individual (Giddens, 2007, p. 53).

Diferentes sociedades multiculturais possuem diferentes histórias e tradições e incluem diferentes tipos de diversidade cultural. Normalmente, as experiências de contacto entre os grupos têm muito mais impacto no grupo não-dominante e nos seus membros do que na sociedade mais vasta ou grupo dominante. Como todas as sociedades multiculturais enfrentam problemas comuns de conciliação da unidade e da diversidade, o desafio está em conseguir conciliar os interesses dos dois grupos, tornando as sociedades estáveis e coesas (Pareck, 2000, p.7).

Durante os contactos entre dois grupos culturais diferentes, ou seja, entre as comunidades culturais e a sociedade em que se inserem, as questões que se levantam são: 1) até que ponto as pessoas desejam ter contacto ou evitar outras pessoas fora do seu grupo? 2) até que ponto as pessoas pertencentes aos dois grupos desejam manter ou abrir mão dos seus

atributos culturais? Existem pontos de vista diferentes sobre como os indivíduos querem viver durante esse contacto: nem todos procuram tal contacto e, mesmo entre aqueles que o procuram, nem todos pretendem mudar a sua cultura e o seu comportamento para ser mais como a do outro grupo.

O *multiculturalismo* ou *pluralismo cultural* apareceu como um modo generalizado de responder aos problemas da diversidade dentro das sociedades e da insegurança de cada um dos indivíduos relativamente à continuidade da sua própria identidade. O *multiculturalismo* opõe-se à noção inclusivista do *melting pot* ou do *assimilacionismo* em que a diversidade se perde no meio da cultura dominante (Young, 1999, p.99; Pareck, 2000, p.7; Berry & Sam, 2006, p.28 e Giddens, 2007, p. 258). No *pluralismo cultural*, os indivíduos e grupos multiculturais mantêm a sua identidade cultural. Nesta base, eles participam do quadro social da sociedade mais ampla. Uma sociedade como esta é caracterizada por normas compartilhadas sobre como viver em conjunto (leis, economia, política), mas permite que as instituições evoluam de forma a acomodar os diferentes interesses culturais de todos os grupos (Berry & Sam, 2006, p. 28).

Para Pareck (2000, p. 336), o multiculturalismo deve ser visto como uma perspectiva sobre a vida humana. Não pode ser visto nem como uma doutrina política, nem como uma teoria filosófica do mundo e do Homem. Os seres humanos estão incorporados numa cultura, ou seja, crescem e vivem num mundo culturalmente estruturado, organizam as suas vidas e as suas relações sociais em torno desse sistema de significados e dão valor à sua identidade cultural. Isto quer dizer que são profundamente moldados pela cultura à qual pertencem e que conseguem ultrapassar algumas, mas não todas, as suas influências. Os seres humanos vêem o mundo a partir da sua cultura, mas não são determinados por ela. São incapazes de avaliar criticamente as suas crenças e práticas e de entender e criar relações com os outros.

Diferentes culturas representam diferentes sistemas de significados e de visões sobre o que é o “bem viver”. Cada cultura precisa das outras culturas para compreender melhor a sua própria, para expandir o seu horizonte intelectual e moral, para esticar a sua imaginação e protegê-la contra a tentação de a tornar absoluta. Cada cultura consegue perceber apenas um número limitado de capacidades e de emoções humanas e alcança apenas uma parte da totalidade da existência humana.

Quer isto dizer que é mais provável que se possa ter uma boa vida se se tiver acesso a outras culturas do que vivendo fechado na própria cultura, até porque isso é virtualmente

impossível no mundo actual. Todas as culturas têm o seu valor. Todas merecem ao menos algum respeito nem que seja pelo significado que têm para os seus membros. Mas, para Pareck, as culturas podem ser comparadas ou julgadas, pois nem todas são igualmente boas para os seus membros. Nem todas as diferenças culturais mereçam ser valorizadas. Nenhuma cultura é perfeita, nenhuma tem o direito de se impor às outras. Assim, considera o autor que um diálogo entre culturas é benéfico para todas.

Em resumo, todas as culturas são internamente plurais e representam uma conversação interna entre as suas diferentes tradições e linhas de pensamento. Assim, a sua identidade é plural e fluida. As culturas crescem através das interacções conscientes e inconscientes com as outras. Embora tenham capacidade de autodeterminação, são permeáveis às influências das outras culturas. Uma cultura não pode apreciar o valor de outra se não apreciar a pluralidade ou as diferenças existentes dentro da sua própria.

A opinião de Young (1999, p. 101) quanto ao multiculturalismo é diferente. O autor considera que a função do “pacote multicultural” é bastante clara: oferecer solidez ao indivíduo, pois cada um tem a sua essência que serve de baluarte contra a insegurança ontológica. Esta noção politicamente correcta de que as pessoas são diferentes, que a diferença tem de ser reconhecida e respeitada na forma de igualdade de tratamento, traz consigo a ideia de que as diferenças são baseadas na essência do indivíduo e que, como tal, são fixas e intemporais. A crítica que Young faz ao multiculturalismo está relacionada exactamente com este *essencialismo* do indivíduo. Para o autor, o essencialismo está na base da sociedade exclusivista que temos hoje.

O que o essencialismo diz é que a tradição de um grupo gera uma essência - o essencialismo cultural - e que essa cultura e os seus padrões de comportamento estão subscritos por padrões biológicos (essencialismo biológico). O problema do essencialismo cultural é que permite às pessoas acreditarem na sua própria superioridade, podendo demonizar o “outro”, por ser *essencialmente* e, por consequência, imutável. Em vez de acreditarmos que os problemas na sociedade existem devido a contradições na ordem social, acreditamos que os problemas na sociedade existem devido aos problemas em si. Livremo-nos dos problemas e temos o problema resolvido. Posto de outra forma, na visão essencialista, o “outro” escolhe desviar-se voluntariamente da norma do que é socialmente aceite e não é impelido a isso devido às circunstâncias sociais. A culpa é dele e não da sociedade. Em vez de os problemas do “outro” desviante serem causados pela sociedade, não, ele é que é a causa dos problemas da sociedade. Sendo assim, o essencialismo facilita em

muito o processo de exclusão social, já que em vez de se tentar resolver os problemas da sociedade, tenta-se excluir da sociedade aqueles que são vistos como um problema.

No mundo actual, os indivíduos procuram dar significado às suas vidas, desenvolvê-las. Procuram um mundo em que a diversidade humana possa florescer. Contudo, esta ênfase na realização pessoal e conseqüentemente da diversidade opõe-se à necessidade de segurança material e ontológica. Não só existe uma contradição social, pela oposição de diferentes valores culturais, mas também uma contradição psicológica, já que a necessidade de conforto opõe-se à necessidade de mudança.

Para Young (1999, p.99), a revolução cultural dos anos 1960 foi propulsora da transição de uma sociedade inclusiva para uma sociedade exclusiva. Passou-se de uma sociedade cujo âmago estava na assimilação e na incorporação, uma sociedade de estabilidade e de homogeneidade, para uma sociedade que separa e exclui, uma sociedade de mudança e de divisão (Young, 1999, p. 7). Estas transformações foram simultaneamente acompanhadas por alterações culturais, em que os média passaram a assumir um papel fulcral, nomeadamente ao tornar a “aldeia global” numa realidade sempre presente.

Enquanto na modernidade, ou seja, antes do pós-guerra, o “outro” aparecia como um fenómeno minoritário distinto em contraste com o consenso da vasta maioria com valores absolutos; no período pós-moderno o “outro” distinto já não existe, está em qualquer lugar. Existe uma pluralidade de culturas que se sobrepõem e entrecruzam. Para Young (1999, p.26) nesta sociedade, a resposta à existência do “outro” em vez de ser a assimilação ou a incorporação, é a sua separação ou exclusão. A dinâmica fundamental da exclusão resulta das forças de mercado que excluem grandes partes da população do mercado de trabalho primário ou dos valores de mercado, o que alimenta um clima de individualismo.

A estratégia do multiculturalismo para responder aos problemas sociais gerados pela diversidade, segundo Young (1999, p. 107), está em separar os grupos humanos com base na sua cultura ou na sua natureza. A questão é que as culturas não envolvem essências intemporais; pelo contrário, elas podem mudar ao longo do tempo se as circunstâncias também mudarem, ou podem ficar estáticas se as condições se mantiverem as mesmas.

Young rejeita o essencialismo e, por conseqüência, rejeita também o multiculturalismo. Para o autor, o multiculturalismo propõe um mosaico de essências coladas ao seu passado histórico, que assume que as essências nunca mudam e nunca se desafiam entre si. Porém, nega o multiculturalismo, mas é a favor do pluralismo e da diversidade.

Para se conseguir obter uma sociedade que seja justa e ao mesmo tempo inclusiva, a proposta de Young (1999, p. 148) assenta em dois pontos: uma distribuição das recompensas baseada no mérito e uma sociedade que se veja a si própria como unida, mas respeitando a diversidade.

Pareck (2000, p. 341) considera que uma sociedade multicultural não pode ser estável e durar muito se não desenvolver um sentido comum de *pertença* entre os seus cidadãos. Este *sentido de pertença* não pode ser étnico ou baseado numa cultura comum, pois uma sociedade multicultural é muita diversa para isso. Deve ser baseada num compromisso partilhado com uma comunidade política. O compromisso exige envolvimento na comunidade, no interesse em que ela exista e que os seus membros vivam com bem-estar. O compromisso e o sentimento de pertença têm uma natureza recíproca: os cidadãos só podem pertencer a uma sociedade se ela permitir que eles lhe pertençam.

“Uma comunidade política não pode esperar que os seus membros desenvolvam um sentimento de pertença a esta se esta não valorizar de forma igual a existência dos seus membros com toda a inerente diversidade, reflectindo esta diversidade nas suas estruturas, nas suas políticas, na forma como conduz os assuntos públicos, na forma como se define enquanto comunidade.” (Pareck 2000, p. 342)

Apesar de o exercício igualitário da cidadania ser uma condição fundamental para atingir um sentimento comum de pertença, não é suficiente. Cidadania tem que ver com estatuto e direitos, e pertença tem que ver com o sentimento de ser aceite e bem-vindo. Apesar de certos indivíduos serem em princípio livres de participar na vida colectiva, muitas vezes vivem à parte com medo de serem ridicularizados ou rejeitados. Por outro lado, como diz Young (1999 p.162), uma sociedade que se baseie só na meritocracia não consegue resolver os seus problemas sociais. Mesmo que exista competição entre os indivíduos e que as recompensas no final sejam distribuídas de maneira justa, para garantir a paz social é necessário que existam valores geralmente aceites.

“A existência de valores com que quase todos concordem é necessária para que as pessoas estejam dispostas a ajudar-se em tempos difíceis, para que ajam de forma honesta com as outras, para que evitem a batota, a traição. Acima de tudo, para que valorizem a humanidade de forma igual independentemente do seu sucesso e das suas competências.” (Young 1999, p.162)

Quer para Young quer para Pareck, para que haja unidade na diversidade uma sociedade tem de ser justa, ou seja, tem de existir justiça na distribuição e ao mesmo tempo

os seus membros têm de sentir que lhe *pertencem*, têm de se sentir envolvidos por ela, têm de se sentir *reconhecidos*.

O *reconhecimento* é a componente nuclear da formação ética do sujeito. Ou seja, o reconhecimento social é central à identidade do indivíduo e à sua auto-estima e o seu não reconhecimento pode ser altamente prejudicial a ambas. A contraposição da política de reconhecimento da igualdade das culturas à igualdade dos sujeitos foi feita por Charles Taylor (1997). Segundo este, a cultura é preexistente, pois o sujeito existe em função da sua cultura singular e diferenciada. Taylor constrói as suas concepções em relação aos problemas das acções humanas no espaço de convívio entre diversos grupos em torno do problema da identidade.

Enquanto a aceitação das diferenças exige alterações legais na sociedade, o respeito pelas diferenças exige mudanças de atitude e de modos de pensar. Aos olhos das minorias estas exigências representam uma luta pela liberdade, pela autodeterminação e pela dignidade contra visões e práticas opressivas enviesadas que clamam uma falsa objectividade e validação universal. A parte da sociedade que critica estas exigências feitas pelas minorias argumenta que estas representam uma rejeição das normas morais e culturais e uma celebração superficial, condescendente e, em último caso, derrotista da diferença. O debate entre estes dois extremos constitui o cerne do discurso em torno das políticas do reconhecimento (Pareck, 2000, p. 2). A questão que se levanta é saber como é que grupos subreconhecidos podem assegurar o seu reconhecimento e, neste ponto, Pareck (2000, p.342) considera que a análise de Taylor falha, pois este assume que o grupo dominante pode ser racionalmente persuadido a mudar a sua visão através de argumentos intelectuais e de apelos morais.

Apesar de as políticas do reconhecimento terem a sua própria lógica, estão intimamente ligadas com as políticas mais antigas de justiça social e de redistribuição económica (Pareck 2000, p. 2). Apesar de os novos movimentos pelas políticas do reconhecimento parecerem estar unicamente preocupados com questões de identidade e de diferença, estes não podem ser dissociados da mais vasta estrutura política e económica. As identidades são valorizadas ou desvalorizadas de acordo com a posição que os indivíduos ocupam na estrutura de poder dominante e a sua reavaliação implicaria alterações nessa estrutura. O subreconhecimento só pode ser contrariado se se fizer uma crítica rigorosa à cultura dominante e se se reestruturar radicalmente as desigualdades prevalentes no poder económico e político (Pareck 2000, p. 343).

A exigência das minorias pelo *reconhecimento* vai além de um mero pedido de tolerância por parte da sociedade em geral, já que a tolerância tem subjacente a ideia de que a sociedade desaprova, mas contudo aceita. O que as minorias pretendem vai além da aceitação, é o respeito e a afirmação pública das suas diferenças (Pareck, 2000, p. 1). A dificuldade é que nem sempre o grupo dominante aceita bem críticas radicais nem as alterações políticas correspondentes e, desta forma, a batalha pelo reconhecimento pode envolver contestação política e cultural, muitas vezes com recurso à violência (Pareck 2000, p. 343). As políticas de integração que uma sociedade adota têm implicações não só nos imigrantes, mas em toda a sociedade de acolhimento.

O que se proclama para uma sociedade multicultural ou culturalmente diversa é que todas as pessoas se possam sentir envolvidas, a pertencer, mas que possam também desenvolver a sua identidade, vendo reconhecidos quer os seus direitos quer o seu valor cultural. Para que tal seja possível é necessário haver justiça social, igualdade na distribuição da riqueza, reconhecimento do mérito e da diferença, valores sociais partilhados e acesso a uma cidadania plena não só no que diz respeito às leis, mas também a um sentimento de pertença à sociedade, tem de haver uma identidade social partilhada (Young 1999, p. 199 e Pareck 2000, p.343)

## **A (re)construção identitária dos imigrantes e a integração na sociedade de acolhimento**

A ideia de pertença a algo faz parte da noção que temos da nossa própria identidade. É importante perceber a relação entre *pertença* e *identidade* para se entender a construção identitária de um imigrante, a necessidade de integração na sociedade de acolhimento e os factores envolvidos nos dois processos.

“Desde que deixei o Líbano, em 1976, para me instalar em França, perguntam-me inúmeras vezes, com as melhores intenções do mundo, se me sinto «mais francês» ou «mais libanês». Respondo invariavelmente «Um e outro!» Não por um qualquer desejo de equilíbrio ou equidade, mas porque, se respondesse de outro modo, estaria a mentir. Aquilo que faz que eu seja eu e não outrem é o facto de me encontrar na ombreira de dois países, de duas ou três línguas, de várias tradições culturais. É isso precisamente que define a minha identidade.” (Maalouf, *As Identidades Assassinas*, 1998, p. 9)

Neste trecho do seu livro “Identidades Assassinas”, Amin Maalouf salienta os dilemas da construção identitária de um imigrante. Primeiro, o hibridismo – sentir-se a pertencer, ao mesmo tempo, à sua cultura de origem e à cultura de acolhimento. Segundo, a pertença a vários grupos sociais – a sua comunidade cultural no país de destino e a sociedade de acolhimento mais vasta. Terceiro, o facto de cada identidade ser única e de serem as diferentes pertenças que a tornam única.

Existe uma relação entre aquilo que o indivíduo é enquanto ser humano e aquilo que é enquanto reflexo dos grupos aos quais pertence. Existe uma continuidade entre estas duas formas de existência - a *individual* e a *social* ou de *grupo*.

“A identidade significa uma continuidade ou, por outras palavras, uma linha inquebrável que percorre a longa e variada tapeçaria da vida de cada um. É esta continuidade que liga a identidade individual à identidade social ou de grupo. A nível pessoal é ela que nos garante a nossa integridade em curso; a nível do grupo a continuidade traduz-se na ligação a um grupo estabelecida algures no passado e continuada através da tradição.” (Edwards 2009, p. 19)

Por *identidade social* entendem-se as características que os outros atribuem a um indivíduo. Estas podem ser vistas como marcadores que indicam, de um modo geral, quem essa pessoa é. Ao mesmo tempo, posicionam essa pessoa em relação a outros indivíduos com quem partilha os mesmos atributos. Se as *identidades sociais* estabelecem as formas pelas quais os indivíduos são semelhantes a outros, a *identidade pessoal* distingue-os enquanto indivíduos. Este tipo de identidade diz respeito ao processo de desenvolvimento pessoal através do qual formulamos uma noção intrínseca de nós próprios e do relacionamento com o mundo à nossa volta (Giddens, 2007, pp. 29, 30).

Há nas identidades sociais uma característica que une todas as identidades individuais que lhe pertencem. A identidade individual de um indivíduo é feita de múltiplas pertenças a identidades sociais. Existe para a maior parte das pessoas a pertença a uma tradição religiosa, a uma ou mais nacionalidades, a um grupo étnico ou linguístico, etc. Estas pertenças não têm todas a mesma importância, mas nenhuma delas é totalmente desprovida de importância. Elas são os elementos constitutivos da personalidade. Se cada um desses elementos se pode encontrar em grande número de indivíduos, jamais encontraremos a mesma combinação em duas pessoas diferentes (Maalouf, As Identidades Assassinas, 1998, p. 19).

Esta relação de *pertença* com *identidade* coloca dois problemas ao indivíduo: por um lado, a necessidade de se sentir a pertencer e, por outro, a necessidade de se afirmar enquanto

pertencente a algo. Se entendermos esta relação, conseguimos entender também a necessidade de integração de um imigrante na sua nova sociedade, a sua necessidade de afirmação como pertencente a essa sociedade, mas também como pertencente à sua sociedade de origem e os problemas que a ligação às duas lhe coloca.

Relativamente à sociedade de acolhimento, o indivíduo imigrante precisa de conhecê-la para se sentir a pertencer. Neste caso, como realça Hall (2003), não basta ao imigrante saber a língua de acolhimento; necessita também de compreender outros símbolos, como a música, as práticas desportivas, o humor, etc., que actuam como uma linguagem ou como uma prática simbólica que atribui significado ou expressão à ideia de pertença a uma cultura ou identidade nacional. Por outro lado, se do entendimento de si próprio faz parte a ideia de pertença ao país em que vive, o imigrante precisa de ser reconhecido pelos elementos dessa sociedade como mais um deles. Todavia, do conjunto das suas pertenças, faz também parte a pertença ao país de origem e, como tal, exige respeito por esse elemento da sua identidade.

É, por conseguinte, na fronteira entre a pertença à comunidade imigrante e a pertença à sociedade de acolhimento que o imigrante vai construindo a sua identidade. O imigrante partilha certos atributos da comunidade imigrante à qual pertence e que o ligam à sua cultura de origem; simultaneamente, à medida que se vai integrando na sociedade de destino começa também a partilhar certos atributos dessa sociedade. Por um lado, tem de lutar pela sua afirmação enquanto indivíduo e enquanto membro de um grupo cultural que exige o reconhecimento dessas diferenças culturais na sociedade maioritária; por outro lado, procura também integrar-se no seio dela, como mais um dos seus membros. Nesta construção identitária, a sociedade de acolhimento tem um papel fundamental pela forma como integra os imigrantes. Do lado dos imigrantes, é crucial a forma como se procuram adaptar.

No caso da sociedade de acolhimento um dos maiores bloqueios à integração é a possibilidade de estereotipização do imigrante. Como afirma Edwards (2009, p. 20), as identidades sociais serão sempre, até certo ponto, estereotipadas na sua natureza, devido à sua necessária generalização por todos os seus componentes. O problema está na redução da identidade do imigrante a apenas uma das suas características, ou seja, a pertença à sua comunidade. É preciso entender-se que a identidade de um indivíduo além de ser constituída por várias pertenças é também mutável. A visão do imigrante por parte da sociedade de acolhimento como *essencialmente* pertencente à sua comunidade leva-a, como vimos anteriormente, a excluí-lo, porque vê nele um indivíduo com determinadas características inerentes à sua cultura de origem, que nunca mudarão.

“Quando me perguntam o que sou «bem no fundo de mim mesmo», isso pressupõe que existe, «bem no fundo» de cada um de nós, uma única pertença que conta, uma espécie de «verdade profunda» de cada um, a sua «essência», determinada de uma vez por todas à nascença e que nunca se alterará; como se o resto, todo o resto - a sua trajectória de homem livre, as convicções adquiridas, a sua sensibilidade própria, as suas afinidades, a sua vida, em suma -, não contassem para nada. E quando se incita os nossos contemporâneos a «afirmarem a sua identidade», como tão frequentemente se faz hoje em dia, o que se lhes diz desse modo é que devem reencontrar no seu íntimo esta pretendida pertença fundamental, muitas vezes religiosa ou nacional, racial ou étnica, e brandi-la orgulhosamente na cara dos outros.” (Maalouf, 1998, p. 10)

Neste tipo de contextos, para as minorias o termo *identidade*, ao invés de englobar tudo o que caracteriza um indivíduo ou um grupo, é utilizado para afirmar aquelas características escolhidas ou herdadas que o definem como certo tipo de pessoa ou grupo e que formam o seu auto-entendimento.

No caso dos imigrantes, um fenómeno de grande importância no que respeita à aculturação é a *mudança comportamental* e é relativo às alterações psicológicas resultantes do contacto cultural. Praticamente todos os comportamentos no repertório de uma pessoa são candidatos a mudanças após um envolvimento com outras culturas. Na maioria dos casos, há uma transição bastante fácil, envolvendo tanto o abandono de alguns dos elementos da sua cultura como a aprendizagem de elementos de uma outra. Os indivíduos podem mudar a forma como se vestem, o que comem, a forma como se cumprimentam, até mesmo os seus valores, reduzindo algumas formas de vida quotidiana, substituindo-as por outras. O ritmo e a extensão da mudança individual estão claramente relacionados com o grau de manutenção cultural dentro do seu próprio grupo, o que, por sua vez, está ligado à situação demográfica, económica e política relativamente a outros grupos em contacto. Embora existam muitas mudanças comportamentais para ser entendidas, uma especial atenção tem sido dada ao *conhecimento e uso de línguas* e à sua relação com as atitudes de aculturação (Berry, 2001, p. 621).

Berry (2001, p. 620) identifica duas dimensões ao longo das quais os imigrantes (re)constroem a sua identidade. A primeira destas dimensões é a identificação com uma herança ou grupo cultural, a manutenção da própria cultura. A segunda é a identificação com a sociedade dominante e o envolvimento com outras culturas. Estes dois aspectos da *identidade cultural* têm sido referidos pelo autor como *identidade étnica* e *identidade cívica*.

Usando essas duas dimensões de identidade, Berry (2001, 2006) identifica quatro estratégias de aculturação.

## Estratégias de aculturação

Estas estratégias consistem em duas componentes: atitudes e comportamentos (isto é, as preferências e as práticas reais) que são expostos nos encontros interculturais quotidianos. Raramente existe uma coincidência entre o que um indivíduo prefere e procura (atitudes) e o que é realmente capaz de fazer (comportamentos). Esta discrepância é estudada em psicologia social e normalmente é explicada como sendo o resultado de restrições sociais sobre os comportamentos (tais como normas, oportunidades, etc.) Não obstante, muitas vezes há uma correlação positiva entre as atitudes e os comportamentos de aculturação, permitindo o uso de uma avaliação global das estratégias do indivíduo (Berry & Sam, 2006, p. 33).

No plano cultural, os dois grupos em contacto (dominante ou não-dominante), normalmente, têm alguma noção sobre o que cada um procura fazer (por exemplo, as políticas colonialistas ou as motivações para a migração), ou o que cada um faz ao outro durante o contacto. Da mesma forma, os objectivos dos grupos culturais emergentes também influenciam as suas estratégias. Ao nível individual, tanto as mudanças comportamentais como o *stress* gerado pelo processo de aculturação são resultado, pelo menos até certo ponto, do que as pessoas tentam fazer durante a sua aculturação, e os resultados a mais longo prazo (ambas as adaptações psicológica e sociocultural) muitas vezes correspondem aos objectivos estratégicos definidos pelos grupos de que são membros (Berry & Sam, 2006, p. 34).

Berry (2001, 2006) faz uma divisão entre estratégias de *assimilação* e *integração* e entre *separação* e *marginalização*, enquanto modos diferentes nos quais a aculturação (tanto de grupos como de indivíduos) poderá ter lugar. Estas distinções envolvem duas dimensões, enraizadas nas orientações mais para com o próprio grupo ou mais para com os outros grupos. A primeira implica uma relativa preferência para a continuidade cultural: manutenção da herança cultural e identitária; a segunda para o contacto: a preferência relativa para ter contacto e participar na sociedade em geral, juntamente com outros grupos. Berry (2006, p.35; 2001, p. 618) representa esta formulação para ambos os grupos culturais. Na figura 4, as duas dimensões básicas são retratadas como independentes uma da outra (ortogonalmente). As orientações variam ao longo das dimensões e são representadas por setas bipolares, ou seja, visões genericamente positivas e negativas sobre estes assuntos intersectam-se para definir quatro estratégias de relações interculturais.



Finalmente, a estratégia de *marginalização* define-se quando há pouca possibilidade, ou interesse, na manutenção cultural (muitas vezes por razões de perdas culturais impostas), e pouco interesse em ter contactos com outros (muitas vezes por razões de exclusão ou discriminação).

Em resumo, na estratégia de *integração* ambas as identidades de origem e de destino se afirmam; na estratégia de *marginalização*, as pessoas não se sentem ligadas a nenhuma das duas culturas; e nas estratégias de *assimilação* e de *separação* uma cultura é fortemente enfatizada sobre a outra.

A definição destas quatro estratégias de aculturação adoptadas pelos grupos culturais baseia-se no pressuposto de que os grupos não dominantes e os seus membros individuais têm a liberdade de escolher como querem envolver-se em relações interculturais. Porém, nem sempre é este o caso. Isto é mais claro no caso da *integração*, a qual só pode ser escolhida livremente e com sucesso por grupos não-dominantes, quando a sociedade dominante é aberta e inclusiva na sua orientação para a diversidade cultural. Tal como tinham já concluído Young (1999) e Pareck (2000), é necessária uma adaptação mútua para que a integração seja alcançada, o que envolve a aceitação por ambos os grupos - dominante e não-dominante - do direito de todos os grupos de viver como pessoas culturalmente diferentes dentro de uma mesma sociedade. A estratégia de *integração* requer que os grupos não-dominantes adoptem os valores básicos da sociedade em geral, enquanto, ao mesmo tempo, que o grupo dominante esteja preparado para adaptar as instituições nacionais (por exemplo, educação, saúde, trabalho) para atender melhor as necessidades de todos os grupos que vivem numa sociedade plural.

A estratégia de *integração* só pode ser seguida em sociedades que são explicitamente multiculturais, e em que certas pré-condições psicológicas são estabelecidas. Estas pré-condições são: a aceitação generalizada do valor para uma sociedade da diversidade cultural (ou seja, a presença de uma ideologia multicultural positiva) ou seja *reconhecimento*; níveis relativamente baixos de preconceito (ou seja, mínimo etnocentrismo, racismo e discriminação); atitudes positivas mútuas entre os grupos culturais (ou seja, não existirem ódios intergrupais) e um sentimento de identificação com a sociedade mais ampla, por parte de todos os indivíduos e grupos, ou seja um sentimento de *pertença*.

## A importância da Língua na integração

A utilização da língua e a competência dos seus falantes expressam relações de poder. As variações no sotaque, na entoação e no vocabulário reflectem diferentes posições na escala hierárquica social.

“Apesar de ser legítimo tratar as relações sociais como interações simbólicas, ou seja, como relações de comunicação que implicam cognição e reconhecimento ou reconhecimento, não se pode esquecer que as relações de comunicação, por excelência - trocas linguísticas - são também relações de poder simbólico.” (Bourdieu 1991, p. 37)

Os indivíduos falam com diferentes graus de autoridade e o peso das palavras depende de quem as diz e de como são ditas. As palavras podem ser utilizadas como instrumentos de coerção, de intimidação, mas também de delicadeza e de condescendência. A língua é uma parte integrante da vida social, pois boa parte desta consiste numa rotina quotidiana de troca de expressões linguísticas.

Na abordagem utilizada por Bourdieu (1991) - *teoria da prática* - o autor procura clarear algumas questões relacionadas com a língua e com a utilização da língua. Para ele, os falantes de uma língua não possuem todos a mesma aptidão para falá-la. A competência dos indivíduos para falar determinada língua não se limita à sua capacidade de gerar uma sequência ilimitada de frases gramaticalmente correctas, mas sim a capacidade que têm de produzir expressões que sejam apropriadas a situações específicas. Os falantes competentes possuem uma *competência prática* ou um *sentido prático* em virtude do qual são capazes de produzir frases apropriadas às circunstâncias, ou seja, as frases ou expressões que produzem fazem parte de estratégias práticas que possuem numerosas funções e que são tacitamente ajustadas às relações de poder entre quem fala e quem ouve. A sua *competência prática* diz respeito à capacidade que os falantes têm de se fazerem ouvir, de serem credíveis e, mesmo, obedecidos. Aqueles que falam têm de assegurar que possuem as qualificações necessárias para o fazer em circunstâncias específicas e aqueles que ouvem têm de reconhecer que quem fala merece atenção. O reconhecimento do direito de falar possui formas de poder e de autoridade associadas.

O conceito chave que Bourdieu utiliza na sua abordagem é o de *habitus* (1991, p. 12). O *habitus* diz respeito a um conjunto de disposições que inclina os agentes a agirem ou reagirem de determinada forma. As disposições são adquiridas através de um processo de “inculcamento” no qual as experiências da primeira infância são particularmente importantes.

Através de uma miríade de processos de treino e de aprendizagem, o indivíduo adquire um conjunto de disposições, como por exemplo a forma de comer, de se sentar, etc., que literalmente moldam o corpo e se tornam numa segunda natureza. O *habitus* cria no indivíduo um sentido de como agir e de como responder no decurso da sua vida - sentido prático. Mas quando os indivíduos actuam, fazem-no num contexto social específico. Determinadas práticas e percepções devem ser vistas não como um produto do *habitus*, mas como um produto da relação entre o *habitus* e os contextos sociais específicos ou *campos* em que os indivíduos actuam.

Um *campo* ou *mercado* pode ser visto como um espaço estruturado de posições no qual estas e as suas inter-relações são determinadas pela distribuição de diferentes tipos de recursos ou *capital*. Bourdieu destaca a importância do *capital linguístico* no *campo* ou contexto social. O capital linguístico é para o sociólogo uma forma de *capital social*, entendido este como o conjunto dos recursos, reais ou potenciais, que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos.

Uma das ideias centrais do trabalho de Bourdieu (1991, p. 14) é que há diferentes formas de capital social, não apenas o capital económico no seu sentido literal (dinheiro, acções), mas também o capital cultural (conhecimento, qualificações académicas) ou o capital simbólico (prestígio, honra). Uma das principais características dos contextos sociais, ou campos como Bourdieu lhes chama, é a forma como estes deixam que uma forma de capital possa ser convertida numa outra – por exemplo, a forma como determinado tipo de qualificações educacionais podem ser tidas em conta em empregos ou trabalhos mais bem remunerados.

Bourdieu (1991, p. 16) utiliza esta linguagem económica para analisar formas de influência dentro de contextos sociais. Contudo, não pretende reduzi-las a meras interações económicas. A sua visão é de que as práticas descritas como económicas, como a compra e venda de bens de consumo, são uma subcategoria das práticas pertinentes num campo ou conjunto de campos, a *economia de mercado*. Mas além das práticas económicas, existem outras subcategorias de práticas pertinentes para outros campos, como a literatura, a arte, a política ou a religião. Em vez de pretender reduzir todas as transacções à sua natureza económica, Bourdieu pretende tratar a economia, no seu sentido restrito, como um campo. Em campos que não sejam económicos, em sentido restrito, as práticas não têm de ser tratadas na lógica económica de ganho financeiro. Porém, estas práticas podem ser também

entendidas numa lógica económica, em sentido lato, ao serem orientadas para o aumento de um determinado tipo de capital (cultural, simbólico, etc.) ou para o aumento de algum tipo de lucro (honra, prestígio, etc.).

Ao desenvolver uma abordagem em relação à língua e ao intercâmbio linguístico, Bourdieu (1991, p. 17) elabora e aplica as ideias que compõem a sua *teoria da prática*. Segundo esta, as expressões linguísticas são formas de prática e, como tal, podem ser entendidas como o produto da relação entre o *habitus linguístico* e o *mercado linguístico*.

Como explica também Edwards (2009, p. 28) há certos níveis mais profundos da comunicação numa língua estrangeira que no início se encontram fechados a quem ainda está a aprendê-la e, mesmo que adquira as capacidades técnicas suficientes para viver e trabalhar noutra comunidade de fala, estas podem não ser as bastantes para conseguir apreciar, por exemplo, a sua literatura. O processo de aquisição desse *habitus* cultural pode ser lento e tem implicações no entendimento de aspectos mais profundos da língua. Digamos que o conhecimento da língua e da cultura caminham lado e lado e que só percebendo perfeitamente uma se pode compreender perfeitamente outra. Na linguagem económica de Bourdieu, os *produtos linguísticos* possuem determinado valor num dado mercado linguístico. Alguns produtos são mais valorizados que outros e, por conseguinte, parte da competência prática dos falantes é saber como produzir (e ter a capacidade de produzir) expressões que sejam altamente valorizadas nesses mercados.

A competência prática dos falantes não é uniformemente distribuída pela sociedade em que a mesma língua é falada. Diferentes falantes possuem diferentes quantidades de capital linguístico, ou seja, diferentes capacidades de produzirem expressões para um mercado particular. A distribuição do capital linguístico está ainda relacionada com a distribuição de outras formas de capital, as quais definem a localização de um indivíduo dentro de um espaço social. Diferenças em termos de sotaque, gramática e vocabulário são indícios da posição social dos falantes e reflexos da quantidade de capital linguístico e de outras formas de capital que estes possuem (Bourdieu, 1991, p.22).

Ao tomar como garantidos certos aspectos da estrutura hierárquica social, os indivíduos de classes sociais mais desfavorecidas em termos de capital cultural ou económico partilham e aceitam um sistema de avaliação que trabalha contra eles. Este é um dos exemplos do que Bourdieu chama *poder simbólico* ou *violência simbólica*. Este tipo de poder é transmutado para uma forma simbólica e, desta forma, dotado de uma certa legitimidade.

Trata-se de um poder invisível ao contrário do poder da força física. É um poder ou uma violência subreconhecida enquanto tal e, por isso, reconhecida como legítima. O exercício do poder simbólico assenta numa crença partilhada, ou seja, a sua eficácia pressupõe uma certa forma de crença ou cognição, de tal forma que mesmo aqueles que menos beneficiam do exercício do poder participam, até certo ponto, na sua própria sujeição ou subordinação. O poder simbólico requer como condição de sucesso que aqueles que se sujeitam acreditem na legitimidade do poder e na legitimidade daqueles que o têm, ou seja, dos que dominam.

É preciso notar que a utilização que Bourdieu faz do termo *classe* difere da mesma noção tradicional da literatura marxista. Bourdieu não estabelece a classe em função da posse dos meios de produção. Para ele as *classes* são um conjunto de indivíduos que ocupam funções similares no espaço social, que possuem as mesmas oportunidades na vida. *Classe* pode dizer respeito à divisão social existente nas sociedades actuais baseadas, por exemplo, no género ou na etnicidade.

Os imigrantes ou comunidades de imigrantes podem ser classificadas enquanto classes e podem ser alvo do exercício do poder simbólico entre a sociedade que domina e a comunidade que se subordina. A questão está em conseguir identificar de que modo é exercido esse poder e de que forma podem as comunidades imigrantes resistir a ele.

O que Bourdieu vem destacar é a importância da língua enquanto capital simbólico como uma dessas formas de resistência. Um imigrante, ao aprender a língua de acolhimento fica em melhores condições de se mover dentro da sociedade que o acolhe, ou seja, quanto maior for o seu capital linguístico, mais habilitado ele está para explorar o sistema de diferenças em seu próprio proveito e assegurar um *capital de distinção* (Bourdieu, 1991, p. 18).

## **Síntese**

Ao termos como objecto de estudo duas comunidades imigrantes, é importante perceber como se inserem as comunidades nas sociedades actuais. Assim, este capítulo serviu para dar uma visão do que são sociedades multiculturais, do multiculturalismo como resposta à existência de diversos grupos culturais nas sociedades e a importância do reconhecimento como forma de manter a coesão nessas mesmas sociedades.

Quando se fala em imigração, o termo integração é muitas vezes utilizado. Esclarecemos o que entendemos por integração e a forma como este conceito se liga à (re)construção identitária dos imigrantes. Verificámos como o sentimento de pertença é fundamental na identidade e como a estratégia de integração dos imigrantes se caracteriza pela procura de afirmação de valores culturais de origem e, simultaneamente, de valores da cultura de acolhimento.

Por fim, como nesta investigação, além do processo de integração e de construção identitária dos imigrantes, queremos também saber o papel da língua de acolhimento, procurámos clarificar a importância da língua, ou do conhecimento da língua de acolhimento, na integração.



### **Capítulo 3 – Os média e as minorias**

Neste capítulo aprofundamos a relação entre os média e a imigração. Começamos por dar uma visão mais geral do panorama das migrações, da influência que os média têm no processo de migração e dos papéis dos média nos modos de existência e na identidade das comunidades étnicas ou imigrantes na Europa. De seguida, apresentamos os estudos que têm sido feitos na área dos média e imigração. Agrupamos os média em étnicos, *mainstream* e transnacionais e dividimos os estudos entre os que se dedicam à representação dos imigrantes nos média e os que estudam os imigrantes enquanto audiências dos média. Assim, enquadrámos a nossa investigação no âmbito específico das investigações sobre audiências activas dos média, tendo por base a Teoria dos Usos e Gratificações (Katz, Blumler, & Gurevitch, 1974) e procuramos identificar lacunas nesta área.

#### **Os média e as minorias na Europa**

A comunicação na era actual encontra-se dependente das tecnologias, sendo através destas que nos relacionamos com familiares, com amigos ou mesmo com estranhos. A tecnologia viaja hoje por todo o globo e, além de facilitar a comunicação entre pessoas situadas em diferentes localizações, possibilita também que estas se desloquem ou migrem de formas mais fáceis. Quer a tecnologia quer as diásporas internacionais agem como transmissores e sintetizadores culturais, fazendo com que as culturas se encontrem actualmente num contacto mais próximo. Este intercâmbio não se faz, contudo, sem consequências para os diversos países envolvidos no processo de globalização (Pareck, 2000).

As ideias culturais do Ocidente viajam para o resto do mundo, mas também é verdade que as ideias culturais do resto do mundo viajam para o Ocidente. Os exemplos vão desde as filosofias de vida como o ioga, as religiões ou a literatura, até aos objectos de arte. O problema é que a cultura ocidental possui um enorme poder económico e político e a sua interacção com outras culturas ocorre em condições de desigualdade. Os modos de organização económica e de gestão de organizações industriais desenvolvidos com sucesso num país são emprestados a outros países, que não podem fazer bom uso deles sem reproduzir as suas prévias condições culturais. Grandes empresas de comunicações

transnacionais, como a CNN ou a BBC, transmitem padrões culturais ocidentais a diferentes partes do mundo. Porém, as culturas receptoras nem sempre estão preparadas para fazer escolhas autónomas. A cultura ocidental, ao ser exportada, é muitas vezes adaptada aos padrões culturais locais definidos, paradoxalmente, pelas elites ocidentalizadas locais. A globalização, ao mesmo tempo que envolve uma localização e algum respeito pelas diferenças culturais, envolve também a difusão de ideias culturais ocidentais distorcidas pela tentativa de adaptação a culturas locais. A globalização, originada primeiramente no Ocidente, envolve uma “ocidentalização enviesada” do resto do mundo (Pareck, 2000).

Que atitude poderão tomar as sociedades receptoras para reagirem à pressão assimilacionista e homogeneizadora ocidental? Para Pareck (2000, p. 165) o único caminho a adoptar por estas sociedades é a reinterpretação das suas próprias culturas e a incorporação apenas dos elementos da cultura ocidental que aprovelem ou que consigam assimilar. O papel dos líderes culturais e dos seus governos é garantir que agentes externos, como os média, não manipulem ou distorçam o debate interno nesses países. Se conseguem ou não fazê-lo é uma questão que se coloca, mas que não é objecto deste trabalho. Esta contextualização é importante, especificamente para se entender as trocas culturais entre o Ocidente - que espalha a sua cultura pelo resto do mundo, através da tecnologias de informação e comunicação - e o resto de mundo - que a recebe de forma mais ou menos distorcida e que envia também alguns dos seus elementos culturais para o Ocidente, quer através das tecnologias quer através da migração de pessoas, que procuram em países ocidentais o bem-estar que as imagens que lhe chegam as fazem imaginar que possa existir.

No lado ocidental, a globalização, a evolução tecnológica e a migração de pessoas também têm o seu impacto. Como tem a Europa lidado com estes fenómenos? Que papel têm os média nesta conjuntura?

A Europa tem passado por grandes movimentações de pessoas. Como continente, tem vindo a transformar-se numa sociedade multicultural, tenha o multiculturalismo acabado por ser aceite, como na Grã-Bretanha, ou continue a considerar-se indesejado, como em França (Carvalho, 2008, p. 54). A par de multicultural, a Europa é hoje também desigual. As migrações são componentes de um espaço social fragmentado, que se expressa através das imagens igualmente fragmentadas produzidas pela cultura popular e pelas representações mediáticas. Por outro lado, estas migrações têm-se tornado motivo para conflitos sociais e são objecto de políticas de defesa de fronteiras dentro e entre os Estados-nação. Segundo Silverstone e Georgiou (2005, p.4), a Europa, enquanto ideia cultural distinta, falhou em

materializar-se e as suas nações constituintes, enquanto manifestações singulares de espaços culturais, estão cada vez mais vulneráveis. Neste cenário, os papéis dos média nacionais (*mainstream*) e dos média “étnicos” (comunitários, diaspóricos ou minoritários) são encarados como diferentes na sua essência (Carvalheiro, 2008, p. 54).

As minorias étnicas e imigrantes tentam estabelecer dimensões de existência e modos de vida, que envolvem e até certo ponto dependem dos seus próprios média. O aumento do número destes média, ou seja, dos meios de comunicação detidos por minorias imigrantes, tem tido significantes implicações na Europa multicultural imaginada. Como sublinha Myria Georgiou (2005), estes média não surgem como projectos que se opõem aos projectos universalistas da Europa e das comunicações globais; são, sim, projectos alimentados por ideologias de globalização e de participação democrática e que dependem de ideologias de identidade e de particularismo. Esta é a argumentação contra a interpretação feita pela ideologia dominante que considera a proliferação dos média étnicos como potencialmente perpetuadora de diferenças identitárias. Como explica Carvalheiro (2008, p. 55):

“Um pressuposto envolve frequentemente os média das minorias: que são perpetuadores de diferenças e de «identidades» junto dos imigrantes e, questão politicamente mais candente, dos seus descendentes (...) as dinâmicas transnacionais e «comunitárias» têm vindo a complexificar uma paisagem que hoje comporta numerosos média para as diásporas, das televisões dos países de origem às estações locais de rádio e ao ciberespaço. Esta proliferação é interpretada pela ideologia dominante como potencialmente alimentadora de deslealdades nacionais nas gerações seguintes à imigração.”

Estes média que ligam e que actuam anonimamente em espaços e entre populações locais, nacionais e transnacionais, têm-se tornado uma área central para pensar o reconhecimento da particularidade e, simultaneamente, o respeito pelos valores universais da democracia e da comunicação, por toda a Europa. Os conceitos de “universalismo” e de “particularismo” são chave para entender outros conceitos opostos, como segregação *vs.* integração, nacional *vs.* transnacional ou minoritário *vs.* maioritário (Georgiou, 2005). O que estes média têm em comum é que representam grupos culturais, linguísticos e religiosos particulares, que vivem dentro de sociedades multiculturais amplas e diversas. As respectivas audiências, por seu lado, situam-se quer em localidades ou cidades quer em países ou Estados-nação. Dentro destes últimos, constituem-se como minorias com uma ligação (imaginada ou real) e um sentimento de pertença partilhado a uma comunidade maior, espalhada para lá de fronteiras nacionais, uma “comunidade imaginada”:

“A nação é imaginada como *comunidade* porque independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. Em termos de análise, é essa fraternidade que torna possível que, nos últimos dois séculos, tantos milhões de pessoas, não tanto matassem, mas quisessem morrer por imaginários tão limitados.” (Anderson, 1991, p. 25 e 27).

Segundo Georgiou (2005), os média das diásporas de imigrantes englobam essas audiências, tanto nas suas particularidades como na universalidade da sua existência cultural, mesmo que imaginada. São globais ou universais no seu alcance, mas particulares no seu papel cultural, o que ilustra a ideologia de globalização como uma continuidade entre o particularismo e o universalismo. A existência destes média evidencia a existência do particularismo dentro do universalismo, ao assumir que podem funcionar como projectos particulares, únicos e diferentes, devido ao actual contexto de globalização, que lhes permite ter espaço para emergir e desenvolver-se.

Grande parte dos média das minorias depende de diversas fontes, formas de produção e de agendas para gerar os seus conteúdos. Tal facto está relacionado com a natureza das suas audiências, circunscritas em espaços locais ou nacionais específicos mas conectadas a redes sociais além-fronteiras. Estes públicos procuram informação sobre os seus países de origem, sobre o espaço mais alargado das diásporas às quais pertencem e sobre os contextos locais ou nacionais onde vivem. É nestes espaços locais, nacionais ou transnacionais que desenvolvem relações sociais e é neles que a comunicação entre e dentro das diversas comunidades em diáspora se desenvolve. Estes espaços foram definidos por Arjun Appadurai (1990 e 1996) como “etnoespaços” e “mediaespaços”.

As comunidades imigrantes mantêm e, em parte, dependem dos meios de comunicação transnacionais para partilha do seu sentido de identidade. Mas os contextos locais e nacionais em que estas comunidades vivem são igualmente importantes para a construção da identidade dessas mesmas comunidades, especialmente porque as experiências de inclusão, exclusão e participação nas sociedades que as acolhem baseiam-se nesses espaços. As audiências constituídas pelas minorias imigrantes dividem a sua atenção entre os seus média e os média da maioria.

Diz Carvalheiro (2008, p. 55) que, ao contrário dos média étnicos ou das minorias, os média da maioria ou *mainstream* são encarados pela ideologia assimilacionista como “integradores”:

“Os média *mainstream*, a começar pelas grandes cadeias de televisão nacionais, são considerados, pelo contrário, supostos instrumentos de «integração». Sob a influência das teorias que vêem os média sobretudo como mecanismos de socialização, a ideologia nacionalista espera que o *mainstream* seja capaz de aculturar os filhos de migrantes, que lhes incuta a identificação com a nação e que possa «contribuir para a construção de uma sociedade coesa».”

Esta visão está próxima da tradição de pesquisas que, nos Estados Unidos da América, anteviam os média dentro de uma premissa geral segundo a qual os processos de comunicação dentro de grupos étnicos reforçariam a coesão interna, enquanto a comunicação que liga étnicos e não étnicos faria o contrário (Carvalho, 2008, p. 56). Na origem desta tradição de investigação sobre a relação entre os média e a integração de imigrantes, que surgiu no início do século XX, esteve o aumento da imigração nos Estados Unidos. A abordagem assimilativa era dominante nestes estudos. Um dos meios de comunicação mais populares era o cinema, que oferecia aos novos imigrantes uma forma acessível de entretenimento e um vislumbre daquilo que eram a sua nova casa e a sua nova cultura. Mais tarde, o papel assimilador destes filmes começou também a ser identificado na televisão (Elias, 2011).

Actualmente, os estudos sobre audiências que pesquisam acerca da recepção e da identidade das minorias recaem mormente sobre os média étnicos ou das diásporas (Carvalho, 2008, p. 56). Esta tendência para explorar os efeitos multidimensionais dos média utilizados pelos imigrantes começou nos anos 1970, ao mesmo tempo que se começava a abandonar a ideologia assimilacionista para substituí-la pela metáfora do “mosaico cultural”, pluralismo cultural ou multiculturalismo. O interesse das investigações passou a recair sobre o duplo papel dos média na língua de origem: por um lado, na ajuda à integração num novo ambiente e, por outro, na manutenção do orgulho e da identidade étnicos, da solidariedade intra-grupal e da língua e cultura originárias (Elias, 2011).

Carvalho (2008, p. 59) identifica duas principais linhas de pesquisas sobre os média e as minorias: uma que olha para as minorias como objecto de representação nos média nacionais ou *mainstream* e outra que as encara como sujeitos activos na recepção dos “média étnicos”. A lacuna que Carvalho aponta é o facto de:

“A generalidade dos estudos sobre os média *mainstream* tende a olhar as minorias apenas como objecto de representação e não a investigá-los no papel de audiências activas na apropriação de textos e na construção de significados, incluindo os sentidos identitários.”

Segundo o autor, para se compreender as minorias nas suas dimensões identitárias é preciso entender que os média são sistemas de representação com imagens concretas, mas que, do lado das audiências, é a partir dessas imagens que os sujeitos produzem e negociam significados. Carvalheiro chama a atenção para a falta de estudos de audiências minoritárias que se foquem na apropriação dos média *mainstream*, “possivelmente influenciada por uma ideologia sub-reptícia que apenas parece disposta a conferir aos imigrantes um estatuto activo, ou direito a falar, quando se trata dos seus próprios média ou “média étnicos” (Carvalheiro 2008, p. 59). O autor sugere que:

“Para se compreender a relação entre etnicidade e os média é preciso apoiar-se numa dupla análise das representações e dos sentidos apropriados. As representações mediáticas e os significados delas extraídos pelas audiências podem ser etnicizantes ou o seu contrário. Ou seja, podem potenciar, ou não, as diferenças ligadas à origem num sentido socialmente relevante.” (Carvalheiro 2008, p. 59)

Tendo por base esta classificação, agrupamos a investigação sobre média e minorias em: estudos sobre minorias enquanto objecto de representação mediática e estudos sobre minorias enquanto audiências activas dos média étnicos, *mainstream* e transnacionais

Esta distinção entre média *mainstream* ou média étnicos diz respeito ao facto de os média pertencerem à cultura de destino ou à cultura de origem. Se atendêssemos aos conteúdos, esta classificação poderia ser diferente, porque poderão existir conteúdos destinados às minorias étnicas difundidos em média *mainstream* ou nacionais. Exemplos deste tipo de conteúdos são, no contexto português, os programas da RTP África, difundidos numa rede nacional, a Rádio Televisão Portuguesa (RTP), mas com informação sobre os países africanos e direccionados para as comunidades africanas de língua portuguesa (residentes e não residentes em Portugal); ou o programa “Nós”, difundido na RTP 2 e destinado especificamente às comunidades imigrantes e a quem queira conhecer mais sobre cada uma.

Quando utilizamos a expressão “média étnicos” queremos abranger especificamente os média que são desenvolvidos pelos imigrantes ou conterrâneos, localmente ou nos países de origem, e para os imigrantes. Esta é a mesma classificação utilizada, por exemplo, no estudo elaborado por Isabel Salim “Os meios de comunicação étnicos em Portugal”. A autora define “média étnicos” da seguinte forma:

“Ao referirmo-nos a «media étnicos», «média das comunidades de imigrantes» ou ainda «média das comunidades minoritárias», entendemos os meios de comunicação desenvolvidos pelos imigrantes para os imigrantes. (...) Os termos acima referidos não

foram por nós inventados. Intitulamo-los assim por ser dessa maneira que a literatura, nacional e internacional, costuma designá-los. De facto, em Francês, os meios de comunicação feitos pelos imigrantes são comumente chamados de «*media issus des migrations*»; em Inglês, o termo mais usado é «*ethnic media*» e, em espanhol, «*medios étnicos*». Em Portugal, quando se fala em meios de comunicação feitos pelos imigrantes, estes são geralmente designados por «*média étnicos*» ou «*média das comunidades de imigrantes*».” (Salim, 2008, p. 30)

## **Minorias enquanto objectos de representação nos média**

Neste tipo de investigação sobressaem os sentimentos de sub-representação face ao espaço público da nação e o desagrado com a imagem mediática dos grupos minoritários nos média *mainstream*

Segundo Silverstone e Georgiou (2005), as minorias podem ser notícia ou conteúdo dos média da maioria, embora na maior parte das vezes não sejam. Mesmo assim, quando essas minorias surgem ou quando são representadas nos média da maioria é, muitas vezes, através de imagens estereotipadas. Embora as minorias possam contribuir com conteúdos para os média *mainstream*, normalmente esse acesso não é sustentado e consistente e na maior parte das vezes as minorias não se reconhecem nas imagens que são dadas de si próprias.

Em Portugal, este tipo de estudos tem sido realizado desde os anos 1990 e, entre 2003 e 2008 de forma sistemática, sob a orientação de Isabel Férrin da Cunha e publicados pelo Alto Comissariado para a Imigração (Cunha *et al*, 2004, 2006 e 2008). Foi exactamente a partir da última década do século XX que o tratamento das minorias nos média começou a sofrer fortes alterações. A discussão dos Acordos de Schengen, a entrada em vigor da Nova Lei de Entrada e Permanência de Estrangeiros e o início dos operadores privados de televisão, que alteraram de forma radical o panorama mediático português, foram alguns dos factores que estiveram na origem desta evolução (Cunha, 2005). Até aí, os imigrantes, sobretudo os oriundos dos PALOP, eram enquadrados na imprensa e na televisão em função de casos sociais, como realojamento, pequena delinquência e violência policial, não se podendo afirmar que existisse por parte do público uma clara percepção do fenómeno da imigração. Só em 1994, já com as televisões privadas em actividade, se começaram a mediatizar casos relacionados com racismo e imigração. O mais emblemático foi o do homicídio por *skinheads* de Alcindo Monteiro, português de origem cabo-verdiana (Cunha,

2005). De referir que, em muitos dos artigos escritos sobre este caso, o próprio nome da vítima é escrito de forma errada, aparecendo Alcino em vez de Alcindo. Basta fazer uma busca na Internet pelo nome Alcino Monteiro para constatar este facto. Embora existam alguns que acertam no nome, mais recentemente, um artigo de 9 de Junho de 2014, do jornal *online* “Observador”, escrito por Fábio Monteiro, apresenta em detalhe a história de Alcindo, reforçada com imagens dos documentos de identificação, em que se pode ver o nome correcto<sup>53</sup> - Alcindo Monteiro.

No final da década de 1990, as imigrações do Brasil, da Europa de Leste e asiática começaram a intensificar-se. Este período foi também marcado por uma expansão dos média. Os grupos de comunicação Impresa, Lusomundo e Media Capital adquiriram novas dimensões, constituindo-se como grandes grupos e acentuaram a luta pelas audiências. Esta postura concorrencial levou à espectacularização de alguns temas, com os públicos a preferir determinados programas televisivos ou jornais em detrimento de outros, com base na existência do espectacular, do insólito. Começaram então a aumentar o número de matérias com foco na criminalidade. Igualmente recorrentes eram as notícias e imagens sobre incidentes entre jovens das designadas “segundas gerações” e a polícia, nos bairros degradados das periferias de Lisboa e do Porto (Cunha, 2005).

Na entrada do novo milénio esta tendência foi acentuada pela entrada nas grelhas televisivas dos chamados *reality shows*, que vieram mudar a forma da cobertura jornalística, abrindo espaço para o *infotainment*, que se caracteriza como uma mistura de informação com entretenimento. Foi também nesta altura, entre 2001 e 2002, que entrou em Portugal um grande contingente de imigrantes com origem no Leste europeu. Também a introdução do novo regime legal de autorizações de permanência, com entrada em vigor em 2001, se fez sentir na agenda dos média, que salientavam principalmente os problemas que estas comunidades tinham com a justiça. Neste período a temática privilegiada nas notícias sobre imigrantes e minorias étnicas era o “crime” e a comunidade mais focada a de imigrantes de Leste (Cádima & Figueiredo, 2003).

Apenas a partir de 2003, os média portugueses começaram a adquirir alguma especialização, revelando um progressivo interesse pela identidade e cultura dos imigrantes. A temática “imigração” começou a tornar-se recorrente na comunicação social nacional e por regra deixou de ser tratada como um todo indefinido, merecendo um tratamento diferenciado,

---

<sup>53</sup> <http://observador.pt/especiais/alcindo-monteiro/> (consultado em 7 de Novembro de 2014)

com atenção às diferentes comunidades de origem dos imigrantes e a diversos aspectos de natureza social e cultural que lhes são inerentes. Algumas comunidades, cuja visibilidade era anteriormente muito baixa, começaram a ganhar espaço nos média: a chinesa, vinculada a actividades comerciais, e a islâmica, associada a práticas religiosas. Paralelamente, os meios de comunicação social começaram a ter jornalistas especializados no acompanhamento dos temas da imigração, sobretudo na imprensa, o que favoreceu um tratamento mais aprofundado de alguns aspectos (Cunha, Santos, Silveirinha, & Peixinho, 2004).

No decorrer da primeira década do século XXI, apesar de se ter mantido a temática “crime”, passou a haver uma distinção entre o autor do crime e a vítima do crime e um crescente recurso a membros da sociedade civil e aos imigrantes como fontes, embora grande parte das peças da imprensa e televisão tenham tido origem em fontes oficiais, como polícia, tribunais e institutos públicos. A temática “mídia, imigração e minorias” entrou nas rotinas de produção jornalística e os meios de comunicação passaram a integrar os imigrantes nos alinhamentos quotidianos de informação.

As críticas (Cunha, Santos, Fortes, & Castilho, 2008) feitas em resultado destes estudos são que os média ainda dependem muito de agendas ou de acontecimentos espectaculares ou de ruptura. A pouca diversidade no tratamento de temas relacionados com os imigrantes evidencia-se tanto ao nível do tratamento disponibilizado a certas comunidades, como na falta de cobertura de certos aspectos de interesse público. A investigação jornalística sobre estas temáticas continua a ser insuficiente, bem como escassa a capacidade de examinar factos e eventos sob diferentes pontos de vista. Com excepção de grandes reportagens realizadas tanto na imprensa como na televisão, as coberturas jornalísticas não envolvem todos os meios necessários, evitando temas que possam causar polémica, quer com as entidades reguladoras, quer pelo confronto com a sociedade civil. A falta de peças em que sejam abordados aspectos económicos, sociais, políticos, culturais e relativos a comportamentos e estilos de vida é outra evidência. Há poucas notícias sobre as condições de trabalho e sobre as dificuldades que os imigrantes enfrentam no processo de inserção, além de omissões relativas ao racismo subtil, de que se queixa grande parte, nomeadamente, os oriundos de África e do Brasil. Verifica-se, ainda, que há uma lacuna noticiosa quanto a contributos dos imigrantes e minorias para a sociedade portuguesa, por exemplo, ao nível da inovação.

Em síntese, com base nestes estudos que se realizaram até 2008, o padrão predominante noutros países europeus, que tende a condenar as minorias à invisibilidade ou a

estereótipos depreciativos, não é exactamente o mesmo que se verificou em Portugal. Estas análises aos média apontam para uma representação diferenciada consoante as minorias e os próprios meios de comunicação social. Contudo, a representação que é feita dos imigrantes ainda não se considera satisfatória, pelo enviesamento das imagens apresentadas e pela falta de rigor e profundidade da investigação que realizam.

## **Minorias enquanto audiências activas dos média étnicos**

Segundo Carvalheiro (2008, p. 56), os estudos sobre as audiências migrantes na Europa não são imunes às premissas ideológicas que os vêem como potencialmente perpetuadores de diferenças identitárias, escolhendo predominantemente os média das diásporas para pesquisar acerca da recepção e da identidade das minorias. Uma vez isto é feito na perspectiva da manutenção de ligações entre a diáspora e o país ou a cultura de origem (Georgiou, 2005); noutras, o ponto focal é a inserção na sociedade de acolhimento e trata-se de avaliar se os média diaspóricos funcionam como reprodutores da diferença cultural e da identificação étnica (Salim, 2008).

No primeiro caso destaca-se o papel que os média étnicos têm em reforçar o sentimento dos imigrantes de poderem participar na sociedade, mantendo as singularidades da comunidade à qual pertencem.

“Sendo semiprofissionais e implementados por membros de grupos locais de imigrantes, reflectem as características dos grupos para os quais se direccionam. Desta forma, adoptam o papel de mediadores entre a informação *mainstream* e as comunidades imigrantes. Mais importante ainda, ao incluir informação que se relaciona com o *mainstream*, e que vai além da informação específica e produtos de entretenimento, reflectem a complexidade das suas audiências. Estas posicionam-se num intrincado contexto cultural, que inclui conexões específicas e um sentimento de pertença a uma identidade comunitária, mas que também implica um envolvimento destas em projectos de comunicação e participação em sociedades multiculturais, ou pelo menos a sua tentativa.” (Georgiou, 2005)

No segundo caso encontra-se, por exemplo, o estudo elaborado por Isabel Salim (2008), em que além de ter feito um levantamento sobre os média étnicos existentes em Portugal, colocou a questão:

“Os meios de comunicação étnicos ajudam no acesso à informação e adaptação dos imigrantes, podendo também ajudar no processo de integração, ou, pelo contrário,

fecham a comunidade imigrante sobre ela mesma, diminuindo as possibilidades de integração e adaptação?” (Salim 2008, p. 81)

A resposta de Salim vai no mesmo sentido da de outros autores como Wood & King (2001), que consideram que os média étnicos tanto podem ajudar os imigrantes a sentirem-se em casa nos seus países de destino, servindo de meio de aprendizagem sobre a nova sociedade e sobre as formas como se podem adaptar a esta; como podem contribuir para atrasar o seu processo de integração, ao promoverem o fechamento dos imigrantes dentro da sua comunidade.

“os média étnicos cumprem diversas funções ao mesmo tempo. É verdade que alguns têm por função principal informar o imigrante sobre os seus direitos e deveres, servindo assim de meio de apoio ao imigrante. Outros, por outro lado, têm um objectivo mais voltado para a divulgação da cultura da comunidade que representam. (...) De uma forma sintética, poderíamos dizer que, na sua grande maioria, os média étnicos, ao mesmo tempo que pretendem promover integração, podem também criar uma espécie de segregação étnica e linguística. No entanto, se nos aprofundarmos mais sobre a problemática, vemos que uma resposta clara e concisa à nossa pergunta é muito difícil de se obter.” (Salim, 2008, p. 51)

Salim (2008, p. 86) avança explicações para o facto de não se conseguir obter uma resposta clara e concisa à pergunta: primeiro, os média étnicos não serem todos iguais; segundo, o facto de se ter previamente que saber qual o modelo de integração adoptado pela sociedade de acolhimento:

“temos primeiro de saber que tipo de modelo de integração se pretende obter. Se a sociedade receptora adopta um modelo «assimilacionista» é evidente que aqueles média étnicos que tendem a exaltar os valores culturais de uma comunidade, publicando informações no idioma materno do imigrante, serão considerados como uma maneira de «segregar» a comunidade de imigrantes, por não assimilá-la por completo na sociedade acolhedora. Mas, se ao contrário, a sociedade de acolhimento favorece um modelo «pluralista» ou «multiculturalista», os meios de comunicação das comunidades de imigrantes encaixam perfeitamente nos ideais destes tipos de modelos.” (Salim, 2008, p. 86)

Diz Salim (2008, p. 86) que “mais do que entrar em debates muitos vastos que não nos levam a nenhuma conclusão objectiva, a melhor maneira de resumir a importância dos média étnicos é, sem dúvida, com a opinião daqueles para quem estes média são direccionados”. Ou seja, como sublinha Carvalheiro (2008, p. 56), no contexto europeu há dados que apontam para um quadro bastante mais complexo do que o sugerido por este tipo

de formulação. A recepção dos média das diásporas tem de ser estudada em casos mais concretos.

“As generalizações ideológicas ignoram quer a diversidade dos média para as minorias quer os outros aspectos socioculturais que intervêm nos processos de etnicidade e que também são postos em jogo na recepção mediática. Não é por existirem média dirigidos às «comunidades» que a lógica dos consumos tem necessariamente de ser «étnica» ou que dentro da oferta minoritária deixam de funcionar também lógicas selectivas ligadas a factores de classe, género ou geração.” (Carvalho, 2008, p. 57)

Quer isto dizer que os consumos que as minorias étnicas fazem dos média não têm de estar directamente relacionados com o facto de serem minorias étnicas. Existem outros factores que terão de ser levados em conta nas análises de recepção, como as diversas categorias de média - étnicos *vs.* *mainstream*; tradicionais (como a televisão, rádio e jornais) *vs.* modernos (como a Internet) - e factores socioculturais, como a classe social e profissional, o nível de escolaridade, o género ou a geração.

Como nota Salim (2008) os média étnicos cumprem ao mesmo tempo várias funções, quer de abertura à sociedade de acolhimento quer de fechamento dentro desta. Nesta análise à relação entre os média e a integração de imigrantes, julgamos que mais do que perceber a função dos média e os seus efeitos, seria útil distinguir o que os imigrantes fazem com cada média, de que forma os utilizam. O uso dos média não deve ser encarado como consumo em sentido restrito, mas também como prática, ou seja, não basta perguntar “que” produtos se consomem, mas também é preciso considerar “como” são consumidos Carvalho (2008, p. 57).

Esta ressalva que Carvalho faz é importante porque, como explica o autor, ignorar a articulação dos média com outros factores, como a comunicação face-a-face, resultaria num “mediacentrismo” fatal para a compreensão das identidades étnicas, dado o papel que os círculos de interacção tem na definição das pertenças. É por se concentrar nos média e nas suas características e não no que os imigrantes procuram neles e em que circunstâncias os consomem que se torna difícil para Salim compreender a construção das suas identidades étnicas. Se fizermos a pergunta centrando-nos nos média - ajudam ou dificultam na integração? – eventualmente não chegamos a nenhuma conclusão a não ser que têm os dois papéis. Mas de que modo pode esta resposta ser útil? No entanto, se procurarmos previamente conhecer os imigrantes, os seus percursos migratórios, como se processa a sua integração, como se identificam, como vêm a sociedade de destino e depois perguntarmos o

que procuram os imigrantes em cada média, de que forma e para quem usam cada tipo de média, os resultados serão eventualmente mais conclusivos e passíveis de serem utilizados, por exemplo, na melhoria de políticas de integração de imigrantes e de conteúdos mediáticos dedicados a comunidades imigrantes e emigrantes.

Por exemplo, Salim (2008, p. 82) questiona se “o facto de alguns jornais estarem escritos nos idiomas maternos dos imigrantes não impediria a interacção com a sociedade acolhedora” ou se, ao invés, “esses média cumprem uma função de auxílio ao imigrante, favorecendo informações úteis à vida do imigrante num idioma que estes possam compreender”. Só se poderá responder a estas duas questões se se perguntar aos imigrantes para que usam afinal cada tipo de média, caso contrário, mais uma vez, a resposta pode ser dúbia. Acrescenta também Salim (2008, p. 82) “muitos desses média incentivam o aprendizado da língua portuguesa. Os jornais romenos, por exemplo, publicam anúncios de escolas de línguas, tiram dúvidas sobre certos termos e encorajam o imigrante a aprender o Português.” Mas, e analisando o lado dos imigrantes, será que se chega à mesma conclusão quanto a esta função dos média? É exactamente por esta razão que no nosso estudo sobre a relação entre os média e as comunidades imigrantes, procuramos saber não só “que” média são consumidos, mas também em que circunstâncias e com que fins.

### **Minorias enquanto audiências activas dos média *mainstream***

Uma das lacunas apontadas por Carvalheiro (2008, p. 59) é a falta de estudos sobre audiências minoritárias focadas nos média *mainstream*. Especificamente no que respeita à etnicização, ou seja, à forma como as imagens mediáticas podem potenciar as diferenças ligadas à origem étnica, o autor considera que tem de ser investigada dos dois lados: quer do ponto de vista dos média, quer do ponto de vista das audiências.

“É preciso, a meu ver, apoiar-se numa dupla análise das representações e dos sentidos apropriados. As representações mediáticas e os significados extraídos podem ser etnicizantes ou o seu contrário.” (Carvalheiro, 2008, p. 59)

De certa forma tentando preencher esta lacuna, Carvalheiro (2008, p. 61) procurou no seu estudo sobre as segundas gerações de imigrantes responder à questão: “como e em que sentidos é que estas audiências vão fazendo uma apropriação identitária das representações mediáticas, dando-lhes significados acerca de si próprios e da sociedade em que se

inserir?”. Como esclarece o próprio autor, este não adoptou uma abordagem clássica, em que se fizesse a análise de um determinado texto e da sua recepção por uma dada audiência. Isto porque as representações mediáticas sobre a imigração nos média *mainstream* é muitas vezes ambivalente, tanto podem estereotipar os imigrantes como podem adoptar um discurso anti-racismo. Por este motivo, optou por sair do campo da análise clássica de recepção, para inquirir as audiências acerca de outros factores que vão além dos significados atribuídos a um texto, tais como hábitos, gostos, memórias e interpretações (Carvalho, 2008, p. 61).

O sentido dos estudos de audiências, considera o autor, está hoje em:

“captar os momentos e as lógicas em que, na interacção com os média, as identidades do público se reforçam, transformam ou recompõem. Quer isto dizer que, em vez de ter como principal finalidade estabelecer correlações entre categorias sociográficas fixas e os usos e interpretações dos textos, deve tomar-se o género, a classe social ou a origem nacional como «pontos flexíveis de identificação».” (Carvalho, 2008, p. 60)

Este tipo de abordagem vai no sentido da que é adoptada pelos estudos que se apoiam na Teoria dos Usos e Gratificações dos Média ou U&G (Katz, Blumler, & Gurevitch, 1974), em que é feita uma contextualização dos efeitos dos média, pondo ênfase nas audiências activas, nos contextos sociais do uso e nas diferentes motivações para usar diferentes média ou conteúdos diferentes (Livingstone, 1997). Comparando os estudos de U&G e os estudos “clássicos” de recepção, enquanto estes se centram nos significados que as audiências atribuem às representações mediáticas, a pesquisa sobre usos e gratificações centra-se nas motivações da audiência para consumir determinados conteúdos mediáticos (Reece & Palmgreen, 2000). Na nossa pesquisa, como detalhamos no capítulo dedicado à metodologia, usamos a abordagem dos U&G.

Em Portugal, algumas pesquisas têm contribuído para perceber que variáveis podem pesar na escolha de alguns média e que vão além da origem étnica. Catarina Valdigem (2006) procurou compreender os processos de construção das identidades culturais de mulheres imigrantes brasileiras, associados aos usos dos média, a partir da análise e observação etnográfica de um salão de beleza. A investigadora observou algumas variações quanto a escolhas e preferências mediáticas, que concluiu deverem-se a diferentes níveis de enraizamento local e produção de imaginários do mundo brasileiro, em contexto de diáspora; mas também a diferenças geracionais e etárias das mulheres, a diferentes circunstâncias migratórias, das trajectórias de vida e, principalmente, à maior ou menor vontade de

integração no local de chegada. É um estudo útil, porque revela que variáveis pesam nas preferências mediáticas.

Outras investigações focam-se em padrões de consumo e apropriações mediáticas *mainstream*. Isabel Férin da Cunha (2008) explorou os usos e consumos da Internet, televisão e, em particular, das telenovelas por imigrantes originários dos PALOP, países do Leste Europeu e Brasil, a viverem na área de Lisboa. Procurou perceber se existiria um padrão de uso e consumo de televisão e Internet nesses grupos de imigrantes e em que medida seria diferente do padrão de consumo dos cidadãos portugueses.

Verificou que os usos e consumos dos média, especificamente entre os imigrantes brasileiros, iam no sentido de manter uma conexão entre a sociedade de origem e a de acolhimento, procurando encurtar a distância dos laços afectivos. Entre os imigrantes romenos e ucranianos identificou-se um outro tipo de relação com os média, no qual o conhecimento da língua de acolhimento mostrou ter uma grande influência. O facto de não dominarem a língua portuguesa e de não possuírem uma proximidade cultural com Portugal tão grande como a observada nos outros grupos, resultava num distanciamento relativamente aos média portugueses, nomeadamente à televisão. Esta distância derivava ainda da diferença em relação à cultura dos média que estes imigrantes possuíam, já que o mercado dos países do Leste da Europa era ainda fechado a produtos externos. Em resumo, os usos e consumos dos média revelaram-se fundamentalmente “utilitários” (Cunha, 2008, p. 25): a televisão era útil para a aprendizagem da língua portuguesa e para conhecimento dos hábitos portugueses; a Internet era utilizada para aceder a programas educacionais divulgados nas escolas ucranianas existentes em Portugal; e os DVD constituíam uma fonte de informação sobre as novidades nos panoramas musical e científico dos países de origem. Em resumo, o que este estudo demonstrou foi que os usos e consumos de televisão e de Internet pelos imigrantes em foco eram fortemente moldados pelas suas trajectórias de vida, nacionalidade, competências linguísticas e pelas condições de vida sociais e económicas.

Embora estes estudos sejam úteis na percepção de padrões de consumo, não respondem a algumas questões como: o que procuram os imigrantes nos diferentes média - *mainstream*, étnicos e transnacionais?

Mais recentemente, destacamos três estudos sobre inclusão digital e o uso dos novos média por imigrantes. O primeiro é um estudo de 2011 (Campos & Simões, 2011) em que os autores se focam na Internet e nas suas apropriações por parte de jovens descendentes de

imigrantes africanos cuja condição os remete, em muitos casos, para situações de exclusão ou estigmatização social. Através de um estudo de caso exploratório, que aborda as transformações do rap negro português, induzidas pela sua crescente presença na Internet, procurou-se detectar formas menos visíveis e mais periféricas de utilização dos média digitais. A investigação verificou que nestes contextos podem existir formas criativas de desenvolvimento de competências, de ampla produção e disseminação de conteúdos através das plataformas digitais.

Num segundo estudo, também de 2011 (Jorge, Brites, & Francisco, 2011), as autoras caracterizaram os usos dos média para fins de contacto, de informação e de entretenimento de jovens e seus familiares em Portugal, em que se incluíram imigrantes e minorias étnicas e linguísticas. Desta forma, procurou-se compreender as desigualdades no acesso e uso dos média digitais e as potencialidades e limitações dos usos comunicacionais, recreativos e informativos para a inclusão destes grupos nos média digitais. Como conclusão desta análise, enfatizou-se a necessidade da educação para os média como forma de garantir inclusões efectivas.

Por fim, num artigo já de 2014 (Aguiar & Silveira, 2014) feito com base numa investigação em curso, o objectivo é analisar de que modo a introdução de actividades de literacia mediática no currículo escolar pode facilitar a inclusão social de público infantil vulnerável, como crianças filhas de imigrantes. Embora o contexto não seja português, o estudo está a ser desenvolvido numa parceria entre investigadoras da Universidade do Minho e da Universidade Autónoma de Barcelona. A investigação foca-se num grupo de crianças dos 7 aos 8 anos de idade - a maioria, oriunda de famílias imigradas - que frequentam uma escola pública situada na cidade de Barcelona. As primeiras evidências encontradas sugerem que tanto a escola como os espaços informais de educação são importantes elementos de referência e espaços de mediação e consumo. Estes espaços devem, segundo as autoras, estimular na criança o desejo de criar, atendendo a uma recepção selectiva e crítica das mensagens mediáticas.

Noutros países têm sido realizados estudos sobre audiências minoritárias focadas nos média *mainstream* ou nacionais, em que atenção é dada aos contextos que podem tornar mais salientes alguns motivos mais específicos para a utilização de determinados média para satisfação de necessidades que se tornam mais salientes nesses contextos. Estas pesquisas têm mostrado que estes média fornecem aos imigrantes elementos que lhes permitem

compreender a história dessa cultura, valores e problemas sociais ou económicos existentes, bem como aprender a língua de acolhimento.

Reece & Palmgreen (2000) encontraram uma forte relação entre a necessidade de aculturação de estudantes indianos imigrantes nos Estados Unidos da América e as motivações para verem televisão norte-americana. Ao mudarem para um novo ambiente cultural, com raízes significativamente diferentes das da cultura indiana, muitos dos estudantes alvo do estudo procuraram e encontraram informação culturalmente valiosa na cobertura noticiosa norte-americana, em comédias televisivas, nas coberturas desportivas e em filmes. Esta informação, concluíram os autores, sublinha a importância dos média da nova cultura no processo de aculturação (integração) dos imigrantes.

Elias & Lemish (2006), num estudo que se focou em jovens imigrantes russos nos contextos alemão e israelita, colocaram em evidência o papel dos média *mainstream* na aquisição da língua de acolhimento. Além de serem fundamentais em todas as áreas da vida privada, social ou educacional, as competências linguísticas mostraram servir, também, como marcadores de identidade, já que, à medida que se iam adaptando à nova sociedade, estes jovens imigrantes utilizavam os média para acelerar o processo de aprendizagem da língua de acolhimento e para mostrar aos membros da família e aos amigos o seu progresso na formação de uma nova identidade. Neste sentido, os média forneciam-lhes os recursos culturais, sociais e psicológicos necessários para vingarem na “complexa missão imposta aos membros de minorias: a de habitarem em pelo menos duas identidades, de falarem pelo menos duas línguas e de negociarem e de se transladarem entre as duas” (Hall, 1993 *apud* Elias & Lemish, 2006). A vantagem de este estudo se ter realizado em dois contextos diferentes foi conseguir perceber-se que conclusões são comuns aos dois e que se podem generalizar, exactamente por anularem as conclusões específicas de um ou outro contexto.

No nosso estudo, ao invés de analisarmos comunidades pertencentes à mesma diáspora em contextos ou países diferentes, analisamos comunidades de diferentes diásporas em contextos geograficamente opostos. Anulamos, desta forma, o factor “contexto” e o factor “origem étnica”. Embora se tratem de duas pesquisas com dimensões diferentes, consideramos todavia que, despojados destas influências de origem cultural/étnica e conjuntural, os pontos comuns no uso de diferentes média e na construção identitária dos indivíduos das duas comunidades, podem ser eles também mais generalizáveis, ou seja, poderão também eles ser comuns a outras comunidades.

## Minorias enquanto audiências activas dos média transnacionais

Quanto aos média transnacionais, a diferença está no carácter transnacional desses meios. Nestes destacam-se a Internet e a televisão por satélite. Por exemplo, a CNN é um média *mainstream* e nacional no contexto norte-americano, mas é também transnacional no contexto português, onde está acessível por televisão satélite, cabo ou pela Internet; a RTP pode ser um média *mainstream* em Portugal, mas o seu canal RTP Internacional, com muitos conteúdos transmitidos pelos canais nacionais, pode ser um meio transnacional na Suíça, onde pode ser vista por imigrantes portugueses, por suíços ou por estrangeiros; por fim, a Internet pode servir de suporte tanto a meios étnicos, *mainstream* ou globais, e pode também servir de suporte a aplicações que viabilizam conexões entre comunidades e pessoas residentes em diferentes países, como o caso do Skype.

Os estudos que se têm dedicado à relação entre as minorias imigrantes e os média transnacionais têm evidenciado dois tipos de trajectórias: uma que salienta o papel destes média na manutenção dos laços entre as comunidades de diáspora e os países de origem (Elias & Lemish, 2006, 2008); e outra que salienta a relevância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em especial da Internet, na concretização de aspirações migratórias, ao ser utilizada para explorar o mundo, procurar oportunidades, informações, contactos e novas ideias (Burrell & Anderson, 2008).

No primeiro tipo de trajectórias, além de se verificar que os média globais podem fornecer aos imigrantes uma grande variedade de recursos culturais e de ferramentas para manterem a sua herança cultural e a unidade interna da família, também são utilizados como um meio eficiente de transmitir o conhecimento sobre a língua materna às crianças:

“Com o objectivo de preservar o conhecimento que as crianças já possuíam da língua russa, os pais utilizavam conteúdos mediáticos produzidos por culturas estrangeiras, como a americana, negociando com os seus filhos as diferentes componentes da sua identidade cultural.” (Elias & Lemish, 2008)

O segundo tipo de trajectória evidencia a relevância das TIC para a experiência migratória, muito para além das já conhecidas tentativas de manutenção dos laços com o país de origem.

“Especialmente no que respeita aos jovens, a forma como estes utilizavam a Internet mostrou ser uma extensão da forma como viam o seu próprio processo de migração, ou seja, uma tentativa de aceder aos fluxos globais de informação e, mais do

que isso, de pessoas. A Internet era utilizada como um acelerador do processo de migração, ao pô-los, mais facilmente, em contacto com pessoas e informação em vários países, simultaneamente.” (Burrell & Anderson, 2008)

Neste estudo (Burrell & Anderson, 2008) foram descobertas formas de utilização das TIC por imigrantes ganeses que não se integram no quadro conceptual definido pelo transnacionalismo, o qual é estruturado com base na premissa de que o horizonte social dos imigrantes se limita ao país de origem e ao país de acolhimento. Neste caso, o horizonte social do grupo de imigrantes ganeses em foco não era constituído apenas por outros ganeses com quem mantinham contacto, mas também por estrangeiros. Através da Internet, estabeleciam novas relações com estrangeiros e com estranhos e utilizavam-na, também, para procurar informação e ideias sobre os países de origem, de acolhimento e terceiros.

Esta é uma hipótese que colocamos na nossa investigação: as experiências de transnacionalismo e a forma como os imigrantes utilizam os média não se circunscrevem aos países de origem e de acolhimento.

Relativamente à televisão por satélite, Georgiou (2005) destaca as alterações que o seu surgimento trouxe ao panorama mediático global, *mainstream* e étnico, e na identidade das diásporas transnacionais:

“Impulsionou o sincronismo ou a simultaneidade e enriqueceu as imagens e textos consumidos pelas populações em diáspora. Com a tecnologia dos satélites, a televisão produzida num determinado país tornou-se disponível para outros países em todo o globo. Quer esse país seja nação de origem de alguma diáspora, quer seja outro país com uma cultura diferente ou idêntica, poderá servir de base à produção de canais que, ao serem distribuídos no mundo inteiro, se tornam não só importantes no âmbito das comunicações globais, mas importantes também para as suas audiências transnacionais e respectivas comunidades. Pela difusão de imagens e de narrativas comuns, independentemente do país onde residam, as populações migrantes espalhadas pelo mundo partilham um sentimento de pertença a uma comunidade transnacional, que engloba todos esses grupos dispersos.” (Georgiou, 2005)

A televisão por satélite tem desenvolvido e promovido a inovação tecnológica e a liberalização das telecomunicações. No caso de canais produzidos por minorias imigrantes, quer nos seus países de origem quer noutros países, mas distribuídos pelos países das respectivas diásporas, a “cultura satélite das diásporas” não está apenas a mimetizar as apropriações da tecnologia satélite pela cultura *mainstream* e globalizante, está também a moldar as culturas satélites europeias e transnacionais. Um dos exemplos apresentados na

investigação de Myria Georgiou dedicada aos média de diásporas na Europa é a estação de televisão satélite árabe Al Jazeera.

“Este canal, consumido massivamente por audiências transnacionais árabes, tornou-se conhecido pelos públicos ocidentais e parte integrante das suas paisagens mediáticas e discursos políticos após o 11 de Setembro de 2001 (9/11). Com sede no Qatar, transmitiu para todo o planeta uma série de «monólogos» proferidos por Bin Laden e reportagens sobre o Afeganistão, contendo aquilo a que mais nenhum média de outro país teve acesso. Por este facto, pela sua capacidade de atravessar fronteiras e de ultrapassar barreiras à transmissão de informação em outros países, a Al Jazeera veio alterar o equilíbrio das comunicações globais.” (Georgiou, 2005)

As razões para que diásporas transnacionais de origem árabe prefiram a Al Jazeera são, segundo Georgiou, de dupla ordem. Por um lado, proporciona-lhes uma alternativa à agenda mediática ocidental, que pouca atenção dá (ou dava até 2002) às comunidades árabes residentes no Ocidente. Por outro lado, preferem a estação a outros média árabes oficiais, por esses serem controlados por governos que os censuram e lhes impõem restrições. Além disto, a Al Jazeera fornece o que essas audiências percebem como informação e entretenimento direccionados e de particular interesse para elas.

No uso que os imigrantes em foco na nossa investigação fazem dos média, as razões de preferirem alguns média transnacionais não ocidentais em detrimento dos *mainstream* ocidentais e vice-versa tem por base esta mesma lógica, ou seja, procuram com o acesso a informação de ambos um equilíbrio entre a agenda mediática ocidental e as agendas de países controladas pelos respectivos governos?

## Síntese

Neste capítulo vimos que a investigação sobre as minorias imigrantes e os média pode ser feita do ponto de vista das minorias enquanto objectos de representação nos média ou das minorias enquanto audiências dos média. Do ponto de vista das representações os estudos podem ser mediocêntricos, focando-se apenas nas imagens que os média dão dos imigrantes ou podem explorar a apropriação que os imigrantes fazem dessas imagens e que significado lhes dão.

Do ponto de vista das audiências, as investigações podem estudar os efeitos dos média, procurando saber que práticas das audiências resultam dos conteúdos transmitidos pelos média (ex.: fechamento dentro da comunidade étnica, abertura à sociedade de

acolhimento, etc.) ou podem estudar que usos as minorias fazem dos média que resultam de necessidades específicas para procurá-los. Os média podem ser divididos entre *mainstream*, étnicos ou transnacionais.

Através da análise aos estudos já realizados procurámos identificar lacunas e enquadrar a nossa investigação. Têm sido publicados diversos estudos sobre a representatividade dos imigrantes nos média em Portugal, (Cunha *et al* 2004, 2008; Carvalheiro, 2008; Salim, 2008). Relativamente a estudos sobre aos usos e consumos dos média por imigrantes julgamos que ainda existe um grande espaço para desvendar que práticas e motivações estão associadas à utilização dos diferentes média. É neste campo que pretendemos dar o nosso contributo.



## **PARTE II – ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS E ANÁLISE DE RESULTADOS**



## Capítulo 4 – Orientações metodológicas

Com base em todo o enquadramento teórico, a pergunta de partida que colocamos é: “Como (re)constroem os imigrantes a sua identidade, como usam os média neste processo e que papel se pode atribuir à(s) língua(s) de acolhimento?”. No quadro 4, estabelecemos as diversas relações entre os tópicos: média, imigração, identidade e língua.

**Quadro 4. Relações entre média, imigração, identidade e língua**

	<b>Imigração</b>	<b>Identidade</b>	<b>Língua</b>
<b>Média</b>	Média como meio/ferramenta de integração na sociedade de acolhimento do imigrante.	Utilização dos média na preservação e (re)construção da Identidade.	Média como ferramenta de aprendizagem da língua de acolhimento.  Acesso aos média como motivação para aprendizagem da língua de acolhimento.
	<b>Imigração</b>	Ligação dos imigrantes à cultura de origem.  Integração dos imigrantes na cultura de destino.	Motivações dos imigrantes para a aprendizagem da língua de acolhimento.
		<b>Identidade</b>	Língua de origem na preservação da Identidade.  Língua de destino na construção de uma “nova” identidade.
			<b>Língua</b>

A nossa investigação enquadra-se no âmbito dos estudos sobre média e audiências, que encaram os imigrantes como público activo, com necessidades específicas, que resultam de um processo de realocização (Elias, 2011; Elias & Lemish, 2006, 2008, 2011; Burrell & Anderson, 2008). Assumimos que, enquanto audiências dos média, os imigrantes têm as suas motivações próprias e procuram a satisfação de necessidades específicas e que, conseqüentemente, estão envolvidos no processo de efeitos produzidos por estes. Ao explorar

a relação entre os média e a imigração nesta vertente, esta investigação adopta a perspectiva da Teoria dos Usos e Gratificações dos Média (U&G).

Segundo Livingstone (1997), a teoria dos U&G (Katz, Blumler & Gurevitch, 1974), representa uma abordagem contextualizada aos efeitos dos média e, tal como formulada inicialmente, argumenta contra uma visão de uma sociedade de massas, composta por média homogéneos e audiências de espectadores indefesos. Pelo contrário, ao pôr a ênfase nas audiências activas, nos contextos sociais do uso dos média e nas diferentes motivações para o uso de diferentes média e de diferentes conteúdos, esta teoria tem servido de base a estudos etnográficos sobre as audiências.

Enquadrando-se no seio de pesquisas sobre média e audiências, os estudos sobre usos e gratificações têm como ponto de partida as necessidades das audiências em vez dos textos ou mensagens dos média.

“O interesse dos *audience studies* já não reside tanto (...) em mostrar que diferentes grupos culturais fazem interpretações específicas de determinados textos, mas sim em captar os momentos e as lógicas em que, na interacção com os *media*, as identidades do público se reforçam, transformam ou recompõem.” (Carvalho, 2008, p. 60)

Relativamente ao contexto, os estudos sobre os usos e gratificações dos média atendem aos hábitos individuais e não só às estruturas social e cultural. Quanto aos efeitos dos média, assumem que resultam na satisfação ou gratificação das necessidades das audiências e não na mera aceitação de mensagens dos médias destinadas a essas audiências. Nesta abordagem os média são vistos como plurais (com diferentes canais e diferentes géneros), as audiências também são vistas como plurais (indivíduos e grupos diversos) e os processos sociocognitivos da influência dos média estão em primeiro plano (satisfação de expectativas da audiência).

Nesta investigação analisamos as funções e usos de três tipos de média - étnicos, *mainstream*, transnacionais - na construção identitária dos imigrantes, que se faz na ligação ao país de origem, na integração no país de acolhimento e nas conexões ao resto do mundo.

Ao escolherem determinado média ou determinado conteúdo mediático, que benefício procuram os imigrantes obter? Quais são as motivações para essas escolhas? Os contextos socioculturais pelos quais passaram e nos quais vivem, as trajectórias de vida e os seus hábitos individuais guiam essas escolhas?

Há que enfatizar que o modelo dos U&G não é uma metodologia. Segundo Ruggiero (2000) é aconselhável a utilização dos U&G em combinação com metodologias qualitativas, no sentido de se obter uma abordagem holística.

## **A observação participante**

A observação participante é uma das variantes da observação directa. Esta última é um método, no sentido restrito, baseado na observação. Este tipo de método, a par da investigação-acção, tem a particularidade de captar os comportamentos no momento em que eles se produzem, sem a mediação de um documento ou de um testemunho. Em outros métodos, como o inquérito por questionário ou a entrevista, os acontecimentos, as situações ou os fenómenos estudados são reconstituídos a partir das declarações dos actores ou, como no caso da análise de documentos, através dos vestígios deixados por aqueles que os testemunharam directa ou indirectamente (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 196).

A observação participante de tipo etnográfico, em contraste com a observação não participante, é a que melhor responde, de modo global, às preocupações habituais dos investigadores em ciências sociais, que pretendem estudar uma comunidade durante um longo período de tempo. No caso de investigadores que estudam a sua própria sociedade mediante investigações de duração limitada, não se aplica a observação etnográfica com toda a precisão dos etnólogos, que chegam a abandonar o local onde vivem durante meses ou anos. Ainda assim, ambas as abordagens aplicam métodos de observação comparáveis, quase sempre bastante flexíveis e como complemento de outros métodos mais formalizados (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 197).

“Este método é particularmente adequado à análise do não-verbal e daquilo que ele revela: as condutas instituídas e os códigos de comportamento, a relação com o corpo, os modos de vida e os traços culturais, a organização espacial dos grupos e da sociedade, etc.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 198).

Nesta investigação, uma vez que a investigadora faz parte de uma das comunidades em análise, nos três meses em que a pesquisa em Macau foi realizada, deslocou-se dentro da comunidade portuguesa e foi o fácil acesso a esta que tornou possível realizar o trabalho de campo durante este período.

Uma das limitações à observação participante é o investigador ser aceite como observador. Apesar de termos podido observar a forma como os membros da comunidade interagem entre si, com as outras comunidades ou os locais que frequentam, o passo seguinte de acesso ao espaço doméstico exigiria um maior ganho de confiança por parte dos membros, para que permitissem a presença da investigadora em suas casas. Em três meses tal não foi possível, pelo que na análise aos média, estudamos os usos dos média na perspectiva de entender que média são usados e o que procuram os entrevistados nesses meios e não o espaço doméstico em que são consumidos, tal como tem sido feito em outras investigações (Livingstone, 2002; Katz, 2010). Embora trouxesse outros dados para a nossa investigação, colocaria a preocupação de primeiro ter acesso ao ambiente doméstico destas pessoas e do tempo que este processo levaria. Como tal, optou-se por não o fazer.

## **A entrevista**

Nos métodos complementares à observação participante, a entrevista surge como o mais importante.

“O método da entrevista, seguida de uma análise de conteúdo, é seguramente o que mais se utiliza em paralelo com os métodos de observação. A sua complementaridade permite, com efeito, efectuar um trabalho de investigação aprofundado que, quando conduzido com a lucidez e as precauções necessárias, apresenta um grau de validade satisfatório.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 200)

Em comparação com o inquérito por questionário, os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele. Entre as variantes da entrevista, a mais utilizada em investigação social é a entrevista semi-directiva ou semi-dirigida.

É semi-directiva no sentido em que nem é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Esta é uma das vantagens deste método, ou seja:

“A flexibilidade e a fraca directividade do dispositivo que permitem recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência - a sua linguagem e as suas categorias mentais.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 194)

O investigador dispõe de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais recebe informações por parte do entrevistado. O entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para a entrevista. Tanto quanto possível, deve deixar o entrevistado à vontade para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O papel do investigador é reencaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado deles se afastar, colocando as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio, no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível (Ghiglione & Matalon, 1993; Quivy & Campenhoudt, 1998).

Com a utilização das entrevistas, o nosso objectivo é recolher informação e elementos de reflexão mais ricos:

“Se a entrevista é, antes de mais, um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão, o espírito teórico do investigador deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192)

Para realização das entrevistas, em ambas as comunidades, foi utilizado um guião e estas foram gravadas em suporte áudio. A construção do guião vem no seguimento da formulação das hipóteses e das perguntas de investigação e foi previamente testado.

Esta ligação entre as hipóteses e as perguntas da investigação com as perguntas da entrevista pode sugerir que não existe uma espontaneidade por parte do entrevistado e uma neutralidade por parte do investigador. Contudo, como apontam os autores:

“A flexibilidade do método pode levar a acreditar numa completa espontaneidade do entrevistado e numa total neutralidade do investigador. As formulações do entrevistado estão sempre ligadas à relação específica que o liga ao investigador e este último só pode, portanto, interpretá-las validamente se as considerar como tais. A análise de uma entrevista deve, portanto, incluir uma elucidação daquilo que as perguntas do investigador, a relação de troca e o âmbito da entrevista induzem nas formulações do interlocutor. Considerar estes últimos independentemente de um contexto tão marcante seria revelar uma grande ingenuidade epistemológica.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 195)

Complementarmente ao método das entrevistas está sempre associada uma análise de conteúdo:

“Durante as entrevistas trata-se, de facto, de fazer aparecer o máximo possível de elementos de informação e de reflexão, que servirão de materiais para uma análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjectividade dos processos.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 195)

## **Análise de conteúdo**

“Como um dado bruto, as entrevistas são uma massa compacta, amuralhada, que temos de ir dissecando para derrubar as barreiras, conhecer e retirar delas alguma informação, elementos que sejam passíveis de trabalhar, moldar e perspectivar.” (Rodrigues, 2008, p. 61)

Com o objectivo de tirar conclusões sobre a informação recolhida nas entrevistas, é feita, posteriormente, uma análise do conteúdo. Esta análise permite tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam algum grau de profundidade e de complexidade. Na prática, as entrevistas são transcritas, as transcrições são relidas e são feitas anotações de ideias. Este processo, de análise individual de cada entrevista e de análise transversal de todas, leva à identificação de ideias-chave no âmbito dos temas centrais: integração na sociedade de acolhimento, ligação ao país de origem, aprendizagem da língua de acolhimento e uso dos média. Desta forma, por um lado, focamo-nos na análise e evitamos a dispersão. Por outro lado, isto permite não só a comparação entre os distintos tipos e percursos dos entrevistados, mas também entre as comunidades.

Entre as principais variantes dos métodos de análise de conteúdo, este insere-se nos métodos qualitativos, com carácter intensivo (e não extensivo, como nos métodos quantitativos), já que tem em vista a análise de um conjunto de informações complexas e pormenorizadas (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 230). A principal vantagem que vemos na utilização deste método é que a sua preparação, sendo feita em combinação com o método de entrevista, o qual, por sua vez, é preparado com base nas hipóteses e perguntas de investigação, permite ao investigador ser sistemático sem prejudicar a profundidade do trabalho e a sua própria criatividade. Quer isto dizer que o investigador mantém uma distância em relação a interpretações espontâneas e, em particular, às suas próprias (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 230).

Esta possibilidade proporcionada por estes dois métodos em combinação, de dissecar o que foi dito, de trazer ao de cima factos que com a utilização de outros métodos, como os inquéritos, não seria possível, se por um lado é vantajosa, por outro coloca ao investigador o problema da credibilidade da sua investigação, uma vez que os resultados e a sua análise podem parecer superficiais, pouco científicos ou rigorosos. No entanto, este é um problema que se coloca não só na utilização de métodos qualitativos, mas também na utilização de métodos quantitativos e, em geral, no estudo de seres humanos.

“Podemos estudar realmente a vida social humana de um modo científico? A *ciência* consiste na utilização de métodos científicos sistemáticos de investigação empírica, na análise de dados, no pensamento teórico, na avaliação lógica de argumentos para desenvolver um corpo de conhecimentos acerca de um objecto particular.” (Giddens, 2007, p. 643)

De acordo com esta definição, poderemos dizer que o estudo da vida social humana é um empreendimento científico já que, como justifica Giddens (2007, p. 642), envolve métodos sistemáticos de investigação empírica, a análise de dados e a avaliação das teorias à luz da evidência e argumentação lógica. A questão principal é que estudar seres humanos e a sociedade em si é diferente de estudar o meio natural. Se temos como vantagem o facto de poder colocar questões directamente a quem estudamos, temos como desvantagem o facto de essas pessoas saberem que estão a ser analisadas e poderem mudar o seu comportamento, as suas respostas, devido a essa consciência.

No entanto, mesmo utilizando métodos quantitativos, os resultados obtidos estarão à partida contaminados quer pela perspectiva do investigador quer pelo contexto em que ocorre a investigação quer pela mente de quem é estudado. A própria amostra, muitas vezes, é ela própria enviesada, já que os dados sobre o universo podem não corresponder a 100 por cento à realidade.

Por conseguinte, assumimos a nossa opção por um estudo qualitativo pelas vantagens que oferece relativamente ao que se pretende estudar.

“Uma das virtudes das pesquisas qualitativas é, exactamente, possibilitar abordagens espessas, ou seja, captar a variedade de questões que se escondem por detrás de enunciações aparentemente simples, como os rótulos identitários.” (Carvalho, 2008, p. 62)

Não julgamos que com esta premissa resolvemos o problema da possível superficialidade ou falta de rigor na nossa análise. Pelo contrário, através do enquadramento

teórico e do uso de métodos que pretendem ser sistemáticos e rigorosos, é nosso objectivo organizar a informação de forma a resistir a interpretações espontâneas.

O quadro 5 sistematiza as vantagens e desvantagens associadas a cada um dos métodos.

**Quadro 5. Síntese dos métodos utilizados**

	<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>	<b>Suportes</b>
<b>Entrevista</b>	Contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores. Maior liberdade por parte do entrevistado.	Fraca directividade por parte do investigador, o que obriga a uma constante atenção, quer para fomentar o fornecimento de informação mais profunda quer para evitar a dispersão em relação ao foco da entrevista.	Suporte áudio (gravador).
<b>Análise de conteúdo</b>	Tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam algum grau de profundidade e de complexidade.	Os resultados podem parecer superficiais, o que obriga a uma forte fundamentação teórica. Recorrer ao enquadramento teórico feito nos capítulos 2 e 3 para discussão do que é dito nas entrevistas.	Definição de categorias análise.

Fonte: Quivy & Campenhoudt, 1998

## **Abordagens a cada uma das comunidades em foco**

Antes de escolher a forma de alcançar o nosso objectivo foi necessário ter claro o que se pretendia. Neste caso, o nosso objectivo foi conhecer melhor estas comunidades, responder às questões centrais e, se possível, desvendar particularidades que só poderiam ser descobertas se entrássemos no seu meio e se as ouvíssemos. O acesso a comunidades étnicas ou imigrantes nem sempre é fácil. Como tal, à escolha especificamente destas não foram alheios os contactos já previamente estabelecidos e a possibilidade de estabelecer pontes com elas.

### **Comunidade nepalesa**

No acesso à comunidade nepalesa, foi crucial a investigadora ter dado aulas de Português a imigrantes desta comunidade. As aulas começaram por ser dadas num restaurante, experiência que se repetiu em mais dois outros e, depois, num supermercado. Este facto deveu-se à falta de disponibilidade por parte destes imigrantes em frequentar cursos em horário laboral. A vantagem oferecida pela investigadora e, neste caso, professora

de Português, era a deslocação ao local de trabalho em horário fora do expediente, normalmente entre as 9h e as 11h ou entre as 15h e 17h.

Procurando um maior acesso a dados sobre a comunidade, tendo já em vista realizar esta investigação, contactou-se posteriormente a Non Resident Nepalese Association (NRN). A partir deste contacto, a investigadora começou também a dar aulas de Português nesta associação, tendo realizado uma primeira pesquisa, que serviu de base à realização da sua tese de mestrado em Língua e Cultura Portuguesa e à publicação de dois artigos (Branco, 2012 e 2012a). Esta relação com a associação e o ter começado por dar aulas de Português a estes imigrantes permitiram conhecê-los de forma informal e realizar uma entrevista exploratória ao presidente da associação, que forneceu alguma informação que não constava em estudos ou estatísticas. Primeiro, o motivo da escolha de Portugal como destino migratório, depois a real dimensão da comunidade existente em Portugal, que é maior do que a que consta nos dados do SEF, o que é natural, já que nestes dados constam apenas os estrangeiros com autorização de residência.

A pesquisa feita junto da comunidade nepalesa foi de carácter exploratório e os seus resultados permitiram aperfeiçoar a segunda parte da investigação, feita na comunidade portuguesa, em 2013 (o trabalho de campo).

Aproveitando os contactos já previamente estabelecidos com a comunidade nepalesa de Lisboa, para a selecção dos entrevistados, foi utilizado o método “bola de neve”, tendo-se procurado indivíduos com diferentes perfis relativamente ao percurso migratório e em diferentes fases deste processo. Isto possibilitou fazer comparações quanto à utilização que pessoas, em estados mais avançados ou menos avançados de integração fazem dos média. Segundo o modelo de estratégias de aculturação de Berry (2006, p.35), descrito no primeiro capítulo, existem quatro estratégias possíveis de aculturação. Para avaliar o nível de integração, temos de analisar até que ponto estes imigrantes têm interesse em manter a sua cultura de origem, por um lado, e em interagir quotidianamente com outros grupos, por outro. Isto é, se desejam manter um certo grau de integridade cultural e, simultaneamente, como membros de um grupo cultural, participar na sociedade de acolhimento como parte de uma rede social mais vasta. Para esta análise, não usámos uma escala ou perguntámos directamente a cada um dos imigrantes onde se posicionariam numa tabela de dimensões de aculturação, onde colocássemos as quatro estratégias possíveis. Em vez disto, fizemos um conjunto de questões que nos permitem inferir esse posicionamento (que estão no guião da

entrevista), ou seja, se possuem uma maior ligação ao país de origem ou se têm uma maior participação na sociedade de acolhimento.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, o que deu a possibilidade de, seguindo o mesmo guião, se ter podido conduzir a conversa de forma diferente, consoante o entrevistado. A construção do guião baseou-se nos resultados de 17 inquéritos e numa entrevista em profundidade, realizados em Dezembro de 2010.

Os inquéritos foram realizados na NRN e foram aplicados a uma turma de 17 imigrantes nepaleses, aprendentes de Português, 71% homens e 29% mulheres, sendo que todos se voluntariam para participar. As questões possuíam várias hipóteses de resposta e incidiram sobre as razões para escolher Portugal como país de acolhimento, línguas faladas e estratégias para aprendizagem da língua portuguesa (em que o uso dos média era uma opção). Utilizando os resultados deste questionário, foi elaborado o guião para uma entrevista, que foi realizada a um imigrante, que já vivia em Portugal há 15 anos. A entrevista focou-se na trajectória de migração, história de vida, usos dos média no processo de integração em Portugal, aprendizagem do Português e relação com a família e amigos no Nepal e em outras partes do mundo.

No final, construiu-se um novo guião versando sobre os mesmos temas, mas melhorado de acordo com os resultados da primeira entrevista. Incluiu questões sobre idade, formação, profissão, relação com o Nepal, relação com Portugal, meios de comunicação étnicos, *mainstream* e transnacionais utilizados, e com que fins, e utilização das línguas portuguesa e nepalesa.

### **Guião da entrevista na comunidade nepalesa**

#### **Identificação:**

1. Sexo M\_\_\_\_ , F\_\_\_\_
2. Idade?
3. Nível de escolaridade (quantos anos estudou)?
4. É licenciado? Em quê?

#### **Relação com Portugal e com o Nepal:**

5. Em que país vivia antes de viver em Portugal?
6. Há quanto tempo vive em Portugal?
7. Por que veio para Portugal?

8. Qual é a sua actividade/trabalho em Portugal?
9. Qual era a sua profissão no Nepal ou no país onde vivia antes de viver em Portugal?
10. A imagem que tem hoje de Portugal corresponde àquela que tinha antes de vir?
11. Gosta de Portugal e dos portugueses? O que mais lhe agrada e o que menos lhe agrada?
12. Pretende voltar para o Nepal?
13. Quais as diferenças entre Portugal e o Nepal?
14. O que é que o liga ao Nepal?
15. Que meios utiliza para se manter informado sobre o Nepal?

Para os que estão em Portugal há mais tempo:

16. Sente-se mais português ou nepalês?
17. E em relação à nova geração (filhos, sobrinhos, etc.)?

### **Relação com os média e língua portuguesa**

*Os média são usados pelos imigrantes como uma ferramenta para se integrarem na sociedade de acolhimento. Independentemente de se tratar da Internet, da televisão ou jornais, usam-nos para se informarem, mas também procuram influenciar os seus conteúdos de forma a irem ao encontro dos interesses da sua própria comunidade.*

18. Quais os meios de comunicação social portugueses que utilizam (jornais, Internet, rádio, ...)?
19. Porquê esse e não outro?
20. Qual o principal objectivo de utilizar esse meio de comunicação social português?
21. De que forma a utilização desse meio de comunicação o mantém mais ligado à sociedade portuguesa?

*Com o objectivo de preservar a identidade cultural da sua comunidade, os imigrantes recorrem aos média do país de origem e aos média globais para se aproximarem e se manterem informados sobre a sociedade de origem e, com o mesmo objectivo, criam também os seus próprios média na comunidade de acolhimento.*

22. Costuma utilizar (ver, aceder, ouvir, ler) meios de comunicação de outros países (globais)?
23. Qual é o objectivo de aceder a esses meios?
24. Procura neles que tipo de informação?
25. Procura informação sobre o Nepal?
26. A comunidade nepalesa em Portugal tem algum meio de comunicação só para a comunidade nepalesa residente em Portugal?
27. Qual o meio de comunicação ou a forma que a comunidade mais utiliza para se manter informada sobre a própria comunidade residente em Portugal (NRNA?)?
28. Qual o principal meio para se manter informado sobre o que se passa no Nepal?
29. Quais os média nepaleses que costuma utilizar (Internet, rádio, ...)?
30. Que outros média utiliza para se manter informado sobre o Nepal?

*Os média podem ser utilizados como uma ferramenta eficaz no processo de aprendizagem de línguas.*

31. Acha que os meios de comunicação social portugueses o podem ajudar a aprender melhor a língua portuguesa?
32. Costuma ver TV, ler revistas, jornais, Internet, música, filmes com esse objectivo?
33. De que forma e quais os média que utiliza para aprender a língua portuguesa?

*Uma das razões para aprender o Português como língua de acolhimento é o desejo de aceder (ver, ler, criar conteúdo) aos média . Para esse objectivo, os programas de inclusão digital e os programas de aprendizagem do Português apoiados por políticas oficiais são fundamentais.*

34. Quais as principais razões para querer aprender Português?
35. Será uma delas poder ler jornais, revistas, aceder à Internet em língua portuguesa?
36. Fez algum curso de Português?
37. Financiado pelo governo ou pago por si?
38. O que achou?
39. Acha importante que existam programas ou cursos oficiais (do governo) para ensino do Português?
40. Conhece algum?
41. Já tentou entrar em algum desses cursos? Foi fácil ou difícil?
42. O que achou do curso?

*Independentemente de falarmos de identidade social ou identidade pessoal, ambas são influenciadas quer pelas culturas de origem das comunidades imigrantes quer pela cultura da sociedade de destino. Enquanto comunidade e enquanto indivíduo, especialmente a segunda geração, é já uma mistura das culturas nepalesa e portuguesa.*

43. O que sente que perde e o que sente que ganha quanto à cultura nepalesa e quanto à cultura portuguesa?
44. Sente que a comunidade nepalesa tem influenciado de alguma forma os hábitos dos portugueses pelo menos aqui em Lisboa? (por exemplo, pela comida...)
45. Acha que a comunidade nepalesa já está de alguma forma influenciada pelos hábitos dos portugueses? Como?

*A identidade pessoal e a identidade social são influenciadas pela capacidade dos imigrantes de falar a língua de acolhimento. Por outro lado, o uso continuado da língua da comunidade (língua materna) é vista por estes imigrantes como importante na preservação da sua identidade cultural.*

46. Que língua fala em casa?
47. Em que situações utiliza o Português?

### **Definição da amostra na comunidade nepalesa**

Para a escolha dos entrevistados utilizaram-se como variáveis a idade, o sexo, e o tempo de estadia em Portugal. Os critérios para a definição destas variáveis basearam-se em:

- 1) *idade*: reflectiu-se o facto de se tratar de uma comunidade jovem; 2) *sexo*: procurou-se

algum equilíbrio, embora se tenham entrevistado mais homens do que mulheres, o que também reflecte essa característica da comunidade; 3) *tempo de estadia em Portugal*: procuraram-se pessoas com diferentes tempos de permanência, pois considerámos que o grau de integração poderia variar consoante o imigrante estivesse há mais ou há menos tempo no país.

A juntar à entrevista anterior, entrevistaram-se mais quatro homens e três mulheres, entre os 25 e os 40 anos; em Portugal por um período que variou entre os três meses e os 11 anos, ou seja, no total realizaram-se oito entrevistas. Estas foram feitas em Abril e Maio de 2011, na NRN e no local de trabalho dos entrevistados, tendo durado em média 46 minutos. Foram conduzidas em Português ou Inglês, consoante a língua em que cada um dos entrevistados se sentisse mais confortável.

Posteriormente à realização das entrevistas foi feita a transcrição de cada uma, tendo a análise sido conduzida como é usual neste tipo de estudos qualitativos (Elias & Lemish, 2008): as transcrições foram relidas e foram sendo feitas anotações de ideias e conceitos de acordo com o objectivo da pesquisa. Este processo de análise individual de cada entrevista e de análise transversal de todas levou à identificação dos temas centrais.

### **Comunidade portuguesa**

No caso da comunidade portuguesa de Macau, o que nos levou até ela foi a possibilidade que a bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia oferece ao investigador de poder realizar três meses de investigação ou colaboração com um departamento numa universidade fora do país. A escolha recaiu na Universidade de Macau, onde a investigadora participou num estudo sobre aprendentes de Português de língua materna chinesa, orientado pela Professora Maria José Grosso.

Em Macau, quer através dos contactos domésticos quer através dos professores da universidade, o acesso à comunidade portuguesa - e aqui abarcamos apenas os portugueses nascidos em Portugal e que migraram, e não o universo de pessoas com passaporte português, que é substancialmente maior - foi facilitado. Constatando essa acessibilidade, e sobretudo as alterações que estavam a acontecer na comunidade - que estão já fundamentadas no enquadramento teórico, e que se relacionam com a chegada a Macau de muitos portugueses

que se percebeu que, entre outras motivações, fugiam à crise - optou-se por trabalhar também com este grupo.

Pensámos que, em termos sociais e de conhecimento, uma tese que reflectisse estas alterações conjunturais em Portugal, que ocorreram entre o início e o final da tese, seria mais interessante. Se no início, os fluxos de entrada tinham maior peso na balança migratória, no final, eram já os fluxos de saída. Mesmo que oferecendo apenas uma perspectiva da realidade, foi nosso objectivo perceber o que leva estes portugueses a Macau e sempre na perspectiva de destino (daí a designação de imigrantes) conhecer melhor esta comunidade. Porquê Macau? Que alterações se têm dado na comunidade? Como se integram? Falam Cantonês? Que usos fazem dos média? Para que finalidades e que gratificações?

Tendo por base a pesquisa feita junto da comunidade nepalesa, na abordagem à comunidade portuguesa residente em Macau começámos por definir o guião da entrevista, que resultou no seguinte:

## **Guião da entrevista na comunidade portuguesa**

### **Grupo I – Informação biográfica e perfil sociodemográfico**

1. Sexo: M\_\_\_\_ , F\_\_\_\_
2. Idade?
3. Profissão em Portugal?
4. Profissão em Macau?
5. Licenciado? Em que área?
6. Região/distrito em Portugal?

### **Grupo II – Experiência migratória**

7. Em que ano chegou a Macau?
8. Viveu noutros países antes de chegar a Macau? Quais?
9. Por que veio para Macau?
10. Qual a imagem que tinha de Macau, antes de chegar?
11. Como obteve informação sobre Macau?
12. Conhecia alguém em Macau?
13. Qual a imagem com que ficou de Macau à chegada?
14. O que mudou em Macau desde essa data (pergunta para os que chegaram há mais de cinco anos)?

### **Grupo III – Percepção de identidade: integração e cultura**

#### **1ª Parte – Integração na sociedade de acolhimento**

15. Sentiu dificuldades na adaptação a Macau (exemplo: língua)? Quais? Se não sentiu, porquê?
16. Quem incluiu no seu círculo de relações sociais (portugueses, chineses, indivíduos de outras nacionalidades,...)?
17. O que pensa actualmente de Macau?
18. Sente-se “emigrante”, na perspectiva daquele que sai de Portugal (o próprio conceito é definido pelo entrevistado)?

### **2ª Parte – Ligação a Portugal**

19. Quem deixou em Portugal (familiares, amigos,...)?
20. Como contacta com eles?
21. Tem família/amigos na diáspora (noutros países)? Onde?
22. Como contacta com eles?
23. Como obtém informação sobre Portugal?
24. Sente saudades?

### **3ª Parte – Comunidade**

25. Quais considera serem as principais características da comunidade portuguesa de Macau?
26. Como se relaciona com a sua comunidade?
27. Como obtém informação sobre ela?

### **4ª Parte – Identidade e língua**

28. Sente-se integrado?
29. Que hábitos já adoptou da cultura de Macau?
30. Que hábitos portugueses sente que já está a perder?
31. Que línguas se fala em sua casa?
32. Que importância atribui ao conhecimento das línguas de acolhimento (Cantonês, Mandarim e Português) na sua integração?
33. Em que situações utiliza as línguas de acolhimento?
34. Qual a importância que atribui ao conhecimento de cada uma destas línguas para o seu futuro?
35. Qual acha que vai ser o futuro destas línguas em Macau?

## **Grupo IV – Usos dos média**

### **1ª Parte – Média de Macau**

36. Quais os média de Macau que utiliza? Com que fim?
37. O que pensa desses média? Existem diferenças entre eles?

### **2ª Parte – Média de Portugal**

38. Que média utiliza para se manter informado sobre Portugal?
39. Costuma utilizar média produzidos em Portugal (exemplo: RTP Internacional)?

### **3ª Parte – Média globais**

40. Costuma usar outros meios de comunicação internacionais?

41. O que procura nesses?
42. Acede a meios asiáticos?
43. O que prefere nos meios asiáticos?
44. O que prefere nos meios ocidentais?

#### **Grupo V – Média e Língua de Acolhimento**

45. Aprendeu ou está a aprender Cantonês ou Mandarim?
46. Se não está a aprender, se começasse agora, que língua escolheria? Porquê?
47. De que forma aprende a língua?
48. Poder ver e ouvir média nessa língua é uma motivação para a aprendizagem do Cantonês/Mandarim?
49. Utiliza os média nessa aprendizagem? Como? Quais?

Tal como acontece nas entrevistas semi-estruturadas, e é exactamente essa a vantagem deste método, a ordem das perguntas foi sendo alterada consoante o entrevistado; algumas não se colocaram porque não faria sentido perguntá-las ou porque foram entretanto respondidas no decurso da conversa; e o modo como se perguntou variou consoante os entrevistados.

#### **Definição da amostra na comunidade portuguesa**

A principal imposição na definição de uma amostra é, como sublinha Carvalheiro (2008, p.62), eleger uma população capaz de propiciar fecundidade na investigação e trabalho de campo exequível. À semelhança do que é feito em estudos qualitativos com recurso ao método de entrevista semi-directiva, a melhor opção julgamos ser a amostragem intencional, ou de conveniência, teoricamente sustentada.

“Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, e não extensiva, cuja finalidade é alcançar uma certa espessura interpretativa, e não apurar o perfil modal de uma dada população, optou-se por trabalhar com uma amostragem intencional.” (Carvalheiro, 2008, p. 64)

Não se pretendeu criar uma amostra representativa, ou seja, não está em causa fazer uma generalização. Um dos problemas que se colocaria, logo à partida, caso se pretendesse fazer uma amostra representativa, seria que universo considerar. A par disto, não é objectivo desta investigação fornecer dados estatísticos ou verdades absolutas sobre a comunidade. Pretende-se, sim, fornecer informação fidedigna que permita conhecê-la melhor, responder a

algumas questões e contribuir para uma base de informação, que permita a realização de outros estudos, quer sobre a mesma comunidade quer sobre outras.

A opção por uma amostra de conveniência implica a selecção de entrevistados de acordo com um conjunto de características definidas pelo investigador. Estas características são aquelas que poderão fazer variar as respostas dos entrevistados. O objectivo na selecção é obter a diversidade máxima de perfis relativamente ao problema estudado (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 163). Os critérios utilizados na definição destas variáveis resultam do enquadramento teórico e de ajustes que foram feitos à amostra depois de realizadas as primeiras entrevistas.

“O critério que permite dizer que se abarcou a situação hipotética é o da redundância. Se o investigador procurar diversificar sistematicamente os perfis, chegará forçosamente o momento em que já não conseguirá encontrar novos casos francamente diferentes dos que já encontrou e em que o rendimento marginal de cada entrevista suplementar decrescerá rapidamente.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 163)

“Para chegar a essa saturação informativa, é necessário que o leque de indivíduos escolhidos seja feito com cuidado, de modo a não deixar de fora nenhuma linha de análise potencialmente importante. Delimitam-se variáveis que supostamente permitirão explicar a diversidade de reacções possíveis face ao fenómeno estudado.” (Rodrigues, 2008, p. 60)

Procurámos contemplar, na construção da amostra, os critérios que julgámos poderem fazer variar o tipo de respostas. A partir daqui estabelecemos as combinações únicas possíveis de variáveis, de modo a apurar quantas entrevistas seria necessário realizar. Em primeiro lugar, foi necessário delimitar o que se entende nesta pesquisa por *comunidade portuguesa*. Nesta amostra incluímos apenas os cidadãos nascidos em Portugal, ou eventualmente nalguma ex-colónia, com passaporte português, que tivessem vivido em Portugal e que tivessem de facto migrado para Macau. Pessoas nascidas em Macau, com passaporte português não foram consideradas. A única excepção, por considerarmos que o seu percurso poderia ser interessante para uma comparação com o resto da comunidade, foi a entrevista a um indivíduo, que nasceu em Macau, filho de mãe chinesa e de pai português. O pai nasceu em Portugal e emigrou para Macau, tendo regressado a Portugal em 1999, com toda a família. O filho, nosso entrevistado, acabaria por regressar a Macau, em 2013.

Inicialmente, na construção da amostra, considerámos o *grau de escolaridade*, tendo feito a divisão por licenciado/não licenciado. No entanto, a partir do momento em que começámos a fazer as entrevistas e a ter um contacto mais intenso com a comunidade,

percebemos que a grande maioria das pessoas é licenciada e que tal não poderia constituir uma variável, pelo que só um dos entrevistados não tem licenciatura (embora esteja a fazê-la).

Relativamente à divisão por *sexo*, uma vez que o estudo não pretende ser representativo do universo e, mesmo que o pretendesse, não existem dados concretos sobre o seu número, optámos por dividir a amostra em 50 por cento homens e 50 por cento mulheres.

Quanto à *idade*, focámo-nos em indivíduos adultos e decidimos não alargar demasiado as faixas, optando por dividir os entrevistados por décadas: inferior a 30 anos, entre 30 e 40 anos, 40 a 50 anos e superior a 50 anos.

Por fim, a última variável foi a *data de chegada a Macau*. Inicialmente, a divisão foi feita apenas entre os indivíduos que tinham chegado a Macau antes de 1999 e os que tinham chegado depois. Após os primeiros contactos, percebemos que existiam muitas pessoas que já tinha vivido em Macau e que decidiram regressar, o que nos fez incluir mais esta opção. Acabámos por fazer a divisão em: “chegada antes de 1999”, “chegada depois de 1999” e “foi e voltou”.

Em resumo, as variáveis são: sexo (duas opções), idade (quatro opções), data de chegada (três opções). Chegamos, desta forma, às 24 combinações diferentes possíveis. Para angariação dos entrevistados foi utilizado o método “bola de neve”, em que através de um contacto se conseguiram outros. Embora tenhamos construído uma amostra teoricamente sustentada, com perfis únicos, com a utilização do método “bola de neve” corremos o risco de os entrevistados poderem possuir histórias algo semelhantes, o que é agravado pelo facto de a comunidade ser pequena e de os grupos, ou redes de contacto dentro dela, se intersectarem.

No total realizaram-se 29 entrevistas, o que significa que para alguns dos perfis se fez mais do que uma. Isto deveu-se a que, no começo, a amostra ainda não estava correctamente definida, pois era necessário começar a realizar as entrevistas e a ter um maior contacto com a comunidade para se perceber melhor quais os critérios para a definição das variáveis e afinar a amostra. Ao utilizarmos o método “bola de neve”, não desperdiçámos oportunidades para entrevistas e considerámos todas as 29 na análise de resultados.

As entrevistas foram realizadas em Maio e Junho de 2013. Foram gravadas em suporte áudio e tiveram a duração média de 49 minutos.

Para quatro dos perfis, não encontrámos entrevistados. São estes: pessoas com menos de 40 anos que tivessem chegado a Macau antes de 1999 e que aqui tivessem sempre permanecido. Isto tem uma razão de ser. É que os que chegaram antes de 1999 e que têm hoje menos de 40 anos teriam, em 1999, menos de 26 anos. Como muitos dos que chegaram antes de 1999, normalmente com os pais, eram ainda mais novos, voltaram a Portugal, por exemplo, para fazer as licenciaturas, sendo considerados na opção “foi e voltou”. Os indivíduos na casa dos 20, que chegaram a Macau antes de 1999 e que permaneceram, já tinham mais de 25 anos, porque tiveram primeiro uma experiência de trabalho em Portugal e têm hoje mais de 40 anos. Para esses perfis, encontrámos entrevistados.

Outras das explicações possíveis é que pessoas com menos de 26 anos e que tenham hoje menos de 40, que tivessem emigrado para Macau sem nunca terem antes vivido no território, teriam de ter um motivo para o fazerem. É que a altura da sua migração ter-se-ia dado muito próximo de 1999, quando se previa a entrega do território à China e o final da administração portuguesa. Além de Portugal não se encontrar em crise, havendo ainda emprego, nesta época estavam os portugueses a sair do território e os que entraram em 1999 tinham uma experiência profissional já grande e seriam úteis ao novo governo. Esses encontram-se hoje na casa dos 50 anos.

Nos quadros 6 e 7 sistematizamos as amostras criadas para as duas comunidades.

**Quadro 6. Constituição da amostra na comunidade nepalesa**

Entrevistados	Sexo	Idade	Data de chegada <sup>54</sup>	Formação	Profissão
A.A.	Masculino	40 anos	Há 11 anos.		Dono de um restaurante.
A.S.	Feminino	25 anos	Há dois anos.	MBS (Mestrado em Estudos Empresariais).	Dona de um restaurante em parceria com o marido.
E. E.	Masculino	33 anos	Há cinco anos.	Licenciado em Comércio Electrónico.	Desempregado.
H.H.	Masculino	35 anos	Há quatro anos e na Europa estava já há 10 anos.	Tem dois mestrados, um em Silvicultura e outro em Inglês.	Dono de um restaurante. No Nepal era professor de Inglês e fazia programas televisivos de sensibilização sobre o H.I.V. e o cancro.

<sup>54</sup> No momento de realização das entrevistas.

I.A.	Feminino	28 anos	Há oito anos.		Empregada de mesa no restaurante do cunhado.
N.P.	Masculino	38 anos	Há 15 anos.		Dono de um restaurante.
O.H.	Masculino	33 anos	Há quatro meses.	Licenciado em Ciência Política e Cultura.	Desempregado, mas é jornalista, activista dos direitos humanos e colabora com um <i>website</i> de informação.
R.H.	Feminino	31 anos	Há três meses.	3º ano da licenciatura em Língua Nepalesa.	Desempregada. Em Israel, onde viveu antes, era assistente de cuidados paliativos.

**Quadro 7. Constituição da amostra na comunidade portuguesa**

Entrevistados	Sexo	Idade	Data de chegada <sup>55</sup>	Formação	Profissão
A.D.	Feminino	31 anos	Há um mês e meio.	Licenciada em Direito.	Jurista.
A.I.	Masculino	28 anos	Há quatro meses.	A fazer uma licenciatura em Administração Pública.	D.J. freelancer, empregado de restauração e atendimento ao público.
A.J.	Masculino	61 anos	Desde 1959. Saiu em 1970, regressou em 1982, saiu em 1999 e regressou em 2004.	Licenciado em História.	Professor universitário na área de História.
A.M.	Masculino	55 anos	Desde 2009.	Licenciado em Medicina.	Médico.
A.N.	Feminino	68 anos	Desde 1982.	Licenciada em Direito.	Advogada.
A.P.	Masculino	26 anos	Desde 2012.	Licenciado em Hotelaria e Turismo.	Trabalha na área de “Food and Beverage” num hotel.

<sup>55</sup> No momento de realização das entrevistas.

A.T.	Masculino	28 anos	Desde 1985, saiu em 1996 e voltou em 2012.	Licenciado em Design.	Desempregado.
B.M.	Masculino	37 anos	Desde 2007.	Licenciado em Direito.	Advogado.
B.R.	Feminino	27 anos	Desde Março 2013.	Licenciada em Gestão.	Gestora de produto.
C.J.	Feminino	30 anos	Desde 1983. Saiu em 2000 e regressou em 2004.	Licenciada em Direito.	Advogada.
C.M.	Feminino	48 anos	Desde Setembro de 2012.	Licenciada em Arquitectura.	Arquitecta.
C.P.	Feminino	53 anos.	Desde 1999.	Licenciada em Direito.	Jurista e professora universitária.
E.D	Masculino	41 anos.	Desde 2003.	Licenciado em Direito.	Jurista.
E.M.	Feminino	60 anos.	Desde 1994.	Doutorada.	Professora universitária na área da Língua Portuguesa.
F.C.	Feminino	42 anos	Desde 1991. Saiu em 1999 e regressou em 2002.	Licenciada em Direito.	Jurista.
F.I.	Feminino	36 anos	Há dois meses	Licenciada em Direito.	Advogada e docente universitária
G.D.	Feminino	37 anos	Desde 2002.	Licenciada em Direito.	Jurista.
G.H.	Masculino	31 anos	Nasceu em Macau, saiu em 1999 e regressou há um mês (2013).	Licenciado em Relações Internacionais.	Desempregado.
G.J.	Masculino	44 anos	Desde 2007, saiu em 2008 e regressou em 2012.	Licenciado em Direito.	Jurista.
G.M.	Feminino	59 anos	Desde 1989, saiu em 1999 e regressou em 2012.	Doutorada.	Professora universitária na área de Língua Portuguesa
M.R.	Masculino	31 anos	Desde 1988, saiu em 1996, voltou em 2005, saiu em	Licenciado em Arquitectura.	Desempregado.

			2006 e regressou em Abril 2013.		
O.J.	Masculino	30 anos	Desde Janeiro de 2010.	Licenciado em Direito.	Advogado.
P.A.	Feminino	48 anos	Desde 1993.	Licenciada em Direito.	Economista.
P.C.	Masculino	40 anos	Desde 2003, saiu em 2008 e voltou em 2013.	Licenciado em Filosofia.	Jornalista.
S.D.	Feminino	32 anos	Desde 1987, saiu em 1999 e regressou em 2006.	Licenciada em Direito.	Jurista.
S.G.	Masculino	59 anos	Desde 1995, saiu em 1999 e voltou em 2012.	Licenciado em Medicina.	Desempregado.
S.H.	Masculino	56 anos	Desde 1982.	Licenciado em Direito.	Advogado.
S.M.	Feminino	26 anos	Desde 2004, saiu em 2010 e regressou em 2012.	Licenciada em Gestão Hoteleira.	Trabalha em gestão de conteúdos e produção de eventos.
S.P	Masculino	42 anos	Desde 1994.	Licenciado em Direito.	Jurista.

## Capítulo 5 – Análise de resultados

O processo de análise individual de cada entrevista<sup>56</sup> e de análise transversal de todas levou à identificação dos principais tópicos. Estes temas de análise foram agrupados em três partes: 1. percurso migratório; 2. integração e reconstrução identitária e 3. usos dos média étnicos, *mainstream* e transnacionais. Cada parte é dividida em subtemas e fazemos a análise separada por comunidades. Abaixo apresentamos o índice para os resultados:

**Quadro 8. Resultados**

1. Percurso migratório	2. Integração e (re)construção identitária			3. Usos dos média
<p><b>1.1. Comunidade nepalesa</b> 1.1.1. Portugal porque...</p> <p>1.1.2. Quando cheguei a Portugal...</p> <p><b>1.2. Comunidade portuguesa</b> 1.2.1. Macau porque...</p> <p>1.2.2. Quando cheguei a Macau...</p>	<p>2.1. Ligação ao país de origem</p>	<p>2.2. Participação na sociedade de acolhimento</p>	<p>2.3. A importância de falar a língua de acolhimento na integração</p>	<p><b>3.1. Comunidade nepalesa</b> <b>3.2. Comunidade portuguesa</b></p>
	<p><b>2.1.1. Comunidade nepalesa</b> 2.1.1.1. Ponte com a família e amigos 2.1.1.2. Relação com o Nepal 2.1.1.3. Nós: a comunidade nepalesa em Portugal 2.1.1.4. Regresso ao Nepal</p> <p><b>2.1.2. Comunidade portuguesa</b> 2.1.2.1. Ponte com a família e amigos 2.1.2.2. Relação com Portugal 2.1.2.3. Nós: a comunidade portuguesa em Macau 2.1.2.4. Regresso a Portugal</p>	<p><b>2.2.1. Comunidade nepalesa</b> 2.2.1.1. Os outros: Portugal e os portugueses 2.2.1.2. Nós e os outros 2.2.1.3. Informação sobre Portugal</p> <p><b>2.2.2. Comunidade portuguesa</b> 2.2.2.1. Os outros: Macau e os macaenses, os chineses de Macau e os chineses da <i>Mainland</i> 2.2.2.2. Nós e os outros 2.2.2.3. Informação sobre região de acolhimento (Macau, Hong Kong, Ásia)</p>	<p><b>2.3.1. Comunidade nepalesa</b> <b>2.3.2. Comunidade portuguesa</b></p>	

<sup>56</sup> A transcrição integral das entrevistas, exceptuando duas entrevistas na comunidade portuguesa que foram apenas gravadas, encontra-se em anexo na versão digital da tese.

## **1. Percurso migratório**

Nesta primeira parte contextualizamos a presença dos imigrantes nas respectivas sociedades de acolhimento. Consideramos as motivações para a escolha destes específicos destinos de imigração e a primeira imagem que retiveram da sociedade de acolhimento.

### **1.1. Comunidade nepalesa**

#### **1.1.1. Portugal porque...**

O principal motivo para que os imigrantes nepaleses deixassem o Nepal foi a instabilidade política vivida no país; a escolha de Portugal, quando poderiam ter escolhido outro país europeu, deve-se à ideia de que em Portugal seria mais fácil obterem a residência. Ainda assim, já depois de estarem em Portugal, alguns perceberam que a legalização não seria assim tão simples.

“Entretanto, quando cheguei, percebi que não era nada do que eu estava à espera. Não era tão rápido.” (N.P.)

Em alguns casos, em particular de mulheres, o motivo para a imigração foi a reunificação familiar. Primeiro imigrou o marido e depois a mulher. Das três mulheres entrevistadas, apenas uma imigrou sozinha.

“Before I was in Israel, alone also, four years, and then, when I finished Israel, I came here (...) when I was in Israel, there is easier for women, but the men, if they want to go there it will be difficult, so...” (R.H.)

#### **1.1.2. Quando cheguei a Portugal...**

A primeira imagem sobre Portugal varia. Entre o mais positivo encontra-se o facto de ser um país bonito e com bom clima. Entre o mais negativo, em especial para quem chegou há mais de dez anos, foi o ter encontrado um país pobre em que, por exemplo, os salários eram inferiores aos do país onde tinham residido antes e em que, talvez por isso, as pessoas também não trabalhavam muito. É o que relata N.P., residente em Portugal há 15 anos, que veio da Alemanha e actualmente é dono de vários restaurantes em Lisboa.

“A minha primeira impressão de Portugal, o que eu achei, foi que Portugal era um país bonito, mas tinha pessoas que não gostavam de trabalhar. Trabalhavam mal, mas também ganhavam muitíssimo mal.” (N.P.)

## **1.2. Comunidade portuguesa**

### **1.2.1. Macau porque...**

As principais motivações para a escolha de Macau como destino dos imigrantes portugueses dividem-se em pessoais e profissionais. Entre as motivações pessoais está a reunificação familiar. Neste caso, encontrámos apenas mulheres que o tivessem feito. O companheiro, marido ou namorado já residia ou iria viver em Macau, normalmente por razões profissionais, e a pessoa em causa acompanhou-o. De seguida, a facilidade com que conseguiram encontrar emprego na região, especialmente devido às qualificações, permitiu-lhes permanecer no território.

“Porque casei e a pessoa com quem casei estava cá. Entretanto, arranjei trabalho cá logo passado 15 dias. Na altura não tinha terminado Direito, mas comecei logo a trabalhar numa área relacionada com o Direito. Depois fui a Portugal terminar.” (F.C.)

Entre as razões profissionais, estão o facto de a pessoa já ter tido uma experiência internacional e não desejar regressar a Portugal ou ter obtido uma proposta de trabalho em Macau. Para os imigrantes que trabalhavam em Portugal numa instituição pública, a possibilidade de manterem o cargo em Portugal para quando regressassem foi um aliciente forte, já que lhes deu segurança.

“Não tínhamos nada a perder, porque tínhamos lugar no quadro em Portugal e se viéssemos trabalhar para Macau, o tempo de serviço feito em Macau contava para a carreira de Portugal e quando pretendêssemos voltar para Portugal, teríamos assegurado o nosso lugar no quadro e é uma situação muito confortável.” (E.D.)

A crise em Portugal marcou em particular os imigrantes mais recentes. Uns estavam desempregados e procuraram uma oportunidade e outros, mesmo estando empregados, receberam uma proposta mais atraente em Macau, quer em termos de desafio profissional quer em termos de remuneração. Muitas vezes as motivações profissionais mesclam-se com as pessoais. Além de ser um desafio profissional, trata-se também de uma oportunidade para

conhecer uma nova cultura. Em ambos os casos, a escolha da região pode ter sido por já terem vivido anteriormente ali e, conseqüentemente, ser um território em que previsivelmente teriam uma maior facilidade de adaptação; por terem amigos ou família no território, que lhes facultariam alojamento numa primeira fase; ou por terem sido estes a “abrir-lhes as portas” a uma nova oportunidade profissional.

“Experimentei o que era não trabalhar e viver em Portugal e decidi que queria estar cá fora, é a relação com uma cultura totalmente diferente, é estimulante, e também porque em Portugal não conseguia emprego. Portanto, já estava a ser complicado quando eu vim embora, já não estava a conseguir emprego, a expectativa de carreira não era bem aquilo que eu queria, porque era tudo estágios ou contratos de curta duração e não me davam estabilidade e eu estava à procura de uma certa estabilidade, que consegui, mais ou menos na Ásia.” (B.R.)

Entre os que saíram do território e depois regressaram, há a considerar os que chegaram pela primeira vez após 1999 e os que chegaram antes de 1999 e regressaram após 1999. Nos casos dos imigrantes que chegaram a Macau depois de 1999, as principais razões para uma saída são a saturação ou o cansaço sentidos e o sentimento de claustrofobia que sentiam em Macau. Trata-se de um território com uma pequena dimensão geográfica, em que a comunidade portuguesa, embora tendo crescido nos últimos anos, representa apenas 0,3 por cento da população. O término dos contratos e as saudades de Portugal são outras razões. Após um período fora, as oportunidades profissionais são a principal motivação para o regresso.

“Precisei de sair daqui um bocadinho para «tomar banho», não é, e para me sentir longe de tudo isto e porque é bom sair daqui, porque isto é muito formatador, formata as pessoas, a maneira de agires, de olhares, de reagires, e é doentio nesse sentido.” (P.C.)

No caso dos imigrantes que chegaram antes de 1999, o principal motivo para a saída foi o *handover*. O sentimento de instabilidade que se criou no território antes de 1999, mesmo que sem grande fundamento, levou muitos portugueses a regressar a Portugal. Outras das razões foi o facto de muitos dos imigrantes que vieram para Macau antes de 1999 serem ainda crianças na época. Ao terminarem o ensino secundário, optaram por fazer uma licenciatura em Portugal. A crise em Portugal é o principal motivo para um regresso ao território.

“É a segunda vez que estou em Macau, vim para trabalhar. Estive cá entre 1995 e 1999, vim através de um acordo Portugal-China, fui requisitado e vim para cá

trabalhar. Voltei novamente em 2012, devido à crise que estava iminente em Portugal, respondendo a um convite, que me foi endereçado em 2010/2011 pela Ordem dos Médicos.” (S.G.)

### **1.2.2. Quando cheguei a Macau...**

A maioria dos entrevistados não possuía uma ideia clara do que era Macau até desembarcar no território. Os que chegaram antes de 1999 possuíam uma ideia muito remota, construída através dos livros da escola, ou então uma visão quase que romântica de um sítio exótico do Oriente. Com o célebre “caso Melancia”<sup>57</sup> e com a cerimónia de transferência para a China, Macau ganhou mais visibilidade a partir do final dos anos 1990.

“A imagem mais recente que tinha de Macau foi a da transição, porque vi na BBC a cerimónia de transição. Tinha uma imagem da primária (...) e mais tarde, tinha aquela imagem que foi feita nos anos 90, de corrupção, do caso Melancia, do fax, da TDM.” (P.C.)

O conhecimento sobre Macau não se revelou importante entre os entrevistados na sua decisão de imigrarem. Alguns chegaram a Macau sem terem procurado informação e conhecendo praticamente nada sobre a região. Para os que procuraram, uma das principais fontes de informação sobre o território foram os amigos e a família já residentes. No entanto, como salienta A.I., essa imagem por mais detalhadamente que possa ser descrita, dificilmente consegue abarcar os pormenores que só quem conhece o território pode perceber.

“Vinha com pequenas ideias, porque falava com o meu pai pelo Skype e ele contava, vinha com algumas ideias, mas, lá está, como eu costumo também dizer aos meus colegas portugueses, uma pessoa pode dar mil e um exemplos de Macau, mas só quem cá está é que consegue reparar em tudo o que Macau envolve” (A.I.)

Os cheiros peculiares, os sons, a dinâmica da cidade e o clima são as principais características de Macau, que tiveram um maior ou menor impacto, mais positivo ou mais negativo, na primeira aproximação ao território. Para alguns a visão romântica de um Macau exótico desmoronou-se logo à chegada. A proximidade com Portugal quer através da arquitectura quer através do número de portugueses, que antes de 1999 era maior, são outros elementos que marcaram logo no início os entrevistados.

---

<sup>57</sup> [http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content\\_id=759636](http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=759636)

“Vim encontrar uma cidade muito engraçada, porque tinha muitos portugueses (...) Ao mesmo tempo tinha um cheiro muito peculiar, porque não havia ainda os tratamentos que existem hoje, esgotos, recolha de lixo.” (F.C.)

Da análise efectuada aos dois grupos, verificamos que os seus percursos migratórios têm em comum um desejo de melhoria de vida, de encontrar nas novas sociedades de acolhimento emprego, ou um melhor emprego, mais de acordo com as qualificações de cada um ou, mesmo que tal não tenha sido possível, mais bem remunerado, que permitisse progredir financeiramente. Para os pioneiros, os que partiram primeiro, a motivação principal foi esta. Para os que se lhes seguiram, as razões pessoais estiveram muitas vezes na base da mudança, um reagrupamento familiar, quer tenha sido apenas do casal quer tenha sido de toda a família.

## **2. Integração e (re)construção identitária**

Tendo por base o conceito de integração de Berry (2006), que apresentámos no capítulo 1, dividimos esta parte da análise em três pontos: 2.1. ligação ao país de origem; 2.2. participação na sociedade de acolhimento; 2.3. A importância de falar a língua de acolhimento na integração.

### **2.1. Ligação ao país de origem**

#### **2.1.1. Comunidade nepalesa**

##### ***2.1.1.1. Ponte com a família e amigos***

Os imigrantes entrevistados possuem família e amigos no Nepal. Os média globais são utilizados para manter estes laços. O telefone assume uma função de veículo de interacção entre o imigrante e os membros distantes da sua família. No caso de imigrantes recentes, as ligações chegam a ser diárias. A Internet, enquanto veículo de interacção, é utilizada especialmente com a família, com recurso ao correio electrónico (*e-mail*) e à videochamada, através de aplicações como o Skype<sup>58</sup>. Com os amigos, além do recurso aos e-

---

<sup>58</sup> [www.skype.com/intl/pt/home/](http://www.skype.com/intl/pt/home/)

*mails*, a utilização de redes sociais, como o Facebook<sup>59</sup> é mais vulgar. Nesta vertente, a Internet permite uma conexão ao mundo, e uma interacção com este, seja com conterrâneos a viver no país de origem ou em outra parte do mundo, seja com estrangeiros, que não é possível através de qualquer outro meio.

“There are so many technologies to connect me, like facebook, skype, yahoo, gmail,... With family, with friends, I have so many friends there, so... When I open my yahoo or facebook I see so many friends so... oooh... I have a history there.” (O.H.)

Estes resultados vão ao encontro do que refere Alvord (2011) no seu estudo sobre a primeira-geração de imigrantes nepaleses nos Estados Unidos da América, quando verificou que os métodos mais utilizados para se manterem ligados a casa estavam fortemente dependentes das novas tecnologias de comunicação globalizadas. Estarem ao corrente de notícias e eventos passados no país de origem representa uma forma de sustentarem as suas identidades híbridas. No entanto, embora todos os imigrantes focados por Alvord usassem a tecnologia para se “conectarem” a casa, as diferenças em termos de acesso e de infra-estruturas mostraram, no seu estudo, ter consequências nos laços psicológicos e emocionais em relação ao país de origem. Estas diferenças manifestavam-se não só na forma como se ligavam ao Nepal, mas também no modo como se sentiam estar mais longe ou mais perto de casa. No nosso estudo, contudo, nenhum entrevistado referiu esta diferença ou o seu impacto. H.H., à pergunta “que meios usa para se manter informado sobre o Nepal?”, responde:

“By telephone, internet, everything. Whatever the possibilities we have in Portugal, we have the same possibilities in Nepal.” (H.H.)

#### **2.1.1.2. Relação com o Nepal**

A ligação ao Nepal é, para alguns, muito forte. Mais do que a família e os amigos, A.A. que vive em Portugal há 11 anos, responde emocionado que no Nepal ainda tem o seu espírito.

“O meu espírito tenho no Nepal sempre. Sempre quando eu estou aqui estou a pensar no Nepal.” (A.A.)

---

<sup>59</sup> [www.facebook.com](http://www.facebook.com)

Para informação sobre o país de origem, os imigrantes entrevistados utilizam dois tipos de meios: os média transnacionais e os média do seu país de origem, ou seja, jornais *online* produzidos no Nepal. Os média transnacionais são consultados por todos e nestes, além de procurarem informação sobre o Nepal, procuram informação sobre o mundo. Os canais citados são a BBC, a CNN e a France 24. A BBC tem mesmo um canal só dedicado ao Nepal, [www.bbc.co.uk/nepali](http://www.bbc.co.uk/nepali), com toda a informação em Nepali. Nenhum vê estes canais através de televisão satélite, preferindo o acesso através das respectivas páginas de Internet.

“I watch BBC and CNN. BBC is more trustable and the language is very clear and we have our own media which is conducted from the UK, BBC Nepalese. We can get to know the latest news about Nepal.” (H.H.)

Os jornais *online* produzidos no Nepal são acedidos por todos os imigrantes entrevistados, independentemente do período de estadia em Portugal, do sexo ou da idade. Nenhum relata a participação em fóruns ou a colocação de comentários, pelo que se subentende que a utilização não é feita numa lógica de interacção mas sim numa perspectiva limitada à recepção de conteúdos produzidos nos diversos *sites*. Entre estes, todos os entrevistados apontam os mesmos: [ekantipur.com](http://ekantipur.com) (em Inglês e Nepali), [nagariknews.com](http://nagariknews.com) (em Nepali), [nepalnews.com](http://nepalnews.com) (em Inglês) e [onlinekhabar.com](http://onlinekhabar.com) (em Inglês e Nepali).

“I could see also the Nepalese channel, but all the information from Nepal I get it from Nepalese websites. There are three popular websites, because they have all the resources: [ekantipur.com](http://ekantipur.com), [nagariknews.com](http://nagariknews.com) and [onlinekhabar.com](http://onlinekhabar.com).” (O.H.)

Apenas um imigrante referiu consultar também jornais indianos e britânicos.

“Jornais do Nepal, da Índia, Times. India Times. Também jornais ingleses. Jornal inglês do Nepal”. (A.A.)

Estes resultados estão em linha com o que apurou Alvord (2011) no seu estudo, embora na nossa investigação nenhum entrevistado tivesse referido a visualização de televisão satélite, que aparece substituída pela Internet.

### **2.1.1.3. Nós: a comunidade nepalesa em Portugal**

Todos os imigrantes nepaleses entrevistados vêm na sua comunidade estabelecida em Portugal um “porto de abrigo”. É a ela que recorrem quando chegam ao país e é nela que possuem o seu círculo social. Um dos principais adjectivos para caracterizá-la é “unida”:

“Muitos nepaleses cá são muito amigáveis, tá tudo reunido, tá tudo ajudando, tá tudo em boa condição. Noutros lados, em muitos países europeus, a Bélgica, a Inglaterra, têm muitos nepaleses, mas não têm coordenação, não são amigáveis, porque um grupo faz mal para outro grupo. Aqui não é assim. Aqui todos os nepaleses, quem vive em Portugal é muito amigável, há muita coordenação, muita unidade. Por isso é que gosto de viver aqui” (E.E.)

Este sentimento de união vai ao encontro do que constataram também Alvord (2011) e Nath (2009) na comunidade nepalesa residente nos Estados Unidos da América. Diz Alvord que, para muitos membros, a sua comunidade étnica está disponível para os ajudar na adaptação a um novo estilo de vida. Não é algo meramente retórico. Pelo contrário, é um aspecto vivenciado nos seus quotidianos. Segundo Nath, muitas vezes os imigrantes voltam-se para as suas próprias comunidades, que se tornam grupos de apoio. Tal como no caso de outras diásporas, o desejo de não abrir mão da sua própria cultura e de não assimilar totalmente o modo de vida dominante tem feito surgir associações e grupos sociais, que lhes permitem manter o contacto com outros nepaleses. Neste ponto, a associação à qual todos pertencem, Non Residente Nepalese Association, tem um papel importante na união da comunidade em Portugal. A associação, situada na baixa de Lisboa, perto do Martim Moniz, divulga notícias e promove reuniões periódicas, onde são debatidos assuntos sobre política nepalesa, sobre a situação dos nepaleses em Portugal e sobre a diáspora nepalesa no mundo.

Para manutenção dos laços com a comunidade, os imigrantes entrevistados acedem normalmente aos quatro *sites* nepaleses produzidos em Portugal, com características de média étnicos: sahayatra.com (em Nepali, produzido por O.H.), nepalportugal.com (em Nepali), portonepal.com (em Nepali), ptnepal.com (em Nepali). Nestes, encontram informação não só sobre a comunidade, mas também sobre o Nepal e sobre Portugal. A vantagem, especialmente para os imigrantes recentes, é de poderem ler notícias sobre a sociedade portuguesa e sobre a comunidade escritas em Nepalês.

“There are four Nepalese websites. They provide Nepalese news, but they are conducted from Portugal: <http://www.portonepal.com/>, <http://ptnepal.com/>, <http://nepalportugal.com/>. And they provide Portuguese information also.” (O.H.)

Todos os entrevistados revelam um interesse na manutenção da sua identidade cultural de origem. Mas tal nem sempre é fácil para alguns, como refere E.E.:

“Porque quando estava no Nepal, todos os dias fazia todas as culturas. Aqui, uma vez ao ano. Vários tipos de cultura, vária culturalidade, há muita cultura no Nepal e todos os dias temos uma festa, uma reunião... aqui, bem pouco, bem pouco.” (E.E.)

Neste campo a associação à qual todos pertencem, a Non Resident Nepalese Association, tem como função a preservação da cultura e na união da comunidade. Este papel é também referido por Nath (2009). No seu estudo sobre a comunidade nepalesa nos Estados Unidos da América, Nath diz que, com o sentido de manter viva a cultura, as associações têm desempenhado um importante papel, ao juntar os elementos da comunidade para comemoração das festividades tradicionais com as quais muitos cresceram.

“We need to keep in touch. We need to celebrate, we need to communicate, that’s why we have the association, we need to preserve our culture on behalf of our association.” (H.H.)

Quanto à preservação da cultura de origem, os resultados da nossa pesquisa vão no sentido dos resultados do estudo de Nath (2009). Verificámos que o sentimento de ser nepalês é muito forte entre a comunidade nepalesa de Portugal. Todos lembram o Nepal com saudade e todos manifestam orgulho nas suas raízes culturais. A preservação das línguas maternas é uma manifestação da tentativa de preservação da cultura de origem. Tal como verificou Nath, todos falam Nepalês e os pais mantêm a língua, ensinando-a aos filhos e utilizando-a no ambiente doméstico, pelo que muitas crianças da comunidade nepalesa são bilingues, falam o Português e o Nepalês.

“Para eles as duas línguas são obrigatórias, são importantes para saber (...) Por exemplo, os meus sobrinhos, ela tem cinco anos e ele três. Eles já começaram a falar nepalês aqui, agora ela está no Nepal e já fala perfeitamente nepalês. Quando ela voltar, fala novamente português.” (A.A.)

#### ***2.1.1.4. Regresso ao Nepal***

Todos os entrevistados pensam num regresso ao Nepal, mas nenhum pretende fazê-lo no curto prazo. Embora todos tenham a intenção de voltar nas férias, a mensagem que transmitem é de que estão em Portugal com a intenção de trabalhar e de construir uma vida. O Nepal é a sua terra natal para onde pretendem voltar um dia, mas apenas quando a situação

política estiver mais estável, eventualmente, para viver os últimos anos das suas vidas. Para os imigrantes que já têm filhos, a decisão depende também do futuro deles. São estes imigrantes, que já constituíram família e que se encontram há mais tempo em Portugal, os que mais dificuldade têm em programar um dia para a partida. Embora apontem o número de anos que ainda pretendem permanecer, começam a perceber que já estão mais integrados em Portugal do que no seu país de origem. É o caso de N.P., a viver há cerca de 15 anos em Portugal.

“Se o país melhorar talvez volte para o Nepal, por isso pus a menina a estudar num colégio inglês. Se voltar também não é daqui a muito tempo, cinco, seis, sete anos. Aqui já estou integrado, mas no Nepal não conheço ninguém. Aqui vai gente de várias áreas ao restaurante, actores, ministros. Acabamos por conhecer muitas pessoas na restauração. Se tivermos um bom restaurante é fácil conhecer pessoas.” (N.P.)

Assim, se lá têm a sua família e os lugares onde cresceram, cá possuem filhos que poderão querer ou não regressar com eles. Se eles próprios terão de se reintegrar no Nepal, para a segunda geração, aquela que mesmo podendo ter nascido no Nepal, cresceu em Portugal, já não se trata de reintegração, mas de integração efectiva. Pais e filhos foram construindo uma “identidade híbrida” (Gillespie, 1995; Alvord, 2011). A diferença é que os pais se consideram mais nepaleses do que portugueses; já os filhos falam Português e Nepales, têm amigos portugueses e agem de acordo com os hábitos, para si perfeitamente familiares, da cultura portuguesa.

“Os filhos são como nós nepaleses, lá [no Nepal]. Eles também vão à escola portuguesa e depois vêm para casa, cantam Português e falam Português.” (I.A.)

Estes resultados estão de acordo com o que refere Nath (2009) no seu estudo. Estes imigrantes vêem as suas ideias já estabelecidas sobre o que é ou era a sua terra natal serem desafiadas pelas novas imagens que obtêm através dos média ou das que observam com os próprios olhos quando visitam o Nepal. Têm que integrar estas novas imagens nas suas mentes e procurar aceitar as mudanças. Porém, o maior desafio que enfrentam é encontrar no país que um dia deixaram um nicho em que se possam encaixar novamente.

## 2.1.2. Comunidade portuguesa

### 2.1.2.1. Ponte com a família e amigos

Em Portugal, e também noutros países, os imigrantes têm família e amigos. A distância em relação à família no país de origem é sentida, sobretudo, quando algum evento especial acontece e em que não se pode estar presente. S.P., imigrante há dezoito anos em Macau, refere o facto de neste tempo todo nunca ter celebrado o aniversário da mãe presencialmente. A relação que se constrói no dia-a-dia com família e amigos não é possível manter quando se está longe. O receio que alguns imigrantes referem é de que estas relações afectivas não resistam à distância, em especial com os amigos.

“As pessoas com quem me dou ou com quem me dava antes de vir, se entretanto tiverem passado dez anos, não deixam de ser amigos, não deixamos de ter alguma cumplicidade, mas faz muita diferença, porque há uma vida diária, sobre aquela notícia naquele jornal, aquele café daquela pastelaria, aquele caixote do lixo que não sei o quê, aquele autocarro não sei que mais. Isso escapa. Essas coisinhas também fazem parte da vida, da partilha entre pessoas, de comunidade e eu acho que, se viver cá muito tempo, há-de haver um corte e eu outro dia estava a pensar nisso. Isso é uma coisa que me entristece, porque é quase assustador, porque tenho bons amigos”. (G.J.)

Verificou-se entre os entrevistados que, no que respeita aos afectos, funciona uma espécie de “sistema de compensações”, para compensar o que se perde com o que se ganha. Este balanço foi genericamente positivo. Por exemplo, se não podem estar tantas vezes como gostariam com a família, passam a dar mais valor aos momentos em que podem estar juntos. A solidão que se pode sentir, especialmente no início do processo de adaptação à sociedade de acolhimento, é também compensada pelo crescimento pessoal. Quando colocados perante uma situação adversa, os imigrantes aprendem a lidar com ela. O facto de serem obrigados a saírem da zona de conforto afectivo que possuíam no país de origem leva a um processo de aprendizagem só possível nestas condições. É o que refere G.J.:

“Sinto que em Macau, e já não é de agora, aprendi a estar sozinho e a não ter medo da solidão (...) ainda que sinta diferença [quando regressar] (...) ainda que não voltemos a estar exactamente no estado em que estávamos, com certeza que continuaremos a ser amigos (...) Os afectos são a coisa mais importante (...) é isso que acho de maravilhoso na vida, e isso é uma das coisas por que não me assusta envelhecer, é que quanto mais velho sou, mais rico sou, porque eu coleciono pessoas.” (G.J.)

Para manterem o contacto com a família e com os amigos, os imigrantes entrevistados usam o telefone, fixo ou móvel, e a Internet. Utilizada como veículo de interação, abrange aplicações concebidas para este fim, que podem correr em diversas plataformas, como computadores pessoais, *tablets* ou *smartphones*. As redes sociais também são utilizadas como meio de receber e de dar informação, pela possibilidade de colocação de fotografias, de comentários e de mensagens que oferecem. A mais mencionada é o Facebook. Os *e-mails* continuam também a ser utilizados, muitas vezes em substituição da tradicional carta, embora em certas ocasiões festivas alguns imigrantes não abdicuem deste meio.

“Por telefone, uma coisa fixa estes anos todos é que ao domingo é dia de falar com os pais. Agora a minha mãe, há uns meses, aderiu à Internet, anda contentíssima e então utilizamos o Skype, que é uma alegria, porque podemos nos ver. Agora já não se utiliza muito as cartas (...) nas ocasiões festivas não há nada que substitua a carta e eu dou muita importância às datas, portanto quando é para celebrar uma data é por carta.” (S.P.)

O telefone fixo continua a ser utilizado. Em Portugal e em Macau existem actualmente pacotes promocionais das empresas de telecomunicações que incluem serviços de televisão, Internet e telefone a preços mais acessíveis, mas a maioria já substituiu completamente o uso do telefone pelo Skype, que além de ser mais barato, tem imagem. O facto de quer esta aplicação quer outras como o Viber<sup>60</sup>, o Facetime<sup>61</sup> ou o Whatsapp<sup>62</sup> poderem ser utilizadas nos *smartphones* também amplia a sua utilização. Todas estas possibilidades, como observa A.I., fazem com que as distâncias hoje sejam, cada vez mais, encurtadas.

“Hoje em dia a distância é uma coisa tão irrealista, o meu pai já chegou a ir numa quinta-feira a Portugal e voltar no domingo (...) com o Viber, com o Skype, com o Facebook, a distância é mesmo uma coisa muito irreal.” (A.I.)

### ***2.1.2.2. Relação com Portugal***

“Nós temos sempre uma ligação com Portugal, porque no fim de contas tu estás num café, inevitavelmente falamos de política, do que se passa com o governo, sobre um programa que tenha acontecido, sobre um prémio de um poeta ou porque a Joana Vasconcelos vai expor aqui e acolá. Os portugueses aqui nunca perdem contacto, é impossível.” (F.C.)

---

<sup>60</sup> <http://www.viber.com/>

<sup>61</sup> <https://www.apple.com/pt/ios/facetime/>

<sup>62</sup> <http://www.whatsapp.com/>

Como faz notar F.C., é difícil perder a ligação a Portugal quando se está em Macau. Porém, por mais que alguns dos imigrantes entrevistados se sintam em Macau quase como se estivessem em Portugal, ao falar do seu país referem elementos ambientais, culturais e afectivos que não são passíveis de ser replicados na região que os acolhe.

Após vários anos de imigração, como acontece no caso de G.D., há 12 anos em Macau, a parte da sua identidade que a liga a Portugal começa a separar-se daquilo que é a sua vida actualmente, fazendo com que sintam ter já duas vidas, uma anterior a Macau e outra que construiu entretanto.

“Tenho saudades da minha vida lá. Parecem partes da minha vida que está completamente separada, sítios que gostava muito em Portugal, acesso mais fácil a coisas que me identifico, quer locais, coisas tão simples como ir comer uma tosta mista e beber um café, que aqui em Macau não se encontra em cada esquina.” (G.D.)

Para se informarem sobre o país de origem, utilizam os jornais de Macau, em língua portuguesa, e os jornais de Portugal; a televisão de Macau em Português (TDM), a televisão de Portugal (RTP Internacional); rádio e blogues. A Internet aliada a estes três meios – imprensa, televisão e rádio – e a possibilidade de esta correr em diferentes suportes – computadores, telemóveis e *tablets* - torna mais poderosa a divulgação de informação.

Quanto aos jornais de Macau em Português, os mais lidos são a Tribuna de Macau, o Ponto Final e o Hoje Macau. São sobretudo utilizados para obter informação sobre Macau, mas também têm as principais notícias sobre Portugal.

“Temos três jornais portugueses (...) pelo menos um deles gosto de ler”. (A.I.)

As revistas e os jornais de Portugal, diários e semanários, são lidos na Internet, tanto por assinatura como nos respectivos *sites*. Os que dizem lê-los, fazem-no por procurar manter em Macau alguns hábitos de leitura que tinham em Portugal e para se manterem actualizados sobre o que acontece no país. Além disto, como na televisão nem sempre é possível descodificar toda a informação, tentam desenvolvê-la através dos jornais. Os mais referidos são o Público, o semanário Expresso, o Diário de Notícias e o Correio da Manhã.

“Na Internet vejo o Público, Correio da Manhã, um bocadinho o Expresso, mas quase nada, muito pouco (...) são diários e estão muito centrados no que se passa em Lisboa e pronto eu sou de Lisboa e então logo aí é o que eu escolho, e depois porque o Público em termos fotográficos é muito bom. O Correio da Manhã costumo ir ver uns vídeos que eles vão postando na net, também são bons nisso.” (A.T.)

Os jornais em formato papel chegam a Macau com algum atraso e, em especial os semanários, desactualizam-se rapidamente. As actualizações que são feitas nos respectivos *sites* e nas páginas de Facebook tornam a informação veiculada em suporte físico muito rapidamente obsoleta. Em contrapartida, as redes sociais, além da possibilidade de obter informação actualizada a todo o momento, possibilitam que o uso dos jornais seja feito numa lógica de interacção. Como refere S.G., ao mesmo tempo que recebe informação, emite a sua opinião. A informação é recebida através das páginas de Facebook dos jornais, cujas notícias podem ser comentadas e partilhadas com amigos.

“Na hora eu estou a ter informação e ao mesmo a emitir a minha opinião. Eu crio os meus próprios interesses, tenho interesse sobre a parte médica, tenho mesmo uma paginazinha sobre medicina, uma página sobre desporto, uma sobre notícias e opiniões, isto no Facebook, vou colhendo o que me interessa e selecciono os jornais, o desporto, o cinema, a arte, portanto selecciono tudo por páginas, que é muito interessante” (S.G.)

Apesar de procurarem actualizar-se através dos jornais, a própria família e os amigos complementam essa informação. A situação de crise que se vive em Portugal e o aproveitamento sensacionalista que os jornais fazem dela geram em alguns dos imigrantes um desinteresse pela leitura dos jornais. Em alternativa, alguns imigrantes preferem ler blogues, cuja vantagem é esmiuçar a informação e oferecer uma visão mais crítica:

“O meu irmão assina o Público e acaba por me enviar quase todos os dias o jornal para eu ler, mas não costumo abrir. Algo que não gosto de fazer actualmente é ler jornais de Portugal, porque parece-me que não há uma informação isenta. Cada jornal percebe-se qual é a sua direcção em termos políticos e económicos e, por isso, prefiro recorrer a um ou dois blogues, que sei qual é o seu cariz político e económico e depois tento confirmar com outras bases mais isentas para perceber mais ou menos o que se passa. São o Corta-Fitas<sup>63</sup> e o 31 da Armada<sup>64</sup>.” (O.J.)

A par dos jornais, a rádio também é um meio utilizado. Neste caso, o recurso aos *podcasts* é uma das formas. Contudo, como refere G.D., à medida que o tempo de estadia em Macau é maior, menor é a capacidade e o interesse em acompanhar os programas das rádios portuguesas

“Vou à Internet para ver os programas específicos que via em Portugal, como podcasts (...) Ultimamente, já deixei de fazer, mas durante muito tempo tinha o hábito

---

<sup>63</sup> <http://corta-fitas.blogs.sapo.pt>

<sup>64</sup> <http://31daarmada.blogs.sapo.pt>

de seguir programas quer de rádio quer de televisão (...) acho que já me distanciei, eu não conheço os novos que vão aparecendo, isso só acontece quando há alguém que me fala em alguma coisa que eu acho graça e vou procurar, mas já não há continuidade entre aquilo que eu ouvia lá e aqui.” (G.D.)

Por último, quanto à televisão, o canal mais visto é a RTP Internacional, onde procuram sobretudo os noticiários. Na TDM também podem ter acesso a parte da programação do canal português. As opiniões quanto à RTP Internacional são maioritariamente negativas e variam entre ter uma programação desadequada a dar uma má imagem do país.

“Eu não gosto [da RTP Internacional]. Para já, ocupa muito tempo com esses programas que não adiantam nada, dão uma imagem retrógrada do país, dão uma ideia boçal muitas vezes das pessoas e podiam mostrar coisas mais interessantes.” (A.N.)

### **2.1.2.3. Nós: a comunidade portuguesa em Macau**

Entre os principais adjectivos utilizados pelos imigrantes entrevistados para caracterizar a sua comunidade estão “fechada”, “pequena” e “centrada em si própria”.

“As pessoas vêm de fora, muitos estão em Macau, mas continuam a viver como se vivessem em Portugal. Quer dizer que as pessoas juntam-se num gueto, comem a mesma comida, têm as mesmas conversas, vêm os desafios de futebol, ouvem a mesma música (...) É uma comunidade que vive dentro de si própria, porque a maioria não comunica em Cantonês, a maioria não entra no mundo cultural chinês, porque não é fácil (...) A princípio, as pessoas têm vontade e tentam entrar, mas deparam-se com enormes dificuldades e então a solução é esta: em vez de tentar ultrapassar, as pessoas recolhem-se.” (A.J.)

Como características positivas está o ser “coesa”. Em especial nos primeiros tempos de adaptação a Macau, para alguns imigrantes, o facto de ser uma comunidade pequena é até benéfico:

“A comunidade portuguesa, em geral, do meu ponto de vista, é bastante coesa. Dentro dos diferentes grupos que se formam, tentam um bocadinho manter a sua forma de estar na vida, como eu tinha quando estava de volta em Portugal.” (A.P.)

A comunidade portuguesa sofreu grandes alterações desde 1999 até à actualidade, quer no número de pessoas quer na sua composição. Após a transição grande parte dos imigrantes portugueses regressou a Portugal, o que fez diminuir drasticamente o número de

imigrantes no território e, por consequência, o ambiente da comunidade. A partir de 2002, a abertura ao jogo fez aumentar o custo de vida em Macau, que não foi acompanhado pelo aumento dos salários, reflectindo-se também nas dinâmicas sociais dos portugueses. Em contrapartida, a melhoria no nível de vida da comunidade chinesa local fez com que também ela passasse a frequentar locais antigamente apenas ocupados por portugueses. Se no período de administração portuguesa existia uma clivagem entre o nível de vida português e o chinês, hoje essas discrepâncias são mais notórias relativamente às comunidades, normalmente de origem asiática, associadas a actividades menos qualificadas, como a comunidade filipina. A possibilidade de exercer um cargo importante e o acesso a um nível de vida que não possuíam em Portugal continuaram, ainda depois de 1999, a marcar os comportamentos e sentimentos de alguns imigrantes em relação a outras comunidades.

“Depois também há muitos portugueses que estão aqui e que têm uma atitude autoritária, discriminatória em relação aos filipinos, por exemplo. Há vários tipos de comportamentos dos portugueses aqui em Macau. Tem a ver com a formação das pessoas e da oportunidade que se tem de ter dinheiro e do exercício do poder.” (F.C.)

A passagem do governo para mãos chinesas mudou os perfis de qualificações dos imigrantes. Anteriormente a 1999 a comunidade era mais homogênea, com a maioria das pessoas a trabalhar para o governo. A crise económica em Portugal, que se começou a sentir em Macau sensivelmente a partir de 2008, fez com que muitos portugueses regressassem ou escolhessem o território para melhorar as suas condições de vida. Assim, a comunidade está hoje mais diversificada com pessoas a trabalhar em diversas áreas.

“A comunidade portuguesa antes de 1999 estava sobretudo ligada à administração (...) os únicos que trabalhavam na privada eram os advogados. Agora não, temos desde engenheiros, arquitectos, *designers*, há uma série de áreas onde a comunidade portuguesa se está a expandir.” (S.P.)

Mas este crescimento cria também divergências dentro da própria comunidade e esta nova conjuntura é propícia à emergência de antagonismos em relação aos novos imigrantes.

“Quando eu cheguei a Macau eram só técnicos superiores da administração, quadros superiores, professores ou advogados. Era raro haver outro tipo de pessoas cá, portugueses. Há coisa de dois ou três anos para cá tem vindo outro tipo de emigração. São quadros mais baixos. Por exemplo, eu nunca tinha visto trabalhar num restaurante um empregado de mesa, vindo de Portugal de propósito para ser empregado de restaurante ou de café (...) essas pessoas devem ter um nível de vida que nem os macaenses nem os chineses conseguem perceber, porque nunca tinham visto portugueses a fazer este tipo de tarefas.” (E.D.)

Nesta citação de E.D. é clara a demarcação que faz em relação ao que chama “outro tipo de emigração”, com a qual não se identifica e que considera inferior em oposição à fracção da comunidade na qual se inclui “*eram só técnicos superiores*”. O preconceito manifesta-se no que diz ser a percepção dos macaenses e chineses quanto aos novos imigrantes portugueses – “*essas pessoas devem ter um nível de vida que nem os macaenses nem os chineses conseguem perceber*” –, embora não apresente evidências de que tal percepção exista de facto ou que esses imigrantes vivam numa condição não tão boa como a sua.

Esta percepção quanto à identidade da comunidade afecta em particular os imigrantes mais antigos que procuram eles próprios redefinir-se quanto a ela. Os que chegaram há menos tempo, embora percebam que estão a inserir-se numa comunidade em mudança, consideram que a mudança partiu deles. Foram eles que decidiram sair de Portugal e imigrar. Tudo o que enfrentam em Macau é compensado pela melhoria na sua situação profissional:

“Acho que essa comunidade é um bocadinho fechada, os que já cá estavam. Acho que têm já a sua vida toda muito organizada e acho-os um bocadinho fechados (...) Os que chegaram agora estão abertos a tudo, estão abertos a experiências novas, estão abertos a experimentar coisas novas.” (C.M.)

Uma falta de identificação com estas características da comunidade faz com que alguns imigrantes procurem uma maior interacção com as outras comunidades expatriadas e com a sociedade local. O desafio está em conseguir ultrapassar as barreiras culturais e linguísticas. É o caso de A.T., que viveu em Macau até aos 12 anos para regressar aos 28 anos.

“Isto é uma cidade, ainda tem muita população e eu também não estou só com pessoas portuguesas, também tenho amigos chineses, amigos macaenses e às vezes opto por estar com eles, porque estou mais à vontade, não estou sob o olhar de uma pessoa que pode estar a querer observar o meu comportamento e como é que eu faço isto e aquilo, se calhar estou mais à vontade, sinto-me melhor, sinto-me mais em casa.” (A.T.)

Por último, estão os imigrantes que dizem não se sentir integrados, como é o caso de P.C. A principal razão para que tal não aconteça é não desejar integrar-se; para isto, fornece uma série de características de Macau (de notar, que já não é a primeira vez que vive na região) que o fazem não querer sujeitar-se ou render-se a elas.

“Não me sinto integrado, porque não me quero sentir integrado, porque o que existe aqui... isto são relações de poder que se estabelecem em Macau, muito fortes e muito violentas, em que o dinheiro comanda a vida. Apesar de ser um país dois sistemas, apesar do que está escrito na lei, aqui, quem tem dinheiro pode ser rei, quem não tem, não é. E depois não me sinto integrado (...) as pessoas fazem concessões porque têm de viver aqui (...) em termos de carácter, em termos profissionais, familiares, e portanto todas as relações sociais são condicionadas por essas relações de poder.” (P.C.)

P.C. liga a sua resistência à integração ao fraco desejo de se envolver na sociedade de Macau, onde destaca o paradoxo de identidade (“um país, dois sistemas”). “As relações de poder” capitalistas a que alude são comuns a outras comunidades. Para A.M., mais do que uma dificuldade na adaptação a Macau, não existe a vontade de um envolvimento mais profundo quer com a comunidade portuguesa quer com a sociedade em geral. Como escape a esta restrição à comunidade portuguesa e a uma falta de identificação com Macau em geral, A.M. procura relacionar-se com chineses na China continental (Zhuhai):

“Eu tive uma adaptação que não foi difícil, embora convenhamos que viver em Macau, especialmente quando se vive sozinho, não é fácil (...) porque as pessoas que vêm para Macau têm um certo perfil (...) muitas pessoas vêm com um problema qualquer e pensam vir resolvê-lo para Macau (...) este isolamento e este grupo restrito de pessoas falantes de Português, aí vão complicar as coisas, logo o contacto com as pessoas não é fácil. Agora eu tenho mais é contactado com pessoas da China (...) cada vez estou mais na China do que aqui.” (A.M.)

Os nossos resultados estão, em parte, de acordo com o que verificou também Vanessa Amaro<sup>65</sup> (2014) no seu estudo que procurou explorar o que chamou de “espaços culturais e linguísticos híbridos”. Estes espaços são criados pelos imigrantes portugueses no processo de comunicação intercultural com a comunidade chinesa local. Diz a autora que todos os seus participantes entrevistados, de nacionalidade portuguesa e residentes em Macau, exibiram o mesmo padrão ao falar da comunidade portuguesa de Macau. Descreveram os membros da comunidade como “elitistas”, “snobs”, “racistas” e “excludentes”. Além disto, os participantes partilhavam uma sensação de fragmentação da comunidade e todos expressavam um sentimento de distanciamento em relação a ela. Num dos exemplos apresentados, a entrevistada, que vivia em Macau há dois anos e meio, dizia não se identificar com os valores e os comportamentos dos outros membros. Verificou que a utilização do

---

<sup>65</sup> Vanessa Amaro é jornalista e investigadora de doutoramento na Universidade de Macau.

“eles” em vez do “nós”, por parte de alguns membros, era uma forma de sublinhar que não se sentiam parte da comunidade portuguesa, apesar de serem portugueses nascidos em Portugal.

No nosso estudo, apesar de existir por parte de alguns dos imigrantes entrevistados uma demarcação em relação à comunidade e uma crítica a alguns comportamentos relativamente a outras comunidades, esse discurso não é tão evidente nem tão uniforme. Uma das explicações para esta diferença poderá estar no facto de o estudo de Amaro se basear numa amostra de apenas seis entrevistados e de não a ter desenhado com base em critérios que levassem à identificação de perfis únicos. Por exemplo, entre os entrevistados encontram-se uma colega de trabalho, uma portuguesa que trabalha no mesmo edifício e o namorado desta. A outra metade é constituída por um casal e a irmã do marido. Quer isto dizer que, dentro dessa pequena amostra, existem dois grupos de pessoas muito próximas, familiares. Desta forma, o discurso tende a ser uniforme.

Ao invés de um sentimento comum de afastamento em relação à comunidade, verificámos três tipos:

1) A comunidade como “porto de abrigo”: para alguns isso ocorre apenas nos primeiros tempos de adaptação a Macau; para outros é mesmo o único meio em que circulam, fazendo toda a sua vida em Português e com portugueses;

2) A comunidade como ponto de partida para a interacção com outras comunidades: sentem-se portugueses, fazendo parte da comunidade portuguesa, mas necessitam de interagir com a sociedade local, como forma de se libertarem do seu ambiente limitado. Entre estes imigrantes encontram-se especialmente os que residiram em Macau durante a infância e a adolescência e que conseguiram criar laços com as outras comunidades;

3) A comunidade como espaço a evitar: no terceiro grupo, bastante reduzido, encontram-se pessoas que não se identificam com a comunidade, que a vêem como um gueto, embora acabem por circular dentro dela também e tenham amigos e colegas portugueses.

A fragmentação referida por Amaro foi encontrada no nosso estudo, sobretudo entre os imigrantes mais recentes e os imigrantes mais antigos. Para esta clivagem contribuiu o marco da crise em Portugal, que trouxe uma nova dinâmica à comunidade a partir de 2008.

A maioria dos imigrantes entrevistados procura manter em Macau hábitos culturais que tinha no país de origem. Algumas das festas populares que existem em Portugal são realizadas numa menor dimensão. Um dos exemplos é a festa de São João, realizada no Bairro de São Lázaro, um dos mais antigos de Macau.

“Os Santos Populares ontem. Hoje foi conversa na hora do café lá no emprego, falar dos Santos Populares, a sardinha assada e o cheiro da sardinha assada. São pequeninas coisas que têm a ver connosco e com as nossas raízes.” (P.A.)

A presença portuguesa durante quase 500 anos faz com que muitos elementos culturais portugueses tenham sido replicados em Macau. Desde edifícios às placas com o nome das ruas ou indicações até ao nome dos restaurantes e das lojas, tudo está escrito em Português e Chinês. Também o facto de a língua portuguesa ser uma das línguas oficiais faz com que seja possível falar apenas Português nas instituições públicas. Tudo isto, como referem alguns dos imigrantes entrevistados, permite que vivam em Macau como se estivessem em Portugal.

“Acho que essa é a grande mais-valia de se estar em Macau, porque estando tão longe de Portugal, consegue-se viver um bocadinho de Portugal aqui, verdadeiramente, porque conseguimos estar a falar em Português, a ler Português, a comer português, a beber português.” (A.D.)

Ainda assim, alguns dos hábitos vão sendo perdidos, porque não é possível mantê-los em Macau. A tentativa de continuar a viver em Macau como se estivessem em Portugal, ao contrário de ser uma forma de facilitar a vida fora do país de origem, para alguns dos imigrantes, só torna a adaptação mais difícil. É o que explica também C.J.:

“Sinto que há um natural distanciamento, porque se a pessoa tentar manter uma grande colagem ou proximidade com a cultura portuguesa, depois morre de saudades e, portanto, para própria sobrevivência, há um distanciamento que se cria, que tentamos nutrir. Isso não tem que ver com uma falta de solidariedade com o que se passe lá.” (C.J)

#### ***2.1.2.4. Regresso a Portugal***

Os desejos dividem-se quando se fala de um regresso a Portugal, mas em todos os casos o horizonte temporal para um regresso é indefinido. Existem os imigrantes que, sem qualquer hesitação, dizem pretender voltar, mesmo que gostem de viver em Macau e já residam no território há vários anos. G.D., que está em Macau há cerca de 12 anos, diz que se houvesse alternativas viáveis em Portugal, não hesitaria em voltar. Os entrevistados com menos de 30 anos, que chegaram há pouco tempo à região, mesmo que pretendam regressar para estabelecerem a sua vida familiar em Portugal, querem primeiro progredir profissionalmente e experimentar também outros países. O regresso à Europa é uma das

alternativas a um regresso a Portugal, tendo como vantagem a proximidade ao país de origem.

“Eu sinto que gostava de voltar a Portugal pelo país e pelas pessoas que lá estão. Em termos profissionais é mais complicado, mas não fecho a porta a ir para um país que esteja mais próximo de Portugal ou que tenha uma cultura mais aproximada à de Portugal. Eu quero voltar a Portugal, mas não sei quando. Não me importo de continuar a ser imigrante noutra país qualquer europeu.” (O.J.)

São sobretudo os que vivem há mais tempo em Macau, que constituíram família no território ou que ali criaram raízes, quem não faz planos a curto ou a longo prazo de regresso a Portugal. Para os mais velhos, com mais de 50 anos, Macau representa uma oportunidade de continuarem a exercer as suas profissões. Alguns vêem mesmo Portugal como um país que não lhes oferece quaisquer condições de trabalho, pelo que não têm intenção de regressar.

“[Regressar a Portugal] de férias sim, [em definitivo] não. Eu agora estou aqui, amanhã posso estar na China, sei lá, em África... agora, eu sei que em Portugal não se pode trabalhar, porque eu trabalho em Portugal para pagar impostos, e eu estou farto de pagar impostos e as pessoas cada vez querem mais, em Inglês, os chamados *entitlements*, direitos, direito a isto, direito àquilo, basta-me ligar a televisão, fico logo mal disposto, têm direito àquilo com os meus impostos! Eu não quero mais, já chega!” (A.M)

As ligações afectivas que estabeleceram com Macau a par das que mantêm com Portugal fazem com que, para alguns, o ideal fosse viver uma parte do tempo num lado e o resto no outro. A solução para o seu dilema estaria precisamente em conseguir esse equilíbrio, o que não é fácil devido às questões profissionais.

“Não, eu quando volto, quer dizer, a ideia é a base ser aqui. A base não é lá, a base é cá. Eu gosto que a base seja cá, isto é um bom sítio geograficamente falando para te movimentares para outros sítios. A nível de qualidade de vida consegue ser melhor, consegues ganhar mais dinheiro, que te permite fazer uma vida cá e lá. Vivendo lá, não conseguia vir cá.” (S.M.)

Nota-se assim que ambas as comunidades estão a crescer nas respectivas regiões de acolhimento.

A situação de crise que se vive em Portugal tem feito aumentar a emigração, mas paradoxalmente a comunidade imigrante nepalesa, mesmo com a crise, continua a aumentar o que, tal como no estudo de Nath sobre a comunidade nepalesa nos Estados Unidos, se pode

dever ao sucesso das redes de emigração, que abrem caminho a outros migrantes. Neste campo, os membros da comunidade nepalesa de Portugal consideram-na coesa e com um espírito de interajuda, o que pode justificar a escolha deste país em detrimento de outros na Europa (embora a provável ideia de que noutros países europeus não seja tão fácil conseguir a residência, também seja um forte elemento justificativo). Também a Non Resident Nepalese Association, a quem todos estão associados, assume um papel activo na recepção e enquadramento destes imigrantes na sociedade portuguesa.

A ideia de um regresso, em ambos os casos, é pouco definida. Está directamente ligada a dois factores: perspectivas pessoais e profissionais na região de acolhimento; grau de integração. Quanto ao primeiro factor, os nepaleses vêm no seu próprio sucesso ou no sucesso alcançado pelos seus compatriotas em Portugal, nomeadamente no negócio da restauração, um exemplo de que é possível prosperar no país. Para os portugueses, o que perspectivavam em termos profissionais quase sempre se concretiza, ou seja, desde que sejam qualificados, obtêm emprego, mesmo que não o ideal logo no início, mais ou menos rapidamente, o que permite uma situação estável no território pelo menos durante dois anos.

## **2.2.Participação na sociedade de acolhimento**

Na adaptação à sociedade de acolhimento há a considerar a relação que o imigrante estabelece com a sua própria comunidade e a forma como a vê, o *nós*; mas também a forma como vê a sociedade de acolhimento, quer o país ou a região quer os residentes locais, os *outros*.

### **2.2.1. Comunidade nepalesa**

#### ***2.2.1.1. Os outros: Portugal e os portugueses***

Na imagem que os imigrantes nepaleses possuem sobre Portugal surge em primeiro plano a crise que o país atravessa desde 2008. Esta é uma das suas principais preocupações.

“The Economy of Portugal is going to down”. (A.S.)

Sobre os portugueses, entre o mais negativo, e em particular na opinião de alguns dos imigrantes que possuem negócios, está o serem “preguiçosos”.

“Não conheço muitos portugueses, mas acho que eles não têm vontade de trabalhar. Por exemplo, quando avaria um frigorífico temos de chamar um técnico. Eles

também trabalham para ganhar, nós também temos de pagar, não é? Eles dizem «sim, sim», mas não têm vontade. Quando vem o dia não quer trabalhar e diz que vem amanhã, «venho amanhã».” (A.A.)

Também consideram os portugueses “fechados”, em especial nas primeiras aproximações.

“Em relação às pessoas achei uma coisa negativa: pouco sorridentes. Assim, no ambiente na rua. Os portugueses são pouco sorridentes. Às vezes quando começam a falar já são muito mais simpáticos do que parecem. Mas, à primeira vista, são muito fechados, muito fechados.” (N.P.)

Entre o mais positivo, está o considerarem os portugueses “simpáticos”, “francos”, “comunicativos” e “prestáveis”.

“When I see some of the Portuguese, they are frank, they want to communicate and they want to make close relationships”. (O.H.)

“O que mais gosto é que entre portugueses e nepaleses é fácil comunicar”. (A.A.)

Como se verifica pelas respostas dos imigrantes entrevistados, a opinião quanto aos portugueses não é unânime.

#### **2.2.1.2. Nós e os outros**

Entre a cultura nepalesa e a cultura portuguesa as principais diferenças notadas estão sobretudo relacionadas com a família. A estrutura familiar nepalesa parece ser mais coesa.

“[Em Portugal] quando as pessoas ficam velhas não há ninguém para cuidar. No Nepal não deixam os pais ficar sozinhos e não ficam separados dos pais.” (I.A.)

A distância relativamente à família no país de origem e o desconhecimento da cultura local são factores que dificultam a adaptação. A obtenção de conhecimento sobre a cultura e de informação sobre a sociedade de acolhimento é um dos motivos que levam os imigrantes entrevistados a usar os média portugueses. A visualização de concursos e de telenovelas é utilizada como forma de obter informação sobre os hábitos dos portugueses. A viver há oito anos em Portugal, I.A. explica que só vê telenovelas portuguesas porque a ajudam, ainda hoje, a entender a realidade portuguesa:

“Portuguesa, portuguesa. Brasileira nunca vejo. Para mim é a mais importante, é a portuguesa. Não é todas as coisas parecidas, mas é parecidas, é. Na televisão e lá fora não acho muitas coisas assim diferentes.” (I.A.)

R.H., imigrante muito recente (dois meses em Portugal), por ter trabalhado, no início da sua estadia, como empregada doméstica na casa de uma família portuguesa, adquiriu o hábito de ver o concurso “Quem quer ser milionário” transmitido à noite, em horário nobre, pela RTP1. Mesmo não entendendo ainda o Português, a visualização deste programa é não só considerada útil para aprendizagem da língua. Também lhe fornece informação que considera necessária para a adaptação à sua nova sociedade de acolhimento<sup>66</sup>, designadamente através da observação da forma de vestir dos concorrentes:

“How do they talk, how do they dress, everything.” (R.H.)

Este interesse pela forma de vestir das pessoas do país de acolhimento é muito relevante nos imigrantes com origens culturais muito diferentes das da sociedade de acolhimento. O estilo que utilizavam no país de origem pode ou não ser mantido no país de acolhimento, e esta opção não é casual. A identidade cultural é negociada e redefinida no novo local onde vivem, mesmo quando são mantidos os laços ao passado étnico e religioso. Trata-se de uma construção provisória, particularmente quando encontra um novo universo, novas influências e novos hábitos. Estes últimos têm um efeito relevante nos valores e costumes que os imigrantes já possuem, mesmo na rotina diária (Christopoulou & Leeuw, 2004). O conflito entre o seu antigo mundo e o novo é um dos maiores problemas enfrentados pelos imigrantes:

“Just we think, why we are here? Because of money, because of green card, because of family future, that’s it, but we cannot lose our culture, I think. You know, now I’m like that [refere-se à roupa que traz vestida: calções de ganga e t-shirt branca], when I go to Nepal I can change everything, so, we have a culture” (R.H.).

Todos os entrevistados se vestem de forma “ocidentalizada”, sendo os *jeans* a peça de roupa mais comum:

“Toda a gente trocaram roupas. Quando estava no Nepal usava roupas diferentes como *culturidade*. Aqui, todos usam a mesma coisa, mais velhos, mais novos. Aqui é

---

<sup>66</sup> Antes de viver em Portugal, viveu quatro anos em Israel.

diferente, porque se estiver no Nepal todas as mulheres têm de usar outro tipo de roupa.” (E.E.).

A forma de vestir age como um “rótulo instantâneo” ao contribuir, se não mesmo determinar, a primeira impressão visual que uma pessoa transmite. A imagem é uma declaração de identidade, ou da identidade escolhida, tornando-se uma ferramenta poderosa na integração social e na inclusão (Christopoulou & Leeuw, 2004). Mas esta construção identitária não é feita sem sentimento de perda ou de traição à cultura de origem.

“We can wear like this also [refere-se ao Nepal], but before, my mother in law, my father in law, they don’t like that, so...” (R.H.).

“O que pensariam os meus sogros se me vissem sem sari e vestida de *t-shirt* e *jeans*?”, pergunta-se R.H. Se todos revelam que estas alterações estão relacionadas com o desejo de mais rápida integração, parecem ser as mulheres quem tem de enfrentar um maior dilema. A alteração à forma como se vestiam no Nepal, símbolo das suas origens, quando adoptam a forma de vestir da sociedade de acolhimento, significa abrir mão de uma parte da sua identidade de origem. Como refere Berry (2001, p. 621), um fenómeno de grande importância no que respeita à aculturação é a *mudança comportamental*, relativamente às alterações psicológicas resultantes do contacto cultural. Praticamente todos os comportamentos no repertório de uma pessoa são candidatos a mudanças após um envolvimento com outras culturas. Na maioria dos casos, há uma transição fácil, envolvendo tanto o abandono de elementos da sua cultura como a aprendizagem de elementos de uma outra. O ritmo e a extensão da mudança individual estão claramente relacionados com o grau de manutenção cultural dentro do seu próprio grupo o que, por sua vez, está ligado à situação demográfica, económica e política relativamente a outros grupos em contacto.

As alterações que os imigrantes nepaleses fazem na forma de vestir revelam um forte desejo de integração. Sendo a comunidade nepalesa uma das comunidades imigrantes mais pequenas, com pouco impacto quer económico quer político, o grau de manutenção cultural é necessariamente menor. Por outro lado, o facto de as culturas de origem e de acolhimento, isto é a nepalesa e a portuguesa, serem muito distantes faz com que as alterações necessárias à adaptação sejam maiores e mais difíceis do que se fossem duas culturas mais próximas. O conflito com a sua identidade de origem parece ser tanto menor quanto maior for o tempo de

estadia em Portugal. Para N.P., residente em Portugal há 15 anos, é por exemplo difícil entender que na comunidade indiana oriunda de Moçambique as mulheres ainda usem o sari.

“Aqueles indianos que vieram de Moçambique, se formos a ver, quase nada mudaram. Ainda andam de sari! Para um nepalês andar de sari sem ser festa é super estranho. As senhoras indianas andam de sari o dia inteiro e, para eles, faz parte da cultura. Por um lado acho que fazem muito bem, por outro acho um bocadinho complicado.” (N.P.)

A questão que se coloca é a de saber se, devido a estas alterações, os imigrantes sentem que deixam de ser eles próprios, que estão a perder a sua cultura de origem. A esta pergunta R.H., há quatro anos imigrante, responde:

“I think wherever we go, we can't lose.” (R.H.)

Estes resultados estão de acordo com o verificado também por Alvord (2011). As mudanças que estes imigrantes tiveram de fazer são consideradas por eles apenas como formas de se adaptarem ou encaixarem na nova sociedade, mas enquanto pessoas continuam a sentir-se os mesmos. Não vêem a sua identidade como estando em conflito com a sua nova localização ou com o seu modo de vida. Há neste processo um sentido de transitoriedade, em que o imigrante vai construindo uma identidade híbrida, composta por múltiplas pertenças, que circulam entre a cultura de origem e a nova sociedade. Um dos exemplos está nas práticas religiosas. Como explica I.A., uma nepalesa a viver em Portugal há cerca de oito anos, conseguem-se encontrar muitas similitudes entre as práticas católicas e as práticas hindus. Dá os exemplos de fazer “puja” ou acender uma vela numa igreja, rezar a Krishna ou rezar a Cristo.

“Por exemplo, nós temos hindu também... é Ram e Krishna. Jesus Cristo... é iguais. Para mim é iguais. Não tem assim certinho, não. Puja, sabe, não é? Tipo, vocês vão na igreja, acendem as velas, é igual. Faço puja, lembro Deus e mais nada.” (I.A.)

Existem áreas em que os seus enraizados valores culturais e forma de pensar não foram ainda alterados pela nova localização geográfica. Parece haver na cabeça destes imigrantes uma distinção clara entre ser capaz de funcionar na nova sociedade e adoptar a forma de pensar “normal” nessa sociedade (Alvord, 2011).

### **2.2.1.3. Informação sobre Portugal**

Os imigrantes residentes há mais tempo em Portugal procuram, através dos média portugueses, não tanto informação sobre a cultura mas sobre os acontecimentos sociais e políticos do país. Pode dizer-se que, a este nível, os usos que lhes dão são bastante similares aos dos próprios portugueses:

“Sim, eu leio estes, porque eu quero saber o que está a acontecer no país [Portugal]. Porque eu estou aqui, estou a trabalhar, estou a viver aqui, também estou interessado no que está a acontecer no país” (A.A.).

Os jornais mais mencionados são o Correio da Manhã, o Público, o Diário de Notícias, o Expresso e o Metro (jornal distribuído gratuitamente na Grande Lisboa). Entre as revistas, constam a Visão e a Sábado. Embora possam comprar pelo menos um em formato papel, a Internet é o meio privilegiado para aceder à informação que difundem. Os canais televisivos de sinal aberto, RTP 1, RTP 2, SIC e TVI, são os mais referidos. Da mesma forma que os portugueses, nestes meios procuram não só informação sobre Portugal, mas também acontecimentos sobre o que acontece no resto do mundo:

“Mas os jornais não são de notícias só daqui, vem todo o mundo e depois gosto de saber tudo...” (I.A.).

## **2.2.2. Comunidade portuguesa**

### **2.2.2.1. Os outros: Macau e os macaenses, os chineses de Macau e os chineses da Mainland**

A partir de 2002, o impacto do crescimento descontrolado do número de casinos tem vindo a destruir as características arquitectónicas de Macau e a fazer aumentar o número de pessoas que circulam na região, não só visitantes, mas também residentes. O tráfego aumentou e o comércio tradicional tem sido substituído por grandes cadeias de lojas.

“Hoje Macau está a ser tomado por cadeias e não por negócios individuais, os negócios, o pequeno comércio, individual, familiar, tudo isso tem vindo a ser tragado pela força do dinheiro.” (A.N.)

As ilhas da Taipa e de Coloane, tantas vezes descritas nos livros de Enrique de Senna Fernandes<sup>67</sup>, também se alteraram radicalmente. Hoje a Taipa é essencialmente constituída por prédios, mantendo-se apenas o bairro da Taipa Velha, com as casas-museu, onde se pode vislumbrar o que seria Macau há umas décadas. Entre a Taipa e Coloane foi construído um aterro, onde existem agora casinos e hotéis. Mesmo em Coloane, onde ainda se conserva alguma natureza, as diferenças são visíveis mesmo para os que não residem no território há muito tempo, com a construção de bairros para a designada “habitação económica”. Constituídos por prédios gigantescos, estes bairros vieram descaracterizar uma ilha que já foi um pequeno paraíso para os residentes de Macau, em que se podia descongestionar um pouco da claustrofobia do centro da cidade. “Claustrofóbico” é um dos principais adjectivos utilizados para caracterizar o território.

“É claustrofóbico, uma pessoa dá três voltas e está no mesmo sítio. Eu comparo Macau a uma ilha. Sempre ouvi dizer que os ilhéus têm a síndrome da insularidade, eu tenho síndrome da insularidade em Macau.” (C.P.)

A especulação imobiliária é outro dos problemas mais apontados. Especialmente para os imigrantes que não trabalham na função pública e que, deste modo, não têm direito a uma casa atribuída pelo governo, a procura de habitação é um verdadeiro “quebra-cabeças”. Existem poucas casas disponíveis em relativas boas condições e as que existem são arrendadas a valores altos, que sobem, no mínimo, a cada dois anos, período de duração mais normal para cada contrato. Os imigrantes são conseqüentemente obrigados a mudar de casa e a passar pelo mesmo “pesadelo” com uma cadência bianual.

“A especulação está descontrolada. Os preços das casas, os arrendamentos também. As pessoas, coisa que a comunidade portuguesa se queixa também, andam com a casa às costas ao fim de dois anos. Não se fazem arrendamentos suficientemente longos e as pessoas, ao fim de dois anos, vão para o meio da rua, porque a renda que o senhorio lhes propõe é elevada.” (S.H.)

Entre os principais problemas de Macau, A.N., que reside no território desde os anos 1980, acrescenta a inexistência de uma classe média, com reflexos a vários níveis, nomeadamente na falta de uma massa crítica intelectual e na impreparação técnica dos

---

<sup>67</sup> Entre os seus livros mais conhecidos encontram-se “Amor e dedinhos de Pé” e os “Os Dores”. Ambos descrevem uma Macau anterior aos anos 1950, com histórias que permitem entender um pouco como era a sociedade macaense.

quadros. Isso abre, no entanto, oportunidades aos imigrantes portugueses, que vêm colmatar essas lacunas.

“Os ricos estão bem, cada vez melhor, a classe média cresce muito pouco e aí é o grande problema de Macau, porque nesta medida não lhe cresce massa crítica, gente com preparação técnica, com um grau de cultura que leve a cidade a desenvolver certos aspectos da vida artística, social, etc.” (A.N.)

Quanto ao mais positivo, entre as características mais referidas está o ser uma região “segura” e “fácil”:

“É uma cidade, e muitas vezes tenho ouvido este termo, acho que é o que mais se adequa a Macau, é uma cidade fácil, porque (...) as coisas são perto, os transportes funcionam, e portanto é uma cidade que é fácil de se viver, não é perigosa, é uma cidade que a pessoa se sente segura em qualquer sítio, a qualquer hora do dia.” (A.D.)

Em Macau sobressaem as comunidades com origem chinesa, portuguesa e filipina. Se olharmos ao local de nascimento, vimos que 41 por cento da população nasceu em Macau. Esta é a comunidade de “chineses de Macau”. Nascidos na China continental representam 46 por cento da população, são os “chineses da *mainland*”. Estrangeiros nascidos em Portugal constituem 0,3 por cento no total da população, é a “comunidade portuguesa”. Os 0,9 por cento da população com nacionalidade portuguesa incluem portugueses nascidos em Portugal; portugueses nascidos em Macau, com pai e mãe, ou apenas um deles, nascidos em Portugal; e portugueses nascidos em Macau no período da administração portuguesa, que poderão ter origens asiáticas, mas que optaram pela nacionalidade portuguesa.

Assim, “chinês”, “português” ou “macaense” não são conceitos óbvios e existe alguma discussão em relação à sua definição. Quando se fala em chinês, há que distinguir chinês de Macau, alguém que partilha os valores culturais da região e que fala Cantonês, e chinês continental, que possui uma outra cultura, a da sua região de origem, e que poderá ter como língua materna o Mandarim.

Alguém pode declarar-se português porque tem a nacionalidade portuguesa, no entanto pode ter pais chineses, ter nascido em Macau, nunca ter estado em Portugal e não falar Português. Simplesmente adquiriu a nacionalidade por ter nascido num território que foi administrado por Portugal.

O conceito de “macaense” é o mais complexo. Se, para alguns, ser “macaense” significa simplesmente ter nascido em Macau, para outros, o conceito de “macaense” só se

aplica a quem tenha origem numa família com história e tradição na região e que resulte de um cruzamento entre portugueses ou luso-descendentes e asiáticos. Por exemplo, alguém nascido actualmente na região, que não pertença a uma destas famílias mas que seja resultado de um cruzamento entre alguém chinês e alguém português, pode ser considerado português ou chinês, consoante opte por uma das nacionalidades, mas não “macaense”. A noção de “comunidade macaense” tem origens profundas no tempo e que remontam ao passado colonial português.

“O aumento das comunidades crioulas, sobretudo nas Américas, mas também em zonas de África e da Ásia, conduziu inevitavelmente ao aparecimento de euro-asiáticos, euro-africanos e euro-americanos, não como curiosidades de ocasião, mas como grupos sociais visíveis. A sua emergência permitiu o florescimento de um modo de pensamento que prefigurava o racismo moderno. O caso de Portugal, o primeiro dos conquistadores europeus do mundo, ilustra bem este aspecto. Na última década do século XV, D. Manuel I conseguiu ainda «resolver» a sua «questão judaica» pela *conversão* forçada em larga escala (...) Menos de um século mais tarde, contudo, vemos Alexandre Valignano, o grande reorganizador da missão jesuíta na Ásia entre 1574 e 1606, opor-se veementemente à admissão de indianos e euro-indianos como sacerdotes.” (Anderson, 1991, p. 90)

À medida que os europeus iam chegando e permanecendo noutros continentes foram-se criando comunidades crioulas, que levaram não só ao surgimento de euro-asiáticos, mas também de euro-africanos e de euro-americanos. A existência da comunidade luso-asiática de Macau é, neste sentido, surpreendente porque - ao contrário do que aconteceu em algumas colónias portuguesas em que toda a população se miscigenou, como por exemplo no Brasil - a “comunidade macaense” manteve-se como um resquício histórico. Conseguiu chegar aos nossos dias conservando algumas das suas particularidades: um dialecto próprio, o Patuá, ainda que em vias de extinção, e hábitos culturais específicos que resultam das suas influências portuguesas e chinesas (Pinto, 2011)<sup>68</sup>.

Os imigrantes entrevistados, de uma maneira geral, não fazem grande diferenciação entre a comunidade macaense e os chineses de Macau. A distinção é feita, sobretudo, em relação aos chineses oriundos da China continental, historicamente uma comunidade mais recente em Macau. Embora poucos entrevistados tenham contacto próximo com esta

---

<sup>68</sup> Não foi nosso objectivo fazer o retrato desta comunidade, mas tão-somente caracterizá-la segundo a perspectiva dos imigrantes portugueses alvo desta investigação. Para quem se interesse pelo tema, o livro “A Comunidade Macaense em Portugal”, também resultado de uma tese de doutoramento, oferece uma descrição mais pormenorizada desta comunidade, quer a existente em Portugal quer a existente em Macau (Pinto, 2011)

comunidade, para A.J., historiador, a importância da comunidade é grande, pois é parte do património identitário de Macau.

“Temos uma comunidade macaense, que é muito importante, e que faz parte da comunidade cultural de Macau. É uma comunidade que comunga dos aspectos culturais de Portugal, mas também dos aspectos culturais da China, de Macau, da cultura de Macau, que no fundo é uma cultura chinesa. Tem um lado chinês muito forte (...) fala o Português, fala o Chinês, sobretudo os mais velhos. Já há muitos jovens, sobretudo depois de 1999, que deixaram de aprender e já não falam Português. Embora nesta comunidade um grande número esteja na diáspora.” (A.J.)

Na medida em que os relacionamentos que a comunidade macaense estabelece se dão, maioritariamente, dentro da própria comunidade, existe uma ideia de que se trata de uma comunidade “fechada”.

“É um bocado fechada no sentido de haver várias famílias e de elas acabarem por se ligar todas entre elas, mas eu conheço alguns macaenses e dou-me bem com eles e, conhecendo um ou outro, acabas por conhecer o resto da comunidade e o resto das famílias e acabas por ter acesso à comunidade por aí.” (O.J.)

Quanto à comunidade chinesa de Macau, os seus hábitos culturais, desde a comida à forma de vestir, geram estranheza entre a maioria dos entrevistados. Surgem na sua caracterização os adjectivos “pragmática” e “tolerante”, em oposição a posturas mais radicais dos portugueses:

“Dificuldades sentidas no seio familiar são vistas de perspectivas diferentes. O grupo chinês é geralmente mais pragmático, mais tolerante (...) são pessoas que continuam a respeitar os mais velhos, continuam a ter uma enorme tolerância com a tua própria forma de estar (...) Nós, às vezes, temos uma posição mais radical na forma como habitamos o mesmo espaço.” (C.J.)

No entanto, pela forma de agir socialmente existem imigrantes em Macau que a consideram “fechada” em oposição aos portugueses que consideram mais “abertos”.

“A questão é que as outras comunidades são muito mais fechadas do que a portuguesa. A comunidade portuguesa pode convidar para irem a casa, para almoços ou jantares e eles não têm este espírito.” (F.C.)

Nas relações profissionais surge a palavra “submissão” em oposição a uma atitude mais ocidental associada ao mérito.

“Nós damos muita primazia (...) à conquista da consideração (...) eles dão muita importância à relação entre subordinado e chefe. Muito mais submissão.” (C.J.)

A gestão do espaço familiar é outra das diferenças apontadas, a par de valores culturais. Segundo S.H. e A.P., devido aos chineses terem vivido numa sociedade vedada ao capitalismo, hoje cresce um maior desejo consumista e de exteriorização de sinais de riqueza.

“Os chineses têm uma economia familiar diferente, se for preciso vivem muitos numa casa, até conseguirem aforrar o suficiente para comprar outra (...) São pessoas mais modestas e só quando começam a ganhar mais dinheiro é que começam a destacar-se, é que compram os Rolex, mas não é esse o padrão do chinês.” (S.H.)

Os chineses da China continental representam a maior fatia da população e não são particularmente bem aceites pelos imigrantes portugueses entrevistados. Apontam-lhes uma atitude fechada, de quem vem para jogar ou trabalhar nos casinos. Alguns, como S.M., não manifestam qualquer tipo de interesse por esse grupo.

“Apesar de haver muitos chineses da China, não são pessoas com quem eu tenha assim muito interesse em conversar (...) vêm dos campos de arroz para os casinos. Eles não estão interessados em comunicar e eu também não estou interessada em comunicar com eles. Já conheço, já comuniquei, mas é um pouco padrão.” (S.M.)

#### **2.2.2.2. Nós e os outros**

“Acho que os macaenses ou chineses de Macau sentem muito mais essa invasão dos chineses da China continental do que eu como portuguesa que vivi sempre em Macau, porque de alguma forma acho que eles, que falam a mesma língua e que comem a mesma coisa, que se entendam, é um pouco assim. Claro que me chateia as ruas estarem muito mais sujas e estarem desagradáveis porque têm muita gente (...) Claro que me chateia os turistas que cá vêm da China continental, ou que aqui se radicaram, terem um nível de educação que está bem abaixo daquele que entretanto já se vivia em Macau, mas não me chateia particularmente eles serem chineses, eles serem daquele país que afinal manda aqui nesta regiãozinha.” (C.J.)

Nesta citação de C.J., uma imigrante portuguesa que vive em Macau desde os seis meses de idade, está particularmente exacerbado o discurso do “nós” e do “eles”. No “nós” engloba os portugueses de Macau “*não é uma guerra nossa*”. No “eles”, do outro lado, estão os chineses de Macau e chineses da China continental, um conjunto de pessoas com características que considera essencialmente parecidas “*falam a mesma língua e comem a mesma coisa*”. Relativamente aos chineses continentais, o “eles” serve para definir uma

amálgama de chineses que, mesmo sendo “*daquele país que afinal manda aqui nesta regiãozinha*”, são inferiores - “*chateia (...) os que aqui se radicaram terem um nível de educação que está abaixo daquele que entretanto já se vivia em Macau*” – e invadiram o seu espaço, o espaço com o qual se identificava, onde se vivia com um nível superior.

Como explica Maria Lucília Marcos (2007, p. 133), o “outro” só se constitui como “outro” enquanto as distâncias não forem quebradas. É intimidante porque introduz a incoerência, provoca a contradição, ameaça a inércia do “igual”. O “outro” põe à prova a auto-estima do “mesmo”, do “eu”. O discurso do “nós” e do “outro” é bastante evidente quando os imigrantes portugueses se referem às restantes comunidades. A ideia do “outro” é um conceito utilizado para referir as tensões na comunicação. Como refere Marcos (2007, p.133), no seu livro *Princípio da Comunicação e Paradigma Comunicacional*:

“Na verdade, a comunicação é um facto tensional, porque a questão é sempre o «outro». O outro é sempre inquietante, é sempre o mais inquietante. Porque o outro está lá, convidando ao fim da distância e, porque é outro, constituindo-se em limite à aproximação.” (Marcos, 2007, p. 133)

Em especial para os imigrantes residentes em Macau desde antes de 1999, a presença ou a chegada de um novo “outro”, os chineses de Macau, vem ameaçar-lhes o que já tinham definido como o seu espaço identitário, onde a sua vivência era feita de uma determinada forma. É como que um ataque à sua auto-estima enquanto elementos de uma comunidade que era considerada superior às outras, porque anteriormente governava uma região que é hoje governada pelo país de origem daqueles que consideram ter um nível de educação inferior ao seu. Enquanto comunidade, o “outro” menos educado mas do país de acolhimento, obriga a uma redefinição; enquanto indivíduo, a sua própria identificação é posta em causa e obriga igualmente a uma redefinição.

A relação que os imigrantes estabelecem com a sociedade de acolhimento tem subjacente um sentimento de pertença maior ou menor ao local onde vivem. Como se auto-identificam os imigrantes entrevistados relativamente a Macau? Identificámos três tipos de sentimento de pertença: ser “estrangeiro”, “ser imigrante” e ser “pessoa de Macau”.

“Eu sempre estive cá. Não quer dizer que não sinta ou que me tivesse sentido sempre um pouco estrangeira em Macau...Não imigrante, mas não me sentia macaense...” (C.J.)

C.J. configura uma situação peculiar por diversas razões. Na sua auto-identificação não se considera imigrante mas também não se sente uma local, uma macaense. Diz que se sente *estrangeira* e deduz-se que a sua definição é algo entre o ser *imigrante* e o ser um *local*. Mas o ser estrangeira, nesta sua análise é também sentir estranheza em relação à cidade que a viu crescer, à “sua Macau”.

“Quando regresso a Macau [em 2002], já não é o Macau dos meus tempos, já não é o Macau, primeiro, dos meus amigos, embora alguns estejam a regressar a pouco e pouco, mas sem dúvida nenhuma que a grande maioria está radicada em Portugal (...) e isso, parecendo que não, transforma muito o nosso dia, é um novo contexto. E depois não é o meu Macau, porque eu estava habituada a um Macau que não tem trânsito, com táxis sempre disponíveis, sem esta quantidade... bem, sempre foi um Macau de muitos prédios, mas não com esta, com esta pintura, não é?” (C.J.)

No regresso à região, depois de um período de três anos em Portugal, não encontrou a sua “terra imaginada”. Apesar de ser portuguesa, por viver em Macau desde os seis meses, Macau é a sua terra e o sentimento de pertença a uma “comunidade imaginada” dá-se não em relação a Portugal, mas em relação a Macau.

“É *imaginada* porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem dessa comunhão (...) é imaginada como *comunidade* porque (...) é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda (...) essa fraternidade.” (Anderson, 1991, p. 25 e 27).

Buscando a definição de Benedict Anderson (1991) de “comunidade imaginada”, à distância Macau era a sua *comunidade imaginada*, porque era com os amigos de Macau que possuía um sentimento de fraternidade, de pertença a um grupo que passara pelas mesmas vivências em Macau.

Porém, essa ideia desfez-se no momento do regresso. Tal como acontece com tantos emigrantes, quando regressou a casa, percebeu que a imagem que tinha dela já não correspondia à realidade. A “Macau dos seus amigos” não mais existia, porque os seus amigos já se tinham ido embora, entretanto. Contudo, o sentimento de comunhão entre eles, mesmo que agora distantes, não se pode dizer que tenha desaparecido. C.J. continua a senti-lo, mesmo depois do afastamento e, desta forma, continua a ser “imaginado”.

A definição de *estrangeiro* não é igual para todos os entrevistados. Para S.H., ser estrangeiro é sentir-se estrangeiro, é sentir-se estranho. Se os *outros*, os macaenses, os chineses de Macau, não o virem como estrangeiro, então não se sente estrangeiro, não é um estrangeiro.

“Sabe por que é que eu não me sinto estrangeiro? Porque eu acho que as pessoas olham para mim e vendo que eu sou português também não me sentem estrangeiro, quer dizer, é «aquele quisto que a gente aqui tem não sei há quantos séculos»”. (S.H.)

Os imigrantes que se consideram portugueses, mas não estrangeiros em Macau, identificam-se como *peçoas de Macau*. Ser *peçoas de Macau* é sentir que se pertence a Macau e essa sensação de pertença surge, por um lado, de um sentido de dever, de responsabilidade cívica com Macau, de não estranhar os costumes de Macau e, mais do que isso, de se identificar mesmo com eles. Por outro lado, surge, simultaneamente, dos direitos que Macau confere aos portugueses exactamente por serem portugueses. Este *sentimento de pertença*, de envolvimento pela sociedade e, ao mesmo tempo, de *reconhecimento*, fazem de Macau uma sociedade culturalmente diversa, mas coesa nessa diversidade (Berry & Sam, 2006; Young, 1999 e Pareck, 2000).

Como diz F.C., o seu papel em Macau é “ser portuguesa”, ou seja, manter em Macau os traços culturais portugueses, que vão muito além da manutenção de uma arquitectura. As marcas dos portugueses em Macau ocorrem a todo o momento num modo de viver português, que abrange valores europeus e humanistas, e que foram consagrados na Lei Básica de Macau. Esta maneira de viver é marcada, inevitavelmente, pelo modo de viver português, que O.J. descreve e compara com o modo de viver chinês.

“Os portugueses têm uma cultura e uma origem mais europeia, mais relacionada com a religião católica, enquanto os chineses, que fazem a outra parte de Macau, não têm. A maior parte deles não são católicos, têm outras religiões e também têm outra mentalidade em termos de serem mais direccionados para o comércio, para o rendimento económico e não tanto direccionados para as realidades que existem na Europa, o humanismo ou a preocupação com os outros, e não tanto a preocupação com o dinheiro e o rendimento económico.” (O.J.)

Se muitos dos que saíram de Macau em 1999 já não regressariam ao território, os seus filhos, por terem vivido parte da infância ou adolescência em Macau, continuaram a identificar-se com a região onde cresceram. Embora sendo portugueses, consideram Macau a sua terra, a sua casa, o sítio para onde querem voltar.

“Fiquei cá até aos doze, depois regresssei em 1996. Regressei com muita dificuldade da minha parte, porque não me inseria minimamente [em Portugal] (...) eu desde miúdo que a minha ideia era completar os estudos e vir para Macau trabalhar, quer tivesse boas condições em Portugal quer não tivesse (...) Sentia saudades da minha terra, para além de, posso ter nascido em Portugal (...) mas a minha terra é esta e é aqui que eu quero viver para o resto da minha vida.” (A.T)

Este sentimento não parece estar relacionado com a idade, mas sim com o tempo de permanência em Macau e com o sítio onde os indivíduos cresceram. É também o caso de A.J., na casa dos 60 anos:

“Nasci em Portugal e vivi lá sete, oito anos e depois vim para Macau, por causa dos meus pais, vieram trabalhar para Macau, eram funcionários públicos. Fui [para Portugal] em 1970 (...) Regressei em 1982, porque eu quando parti daqui tive sempre a intenção de voltar, precisamente pela minha curiosidade pela cultura oriental. Nós quando vivemos cá, na adolescência sobretudo, abrimos os olhos para muita coisa, mas não sabemos explicar e eu quis voltar na idade adulta.” (A.J.)

Ambos os entrevistados, A.T. e A.J., vivem uma situação de hibridismo (Maalouf, 1998) - ser ao mesmo tempo português e “português de Macau” – e ambos possuem um sentimento de pertença a vários grupos sociais - o grupo dos portugueses de Portugal e o grupo dos portugueses de Macau. Especialmente os imigrantes com uma longa permanência em Macau, vão construindo uma “identidade híbrida” (Gillespie, 1995; Alvord, 2011), composta por elementos culturais portugueses e elementos culturais de Macau. Paradoxalmente, é curioso perceber que, apesar de se identificarem com elementos das duas culturas, pela longevidade da sua vivência em Macau, por ali terem vivido a sua infância e adolescência, a identificação com Portugal e com os portugueses de Portugal torna-se mais difícil.

Além de A.T. e A.J., também C.J. descreve o que considera ser um “fenómeno engraçado”:

“Houve um fenómeno engraçado quando eu regresso a Lisboa e me integro numa faculdade pública, na Clássica de Farmácia em Lisboa, que era eu dar-me conta que, sem querer e tentando passar despercebida para os outros, era notório que eu não era de Portugal. Eu era portuguesa, mas havia uma qualquer coisa, uma maneira de estar, de me aproximar das pessoas, não sei o que era. Isso foi-me dito depois por amigos meus de lá, que eu não era claramente uma pessoa de Portugal e não conseguiram explicar.” (C.J.)

Para quem viveu em Macau desde criança e regressou a Portugal, o ser português só se afirma para lá das fronteiras de Portugal, porque se em Macau não são chineses, em Portugal também não se sentem portugueses. O discurso do “outro”, do estranho ou do estrangeiro, surge nestes casos em relação aos próprios portugueses de Portugal.

“[Os portugueses] levam tudo demasiado a sério... Eu tive tantos [choques], de várias ordens.” (C.J.)

Apesar de se identificarem com elementos culturais portugueses, não se sentem completamente integrados em Portugal. Apesar de se identificarem com elementos culturais de Macau (não podemos chamá-los chineses, porque Macau possui várias influências, que deram origem a modos de vida distintos dos chineses e também dos portugueses), não se sentem locais.

“Enquanto aqui eu estou à vontade e conheço os códigos e movimento-me e sei como agir, em Portugal eu tenho algum cuidado quando vou a alguma loja, a um restaurante, quando vou a qualquer sítio em que eu tenha que contactar com as pessoas.” (A.J.)

Em especial nas situações de hibridismo, comuns nos imigrantes mais antigos, existe uma identificação com ambas as culturas – de origem e de destino. Para os imigrantes mais recentes, as diferenças estão na origem do sentimento de distância entre eles e a sociedade de acolhimento, que não é fácil de superar. Nas definições que os entrevistados fazem de *imigrante*, ou de *imigrante português* especificamente, surgem o folclore, o orgulho de ser português, o ser alguém que “penou”, o sentir saudades de Portugal e dos hábitos e costumes portugueses. Pela identificação com estas características ou em oposição a elas, sentem-se mais, ou menos, imigrantes.

“Acho que não sou aquele português, se calhar o típico imigrante, em que apanha o folclore do país e pouco mais, mas faço a minha vivência (...) nos eventos em que a comunidade portuguesa se reúne, participo em alguns, não em todos. Mas, por exemplo, tive o privilégio de participar na cerimónia de transferência de soberania<sup>69</sup> e, na altura em que baixou a bandeira e tocou o hino e essas coisas todas, havia gente com tristeza e eu tive um grande orgulho de ser português.” (S.P.)

Para alguns imigrantes é o facto de se poderem sentir de alguma forma em Portugal e poderem identificar-se com alguns elementos da cultura portuguesa que faz com que não se sintam imigrantes.

“É tu veres as ruas escritas em Português, teres as informações em Português, ainda que mal escrito, entrares nos supermercados e teres os produtos portugueses.” (A.D.)

---

<sup>69</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=i0KFSiMUF60> (consultado em 1 de Dezembro de 2014)

Em oposição, temos o caso de A.I., que se sentiu pela primeira vez imigrante precisamente quando teve um contacto mais emotivo com um elemento cultural português:

“A primeira vez que eu me senti mesmo imigrante foi a primeira vez que eu fui ver uma banda portuguesa aqui em Macau, em que cantaram duas ou três músicas em Português, músicas que se calhar em Portugal passam despercebidas e aqui ganham outro valor. Foi a primeira vez que eu percebi realmente «pera aí, eu não sou um turista, sou um imigrante.»” (A.I.)

Recorrendo à definição de *imigrante* - uma pessoa nascida num país, mas que reside noutra por um período superior a um ano ou que tenha essa intenção – todos os entrevistados são em relação a Macau imigrantes. Mas o ser imigrante é diferente do sentir-se imigrante e é neste sentido que surge a questão identitária, de como o indivíduo se auto-define e se identifica. Para estes imigrantes que dizem não se sentirem imigrantes, porque conseguem sentir-se em casa em Macau, este sentimento não se prende com uma identificação com a sociedade de acolhimento, mas com uma identificação com certos elementos de Macau que lhes permite sentirem-se em Portugal, como o facto de a língua portuguesa ser língua oficial e ser utilizada no funcionalismo público ou algumas das infra-estruturas locais ainda serem de origem portuguesa e de as respectivas inscrições ainda estarem em Português.

### **2.2.2.3. Informação sobre região de acolhimento (Macau, Hong Kong, Ásia)**

Para se manterem actualizados sobre o que se passa em Macau, os imigrantes entrevistados utilizam maioritariamente os jornais de Macau, o canal de televisão português e a rádio Macau, da TDM. Para saberem o que se passa dentro da comunidade, os contactos pessoais e profissionais, as associações e os eventos que vão acontecendo, e que reúnem os membros da comunidade, servem de fontes de informação.

“É o noticiário, na TDM, os jornais locais que diariamente recebemos nas Finanças, Ponto Final e Hoje Macau. É inconcebível estar em Macau e não estar a par do que se passa aqui. Gosto de ver um programa de debate que dá aos domingos à noite em que se discute sobre os assuntos da semana que se passaram em Macau [na TDM].” (P.A.)

Em língua portuguesa, os jornais mais mencionados são o Hoje Macau, o Ponto Final e a Tribuna de Macau. O Clarim, o jornal da igreja católica, é o menos referido.

“Eu compro sempre os três jornais portugueses. Todos os dias. O Hoje Macau, o Ponto Final e a Tribuna.” (S.H.)

Os jornais de Macau em língua portuguesa, apesar de também fornecerem alguma informação sobre Portugal e sobre o resto do mundo, são jornais locais, com foco nas notícias da região.

“Entre os jornais portugueses e os jornais portugueses de Macau, estes reflectem a pequenez da comunidade, são locais (...) se me perguntar se eu sinto diferença entre o jornal português de Macau e a folha da Covilhã (...) Macau, por muito pequeno que seja, é muito diverso e é internacional e isso nota-se no jornal todos os dias no tipo de notícias.” (S.H.)

Entre os jornais da região, as diferenças dizem essencialmente respeito à maior ou menor isenção quanto à linha governamental de Macau; segundo os entrevistados, têm um forte cunho do respectivo fundador ou director.

“Os jornais em Macau vivem de publicidade, mas grande parte do seu rendimento são subsídios do governo e, portanto, tu não vais morder a mão que te dá de comer. Desde que não digas muito mal do governo, já está. (...) Um jornal financiado pelo governo não pode ser totalmente isento. Eu já li editoriais dos directores de cada um dos jornais e [o director do Hoje Macau] é um homem que talvez se sinta mais livre, porque se está nas tintas se está a incomodar alguém, porque se o obrigarem a sair, ele não se importa...” (G.J.)

Em comparação com os jornais chineses da região, a imprensa em língua portuguesa é apresentada como menos dependente do governo e, como tal, mais crítica do que aquela. O facto de os jornais serem em língua portuguesa também faz com que o seu alcance seja menor, já que a percentagem da população de Macau que entende Português é mínima. Assim, mesmo que exista uma postura mais crítica em algum dos jornais, a opinião tem apenas impacto na comunidade portuguesa e muito pouco no resto da sociedade local. É o que refere S.H. que, além de jornais em Português, conhece também os conteúdos dos jornais chineses, recorrendo para tal a tradutores dentro da sua equipa de trabalho.

“Depois da administração portuguesa (...) a imprensa chinesa passou a estar mais controlada. Todos eles dependem de subsídios do governo, só que agora o que a imprensa portuguesa diz é um pouco «vozes de burro não chegam ao céu». Isto é uma minoria, às vezes até têm razão, põem o dedo na ferida, descobrem os podres. A imprensa portuguesa é muito mais desperta, muito mais crítica, muito mais útil do que a imprensa chinesa, que é muito conformista.” (S.H.)

Os jornais e revistas em língua inglesa, feitos em Macau, são outra fonte de informação sobre a região. As revistas Macau Business e a Closer e o jornal Macau Daily Times.

“Utilizo o Hoje Macau, o Macau Daily Times e a Macau Business para informação sobre Macau. Foram estes três meios que comecei a ver ainda em Portugal para me informar antes de vir para Macau. Tenho a aplicação da Macau Business no telemóvel, passa mini-notícias com três parágrafos cada sobre Macau. Tem várias categorias, tem Economia e Finanças, Business, Property, Tourism, Technology, elas actualizam muito pouco.” (F.I.)

Os blogues surgem como meios de descodificar ou de desenvolver a informação veiculada pelos jornais. Entre estes estão o “Bairro do Oriente”<sup>70</sup>, “Macau Antigo”<sup>71</sup> e “Caderno do Oriente”<sup>72</sup>.

“Há cá vários blogues em Macau, que focam a realidade asiática e eu costumo dar uma passagem por eles. O Bairro do Oriente (...) Às vezes os blogues que eu frequento reagem a notícias que são publicadas nos jornais.” (E.D.)

A informação sobre a comunidade portuguesa é ainda obtida através dos próprios membros e também através da rádio:

“É um meio muito pequeno, as pessoas depois falam umas com as outras (...), a rádio Macau, só há uma estação portuguesa, às vezes vem o noticiário e oiço.” (A.M.)

A par da imprensa de Macau, o canal português de televisão, TDM, é visto em especial pelos noticiários. As opiniões quanto à TDM também variam. Os imigrantes há mais tempo em Macau conseguem perceber a sua evolução.

“[A TDM] ‘tá muito melhor do que era há dez anos atrás, não tem comparação, porque tem mais programas de entrevistas, já faz pequenos documentários, tipo reportagem. E também acho muito bem que eles tenham posto legendas em Inglês para que a comunidade estrangeira possa ter acesso à informação em Inglês.” (F.C.)

Os mais recentes consideram que ainda é um canal muito amador. Com os recursos financeiros que Macau possui, é-lhes difícil perceber por que motivo a TDM não vai mais

---

<sup>70</sup> <http://bairrodoorienteblogspot.com> (consultado em 2 de Dezembro de 2014)

<sup>71</sup> <http://macauantigoblogspot.com> (consultado em 2 de Dezembro de 2014)

<sup>72</sup> <http://caderno-do-orienteblogspot.com> (consultado em 2 de Dezembro de 2014)

além no tipo de programação e conteúdos prestados e para lá das fronteiras geográficas de Macau.

“A TDM tem que evoluir como as outras televisões de hoje em dia, tem que ir também para a Internet, tem que utilizar todas as tecnologias (...) A TDM precisava muito de uma lufada de ar fresco (...) Podíamos ter aqui uma RTP Pacífico, portanto a TDM devia criar nesse sentido, ser uma empresa virada para toda esta região, não é para Macau! (...) aqui têm que ter jornalistas de todo o lado.” (S.G.)

Para a informação de carácter cultural, além do boca-a-boca, os restaurantes, as associações, a livraria portuguesa e as páginas de Facebook de casinos ou de agendas culturais oferecem uma agenda dos eventos que vão ocorrer.

“alguns sítios é pelo Facebook, outras simplesmente vou lá e calhou. Tenho as páginas [de Facebook] de alguns casinos (...) depois tenho uma página que fala de vários eventos de vários níveis em Macau e depois, acima de tudo, é o boca-a-boca entre a comunidade portuguesa.” (A.I.)

Embora todos procurem manter-se informados, o maior ou menor interesse pelo que se passa em Macau está directamente relacionado com o grau de integração na sociedade local. Os que chegaram há pouco tempo ou não pensam permanecer em Macau durante muito tempo não têm uma preocupação tão grande em manterem-se informados sobre a região. Os que possuem família em Portugal preocupam-se com a situação de crise no país de origem.

“Ainda não estou muito inserida naquilo que se passa politicamente [em Macau]. Sigo quase diariamente as notícias portuguesas por esses problemas muito fortes que têm havido em relação à economia portuguesa.” (G.M.)

Para se informarem sobre o que se passa na região vizinha de Hong Kong e na Ásia, os meios mais referidos são os canais TVB Pearl e ATV World e o jornal South China Morning Post. Para acederem a estes canais usam a televisão digital terrestre, disponível em toda a região de Macau. Através de TV Cabo, que é paga, acedem a canais transnacionais. Os mais mencionados são a BBC World, a CNN e a francesa TV 5. Por Internet, em diversos suportes, acedem directamente às páginas destas cadeias, de jornais ou de revistas, ou pelo Facebook, onde quer estes meios quer agências noticiosas, como a Reuters, vão colocando notícias, com ligações para artigos mais desenvolvidos nos seus *sites*.

Entre os órgãos oficiais chineses, como o jornal China Daily, e os de Hong Kong, a principal diferença está na censura que é feita nos primeiros. Mais uma vez, uma alternativa

aos conteúdos censurados da imprensa oficial chinesa são os blogues. B.M, por saber ler Mandarim, gosta de ver a blogosfera e explica como funciona a sua dinâmica de contrapoder:

“Na China tudo é censurado. Eu gosto de ver a blogosfera, ler o que eles escrevem antes de ser apanhado. É um bocado o jogo do gato e do rato. Aqui, em Hong Kong e Taiwan não está censurado. Os blogues são criados por jovens, que põem as coisas até elas serem apagadas. Censuram coisas do governo, poluição, más condições de vida, destruição de património, destruição da flora, das florestas, corrupção.” (B.M.)

Entre ler os média de Hong Kong, os média transnacionais ou os portugueses produzidos em Portugal, a diferença está na perspectiva que é dada. Como explica S.M., ao ler os média asiáticos tem acesso a conteúdos aprofundados sobre o que acontece localmente e de acordo com a visão local dos acontecimentos.

“Às vezes também leio as notícias internacionais deles [South China Morning Post], porque eles, às vezes, dão uma perspectiva das notícias internacionais, a perspectiva da China.” (S.M.)

Com a visualização de média ocidentais e asiáticas, mesmo que não chineses, o objectivo é conseguir um balanceamento entre as duas perspectivas e, no global, uma informação sobre o mundo e sobre questões locais mais isenta de influências de um lado e de outro. O acesso que os média não ocidentais têm a informação sobre assuntos de interesse mundial, que acontecem fora do mundo ocidental, é também uma motivação para vê-los. A Al Jazeera e a Russian Television são dois exemplos. Uma das razões para ver a Al Jazeera é esta televisão conseguir chegar onde, por exemplo, a BBC não chega e constituir uma alternativa à forma como os temas são tratados e explicados pelo média ocidentais. Contudo, há que ter consciência, como sublinha P.C., jornalista, de que os objectivos de cadeias como a Al Jazeera passam por ser uma voz que sirva de contraponto à voz do Ocidente, como a veiculada pela norte-americana CNN. Ou seja, quer uma quer outra possuem propósitos subjugados aos governos dos países de onde são emitidas.

“Detesto a CNN, porque é aquela informação espectáculo para a qual eu não tenho a mínima paciência. Gosto de informação mais sóbria, mais contida, menos espectacular. E a Al Jazeera consegue isso e tem a vantagem de conseguir estar muitas vezes onde a BBC não está.” (P.C.)

### **2.3. A importância de falar a língua de acolhimento na integração**

“Conhecer a língua do país de acolhimento não é apenas uma condição necessária e indispensável para se ser autónomo, é também, e sobretudo, condição de desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional. O seu desconhecimento constitui uma desigualdade que fragiliza as pessoas, tornando-as dependentes e, por consequência, mais vulneráveis.” (Grosso, Tavares, & Tavares, 2008, p. 5)

A principal motivação de um imigrante para aprender a língua de acolhimento é a sobrevivência na sociedade de destino, seguida de um desejo de prosperar social e profissionalmente nela.

#### **2.3.1. Comunidade nepalesa**

Na comunidade nepalesa, a principal barreira à integração na nova sociedade é a necessária aprendizagem da língua portuguesa.

“Quando cheguei aqui a Portugal, no início, foi um bocado complicado por causa da língua e para me inserir na comunidade, mas agora, mais ou menos, percebo a língua bem. Em qualquer lado aonde vou não preciso de levar outra pessoa para traduzir.” (A.A.)

A aprendizagem da língua constitui uma parte fundamental do ajustamento instrumental, psicológico e cultural do imigrante à sociedade de acolhimento (Elias & Lemish, 2010). Na integração em Portugal, a aprendizagem da língua portuguesa revela-se crucial e esta é a primeira barreira que os imigrantes encontram quando chegam ao país. Quer nas tarefas do dia-a-dia quer no acesso a um emprego, saber a língua do país de acolhimento é fundamental. Se não a aprendem, os imigrantes vêm-se fechados dentro da sua comunidade, sujeitos a aceitar trabalhos para os quais o contacto com portugueses não é necessário. Assim, entre as motivações para aprender Português, arranjar um emprego melhor surge como a preocupação primordial.

Neste contexto, os média portugueses revelaram ser ferramentas acessíveis e convenientes de aprendizagem da língua além de fonte de informação sobre a sociedade de acolhimento. Mesmo os imigrantes que estão em Portugal há mais tempo continuam em processo de aprendizagem e fazem uso dos média portugueses (*mainstream*) com este intuito. As estratégias de aprendizagem diferem consoante o meio utilizado e o tempo de estadia em

Portugal. Uma delas é o recurso à tradução com o apoio de dicionários Português-Inglês e a ferramentas de tradução *online* como a disponibilizada pela Google<sup>73</sup>,

“I copy online and translate through google and I can understand” (Y.C).

Outra das estratégias utilizadas é a visualização de filmes americanos, falados em Inglês, mas legendados em Português. A utilização de um meio percebido como pertencente a uma “cultura global”, os filmes americanos (Elias & Lemish, 2010), com legendas em Português, permite a estes imigrantes flutuar entre uma zona de conforto familiar, a da realidade dos filmes de Hollywood, conhecidos pela maioria e, em particular, pelos que, embora vivendo em Portugal há pouco tempo, tenham vivido noutra país europeu anteriormente, e a nova cultura. Todos têm conhecimentos, mesmo que básicos, de Inglês e utilizam esta língua como mediadora:

“We can watch English movie, but in the downside is the write in Portuguese language, I see also Portuguese language and I’m listening English” (R.H.).

A visualização de canais portugueses é outra das estratégias de aprendizagem da língua, mais utilizada pelos imigrantes estabelecidos há mais tempo em Portugal. Isto porque, tendo já conhecimentos de Português, ouvir a língua permite-lhes alargar o léxico e melhorar a pronúncia. A viver há cinco anos em Portugal, E.E. costuma ver os canais portugueses RTP 1, RTP 2 e SIC. À pergunta sobre o porquê, respondeu:

“Porque eles são todos em língua portuguesa. Se vou olhar na BBC é tudo em Inglês. Enquanto eu viver num país, tenho de aprender a mesma língua do país onde vivo. Se eu vir canais em que é tudo em Português, é mais fácil para aprender a língua portuguesa também”.

A aprendizagem com recurso a um interlocutor nativo é outra das formas utilizadas. Mesmo sentindo-se mais confortável no Inglês, H.H. salienta a eficácia desta prática.

“Actually, I met a lady. I use to teach English to her and she taught me Portuguese and because of her I went to the school. It wasn’t an official course. I didn’t learn many things in school. I use to study myself at home. I use to match what was the difference between Portuguese and English languages. In the school it was with a group. I learn many things, «eu como arroz. Por que eu como arroz?». But is easier to

---

<sup>73</sup> <http://translate.google.pt/?hl=pt-PT&tab=wT>

learn one-to-one. We talk a lot. Who speak a lot, learn faster. This is the formula of language.” (H.H.)

Alguns afirmam ter aprendido sozinhos mas identificam um método bastante concreto, com recurso a gramáticas e a dicionários. Mais uma vez, a prática da oralidade é apontada como fundamental para o desenvolvimento do conhecimento da língua, assim como a motivação. Como refere E.E., se não falar a língua de acolhimento não tem trabalho e se não tem trabalho não sobrevive.

“Aprendi em casa, sozinho, comprei alguns livrinhos, como os de Inglês-Português e vi na Internet alguma coisa em que tinha dúvidas e procurei todas essas coisas e pratiquei no trabalho (...) Todos portugueses, só eu sozinho era nepalês. Por isso, eles não sabem Inglês e eu não sabia Português, então tinha nenhuma língua para comunicar. Esta situação faz o aprender obrigatório. Se não falo não tenho trabalho, não tenho vida para comer.” (E.E.)

Apenas uma das entrevistadas referiu ter frequentado um curso formal de Língua Portuguesa, considerando que fez toda a diferença:

“Fui em Cidade Universitário, no Campo Grande (...) quando eu vim aqui 2002, em Novembro, e depois comecei o curso, acho que em Janeiro ou Fevereiro, e eu comecei o curso, foi muito fácil para mim depois de acabar o curso, mas tem que estudar, tem que estudar.” (I.A.)

Verificamos que os nepaleses que residem há mais tempo em Portugal são os que mais têm prosperado economicamente, estando um facto directamente relacionado com o outro. Ao adquirirem uma melhor situação financeira não têm motivo para deixar o país que lhes permite alcançar essa prosperidade, a qual está relacionada com o conhecimento da língua que foram adquirindo ao longo do tempo. Este permitiu-lhes evoluir nos seus negócios, ao facilitar, por exemplo, a relação com clientes e fornecedores portugueses; simultaneamente o desejo de melhorar as relações sociais e, conseqüentemente, o sucesso das empresas, age como uma forte motivação para a aprendizagem da língua.

Percebendo que o capital linguístico se pode transformar em capital social e económico, estes imigrantes, padrões de outros imigrantes mais recentes, facultam-lhes o acesso à aprendizagem da língua, por exemplo através da contratação de professores particulares especialmente destinados a empregados com contacto com clientes. Por efeito cascata, distribuem o capital linguístico pela comunidade. A par da situação que se vive no

Nepal, esta possibilidade de vingar em Portugal, devido em parte a este suporte intra-comunidade, é uma das razões para que a comunidade nepalesa tenha vindo a crescer desde 2006.

### **2.3.2. Comunidade portuguesa**

No processo de integração, o círculo de relações pessoais que cada imigrante cria é fundamental. A maior ou menor dificuldade em ultrapassar as barreiras culturais dita uma maior aproximação à comunidade portuguesa, às comunidades expatriadas, à comunidade macaense (luso-chinesa) ou a outras comunidades chinesas de Macau ou de cidades vizinhas, como Hong Kong e Zhuhai. A dificuldade em comunicar numa língua comum surge aqui como a principal barreira.

“Eles são mais fechados e como muitos não falam Inglês é um entrave (...) tenho alguns amigos, mas quando saio com eles e conheço amigos novos, através deles, eles ficam ‘ah olá, olá, tudo bem’ mas pronto, está bem, mas é quando falam Inglês, mas há muitos que não falam, sabem dizer ‘olá, tudo bem’ e meia dúzia de palavras e pronto não há aquela...” (B.R.)

O fechamento na comunidade portuguesa a par do mesmo sentimento em relação à comunidade chinesa local dá-se devido ao desconhecimento da principal língua de acolhimento, o Cantonês. A barreira linguística é o principal factor que os entrevistados identificam como entrave à integração na sociedade macaense. S.H. esclarece que não se sente imigrante porque se identifica com Macau, o que constitui um dos factores essenciais na integração, mas que o facto de não saber falar Cantonês limita-lhe essa integração:

“[Não me sinto imigrante], o que eu sinto é que conheço mal Macau, porque não falo a língua. O que eu digo é que este espaço, que é de um tamanho para nós, é muito maior para os chineses (...) O conhecimento da língua é fundamental na integração. Eu conheço mal Macau e hei-de acabar o meu tempo de Macau conhecendo-a mal por culpa minha. As possibilidades são o que são, mas o conhecimento da língua é fundamental.” (S.H.)

Hoje, muito mais do que nos anos anteriores a 1999, a língua é um entrave também no emprego. Não só cada vez mais o Português está a ser substituído pelo Mandarim como nos serviços há cada vez menos pessoas a saber falar Português.

“O trabalho é fundamental, ninguém se aguenta muito tempo aqui sem trabalho (...) contrariamente ao que acontecia há trinta anos, é o problema da língua, porque

nessa altura a administração funcionava em Português, era uma questão de tempo, as pessoas iam arrançando isto ou aquilo, iam conhecendo gente, iam mostrando o que sabiam e depois iam-se encaixando. Hoje a administração funciona fundamentalmente em Chinês, Cantonense.” (A.N.)

G.H. - o único entrevistado que nasceu em Macau, que possui raízes portuguesas e chinesas, que viveu 18 anos em Macau e depois 12 anos em Portugal, tendo regressado há pouco tempo a Macau - é o único que sabe falar Cantonês. Sabendo falar a principal língua de acolhimento e conhecendo os hábitos culturais de Macau, tem acesso a toda a sociedade; sabendo falar Português e movimentando-se perfeitamente na cultura portuguesa, identifica-se também com a comunidade portuguesa. Apresenta-se como uma “cobra de duas cabeças”:

“Acho que o facto de ser daqui e de falar Cantonense já é à partida uma grande ajuda, porque não preciso de pedir ajuda a ninguém para fazer compras ou para comer (...) Esta aqui é a minha terra, se bem que também nunca me senti imigrante em Portugal, porque para todos os efeitos, eu sou Português, não é? É uma das vantagens de ser macaense de nacionalidade portuguesa (...) Eu sou uma espécie de cobra de duas cabeças!” (G.H.)

No círculo social dos imigrantes entrevistados encontram-se outros portugueses: indivíduos de outras nacionalidades, ou seja, imigrantes pertencentes ao circuito mais alargado da comunidade expatriada de Macau, chineses de Macau, de Hong Kong e da China continental e, ainda, macaenses (indivíduos que pertencem à comunidade luso-asiática).

Nestas relações sociais, o desconhecimento de línguas surge, mais uma vez, como uma limitação. Na maioria dos casos, o acesso a um meio social mais vasto dentro de Macau é limitado porque praticamente ninguém na nossa amostra sabe falar bem Cantonês. Apesar de, através do uso do Inglês, o estabelecimento dessas relações ser possível, não é suficiente. O desconhecimento da principal língua falada em Macau veda-lhes o acesso a elementos culturais que só sabendo a língua poderiam perceber. Mais do que isto, para quem sabe falar Cantonês, quem vive em Macau e não conhece a língua de acolhimento é visto como não fazendo parte da sociedade local. Já os que sabem são mais bem aceites.

“O Cantonês que eu falo, embora eu conheça as abreviaturas e o calão, certamente não serei uma macaense ou uma chinesa a falar Chinês, por muito boa pronúncia que possa ter. Portanto, há ali uma certa forma de estar, que também poderá acontecer com um estrangeiro em Portugal, que nós sentimos que não é uma local a falar a língua (...) há uma série de práticas e de tradições que eu não conheço e que não incorporo e, aquelas que conheço, conheço a um nível superficial.” (C.J.)

C.J. é das poucas pessoas a saber falar minimamente a língua. Não obstante, tal como esclarece, o saber falar a língua não basta para ser identificada como uma local e para ela própria se identificar como local. Seria necessário conhecer também os gestos, a entoação, as expressões características que um chinês de Macau utiliza quando fala. São estas especificidades, que Edwards (2009, p. 28) identifica como níveis mais profundos da comunicação numa língua estrangeira, que se encontram fechados a quem ainda está a aprendê-la. Tal não quer dizer necessariamente que a língua seja um elemento de exclusão, já que é possível aprender Cantonês tal como é possível aprender a falar qualquer língua. No entanto, é necessário tempo e motivação:

“A língua não é um instrumento de exclusão: teoricamente qualquer pessoa pode aprender qualquer língua. Pelo contrário é fundamentalmente inclusiva, apenas limitada pela fatalidade de Babel: ninguém vive tempo suficiente para aprender *todas* as línguas (...) Embora todas as línguas possam ser adquiridas, a sua aquisição exige uma verdadeira porção da vida de uma pessoa: cada nova conquista é medida contra cada vez menos dias. O que limita o acesso que temos a outras línguas não é a sua impenetrabilidade, mas, sim, a nossa própria mortalidade. Daí que haja um certo carácter privado em todas as línguas.” (Anderson, 1991, pp. 176, 197 e 201)

Assim, a questão está em saber até que ponto existe um interesse na aprendizagem do Cantonês, ou seja, motivação, e se quem quer aprender está disposto a despende o tempo necessário a esse empreendimento. A motivação para a aprendizagem da língua parte do desejo de conhecer melhor essa cultura, os tais elementos privados, e de um desejo de identificação, de imitação dos naturais da região.

“O primeiro reflexo não é o de mostrar a sua diferença, mas o de passar despercebido. O sonho secreto da maior parte dos migrantes é o de serem tomados por naturais do país. A sua tentação inicial é a de imitar os seus hospedeiros e, algumas vezes, os imigrantes têm sucesso. O mais das vezes, não o conseguem. Não têm o sotaque certo,...” (Maalouf, 1998, p. 50)

Este desejo de imitação que Maalouf refere não é comum nos imigrantes entrevistados. Ninguém revelou essa pretensão. As razões poderão estar numa falta de identificação com a cultura chinesa e com a certeza de que, por melhor que conseguissem falar Cantonês, quer as origens étnicas quer o sotaque os denunciaria. Ainda assim, por saberem falar, a forma como julgam que a comunidade local os vê é mais integrativa, como refere C.J.:

“Aprecio, admiro, mas não me identifico com a cultura chinesa. Relaciono-me quase da mesma forma como me relacionaria com amigos portugueses. E eu digo quase, porque necessariamente estou a falar numa língua diferente. Com os macaenses, tento falar em Cantonense até ao nível do Cantonense que posso, portanto acaba por ser uma conversa meio-meio, Inglês e Cantonense. Se calhar olham-me de uma forma mais integrativa, como se eu, de alguma forma, fizesse parte daquele núcleo, não é, ou me identificasse com aquele núcleo.” (C.J.)

Saber falar Cantonês seria um meio de poder abranger um maior leque de possibilidades dentro das relações sociais, de poder comunicar e de poder entender o mundo em redor. Como diz Bourdieu (1991), o processo de aquisição do *habitus* cultural pode ser lento e tem implicações no entendimento de aspectos mais profundos da língua. O conhecimento da língua e da cultura caminham lado e lado e só percebendo perfeitamente uma se pode compreender perfeitamente outra.

“Eu estou neste mundo e eu gostava de alargar só um bocadinho os meus limites, cada milímetro é uma conquista. É mais nessa perspectiva que quero aprender, porque eu nunca vou ser uma advogada em Mandarin nem em Cantonês.” (F.I.)

O que se verifica entre os entrevistados é que, quanto menor é a sua identificação com a cultura de destino, menor é o seu desejo de interação com a comunidade local. Para interagir com a comunidade local e conhecê-la é preciso saber falar Cantonês. É quase um ciclo vicioso porque por não saberem a língua não têm acesso a outros elementos da cultura chinesa de Macau e o julgamento - ou a impressão - com que ficam à partida pode estar completamente condicionado pela impossibilidade de conhecê-la melhor devido ao desconhecimento da língua. Daí que a percepção que têm do *outro*, chineses e macaenses, descrita atrás, possa estar toldada pelo desconhecimento da língua de acolhimento.

“Essa é uma questão que eu coloco mesmo a mim própria. Se eu tivesse aprendido o Cantonês, teria entrado muito mais na cultura local (...) Mas o Cantonês achei mais difícil, tinha mais sons, era mais complicado (...) Mas eu penso que perdemos um pouco pelo facto de não falarmos a língua, tenho pena, mas as circunstâncias assim o fizeram, a nossa vontade também.” (P.A.)

P.A. reside em Macau desde o início dos anos 1990 e nunca aprendeu Cantonês. O fechamento dentro da comunidade portuguesa foi uma consequência, agravada pelas diferenças culturais sentidas. Para quem não sabe Cantonês, além da barreira linguística, a principal barreira à convivência com chineses é a cultural, a dificuldade em ultrapassar as

diferenças ou mesmo o não querer ultrapassá-las, por falta de identificação ou rejeição de hábitos culturais que julgam demasiado diferentes. Estes poderiam revelar-se não tão diferentes se, através do conhecimento do Cantonês, se investisse um pouco mais em perceber as diferenças. É o que explica A.P., fazendo um paralelismo com a sua experiência em Barcelona:

“Acho que é extremamente importante e positivo para uma pessoa ter capacidade de dialogar em Mandarim ou em Cantonês, isso abriria muitas portas. Fazendo um paralelismo com a minha experiência em Espanha, assim que eu comecei a falar um bocadinho o Catalão, comecei a conhecer um bocadinho melhor as pessoas e a cultura catalã (...) Aqui em Macau acho que seria exactamente a mesma coisa. Se conseguisse dialogar com as pessoas (...) provavelmente essa barreira era quebrada ou pelo menos conseguíamos comunicar e perceber onde é que temos as nossas diferenças para poder ter um meio-termo de comunicação.” (A.P.)

A ideia de as comunidades chinesa e macaense serem fechadas aparece nesta sequência. Pelo facto de não existir uma possibilidade de comunicação, os portugueses sentem uma espécie de rejeição por parte da comunidade local. Quando quebrada a barreira linguística, as barreiras e diferenças culturais atenuam-se. É o que diz G.D., a viver em Macau há cerca de 12 anos.

“Existem grandes diferenças que fazem com que não, com que não seja tão fácil ter amigos chineses. Aprender Cantonense ou aprender Mandarim seria sempre uma forma útil de aproximação à comunidade chinesa e todas as pessoas que eu conheço que fazem esse esforço e que falam alguma coisa ou que falam mesmo Mandarim ou Cantonense têm muitos amigos chineses.” (G.D.)

A própria ideia de que são comunidades fechadas parece estranha a alguns dos entrevistados, já que a própria comunidade macaense resulta de um cruzamento entre portugueses ou luso-descendentes e asiáticos.

“Tenho a noção de genericamente eles serem acusados de serem uma comunidade fechada sobre si mesma, mas não faz sentido, porque eles são o exemplo de uma comunidade que cruza, portanto têm maior facilidade com a comunidade chinesa, nomeadamente por causa da língua e também de contacto com a comunidade portuguesa, também por causa da língua. Portanto, acho estranho pensar que eles sejam fechados.” (G.J.)

E é estranha também, porque ainda existem muitos macaenses que sabem falar Português. De facto, a língua parece mesmo ser o principal entrave. Nos casos em que,

mesmo que os portugueses não saibam falar Cantonês, os chineses consigam falar Português, os contactos sociais menos superficiais são possíveis e as distâncias culturais encurtam-se:

“Eu estou numa situação privilegiada. Primeiro, conheço muitas pessoas da comunidade chinesa, conheço-os há muitos anos, porque uns foram meus alunos, outros são meus colegas, ou foram meus colegas. Portanto, eu sinto que de facto nesse aspecto sou privilegiada, porque tenho amigos chineses. Posso sair, ir a casa deles, posso telefonar, dizer «olha ajuda-me nisto ou naquilo» (...) São tudo conhecimentos de há dez, de há 20, de há 30 anos, em que a língua de comunicação é o Português. Logo aí há essa relação.” (G.M.)

As interações com macaenses e chineses são possíveis, mesmo que se dêem em Inglês ou Português. As diferenças fundamentais entre serem em Cantonês, ou não, são: o acesso a um número muito menor de pessoas, pois apenas cerca de 40 por cento da população de Macau fala Inglês e apenas cerca de dois por cento fala Português; e o grau de integração na sociedade de acolhimento que se consegue atingir não sabendo a língua, já que o conhecimento da língua e da cultura caminham lado a lado.

Para A.J., que reside em Macau desde 1960 e que sabe falar um pouco de Cantonês, a identificação com a comunidade portuguesa existente actualmente em Macau é até mais difícil, não devido à língua mas aos hábitos culturais. Muitos dos portugueses que conhecia e que, como ele, residiam em Macau há muitos anos, regressaram entretanto a Portugal e hoje acaba por preferir o contacto com chineses. Sublinha a diferença que falar ou não Cantonês faz no seu dia-a-dia.

“[Falando Cantonês] a diferença é muito grande, porque eu tenho acesso a um mundo que doutro modo não teria acesso. Eu tenho informação directa, eu falo, eu comunico. Através da língua e da comunicação, nós sentimos os afectos, sentimos o carácter das pessoas e as pessoas têm uma atitude diferente (...) eu às vezes entro num sítio e não falo a língua, quero, deixo-me passar por estrangeiro, mas a dada altura eu começo a falar e o comportamento muda imediatamente, as pessoas são muito mais abertas, hospitaleiras, francas.” (A.J.)

De todos os entrevistados apenas B.M. investiu de facto nessa verdadeira empreitada de aprender Chinês e hoje possui conhecimentos razoáveis (segundo o próprio) de Mandarim. À excepção de B.M. e de quem aprendeu uma das línguas na infância e na adolescência, todos acabaram por desistir da aprendizagem do Mandarim ou do Cantonês em algum momento, mesmo que a intenção seja a de retomarem. Entre os principais motivos para a desistência está o tempo que é necessário investir neste empreendimento: muito tempo

despendido para poucos resultados. Como explica G.M., professora e investigadora na área do Português Língua Estrangeira:

“Nós devemos aprender sempre uma língua com rapidez, com eficiência. Há um factor muito importante, que as pessoas geralmente falam mas não dão a importância devida, que é o factor tempo. Quando nós temos tempo e motivação, conseguimos aprender nem que seja Chinês arcaico. Agora, quando não temos esses dois elementos, claro que é muito difícil. O meu problema é que tenho motivação, mas de facto até hoje não houve tempo.” (G.M.)

O serem línguas muito diferentes do Português e consideradas muito difíceis faz com que a sua aprendizagem exija muita motivação. Especialmente para quem tenta aprender o Mandarim, a impossibilidade de praticá-lo no dia-a-dia é outro motivo para a desistência. Muitos dos entrevistados arrependem-se de não ter aprendido. Quem tem contratos de dois anos e, mesmo querendo ficar em Macau, vê o seu regresso poder acontecer a qualquer momento, não se lança nesta caminhada logo desde início. Mas à medida que os contratos se vão renovando e criam uma situação estável em Macau, dois anos acabam por se transformar em quatro, dezasseis, vinte anos, como em alguns casos.

B.M. recorreu a muitas horas de aulas particulares, mas o fundamental na sua aprendizagem foi a sua motivação, ou seja, o gosto pela língua, o desejo de poder comunicar sem qualquer ajuda na China e o ter encontrado neste desafio uma forma de vencer a solidão sentida nos primeiros tempos de vida em Macau.

“Foi uma maneira de passar o tempo, porque eu estou aqui sozinho. (...) Não foi com objectivos profissionais, embora ajude bastante (...) Se estivesse na China e ouvisse Mandarim o dia inteiro, o meu Mandarim seria muito bom neste momento. O meu Mandarim é razoável, chega perfeitamente para Macau.” (B.M.)

Entre as estratégias utilizadas por B.M. na aprendizagem está a visualização de telenovelas em Mandarim, embora só resultando porque já possuía um conhecimento de Mandarim que lhe permitia entender suficientemente o conteúdo e porque foi acompanhado por uma professora.

Apesar de o tempo, a dificuldade das línguas e a motivação serem apontados como as principais razões para que os imigrantes portugueses não aprendam umas das línguas de acolhimento, verificámos que a principal razão não é essa. Como aconteceu com B.M., existindo motivação, o tempo é organizado para que a aprendizagem se torne uma prioridade. Mas uma das principais motivações para a aprendizagem da língua é a sobrevivência na

sociedade de destino e o que constatámos é que todos os imigrantes se sentem integrados, mesmo não falando as línguas de acolhimento. Para os portugueses, não é necessário falar Cantonês para sobreviver em Macau. É possível viver e trabalhar em Macau sem utilizar qualquer das línguas, devido à existência de uma infra-estrutura que ainda funciona em Português.

“Eu acho que aqui consegue-se muito bem passar sem falar o Cantonês e o Mandarim. Dá jeito, mas consegue-se, muito bem, fazer uma vida inteira aqui sem falar (...) as coisas tendencialmente mudarão, mas não a curto prazo, porque ainda estamos nos 50 anos de transição e, portanto, durante mais 37 ou 38 anos terás acesso a toda a informação quer a nível de leis, jornais e turismo, terás acesso a toda essa informação em Português e, portanto, acabas por não sentir tanto essa necessidade de aprender a língua.” (A.D.)

Estes resultados estão em linha com o que verificou Amaro (2014) na sua investigação. Diz a investigadora que, por um lado, existe a ideia, entre os seus entrevistados, de que aprender Cantonês é desnecessário porque usam o Inglês para interagir com a comunidade chinesa. Por outro lado, existe a noção de que, se soubessem falar Cantonês, teriam um maior sentimento de integração na sociedade de Macau. Aqueles que não aprenderam a língua apontam como razão a língua ser difícil e a sua aquisição exigir tempo e dedicação. O facto de referirem que é uma “perda de tempo” sugere, segundo a autora, não apenas a dificuldade em aprender a língua, mas também a percepção generalizada de que o Cantonês não é essencial para atingir o que chama de nível funcional de integração.

A questão está em perceber como é possível que os imigrantes portugueses atinjam um certo grau de integração e, mais do que isso, se de facto se podem considerar integrados. Para tal, teremos de esclarecer certas particularidades do contexto de Macau e do que entendemos por integração. Nesta investigação adoptámos a definição de Berry & Sam (2006) em que, para que se possa dizer que a integração é a estratégia de aculturação adoptada pelo imigrante, este tem de demonstrar um interesse pela afirmação dos valores das duas dimensões culturais da sua identidade, a cultura originária e a de acolhimento.

Quanto à língua, da análise à situação profissional dos imigrantes portugueses e ao mercado de trabalho de Macau, verificamos que na nossa amostra existem muitos elementos que trabalham para a função pública onde falam Português, alguns são professores e falam Português ou Inglês nas suas aulas, outros trabalham para empresas em que o Inglês é a língua de comunicação, como casinos ou *ateliers* de arquitectura, ou então trabalham para

outros portugueses. Assim, a própria conjuntura relativa a emprego a par das elevadas qualificações dos imigrantes portugueses, que em muitos casos não são substituíveis por um local, permite-lhes não ter de saber a língua de acolhimento para conseguir um emprego - e o ter emprego é uma das principais condições para a inserção activa na sociedade e para se ser reconhecido por esta.

Recorrendo a Bourdieu (1991), no caso da comunidade portuguesa, a parte do capital linguístico que se refere especificamente ao conhecimento do Cantonês não se revelou importante na aquisição de um capital de distinção. No entanto, no meio social e profissional em que circulam, a forma como falam, o traquejo e a capacidade de adequarem o vocabulário aos contextos é, tal como em qualquer classe - indivíduos que ocupam funções similares no espaço social, que possuem as mesmas oportunidades na vida -, importante para assegurar capital de distinção. O que acontece é que no seio da sociedade de Macau em sentido lato, a prosperidade destes imigrantes está muito mais relacionada com a posse de um *capital de conhecimento*, ou seja, qualificações elevadas e diferenciadas. É este o factor que os distingue e lhes permite ocupar um lugar, ter um papel importante em Macau, e assim sentirem que lhe pertencem, não só porque têm uma participação cívica mas também porque são reconhecidos pela posse desse capital de distinção.

### **3. Usos dos média**

Para sistematizar os diferentes usos que os imigrantes pertencentes a cada uma das comunidades fazem dos média, criámos um quadro para cada uma delas (quadros 9 e 10), em que cruzámos o tipo de média – *mainstream*, transnacionais e étnicos – com os diferentes usos - ligação à cultura de origem e ligação à sociedade de acolhimento.

A distinção entre média *mainstream* e média étnicos, recordamos, diz respeito ao facto de uns pertencerem à cultura de destino e os outros à cultura de origem. Os “média étnicos” são desenvolvidos pelos imigrantes, localmente ou nos países de origem, para os imigrantes. Como refere Georgiou (2005) o que estes média têm em comum é que representam grupos culturais, linguísticos e religiosos particulares, que vivem dentro de sociedades multiculturais amplas e diversas. As respectivas audiências, por seu lado, situam-se quer em localidades ou cidades quer em países ou Estados-nação.

“Sendo semiprofissionais e implementados por membros de grupos locais de imigrantes, reflectem as características dos grupos para os quais se direccionam. Desta

forma, adoptam o papel de mediadores entre a informação *mainstream* e as comunidades imigrantes. Mais importante ainda, ao incluir informação que se relaciona com o *mainstream*, e que vai além da informação específica e produtos de entretenimento, reflectem a complexidade das suas audiências. Estas posicionam-se num intrincado contexto cultural, que inclui conexões específicas e um sentimento de pertença a uma identidade comunitária, mas que também implica um envolvimento destas em projectos de comunicação e participação em sociedades multiculturais, ou pelo menos a sua tentativa.” (Georgiou, 2005)

Salim (2008) destaca o facto de os média étnicos serem desenvolvidos pelos imigrantes para os imigrantes.

“Ao referirmo-nos a «media étnicos», «média das comunidades de imigrantes» ou ainda «média das comunidades minoritárias», entendemos os meios de comunicação desenvolvidos pelos imigrantes para os imigrantes. (...) Os termos acima referidos não foram por nós inventados. Intitulamo-los assim por ser dessa maneira que a literatura, nacional e internacional, costuma designá-los. De facto, em Francês, os meios de comunicação feitos pelos imigrantes são comumente chamados de «*media issus des migrations*»; em Inglês, o termo mais usado é «*ethnic media*» e, em espanhol, «*medios étnicos*». Em Portugal, quando se fala em meios de comunicação feitos pelos imigrantes, estes são geralmente designados por «média étnicos» ou «média das comunidades de imigrantes».” (Salim, 2008, p. 30)

No artigo *The migrant and the media: Maintaining cultural identity through ethnic media*, Noronha & Papoutsaki apontam como as principais diferenças entre média *mainstream* e étnicos os primeiros representarem a maioria dos consumidores de média e os étnicos serem produzidos por e para imigrantes, minorias raciais, étnicas ou linguísticas e populações indígenas:

“Chomsky (1997), in his article in Z magazine defines mainstream media as those media disseminated via the largest distribution channels, therefore representing what the majority of media consumers are likely to encounter. It also denotes those media generally reflective of the prevailing currents of thought, influence, or activity (ibid). In contrast, ethnic media are «media that are produced by and for (a) immigrants, (b) racial, ethnic, and linguistic minorities, as well as (c) indigenous populations living across different countries» (Matsaganis, 2011, p.6)”. (Noronha & Papoutsaki, 2014, p. 18)

Assim, a classificação que usamos para distinguir os média que consideramos étnicos tem em conta:

- 1) Serem desenvolvidos por imigrantes para imigrantes;

- 2) Terem o papel de mediadores entre a cultura *mainstream* e a comunidade étnica à qual pertencem. Aqui temos em consideração o tipo de informação que prestam, ou seja, ser direccionada para a comunidade imigrante, e a língua em que são feitos os seus conteúdos, ou seja, na língua das comunidades a que pertencem ou uma língua franca como o Inglês.

Na comunidade nepalesa em Portugal, encontram-se os *sites* criados por imigrantes nepaleses com conteúdos destinados à comunidade nepalesa: [sahayatra.com](http://sahayatra.com), [nepalportugal.com](http://nepalportugal.com), [portonepal.com](http://portonepal.com), [ptnepal.com](http://ptnepal.com).

Na comunidade portuguesa em Macau, considerámos os jornais de Macau em Português e as revistas e os jornais em Inglês, em que na sua direcção e entre os seus jornalistas constem portugueses e que possuem conteúdos destinados às comunidades imigrantes, em que se inclui a comunidade portuguesa.

Considerámos também a Rádio Macau, produzida por imigrantes portugueses com conteúdos destinados à comunidade e o canal português da TDM, também feito por imigrantes portugueses com conteúdos em Português.

Mesmo sendo média produzidos por profissionais, não possuem os mesmos recursos dos média chineses e não se dirigem à sociedade em geral. Todos estes meios fazem a ligação entre a informação *mainstream* oferecida nos meios chineses na língua oficial chinesa e a comunidade portuguesa. São feitos em Português e fornecem conteúdos de interesse específico da comunidade portuguesa. Numa entrevista, de Março de 2015, ao presidente da Comissão Executiva da TDM em Português, este refere a dificuldade de trabalhar para um público minoritário, a insuficiência de recursos e de capacidades comparativamente aos canais chineses, os diversos conteúdos destinados à comunidade portuguesa e o desejo de alcançar audiências provenientes de outras comunidades étnicas<sup>74</sup>.

“Os meus colegas da Rádio Macau e do Canal Macau todos os dias têm um grande desafio que é produzir e trabalhar para um público minoritário. Não é obviamente fácil e é um trabalho que eu diria que às vezes é inglório porque não dispõem dos mesmos recursos e das mesmas capacidades que os canais chineses. Essa é a realidade mas isso não significa que não se produzam conteúdos, que são muito diversificados: temos o Telejornal, diariamente, a TV Desporto, que é um programa semanal de uma hora, uma entrevista semanal, a Montra do Lilau, um programa semanal de natureza cultural e temos a Grande Reportagem, também semanal. E temos

---

<sup>74</sup> <http://jtm.com.mo/local/tdm-vai-rever-carreiras-em-todas-areas/> (consultado em 16 de Março de 2015)

o Contraponto que é uma produção conjunta da Rádio Macau e do Canal 1 TV, semanal. Esta é a produção própria e não é pouca. Eu julgo que pela razão de termos como público-alvo uma comunidade minoritária, significa que também devemos ir além dessa comunidade e dirigirmo-nos também a outras comunidades minoritárias. (...) Naturalmente que o papel primordial destes canais será dirigido à comunidade falante de língua portuguesa”.

Foram ainda considerados média étnicos os blogues de Macau feitos por imigrantes portugueses e com conteúdos em português sobre Macau (O Bairro do Oriente, Macau Antigo, Cadernos do Oriente).

Quanto aos média *mainstream*, dividimo-los em média do país de origem e média da sociedade de acolhimento.

No caso da comunidade nepalesa, temos os média *mainstream* de Portugal que são usados pelos imigrantes, como os canais televisivos ou os jornais portugueses e os sites com notícias sobre o Nepal e que são acedidos pelos imigrantes também: ekantipur.com, nagariknews.com, nepalnews.com, onlinekhabar.com.

Na comunidade portuguesa, entre os média *mainstream* produzidos no país de origem encontram-se igualmente os jornais portugueses. Entre os média *mainstream* produzidos na região de acolhimento, os média em Cantonês não são incluídos, porque não são usados. Mas os média da região de Hong Kong com conteúdos *mainstream* sobre ambas as regiões, sobre a China, a Ásia e o resto do mundo, mesmo em Inglês, são considerados *mainstream*, porque esta língua é dominada por uma grande percentagem da população e os seus conteúdos não têm um carácter comunitário, étnico, mas sim de interesse para toda a população.

Os média globais distinguem-se pelo seu carácter transnacional. Por exemplo, a CNN é um média *mainstream* ou nacional no contexto norte-americano, mas é também transnacional no contexto português, onde está acessível por televisão satélite, cabo ou pela Internet; a RTP pode ser um média *mainstream* em Portugal, mas o seu canal RTP Internacional, com conteúdos específicos para a diáspora portuguesa em diferentes partes do globo, como o “telejornal Ásia”, é um meio transnacional.

Em todos os casos (média *mainstream*, étnicos ou globais), o acesso pode ser directo ou indirecto. O acesso directo ao meio dá-se quando, por exemplo, o utilizador lê um jornal ou acede ao site desse jornal directamente. O acesso indirecto acontece quando o utilizador acede ao site de um jornal através de agregadores de conteúdos, como o Google Notícias ou redes sociais como o Facebook, onde os média possuem páginas com informação e com

ligações para os seus sites. A classificação do meio em étnico, *mainstream* ou global não se altera pelo facto de o acesso poder ser feito directamente ou indirectamente.

O mesmo acontece com as plataformas utilizadas pelo meio em questão. Se um imigrante português em Macau ler o jornal Ponto Final no seu telemóvel, este meio continua a ser étnico. Independentemente da plataforma ser um computador pessoal, um *tablet* ou um *smartphone*, a classificação do meio permanece.

Quanto à Internet trata-se de um suporte para um meio. O facto de um jornal estar em formato papel ou *online* não altera o seu estatuto como meio étnico, *mainstream* ou transnacional. Assim, a Internet pode servir de suporte aos três tipos de média. No entanto, se para o caso dos meios com conteúdos de um para muitos, como os jornais e a televisão, a classificação é clara e não se altera por ter a Internet como suporte, no caso dos meios com conteúdos de muitos para muitos e dos meios com conteúdos de um para um, a classificação já poderá não ser tão óbvia.

Dentro do caso dos meios com conteúdos de muitos para muitos encontram-se as redes sociais (Facebook, Whatsapp, Wechat) e no caso dos meios com conteúdos de um para um encontram-se as aplicações como o Skype ou o Viber. Nestes casos, como se tratam de aplicações que, ao usarem a Internet como suporte, viabilizam conexões entre comunidades e pessoas residentes em diferentes países, considerámo-las meios transnacionais.

Quadro 9. Usos dos média por tipo de média na comunidade nepalesa

Usos dos média	Mainstream		Transnacionais	Étnicos
	Produzidos no país de acolhimento	Produzidos no país de origem		
<b>Ligação ao país de origem</b>				
Família e amigos no país de origem e no resto do mundo			Telefone fixo e móvel. E-mail, Skype, Facebook.	
Informação sobre o país de origem		Sites nepaleses produzidos no Nepal: ekantipur.com, nagariknews.com, nepalnews.com, onlinekhabar.com.	BBC, CNN, France 24, BBC Nepal. Todos acedidos através das respectivas páginas de Internet.	
Informação sobre a comunidade				Sites nepaleses produzidos em Portugal: sahayatra.com, nepalportugal.com, portonepal.com, ptnepal.com.
<b>Ligação à região de acolhimento</b>				
Informação sobre a sociedade de acolhimento	<p><b>Todos os imigrantes:</b> RTP 1, RTP 2, SIC e TVI: telenovelas portuguesas, concursos televisivos portugueses.</p> <p><b>Imigrantes já estabelecidos:</b> Jornais de distribuição nacional: Público, Correio da Manhã, Diário de Notícias e Expresso; jornal gratuito com distribuição na Grande Lisboa: Metro; e revistas semanais: Sábado e Visão (através dos sites). Canais portugueses de sinal aberto RTP 1, RTP 2, SIC e TVI: noticiários.</p>			Sites nepaleses produzidos em Portugal: sahayatra.com, nepalportugal.com, portonepal.com, ptnepal.com: informação sobre Portugal, nomeadamente sobre instituições ou assuntos relevantes para os imigrantes.

Usos dos média	Tipo de média	<i>Mainstream</i>		Transnacionais	Étnicos
		Produzidos no país de acolhimento	Produzidos no país de origem		Produzidos no país de acolhimento
<b>Ligação à região de acolhimento</b>					
Informação sobre o resto do mundo	<p><b>Imigrantes já estabelecidos:</b> Jornais de distribuição nacional: Público, Correio da Manhã, Diário de Notícias e Expresso; Metro; e revistas semanais: Sábado e Visão (maioritariamente através das dos sites). Canais portugueses de sinal aberto: RTP 1, RTP 2, SIC e TVI.</p>			<p><b>Todos os imigrantes:</b> BBC, CNN, France 24. Todos acedidos através das respectivas páginas de Internet.</p>	
Aprendizagem da língua de acolhimento	<p><b>Imigrantes recentes:</b> Páginas de Internet de jornais portugueses e de canais televisivos de sinal aberto.</p> <p><b>Imigrantes já estabelecidos:</b> Canais portugueses de sinal aberto: RTP 1, RTP 2, SIC e TVI.</p>			<p>Filmes americanos com legendas em Português.</p>	

Quadro 10. Usos dos média por tipo de média na comunidade portuguesa

Usos dos média	Mainstream ou nacionais		Transnacionais	Étnicos
	Produzidos na região de acolhimento	Produzidos no país de origem		
<b>Ligação ao país de origem</b>				
Família e amigos no país de origem e no resto do mundo			Telefone fixo e móvel; E-mail, Facebook, Skype, Whatsapp, Viber, Facetime.	
Informação sobre o país de origem		Imprensa de Portugal: Diário de Notícias, Correio da Manhã, A Bola, Público, I, Expresso, Sábado (sites Facebook). Portal português Sapo. Agência noticiosas portuguesas: Lusa e Iglésia (online). Aplicações para <i>smartphones</i> com notícias de Portugal. Blogues portugueses: Corta-fitas e 31 da Armada. Rádios de Portugal: Antena 1 (online ou através da rádio Macau), TSF, Rádio Comercial (site).	RTP Internacional.	Jornais de Macau em língua portuguesa (papel, sites, Facebook): Hoje Macau, Ponto Final, Tribuna de Macau. Rádio Macau. TDM (canal português).
Informação sobre a comunidade				Jornais de Macau: O Clarim, Hoje Macau, Ponto Final, Tribuna de Macau. TDM: canal português. Rádio Macau. Jornais e revistas de Macau em Inglês (produzidos por membros da comunidade): Macau Daily Times, Macau Business, Closer. Blogues de Macau em Português: O Bairro do Oriente, Macau Antigo, Cadernos do Oriente. Facebook: casinos e agendas culturais.

Usos dos média	Tipo de média	<i>Mainstream</i> ou nacionais		Transnacionais	Étnicos
		Produzidos na região de acolhimento	Produzidos em Portugal		Produzidos na região de acolhimento
<b>Ligação à região de acolhimento (Macau, Hong Kong e Ásia)</b>					
Informação sobre a sociedade de acolhimento	Canais televisivos de Hong Kong, em Inglês: TVB Pearl, ATV World. Noticiários, séries, programas de debate. Jornal de Hong Kong em Inglês: South China Morning Post. Jornal oficial do governo chinês, em Inglês: China Daily. Blogues em Mandarim.				Jornais de Macau em Português: O Clarim, Hoje Macau, Ponto Final, Tribuna de Macau. Canal da Televisão de Macau (TDM) em língua portuguesa Rádio Macau, em Português Jornais e revistas de Macau em Inglês (produzidos por membros da comunidade): Macau Daily Times, Macau Business, Closer. Blogues de Macau em Português: O Bairro do Oriente, Macau Antigo, Cadernos do Oriente. Facebook: páginas de associações, agendas culturais e casinos.
Informação sobre o resto do mundo	Canais televisivos de Hong Kong, em Inglês: TVB Pearl, ATV World. Noticiários, séries, programas de debate. Jornal de Hong Kong em Inglês: South China Morning Post.	Jornais de Portugal.		Canais televisivos internacionais, em diversas línguas: CNN, BBC, Al Jazeera, TV 5 Monde, RAI, Russian Television. Páginas de jornais, revistas e agências noticiosas internacionais	
Aprendizagem da língua de acolhimento	Canais de televisão chineses: telenovelas em Mandarim; outros programas com legendas.			Skype: para aulas particulares com professores que não residem em Macau.	

## CONCLUSÕES

O objectivo desta investigação foi contribuir para o conhecimento sobre os usos dos média e a importância da língua de acolhimento na integração de imigrantes.

Vimos que a estratégia de integração implica um desejo por parte dos indivíduos de manterem e afirmarem os seus laços com o país e a cultura de origem e, simultaneamente, um desejo de conhecerem, participarem e serem reconhecidos pela sociedade de acolhimento (Berry & Sam, 2001 e 2006). Neste âmbito, a língua de acolhimento surge como um factor crucial. O seu conhecimento poderá facilitar a participação na nova sociedade, mas o seu desconhecimento poderá constituir uma barreira a uma boa adaptação, tornando os imigrantes mais dependentes e mais vulneráveis (Grosso, Tavares, & Tavares, 2008, p. 5). Seguindo Bourdieu (1991), um imigrante, ao aprender a língua de acolhimento, adquire uma forma de *capital social*, neste caso o *capital linguístico*, que lhe permite ter melhores condições para se mover dentro da sociedade que o acolhe. Quanto maior for este seu capital, mais apto estará para explorar o sistema de diferenças em seu próprio proveito e assegurar um *capital de distinção* (Bourdieu, 1991).

Nesta tese começámos, no primeiro capítulo, por fazer uma contextualização dos fluxos migratórios a que se seguiu um enquadramento teórico de cada um dos temas em análise. O segundo capítulo foi dedicado aos conceitos de *integração* (Berry & Sam, 2001 e 2006) e de *capital linguístico* (Bourdieu, 1991). O terceiro enquadrava teoricamente este estudo no âmbito dos estudos sobre minorias enquanto audiências activas dos média e na perspectiva da teoria dos *Usos e Gratificações* (Katz, Blumler, & Gurevitch, 1974), em que são considerados os contextos sociais do uso dos média e as diferentes motivações para o uso de diferentes média e de diferentes conteúdos. A segunda parte da tese foi dedicada às orientações metodológicas da pesquisa empírica e aos seus resultados.

### **Percursos migratórios**

Comum aos dois grupos em análise foi um desejo de melhoria de vida, de encontrar nas novas sociedades de acolhimento emprego, ou um melhor emprego, mais de acordo com as qualificações de cada um ou, mesmo que tal não tivesse sido possível, mais bem remunerado, que permitisse progredir financeiramente. Para os pioneiros, os que partiram

primeiro, a motivação principal foi esta. Para os que se lhes seguiram, as razões pessoais estiveram muitas vezes na base da mudança, um reagrupamento familiar, quer tenha sido apenas do casal quer tenha sido de toda a família.

Para ambos os países de origem das comunidades, os destinos tradicionais de emigração estão a mudar. Como explica Nath (2009), devido à mudança nas políticas de emigração e a emergência de oportunidades em outros lugares, os destinos dos nepaleses estão a mudar do sul e sudeste da Ásia para o médio oriente e Europa. Embora possa levar algum tempo até que novos padrões se estabeleçam, as redes de migração desempenham um papel importante na definição de destinos de emigração nepalesa. Foi o que verificámos também na comunidade nepalesa de Portugal. Ainda com a situação de crise que se vive no país, a comunidade continua a aumentar o que - tal como no estudo de Nath (2009) sobre a comunidade nepalesa nos Estados Unidos - se pode dever ao sucesso das redes de emigração, que abrem caminho a outros migrantes. Neste campo, não só os membros da comunidade nepalesa de Portugal a consideram coesa e com um espírito de interajuda - o que pode justificar a escolha deste país em detrimento de outros na Europa, embora a provável ideia de que noutros países europeus não seja tão fácil conseguir a residência também seja um forte elemento justificativo. Também, como vimos, a Non Resident Nepalese Association, a quem todos estão associados, assume um papel muito activo na recepção e enquadramento destes imigrantes na sociedade local.

Depois vêm as possibilidades de futuro. Não basta no curto prazo ter boas perspectivas; para a maioria dos imigrantes entrevistados, poder permanecer no destino é algo que também levaram em conta. No caso dos nepaleses existia a ideia de que em Portugal seria mais fácil conseguir o visto de residência e, conseqüentemente, viver ali com mais estabilidade. Em Macau, a boa situação económica da região e as ofertas profissionais para pessoas qualificadas permitem aos imigrantes portugueses pensar numa vida mais estável e com mais regalias do que teriam possivelmente num Portugal em crise.

Assim, a ideia de regresso em ambos os casos é pouco definida. Está directamente ligada a dois factores: perspectivas pessoais e profissionais na região de acolhimento e grau de integração. Quanto ao primeiro, os nepaleses vêm no seu próprio sucesso ou no sucesso alcançado pelos seus compatriotas em Portugal, nomeadamente no negócio da restauração, um exemplo de que é possível prosperar no país. Para os portugueses, o que perspectivavam em termos profissionais quase sempre se concretiza, ou seja, desde que sejam qualificados,

obtêm uma proposta de emprego, mesmo que não a ideal logo no início, mais ou menos rapidamente, e que permite uma situação estável no território pelo menos durante dois anos.

### **Integração e (re)construção identitária**

A pergunta que os imigrantes colocam a si mesmos é: como lidar com a manutenção da herança cultural e identitária e com a construção de relações entre os grupos – nós e os outros, comunidade cultural e comunidades locais? Em todos os imigrantes, mesmo os que se dizem não integrados, existe um interesse tanto na manutenção da sua cultura original como nas interações diárias com outros grupos; desejam manter um certo grau de integridade cultural, enquanto procuram participar como parte integrante da rede social mais abrangente. Ou seja, na sua construção identitária enquanto indivíduos procuram afirmar elementos pertencentes à sua cultura de origem e à nova cultura de destino.

### **Cultura de origem**

A transição necessária, a alteração de comportamentos no repertório de cada um, que envolve tanto o abandono de alguns elementos da sua cultura como a aprendizagem de elementos de outras, não acontece para todos da mesma forma. E aqui percebemos uma diversidade de alterações: umas são tomadas pela própria vontade de cada indivíduo; outras são necessárias à adaptação à nova sociedade e, como tal, o indivíduo tem de as tomar para se integrar; outras, ainda, vão acontecendo imperceptivelmente ao longo do tempo de permanência na sociedade de acolhimento. O grau de manutenção cultural ou de incorporação de elementos culturais existentes na sociedade de acolhimento dita o grau de integração.

Neste âmbito percebemos que a maior ou menor facilidade de acesso ao país de origem também condiciona o nível de integração atingido. Isto porque se, mesmo vivendo numa sociedade muito diferente, conseguem ter em paralelo uma vida mais próxima à que tinham na origem, a própria necessidade de integração é menor. Esta constatação foi feita na comunidade portuguesa e envolve vários elementos.

Primeiro, em Macau, pelo facto de a região ter sido administrada por Portugal até muito recentemente, a forma de vida adoptada pelos portugueses no território durante o período de administração portuguesa e que procurava ser feita à imagem do que acontecia em

Portugal, ainda pode ser mantida em muitas áreas, que vão desde as leis, à utilização do Português no funcionalismo público, às tabuletas com indicações em Português que se vêem no território.

Segundo, pelo poder económico que os elementos desta comunidade conseguem ainda alcançar por trabalharem em Macau podem, se quiserem, viajar para países onde podem ter mais contacto com elementos da cultura ocidental ou mesmo para Portugal. Alguns dos imigrantes vão a Portugal, no mínimo, duas vezes por ano.

Terceiro, as possibilidades oferecidas pelas novas ferramentas mediáticas. No passado, em que a carta era o meio de comunicação mais comum, entre o envio e a resposta passava pelo menos um mês, e o telefone era mais caro e seria inviável estabelecer conversas quer em termos de duração quer de frequência como as que são possíveis estabelecer hoje. O mundo está mais próximo. Em especial os média transnacionais e a Internet, em que se incluem as aplicações de comunicação como o Skype ou o Whatsapp, permitem sentir uma proximidade entre os membros da diáspora, entre a família e os amigos, que não seria possível há apenas dez anos. Não só existem mais aplicações deste género, como os suportes são também eles mais diferenciados. Mais interessante ainda é verificar que, em apenas dois anos, o período de tempo que passou entre a investigação na comunidade nepalesa e a investigação na comunidade portuguesa, a referência ao uso dos *smartphones* foi muito mais frequente na segunda comunidade. Poderá dever-se a um maior poder económico por parte dos elementos desta comunidade para adquiri-los, mas julgamos que tal se deve sobretudo à velocidade com que os produtos tecnológicos atingem a fase de maturação e, consecutivamente, se tornam mais baratos e o seu uso mais banalizado.

Todos estes factores elevam as experiências de transnacionalização a uma nova dimensão. As fronteiras culturais atenuam-se e a construção identitária dos que migram é enriquecida por elementos não só das culturas de origem e de destino, mas de todas as outras com as quais contacta, o que também acontece com indivíduos que nunca emigraram, mas que têm hoje a possibilidade de estabelecer relacionamentos pessoais e profissionais com pessoas no estrangeiro. As redes sociais, como o Facebook ou o LinkedIn, apoiadas por funcionalidades que permitem comunicar e ver o “outro”- estrangeiros residentes no resto do mundo -, tornam-no mais próximo, mais acessível. Nesta ligação ao resto do mundo e na busca de se manterem informados sobre outros países, os imigrantes entrevistados nas duas comunidades referem em comum as grandes cadeias televisivas internacionais, como a CNN ou a BBC, que vêm através da televisão ou *online*.

Porém, as novas possibilidades que a tecnologia e os média oferecem podem atenuar as “dores da adaptação”, porque fomentam uma maior ligação ao país de origem, mas é exactamente por este motivo que o grau de integração atingido pelo imigrante, que implicaria uma maior adopção dos elementos singulares, únicos da cultura de destino, poderá ser menor.

No caso da comunidade nepalesa, a manutenção dos laços com a cultura de origem não é tão acessível. Em especial os imigrantes mais recentes ainda não construíram uma base que lhes permita ter uma capacidade financeira para viajarem frequentemente para o Nepal. O estado de desenvolvimento e de propagação das tecnologias nesse país, nomeadamente da Internet, ainda não é suficiente para permitir contactos tão fáceis. Como refere também Alvord (2011), embora todos os imigrantes em foco na sua pesquisa, tal como na nossa, usem a tecnologia para se “conectarem” a casa, as diferenças em termos de acesso e de infra-estruturas têm consequências. No Nepal as infra-estruturas existentes não são as mesmas que existem em países mais desenvolvidos tecnologicamente, como os Estados Unidos da América e Portugal, e podem dificultar o contacto com os familiares e amigos, tornando o processo mais lento. Mesmo para os que possuem família em áreas metropolitanas, como Kathmandu, embora tenham afirmado que as mesmas possibilidades que existem em Portugal existem no Nepal, o preço do serviço, a morosidade e a electricidade pouco fiável continuam a dificultar a comunicação. Estas limitações afectam os laços psicológicos e emocionais em relação ao país origem.

Uma das formas que têm de manter estes laços, mesmo com a dificuldade de comunicação com a família e amigos no Nepal, é manterem-se informados sobre o país. Tal como verificou também Alvord (2011) no seu estudo, estarem ao corrente de notícias e eventos passados no país de origem representa uma forma de sustentarem as suas identidades híbridas. No âmbito do uso das novas tecnologias, a visualização de televisão satélite mostrou-se bastante comum, mas muitos imigrantes no seu estudo viam canais televisivos do seu país através da Internet. Além de procurarem entretenimento, procuravam também os noticiários. Apesar de em muitos casos haver uma compartimentalização das duas vidas, Alvord apurou que os média estavam a ajudar os imigrantes a lidar com as dualidades que a sua vida lhes impunha.

Conclusões muito similares recolhemos também do nosso estudo. Os imigrantes nepaleses entrevistados procuram manter-se informados sobre o país de origem, o que lhes permite manter e cultivar os laços que possuem com ele. Para este efeito utilizam jornais

*online* produzidos no Nepal e os média transnacionais, onde além de informação sobre o Nepal, procuram informação sobre o resto do mundo.

### **Cultura de acolhimento**

Quanto à participação na sociedade de acolhimento, as alterações mais visíveis encontraram-se na comunidade nepalesa. A mudança na forma de vestir revela não só um desejo de adquirir elementos culturais do país de destino. Mais do que isso, sendo a forma de vestir um rótulo, uma declaração de identidade, é das maiores mudanças que um imigrante pode fazer porque implica, como vimos nos resultados, um conflito em relação à cultura de origem, e traduz-se num forte desejo de integração, de se imiscuir na cultura local, passar despercebido entre os demais, diluir-se na paisagem e ser visto com um “igual” e não como o “outro”.

Todavia, não podemos concluir que, por quererem afirmar valores da cultura de destino, reneguem a de origem. Na estratégia de aculturação que adoptam – integração - a extensão da mudança individual resulta de um natural desejo de adaptação, mas não significa que não mantenham outros elementos da cultura de origem. Verificámos que o fazem quanto às práticas religiosas, quanto ao que comem e a outros hábitos da vida quotidiana, que podem ser mantidos apenas dentro da comunidade ou não, como o falar Nepalês com os familiares e amigos nepaleses e Português com os restantes.

### ***Comunidade cultural na sociedade de acolhimento***

Para o desejo de manutenção dos laços com a comunidade cultural dentro da sociedade de acolhimento contribuem o sentimento que os imigrantes nutrem por ela, a forma com a vêm e a forma como procuram manter-se informados sobre ela.

No caso da comunidade nepalesa em Portugal, o sentimento geral que ouvimos é que se trata de um grupo coeso, que se interajuda. Isto faz com que os imigrantes se sintam bem, vejam na sua comunidade um porto seguro de onde partem para interagir com a sociedade mais vasta e onde podem regressar em busca de conforto.

Quanto à comunidade portuguesa em Macau, o tratar-se de uma comunidade muito pequena, que tem vindo a aumentar nos últimos anos, tem efeitos a vários níveis.

Primeiro, na sua identidade, já que inerente a este conceito está a ideia de permanente construção. Quando a uma identidade colectiva, de grupo, se juntam novos elementos, os reflexos nas identidades individuais dos membros já existentes e na identidade da comunidade como um todo são óbvios. Foi o que notámos. A comunidade portuguesa, à semelhança do que acontece com Macau, tem passado desde 1999 por transformações que resultam da nova conjuntura da região - que passou de um governo português a um governo chinês e que liberalizou o negócio do jogo. Essa comunidade reflecte também a conjuntura europeia e a portuguesa em especial – de crise económica. A identidade da comunidade está em redefinição. Mais do que se classificar como uma comunidade tradicionalmente fechada ou recentemente se vir tornando uma comunidade que tenta uma nova maneira de estar na sociedade local, visando uma maior integração, a comunidade portuguesa é um pilar identitário de Macau, e simultaneamente, a sua identidade tem como fundamento o seu papel histórico no território.

A identidade da comunidade portuguesa de Macau tem sofrido alterações pelo posicionamento relativamente a Macau, por não ser mais a que governa a região, e por os novos elementos já não serem apenas quadros superiores da função pública, mas também pessoas com qualificações mais diversificadas. Classificá-la identitariamente não nos cabe fazê-lo nem mesmo identificar um elemento que se destaque na sua essência. Apenas podemos afirmar que o seu papel em Macau está ligado à própria manutenção identitária da região, por sua vez ligada a um passado português de onde ainda emanam valores e costumes ligados a essa forma de vida.

Outro dos efeitos de ser uma comunidade pequena, numa região também ela de pequenas dimensões geográficas, é a sensação de claustrofobia que os imigrantes portugueses experimentam, por se sentirem de alguma forma controlados por ela, fechados até pela impossibilidade de contactar com as principais comunidades locais, devido ao desconhecimento das línguas chinesas. Por outro lado é, tal como no caso da comunidade nepalesa, coesa e é nela que buscam conforto, um porto seguro, em especial nos primeiros tempos de adaptação a Macau.

Embora a comunidade à qual pertencem possa servir de suporte e de conforto aos imigrantes, em especial no caso da comunidade nepalesa, por não lhe ser possível uma manutenção tão intensa dos laços com o país e a cultura de origem - e sentindo-se por isto mais longe de casa - é necessariamente maior o esforço que faz para se integrar na sociedade

de acolhimento, não só pela necessidade de sobrevivência e de encontrar emprego, mas também para construir novos laços sociais e afectivos.

### *A sociedade de acolhimento*

O desejo de afirmação de traços culturais do destino passa pela valorização dos hábitos e costumes das comunidades locais, daí que a forma como os imigrantes vêem a sociedade de acolhimento - que neste caso passa a ser o “outro” - seja também importante na estratégia de integração.

A comunidade nepalesa, de maneira geral mas em especial os membros que residem há mais tempo em Portugal, gosta de viver no país e vê os portugueses como pessoas afáveis e honestas. Todos os imigrantes nepaleses manifestaram interesse por se manterem informados sobre a cultura de acolhimento, quer no que respeita a hábitos e costumes quer no que respeita a informação sobre o que acontece no país.

Quanto à comunidade portuguesa em Macau, a forma como vê as comunidades locais parece estar fortemente condicionada pelo facto de a grande maioria dos seus membros não saber falar Cantonês nem Mandarim e pelas próprias circunstâncias históricas do domínio português sobre esse território, que a coloca numa posição particular em termos de capital linguístico e necessidade de o alargar. Julga essas comunidades locais como sendo fechadas quando o que verificamos é o próprio fechamento destes imigrantes na sua própria comunidade. A dificuldade em aprender línguas tão distantes da sua língua materna e a evidência de que não é preciso sabê-las para conseguir um emprego contribuem para este ciclo vicioso. Não aprendem porque é difícil e moroso – ficam limitados a falar com membros da comunidade ou das outras comunidades através da língua franca, o Inglês – não conhecendo melhor as comunidades locais sentem-nas fechadas - como pensam não haver abertura para conhecê-las melhor e à respectiva cultura, cujos hábitos consideram muito peculiares, não cultivam o interesse pela aprendizagem das línguas e investem o seu tempo noutras actividades.

Ainda assim, a maioria manifestou interesse por se manter informada sobre a sociedade de acolhimento, até porque tal é facilitado pela existência de média étnicos em línguas portuguesa e inglesa em Macau e pelos média da região vizinha Hong Kong.

### *A língua de acolhimento*

A língua de uma sociedade de acolhimento, sendo um dos principais pilares identitários de uma cultura, é o elemento mais importante a ser adquirido no processo de integração. Dada a sua importância, pode ser o principal facilitador se os imigrantes a souberem falar, mas também a principal barreira se não conseguirem. Na aprendizagem de qualquer língua a motivação e o tempo são os factores que mais determinam o sucesso ou insucesso desse empreendimento.

Entre os oito nepaleses entrevistados, cinco sabem falar Português e três estavam à época das entrevistas a aprender (anexo 1). Destes três, dois estavam em Portugal há cerca de três meses e uma há dois anos, tendo conhecimentos elementares da língua. Dos que aprenderam, apenas uma imigrante recorreu a um curso formal. Os outros aprenderam com recurso a métodos próprios e conseguiam falar com um nível entre o razoável e o muito bom, como no caso do imigrante mais antigo. A principal motivação para a aprendizagem da língua revelou-se ser o desejo de se empregarem.

No caso da comunidade portuguesa, como revelámos, dos 29 entrevistados, apenas um, filho de mãe chinesa e pai português, fala bem Cantonês, mas não sabe escrever. Dos que dizem saber falar, apenas possuem conhecimentos elementares da língua, mas também não sabem escrever. Apenas um dos imigrantes possui competências na escrita e na fala de Mandarim, porém, apenas razoáveis. Ainda assim, todos estavam empregados ou em vias de o conseguirem, numa sociedade em que apenas 2,7 por cento da população fala Português, entre estes os 0,3 por cento que o têm como língua materna, valores que expressam bem as particularidades desta experiência migratória.

Tal como referido pelos nossos entrevistados, mesmo que o Cantonês seja falado pela grande maioria da população não é necessário saber falar a língua para, mais do que sobreviver, viver e trabalhar em Macau. Consequentemente, sendo a sobrevivência no país de acolhimento uma das principais motivações para a aprendizagem da língua, este é um factor que se exclui. Com alguma motivação poderiam aprender a língua, ainda que mais lentamente. De facto, todos já encetaram algumas tentativas para aprender e os que desistiram pensam em retomar. As principais razões apontadas para a desistência são a dificuldade em aprender uma língua tão diferente e a falta de tempo.

Sublinhamos que para as duas comunidades em estudo as respectivas línguas de acolhimento, Português e Cantonês, relativamente às línguas de origem, possuem uma raiz muito diferente e para ambas as comunidades as diferenças culturais entre a origem e o destino são substanciais. Como vimos, a dificuldade em afirmar e manter os laços com o país de origem e o facto de a língua portuguesa ter um peso muito maior nas possibilidades de sobrevivência dos nepaleses em Portugal quando comparada com o Cantonês para os portugueses em Macau, constituem factores determinantes do maior grau de integração dos nepaleses.

Se os portugueses saem de um país em crise, os nepaleses saem de um país que passou por 12 anos de guerra e onde os conflitos sociais e políticos ainda se mantêm. À chegada a Portugal, estes imigrantes possuem pouca informação sobre o país. Além disto, muitos chegam com vistos de turismo e necessitam de regularizar a sua situação. Para tal um contrato de trabalho é fundamental. Não sabendo falar Português, a sua situação agrava-se. Começam então a aprender a língua, recorrendo a cursos gratuitos e que não exijam uma situação regularizada. Alguns são já oferecidos pelo Alto Comissariado para a Imigração ou em parceria com este. Entretanto, o apoio da comunidade é crucial, pois sem saber Português é dentro desta que procuram trabalho. Na observação feita junto da comunidade, verificámos que os negócios nepaleses empregam outros nepaleses. Finalmente, quando conseguem empregar-se, deixam de ter tempo para frequentar os cursos, já que o horário extralaboral dos restaurantes não coincide com os dos cursos. Assim, muitos aprendem por si próprios. Neste percurso, acabam por se fechar dentro da comunidade, por trabalharem para outros membros e por não terem o conhecimento suficiente de Português para criarem relações sociais com portugueses, embora manifestem o desejo de o fazer.

Comparando o que acontece na comunidade nepalesa em Portugal com o que acontece na comunidade portuguesa em Macau, verificamos que na primeira a língua de acolhimento tem um enorme papel na integração, na segunda essa importância é bem menor.

Poderemos então concluir que a língua de acolhimento é fundamental na integração?

Teremos de ter presentes particularidades do contexto de Macau e do que entendemos por integração. Nesta investigação adoptámos a definição de Berry & Sam (2006) em que, para se possa dizer que a integração é a estratégia de aculturação adoptada pelo imigrante, este tem de demonstrar um interesse pela afirmação dos valores das duas dimensões culturais da sua identidade, a cultura originária e a de acolhimento. Como vimos, isto é feito por ambas

as comunidades. Quanto à língua, o facto de ela ter uma menor importância para a comunidade portuguesa de Macau não permite concluir que não tenha para a generalidade das comunidades imigrantes. Numa análise à situação profissional dos imigrantes portugueses e ao mercado de trabalho de Macau, verificamos que na nossa amostra existem muitos elementos que trabalham para a função pública onde falam Português, alguns são professores e falam Português ou Inglês nas suas aulas, outros trabalham para empresas em que o Inglês é a língua de comunicação, como casinos ou *ateliers* de arquitectura, ou então trabalham para outros portugueses. Assim, a própria conjuntura relativa a emprego a par das elevadas qualificações dos imigrantes portugueses, que em muitos casos não são substituíveis por um local, permite-lhes não ter de saber a língua de acolhimento para se integrarem. É, mais uma vez destacamos, um contexto distinto de migração, com semelhanças com a deslocação de profissionais qualificados de países europeus ou norte-americanos para outros países, sem terem necessidade de aprender a língua local.

Podemos dizer que no caso dos nepaleses a posse de capital linguístico (Bourdieu, 1991) é mais importante do que para os imigrantes portugueses.

No âmbito da aprendizagem das línguas de acolhimento, os média revelam-se úteis em especial nos casos em que já há um conhecimento razoável da língua. No caso da comunidade portuguesa em Macau são pouco utilizados, porque na maioria dos casos essa pré-condição não se verifica, pelo que estes imigrantes preferem na maioria recorrer a aulas em grupo ou particulares. No caso dos imigrantes nepaleses, com um nível de língua superior, recorrem a ferramentas *online* para tradução, vêem telenovelas portuguesas, fáceis de seguir e que dentro do contexto de uma história do quotidiano lhes permitem alargar o léxico. Os filmes legendados são outro dos meios. Normalmente em língua inglesa, que todos sabem falar, possuem as legendas em Português. Estes meios em conjunto apresentam-se como eficazes no auxílio ao processo de aprendizagem que estes imigrantes criam para si.

### **Os usos dos média na integração**

A revisão de literatura mostrou que as audiências constituídas por imigrantes dividem a sua atenção entre os média étnicos, *mainstream* e transnacionais. Dependem dos meios de comunicação transnacionais para partilha do seu sentido de identidade, mas os contextos locais e nacionais onde vivem, em que actuam média étnicos e *mainstream*, são igualmente importantes para a construção identitária destas comunidades (Georgiou, 2005).

### **Média étnicos e mainstream**

Estes média são encarados como diferentes na sua essência. Os média étnicos são interpretados pela ideologia dominante (e assimilacionista) como potencialmente perpetuadores de diferenças identitárias enquanto os média da maioria ou *mainstream* são encarados como “integradores” (Carvalheiro, 2008).

No estudo feito por Isabel Salim (2008) a autora colocava a questão:

“Os meios de comunicação étnicos ajudam no acesso à informação e adaptação dos imigrantes, podendo também ajudar no processo de integração, ou, pelo contrário, fecham a comunidade imigrante sobre ela mesma, diminuindo as possibilidades de integração e adaptação?” (Salim 2008, p. 81)

A resposta ia no mesmo sentido da de autores como Wood & King (2001), que consideram que os média étnicos tanto podem ajudar os imigrantes a sentirem-se em casa nos seus países de destino - servindo de meio de aprendizagem sobre a nova sociedade e sobre as formas como se podem adaptar a esta - como podem contribuir para atrasar o seu processo de integração, ao promoverem o fechamento dos imigrantes dentro da sua comunidade. Ou seja, as conclusões dependem de outros factores. Como explica Carvalheiro (2008), o uso dos média não deve ser encarado como consumo em sentido restrito, mas também como prática. Por isso, não basta perguntar “que” produtos se consomem, também é preciso considerar “como” são consumidos. Ignorar a articulação dos média com outros factores resulta num “mediacentrismo” fatal para a compreensão das identidades étnicas. No nosso estudo procurámos saber não só que média os imigrantes usam e como. Procurámos também conhecer os seus percursos migratórios, como se processa a sua integração, a sua ligação às culturas de origem e de destino e qual a importância da língua de acolhimento.

As duas comunidades que estudámos têm em comum o facto de serem originárias de culturas muito distantes da cultura de acolhimento e de serem pequenas relativamente ao universo da sociedade de acolhimento. De diferente têm o nível de desenvolvimento do país de origem, as qualificações dos membros da comunidade e a relação de cada comunidade com a região de acolhimento. A comunidade portuguesa está em Macau há cerca de 500 anos e administrou o território até recentemente; a comunidade nepalesa está em Portugal há cerca de 20 anos e não tinha qualquer relação anterior com o país.

No entanto, como vimos ao abordar o tema *integração e re(construção) identitária*, esta relação com o território, ao contrário do que poderia ser expectável, tem muito menos

impacto no grau de integração do que a posse de *capital linguístico* e de *capital de conhecimento*. No caso da comunidade nepalesa o conhecimento da língua de acolhimento verificou-se ser fundamental na integração; no caso da comunidade portuguesa o seu capital de distinção compreende as suas qualificações profissionais diferenciadas e a particularidade de a língua portuguesa ser uma língua com poder naquele contexto. Quanto aos *usos dos média* verifica-se o mesmo. O tipo de média usado tem menos impacto na integração do que a posse de capital linguístico e de capital de conhecimento. Nestes dois contextos, a ideia de que os média étnicos são perpetuadores de diferenças identitárias e de que os média *mainstream* são integradores não se verificou.

As razões que explicam esta conclusão devem-se, em primeiro lugar, ao facto de que as respectivas sociedades de acolhimento adoptam uma estratégia pluricultural e não assimilacionista; em segundo lugar, porque o uso dos média está condicionado pelo conhecimento das línguas de acolhimento.

No caso da comunidade nepalesa verificamos que os média étnicos usados são os sites nepaleses produzidos em Portugal. A forma como esse uso é feito vai no sentido de obter informação sobre o país de origem, mas sobretudo para obter informação na língua de origem sobre a sociedade de acolhimento, o que revela um sentido de integração e não de separação ou fechamento. No caso da comunidade portuguesa acontece o mesmo. Os média étnicos usados são os jornais e revistas em Português ou produzidas por portugueses, o canal Português da TDM, e a rádio Macau. O seu uso vai no sentido da obtenção de informação, na língua de origem ou em Inglês, não só relativa à comunidade mas também informação *mainstream*, ou seja, do que acontece na sociedade de Macau como um todo. Esta constatação vai ao encontro do que diz Georgiou (2005):

“[Os média étnicos] adoptam o papel de mediadores entre a informação *mainstream* e as comunidades imigrantes.”

Quanto ao uso dos média *mainstream*, verificamos que, na comunidade nepalesa, os média *mainstream* usados são principalmente os canais televisivos de sinal aberto e os jornais diários de distribuição nacional. A forma como os usam está condicionada pelo conhecimento que os imigrantes já possuem de Português. Os que ainda não possuem conhecimentos razoáveis da língua visualizam, por exemplo, concursos televisivos e observam a forma de vestir e o comportamento dos concorrentes. Os que possuem mais conhecimento da língua, além de concursos, vêem também telenovelas, em que além de gestos, forma de vestir e

outros hábitos culturais, procuram aprimorar o conhecimento da língua. Além disto, procuram informação noticiosa sobre Portugal, o que sugere um interesse pela cultura de acolhimento.

Na comunidade portuguesa em Macau, o uso dos média *mainstream* também é condicionado pelas línguas de acolhimento. O desconhecimento das línguas chinesas faz com que não usem média em Cantonês e Mandarim, escolhendo os média em Inglês. Nestes procuram sobretudo informação sobre a região de acolhimento, em que se inclui não apenas Macau, mas também Hong Kong, o resto da China e outros países asiáticos.

Nas duas comunidades, ambos os meios, étnicos e *mainstream*, indicam, assim, a adoção de uma estratégia de integração.

### **Média transnacionais**

Os estudos sobre os média transnacionais evidenciam o seu papel na manutenção dos laços entre as comunidades imigrantes e os respectivos países de origem (Elias & Lemish, 2006, 2008) e a relevância das TIC, em especial da Internet, na concretização de aspirações migratórias, ao ser utilizada para explorar o mundo, procurar oportunidades, informações, contactos e novas ideias (Burrell & Anderson, 2008).

Na nossa investigação verificamos que, em ambas as comunidades, os média transnacionais, aqui incluindo os média nacionais acessíveis pela Internet, são utilizados na manutenção de laços com o país de origem. Na comunidade nepalesa, os média utilizados são sobretudo as cadeias televisivas transnacionais, como a BBC e a CNN, onde procuram informação sobre o Nepal. A BBC tem um canal só com informação sobre este país. A forma de acesso é através dos respectivos *sites* de Internet. Estes mesmos meios são utilizados para obterem informação sobre o resto do mundo.

Na comunidade portuguesa, os *mass media* (com conteúdos de muitos para muitos) também são usados quer para obter informação sobre o país de origem, e neste caso o principal é a RTP Internacional – quer para obter informação sobre o resto do mundo, em que os meios referidos são os apontados pela comunidade nepalesa. A diferença é que na comunidade portuguesa o acesso é feito sobretudo através de televisão por cabo e TDT.

Alguns membros desta comunidade além de média transnacionais ocidentais utilizam também os asiáticos, como alternativa à agenda mediática ocidental. As cadeias Al Jazeera e

a Russian Television e os jornais China Daily do governo chinês e os média de Hong Kong são exemplos. Mais do que notícias sobre o que se passa especificamente nas regiões de onde são transmitidos, procuram informação alternativa a acontecimentos de interesse internacional, que são também transmitidos em meios ocidentais. Fazem-no conscientemente, tendo a noção que a verdade dos factos, se se quiser alcançá-la, está algures no equilíbrio entre os dois, porque os meios asiáticos também eles têm os seus próprios interesses e seguem as suas próprias agendas influenciadas pelos respectivos governos.

Quanto aos novos média transnacionais, com formato de um para um ou de muitos para muitos, são utilizados para contactar familiares e amigos, quer estejam no país de origem quer estejam noutra país. A presença de conhecidos em outros países, a busca de notícias sobre outros países, e a procura de oportunidades de emprego no resto do mundo, através das redes sociais como Facebook e LinkedIn, fazem com que as experiências de transnacionalismo ultrapassem as barreiras do país de origem e do país de destino. Esta constatação vai ao encontro da trajectória referida por Burrell & Anderson no seu estudo de 2008, que salientava o facto de o uso das TIC pelos imigrantes em foco não se integrar no quadro conceptual definido pelo transnacionalismo, o qual é estruturado com base na premissa de que o horizonte social dos imigrantes se limita ao país de origem e ao país de acolhimento. No nosso estudo de 2013, verificámos que as plataformas móveis utilizadas - que não são referidas pelos autores, pois em 2008 a principal era o computador pessoal (PC) - são muito mais variadas. Além do computador são mencionados os *tablets* e os *smartphones* e a diversidade de aplicações um para um é também muito maior.

### **Aprendizagem da língua de acolhimento**

Se, por um lado, verificámos que o acesso aos média *mainstream* é condicionado pelo conhecimento da língua de acolhimento, por outro lado o seu uso na aprendizagem da língua também é ele próprio condicionado pelo nível de domínio já adquirido.

Assim, na aprendizagem de línguas com raízes muito diferentes das da língua materna, o uso dos média entre imigrantes revelou-se pouco eficaz quando o conhecimento da língua ainda é parco. Apenas para os imigrantes com conhecimentos razoáveis ou bons da língua - e nesta situação só encontramos um - se revelou útil e mesmo assim apenas com o acompanhamento de um tutor. As aplicações para *smartphones*, como por exemplo dicionários e outras para auto-estudo, são úteis também nestes casos.

Para os que possuem conhecimentos médios da língua - e nesta situação encontrámos os casos de imigrantes que aprenderam Cantonês na infância e na adolescência - ver programas com legendas em Inglês ou em Português pode ajudar, mas é sobretudo útil para criar uma habituação às tonalidades das línguas e para observar hábitos e costumes chineses. Nestes casos, os CD com textos e palavras ajudam especialmente na aquisição de consciência para os tons. Cursos na Internet não são eficazes se não existir em paralelo a frequência de aulas, em grupo ou particulares, ou a existência de alguém que possa decifrar o que se está a ver e a ouvir e corrigir os tons. Para todos os níveis, as aulas via Skype podem ser úteis, pela disponibilidade de horários e acesso a um maior leque de professores, que não só os existentes em Macau.

De seguida, sistematizamos os pontos comuns encontrados entre as duas comunidades.

**Quadro 11. Pontos comuns**

<b>Percursos migratórios</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Motivação para migrar: desejo de melhoria de vida e possibilidades de futuro. Não basta no curto prazo ter boas perspectivas, poder permanecer no destino é algo importante.</li> <li>• Os destinos tradicionais de emigração estão a mudar. Para os nepaleses estão a mudar do sul e sudeste da Ásia para o médio oriente e Europa. No caso dos portugueses, o Reino Unido passou a ser um dos destinos preferidos.</li> <li>• A ideia de regresso aos países de origem é pouco definida. Está directamente ligada a dois factores: perspectivas pessoais e profissionais na região de acolhimento e grau de integração.</li> </ul>
<b>Integração e (re)construção identitária</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desejo de manter um certo grau de integridade cultural e simultaneamente participar na rede social mais abrangente - adoptam uma estratégia de integração.</li> </ul>
<b>Usos dos média</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os média étnicos são usados para obter informação sobre o país de origem e para obter informação na língua de origem sobre a sociedade de acolhimento.</li> <li>• Os média étnicos adoptam o papel de mediadores entre a informação mainstream e as comunidades imigrantes.</li> <li>• O uso dos média <i>mainstream</i> é condicionado pelo conhecimento das línguas de acolhimento e visa a obtenção de informação sobre a região de acolhimento.</li> <li>• Ambos os meios, étnicos e <i>mainstream</i>, indicam a adopção de uma estratégia de integração.</li> <li>• Os média transnacionais são usados para obter informação sobre o país de origem e sobre o resto do mundo. Destacam-se as grandes cadeias televisivas transnacionais.</li> <li>• Os média transnacionais com formato um para um ou muitos para muitos são também usados pelas duas comunidades para contactarem com familiares e amigos.</li> <li>• O uso da Internet eleva as experiências de transnacionalismo, transcendendo os limites do país de origem e do país de destino.</li> <li>• O uso dos média na aprendizagem de línguas com raízes muito diferentes das da língua materna revelou-se pouco eficaz quando o conhecimento da língua ainda é muito parco. As aplicações para <i>smartphones</i>, como por exemplo dicionários e outras para auto-estudo, são úteis nestes casos.</li> </ul>

Os resultados e conclusões apresentados nesta tese não pretendem representar o universo das comunidades em causa. Com este trabalho, procurámos dar uma perspectiva do que acontece em cada uma delas e, através da comparação entre as duas, descobrir o que há de comum entre grupos de origens culturais tão diferentes inseridos em sociedades também elas muito distintas culturalmente. A mais-valia deste tipo de estudos se realizar em dois contextos diferentes é conseguir perceber que conclusões são semelhantes aos dois exactamente por anularem as conclusões específicas de um ou outro contexto (Elias & Lemish, 2006). Na nossa investigação o que foi encontrado de comum às duas comunidades tem potencial para ser generalizável a outras comunidades, já que não leva em conta a origem cultural e o contexto de inserção.

### **Aspectos limitativos e orientações futuras**

Nesta investigação existiram alguns aspectos limitativos que são importantes reconhecer e transmitir para referência em investigações futuras sobre os mesmos temas.

Como referimos logo no início da tese, esta investigação cruza várias áreas de conhecimento – Estudo dos média, Migrações e Língua, estudadas em diferentes disciplinas, como Comunicação, Geografia, Sociologia, Antropologia ou Linguística. Ao utilizarmos uma abordagem interdisciplinar, se por um lado temos a vantagem de oferecer uma visão mais abrangente sobre determinado tema – neste caso a integração de imigrantes – por outro corremos alguns riscos. Assim, o primeiro é podermos cair na dispersão e o segundo é não aprofundar o suficiente cada uma das perspectivas. Tentando ultrapassar estas possibilidades, dividimos a parte de contextualização e enquadramento teórico em três capítulos, cada um dedicado aos temas em análise. Primeiro migrações, depois integração e língua e, por fim, média. Reconhecemos que ao chegar à análise de resultados e conclusões, pendemos para uma análise mais profunda do tema “língua”. Procurámos depois um maior equilíbrio, o que implicou a reescrita dos capítulos. As razões que explicam um maior aprofundamento deste tema julgamos estarem directamente relacionadas com o facto de a investigadora, actualmente, estar a trabalhar nessa área, ou seja, do ensino do Português como língua estrangeira.

O segundo aspecto que identificámos foi o termos trabalhado com duas comunidades muito diferentes. Mais uma vez, existiram vantagens e desvantagens. Ao anularmos os diferentes contextos de inserção das comunidades imigrantes em estudo e as respectivas

origens, tornámos as conclusões da tese potencialmente generalizáveis a outras comunidades imigrantes em contextos e de origens distintas. Contudo, admitimos que trabalhar com duas comunidades tão diferentes também possa conduzir a alguns resultados enviesados, em particular, quando nos referimos à comunidade portuguesa em Macau. É uma comunidade com características especiais, já que até recentemente era a comunidade que governava o território e o seu nível de qualificações permite-lhe uma capacidade de integração que faz com que, por exemplo, ao contrário do que acontece em grande parte das comunidades imigrantes, o conhecimento da língua de acolhimento não seja crucial na integração.

Também os estudos realizados em cada uma das comunidades não foram feitos exactamente da mesma forma. As vantagens foram que o primeiro estudo constitui uma investigação exploratória, conduzida numa amostra mais pequena, cujas experiência e aprendizagem foram utilizadas na segunda. As limitações são que o primeiro estudo, na comunidade nepalesa de Portugal, não teve a mesma profundidade do segundo.

O momento em que as investigações foram conduzidas também não foi o mesmo. A vantagem é poder ver a evolução entre 2010 e 2013, o que foi notório relativamente ao uso de novas tecnologias, mas limita a comparação entre as duas comunidades, já que não fica claro se o uso de tecnologias mais avançadas e caras pela comunidade portuguesa de Macau se deve ao seu poder financeiro ou se se deve ao facto de essas mesmas tecnologias não estarem tão acessíveis em 2010.

No estudo conduzido na comunidade portuguesa de Macau existiriam alguns aspectos específicos. Primeiro, a investigadora pertencer à comunidade. Aquando do trabalho de campo, a futura permanência da investigadora em Macau ainda não era garantida e a data de chegada ao território ainda era recente, o que permitiu um distanciamento em relação ao objecto de estudo. A vantagem foi que o acesso à comunidade foi fácil. No entanto, a fase de análise de resultados e escrita das conclusões já foi feita depois de a investigadora ter começado a viver na região o que poderá querer dizer que certas conclusões não serão imunes ao próprio juízo de valor de quem vive na mesma comunidade que estuda. Apesar de termos procurado evitar esta situação e comparar os nossos resultados com os de outras investigações similares, não é garantido que o tenhamos conseguido.

Nesta comunidade existiram, em especial, duas preocupações. Uma foi circunscrever a amostra. Isto porque na comunidade portuguesa de Macau poderiam ter sido também

incluídos os cidadãos com passaporte português. Assim, deixamos claro que dela só fazem parte os portugueses nascidos em Portugal e que efectivamente migraram.

A outra preocupação foi o anonimato dos entrevistados. Entre os elementos da amostra, dado termos utilizado o método bola de neve para angariação dos imigrantes, tal não foi conseguido, já que uns comunicam com os outros. No entanto, o conteúdo de cada entrevista é anónimo e foi feito com total privacidade. Cada um dos entrevistados foi identificado com iniciais que não estão directamente relacionadas com o seu nome e as entrevistas foram gravadas individualmente e com garantia de privacidade.

Pensamos ainda que, na comunidade portuguesa de Macau, devido ao conhecimento que a investigadora possui agora devido ao mais longo período de permanência no território, eventualmente seria possível inserir na amostra mais perfis diferenciados.

Para o futuro, sugerimos alargar este estudo às segundas gerações, o que permitiria perceber melhor o seu nível de integração e a sua relação com o conhecimento das línguas de acolhimento. Um segundo estudo na comunidade nepalesa de Portugal, mais alargado, sendo uma comunidade que continua a crescer, poderia fornecer uma melhor perspectiva sobre esta, o que é do interesse da sociedade portuguesa. Também um segundo estudo na comunidade portuguesa de Macau, dentro de 10 anos, ou seja, 25 anos depois do *handover* e a 25 do final do período em que o Português é língua oficial, seria muito interessante para sabermos o que mudou na comunidade, qual a trajectória dos mesmos imigrantes entrevistados em 2013, qual o seu grau de integração assim como de outros imigrantes portugueses que também seriam entrevistados, o número de portugueses que continuaram a viver na região, o tamanho da comunidade, qual a necessidade de saberem as línguas de acolhimento e a relação com Portugal, com a região e o mundo através dos média.

Outras das orientações é o alargamento do estudo ao âmbito doméstico, que agora beneficiaria da maior familiaridade e confiança com a comunidade, o que permitiria possivelmente um mais fácil acesso, embora tal não seja certo, dado que os imigrantes em causa presam a sua privacidade especialmente por ser uma comunidade pequena. Se tal fosse possível, no que respeita ao uso e domesticação dos média, este tipo de investigação teria a ganhar.

## BIBLIOGRAFIA

ACIDI, A. C., FEINPT, F. E., & PCM, P. d. (17 de Setembro de 2010). *II Plano para a Integração de Imigrantes*. Obtido em 16 de Maio de 2012, de ACIDI: [http://www.acidi.gov.pt/\\_cfn/4d346c9b80687/live/Consulte+a+vers%C3%A3o+do+Plano+2010-2013+em+portugu%C3%AAs](http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Consulte+a+vers%C3%A3o+do+Plano+2010-2013+em+portugu%C3%AAs)

Aguiar, L., & Silveira, P. (2014). Literacia mediática como um dos fatores de inclusão e socialização de crianças imigradas. *Atas do 2.º Congresso "Literacia, Media e Cidadania"* (pp. 505-514). Lisboa: Gabinete para os Meios de Comunicação Social.

Alvord, D. (2011). *Strangers in a globalized world: identity and assimilation among korean and nepalese immigrants*. Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts in the Department of Sociology and Social Work. University of Central Missouri.

Amaro, V. (2014). "We", "They" and the Spaces In-Between: Hybridity in Intercultural Interactions between Portuguese and Chinese Residents in Macau. *Multilingua*.

Anderson, B. (1991). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.

Appadurai, A. (1990). Disjuncture and difference in the global cultural economy. In M. Featherstone, *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity* (pp. 295-310). London: Sage.

Appadurai, A. (1996). *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press.

Baganha, M. I. (2005). Política de imigração: A regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 29-44.

Berry, J. W. (2001). A Psychology of Immigration. *Journal of Social Issues*, 57, pp. 615-631.

Berry, J. W. (2008). Globalisation and Acculturation. *International journal of intercultural relations*, 32, pp. 328-226.

Berry, J. W., & Sam, D. (2006). Contexts of acculturation. In S. & Berry, *Theories, Concepts and Methods* (pp. 27-42).

Blumler, J., Gurevitch, M., & Katz, E. (1985). Reaching out: A future for gratifications research. In K. .. Rosengren, L. Wenner, & P. Palmgreen, *Media gratifications research: Current perspectives* (pp. 255-273). Beverly Hills: Sage.

Bourdieu, P. (1991). *Language & symbolic power*. (J. Thompson, Ed.) Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Branco, I. (Dezembro de 2012). A língua portuguesa e os média na integração de imigrantes nepaleses em Portugal. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2012 : Médios Públicos e Espaço Lusófono*, pp. 133-147.

Branco, I. (Dezembro de 2012). A língua portuguesa e os média nas vivências de imigrantes nepaleses em Portugal. *Comunicando: Os Novos Caminhos da Comunicação*, pp. 66-89.

Burrell, J., & Anderson, K. (Março de 2008). 'I have great desires to look beyond my world': trajectories of information and communication technology use among Ghanaians living abroad. *New Media & Society*, pp. 203-224.

Cádima, R., & Figueiredo, A. (2003). *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Media*. Lisboa: Observatório da Imigração de Portugal e Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo .

Campos, R., & Simões, J. A. (2011). Participação e inclusão digital nas margens: uma abordagem exploratória das práticas culturais de jovens afro-descendentes. O caso do rap negro. (C. d. (CIMJ), Ed.) *Media&Jornalismo*, pp. 117-133.

Carvalho, J. R. (2008). *Do Bidonville ao Arrastão: Média, Minorias e Etnicização*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Chomsky, N. (October de 1997). What Makes Mainstream Media Mainstream. *Z Magazine*.

Christopoulou, N., & Leeuw, S. (2004). *Home is where the heart is: Family relations of migrant children in media clubs in six European countries*. European Commission.

CIES-IUL, I. U. (2014). Resumos da conferência internacional "Emigração portuguesa contemporânea". ISCTE-IUL, Lisboa.

- Conselho de Ministros, P. d. (2014). *Grandes Opções do Plano*.
- Cunha, I. F. (2005). Das Imagens dos Media aos Media: Fragmentos do Espaço Lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2005*.
- Cunha, I. F. (2006). *A televisão das Mulheres: ensaios sobre a recepção*. Quimera Editores, Lda.
- Cunha, I. F. (2008). Uses and Consumptions of Television and Internet by Immigrants in Lisbon/Portugal.
- Cunha, I. F. (2008). Usos e consumos da televisão e da internet por imigrantes. *Comunicação & Cultura*, pp. 81-103.
- Cunha, I. F., & Santos, C. A. (2006). *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*. Observatório da Imigração e ACIME.
- Cunha, I. F., Santos, C. A., Filho, W., & Fortes, I. (2008). *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*. Observatório da Imigração e ACIDI.
- Cunha, I. F., Santos, C. A., Fortes, I., & Castilho, F. (2008). *Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na Imprensa e Televisão: 2008*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Cunha, I. F., Santos, C. A., Silveirinha, M. J., & Peixinho, A. T. (2004). *Media, Imigração e Minorias Étnicas*. Observatório da Imigração e ACIME.
- DR. (14 de Dezembro de 2006). *Lei da Nacionalidade - Lei Orgânica n.º 2/2006, regulamentada através do Decreto-Lei n.º 237-A/2006 de 14 de Dezembro*. Diário da República n.º 239/2006 - I série. Obtido em 16 de Maio de 2012, de [http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/DL237A\\_2006.pdf](http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/DL237A_2006.pdf)
- DR. (15 de Dezembro de 2006). *Prova do conhecimento da língua Portuguesa - Portaria 1403-A/2006, de 15 de Dezembro*. Diário da República n.º 240/2006 - I série. Obtido em 16 de Maio de 2012, de [http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/Portaria\\_15DEZ.pdf](http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/Portaria_15DEZ.pdf)
- DR. (8 de Março de 2007). *Plano para a Integração de Imigrantes - Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/A 2007, de 8 de Março*. Diário da República, n.º 85/2007 - I série. Obtido em 16 de Maio de 2012, de <http://www.gep.msss.gov.pt/planeamento/pimigrantes.pdf>

DR, D. d. (14 de Dezembro de 2006). *Lei da Nacionalidade - Lei Orgânica n.º 2/2006, regulamentada através do Decreto-Lei n.º 237-A/2006 de 14 de Dezembro*. Obtido em 16 de Maio de 2012, de [http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/DL237A\\_2006.pdf](http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/DL237A_2006.pdf)

DR, D. d. (15 de Dezembro de 2006). *Prova do conhecimento da língua Portuguesa - Portaria 1403-A/2006, de 15 de Dezembro*. Obtido em 16 de Maio de 2012, de [http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/Portaria\\_15DEZ.pdf](http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/Portaria_15DEZ.pdf)

DR, D. d. (8 de Março de 2007). *Plano para a Integração de Imigrantes - Resolução do Conselho de Ministros nº63/A 2007, de 8 de Março*. Obtido em 16 de Maio de 2012, de <http://www.gep.msss.gov.pt/planeamento/pimigrantes.pdf>

DSEC Macau, D. d. (2012). *Resultados dos Censos 2011*. Macau: DSEC.

Edwards, J. (2009). *Language and Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

Elias, N. (January de 2011). Between Russianness, Jewishness, and Israeliness: Identity Patterns and Media Uses of the FSU Immigrants in Israel. *Journal of Jewish Identities*.

Elias, N., & Lemish, D. (2006). Between three cultures: media in the lives of immigrant children in Israel and Germany. *Paper submetido na Instructional and Development Division da conferência anual da International Communication Association*. Dresden.

Elias, N., & Lemish, D. (2008). Media uses in immigrant families: torn between "inward" and "outward" paths of integration. *International Communication Gazette*, 70, pp. 23-42.

Elias, N., & Lemish, D. (2008). Media uses in immigrant families: torn between "inward" and "outward" paths of integration. *International Communication Gazette*, 70, pp. 23-42.

Elias, N., & Lemish, D. (2010). Media, migration experience and adolescence. *Television*.

Elias, N., & Lemish, D. (14 de March de 2011). Between three worlds: host, homeland and global media in the lives of russian immigrant families in Israel and Germany. *Journal of Family Issues*.

Elliott, P. (1974). Uses and gratifications research: a critique and a sociological alternative. In G. Blumler, & E. Katz, *The uses of mass communications: Current perspectives on gratifications research*. Beverly Hills, California: Sage.

Faustino, H. C., Peixoto, J., & Baptista, P. (2009). *As características da imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).

GCS Macau, G. d. (2013). *Macau 2013 - Livro do Ano*. Macau: Gabinete de Comunicação Social do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

Georgiou, M. (2005). Diasporic Media Across Europe: Multicultural Societies and the Universalism–Particularism Continuum. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, pp. 481-498.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O Inquérito - teoria e prática* (2ª ed.). Oeiras: Celta Editores.

Giddens, A. (2007). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gillespie, M. (1995). *Television, Ethnicity and Cultural Change*. London: Routledge.

Giuseppe, R. (2009). *The role of media in cultural and social identities construction. The case of Kosovar immigrants in Switzerland*. Swiss National Science Foundation.

Gordon, M. (1964). *Assimilation in American Life*. New York: Oxford University Press.

Grosso, M. J. (2007). *Língua não materna. Uma problemática conceptual*. Almada: Proformar.

Grosso, M. J., Tavares, A., & Tavares, M. (2008). *O Português para Falantes de Outras Línguas. O utilizador elementar no país de acolhimento*. Lisboa: Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Hall, S. (1993). Culture, Community, Nation. *Cultural Studies*, pp. 349-363.

Hall, S. (2003). *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage Publications Ltd.

IFJ, F. I. (2013). *Back to a maoist future, press freedom in China 2013*. Bruxelas e Redfern (Austrália): Federação Internacional de Jornalistas.

- Jacoby, R. (1994). The Myth of Multiculturalism. *New Left Review*, 208, pp. 121-126.
- Jorge, A., Brites, M. J., & Francisco, K. (2011). Contactar, entreter, informar: um retrato da inclusão digital de jovens e seus familiares em Portugal. *Observatorio (OBS\*) Journal*, pp. 101-131.
- Katz, E., & Blumler, J. G. (1974). *The uses of mass communication*. Newbury Park.
- Katz, E., Blumler, J. G., & Gurevitch, M. (Inverno de 1974). Uses and Gratifications Research. *The Public Opinion Quarterly*, 37, pp. 509-523.
- Katz, V. (Julho de 2010). How Children of Immigrants Use Media to Connect Their Families to the Community. *Journal of Children and Media*.
- Leiria, I. (1999). *Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino*. Lisboa: 1º Congresso do Português Língua Não Materna. Forum Telecom-Picoas.
- Livingstone, S. (1997). The work of Elihu Katz: conceptualizing media effects in context. *International media research: a critical survey*, pp. 18-47.
- Livingstone, S. (2002). *Young people and new media: childhood and the changing media environment*. London: Sage.
- Maalouf, A. (1998). *As Identidades Assassinas*. Lisboa: Difel.
- Maalouf, A. (2008). *Um desafio salutar. Como a multiplicidade de línguas poderia consolidar a Europa*. Bruxelas: Comissão Europeia. .
- Mapril, J. (2009). O lugar do sacrifício: qurbani e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa. *Análise Social, XLIV (1.º)*, pp. 71-103.
- Marcos, M. L. (2007). *Princípio da Relação e Paradigma Comunicacional*. Lisboa: Edições Colibri.
- Matsaganis, M. D. (2011). *Understanding ethnic media: Producers, consumers, and societies*. Los Angeles: Sage.
- Mendes, C. (2013). Macau 500 Anos Depois: A Plataforma da China para o Mundo Lusófono. *Revista Oriente*, 22, pp. 44-59.
- Nath, L. (2006). Migration, insecurity and identity: The Nepali dairymen in India's Northeast. *Asian Ethnicity*, 7, pp. 129-148.

Nath, L. (2009). A little of Nepal: Nepali diaspora in the US in an age of globalization. *Bodhi: An Interdisciplinary Journal*, 3, pp. 106-119.

Nath, L. (2010). The Strength of Weak Ties: Role of Networks in Nepali Migration to South and Southeast Asia 1900-2000. *Bodhi: An Interdisciplinary Journal*, 4, pp. 18-47.

Noronha, S., & Papoutsaki, E. (2014). The migrant and the media: Maintaining cultural identity through ethnic media. (E. Unitec, Ed.) *Communication issues in Aotearoa New Zealand: A collection of research essays*, pp. 17-37.

NRN, N. R. (2011). *Non Resident Nepalese Association, Portugal*. Obtido em 18 de Setembro de 2011, de <http://www.nrn.org.np/nrna/nccportugal.php>

OCDE. (2011). *Recent changes in migration movements and policies (country notes) - Portugal*. Obtido em 25 de Maio de 2012, de OCDE: <http://www.oecd.org/dataoecd/45/9/48356457.pdf>

OI. (2012). *Observatório da Imigração*. Obtido em 4 de Agosto de Observatório da Imigração, de <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=111>

OIM. (2011). *IOM Facts and Figures*. Obtido em 25 de Maio de 2012, de OIM: <http://www.iom.int/jahia/Jahia/about-migration/facts-and-figures/lang/en>

OIM. (2014). *OIM Facts and Figures*. Obtido em 25 de Junho de 2014, de OIM: <http://www.iom.int/jahia/Jahia/about-migration/facts-and-figures/lang/en>

OIM, O. I. (Abril de 2011). *Nepal: Facts and Figures*. Obtido em 16 de Setembro de 2011, de <http://www.iom.int/jahia/Jahia/nepal>

Oliveira, A. L., & Ançã, M. H. (2006). From first languages to Portuguese as a “shelter” language: the discourses of two Eastern European students. *LMS/FIPLV World Congress 2006*. Gothenburg, Sweden: Chalmers Convention Centre, 15th - 17th June.

Pareck, B. (1997). National Culture and Multiculturalism. In K. Thompson, *Media and Cultural Regulation*. Sage Publications.

Pareck, B. (2000). *Rethinking Multiculturalism: Cultural Diversity and Political Theory*. Londres: Macmillan Press.

Park, R. (1950). *Race and Culture*. New York: Free Press.

Pinto, I. M. (2011). *A Comunidade Macaense em Portugal*. Almedina e Instituto Cultural do Governo da RAEM.

Pires, R. P., Machado, F. L., Peixoto, J., & Vaz, M. J. (2010). *Portugal: Atlas das Migrações Mundiais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República e Edições tinta-da-china, Lda.

Portes, A., & Fernández-Kelly, P. (30 de Novembro de 2007). Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. *Publicação simultânea: Tempo Social, revista de sociologia da Universidade de São Paulo e Journal of Ethnic and Migration Studies - JEMS*, 20, pp. 13-50.

Portes, A., & Zhou, M. (1992). Gaining the upper hand: economic mobility among immigrant and domestic minorities. *Ethnic and Racial Studies*, 15, pp. 491-522.

QECR, C. d. (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação (sigla: QECR)*. Porto: Edições Asa.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rantanen, T. (2005). *The media and globalization*. London: Sage.

Reece, D., & Palmgreen, P. (2000). Coming to America: need for acculturation and media use motives among indian sojourners in the US. *International Journal of Intercultural Relations*, 24, pp. 807-824.

Richeri, G. (2009). *The role of media in cultural and social identities construction. The case of Kosovar immigrants in Switzerland*. Swiss National Science Foundation.

Rodrigues, A. L. (2008). *Aosa Olhos do Mundo: Portugal e os portugueses retratados por correspondentes estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte - CIMJ.

Rosales, M. V., Jesus, V. C., & Parra, S. (2009). *Crescer fora de água? Expressividades, posicionamentos e negociações identitárias de jovens de origem africana na região metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).

Ruggiero, T. E. (2000). Uses and Gratifications Theory in the 21st Century. *Mass Communication and Society*, 3:1, pp. 3-37.

Salim, I. C. (2008). *Os Meios de Comunicação Étnicos em Portugal*. Observatório da Imigração e ACIDI.

SEF. (2010). *Relatório sobre Imigração Fronteiras e Asilo 2009*. Obtido em 25 de Maio de 2012, de SEF: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2009.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2009.pdf)

SEF. (2012). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, 2011*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

SEF. (2014). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, 2013*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

SEF, S. d. (2009). *Relatório sobre Imigração Fronteiras e Asilo 2008*. Obtido em 25 de Maio de 2012, de SEF: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2008.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2008.pdf)

SEFSTAT, P. d. (2010). *População Estrangeira Residente em Território Nacional, por país de origem, em 2010*. Obtido em 25 de Setembro de 2011, de [http://sefstat.sef.pt/Docs/Distritos\\_2010.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Distritos_2010.pdf)

SEFSTAT, P. d. (2012). *População Estrangeira Residente em Território Nacional, por distrito e por nacionalidade, em 2011*. Obtido em 5 de Julho de 2012, de <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>

SEFSTAT, P. d. (2014). *População Estrangeira Residente em Território Nacional, por distrito e por nacionalidade, em 2013*. Lisboa: SEF.

SIL, S. I. (Abril de 2012). *Ethnologue*. Obtido em 16 de Maio de 2012, de [http://www.ethnologue.com/show\\_language.asp?code=nep](http://www.ethnologue.com/show_language.asp?code=nep)

Silverstone, R., & Georgiou, M. (2005). Editorial Introduction: Media and Minorities in Multicultural Europe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, pp. 433-441.

Simmel, G. (1983). O estrangeiro. In E. (org.), *Simmel* (pp. 182-188). São Paulo: Ática.

Subba, T. (2008). Living the nepali diaspora in India: an autobiographical essay. *Zeitschrift für Ethnologie*, 133, pp. 213-232.

Taylor, C. (1997). *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola.

Tsatsou, P., Stafford, I., Higgs, G., Fry, R., & Berry, R. (2011). *ICT use and connectivity of minority communities in Wales - Final Report*. United Kingdom: The Connected Communities Project - Arts and Humanities Research Council.

Valdigem, C. (2006). Usos dos media e identidade: brasileiras num Salão de Beleza. *Media & Jornalismo*, 8, pp. 55-78.

Wood, N., & King, R. (2001). "Media and Migration. An overview", in Wood, Nancy e King, Russell (orgs.) "Media and Migration. Constructions of mobility and difference". London: Routledge.

Young, J. (1999). *The exclusive society*. London: Sage.

Zhou, M. (1997). Segmented Assimilation: Issues, Controversies, and Recent Research on the New Second Generation. *International Migration Review*, 31, pp. 0975-1008.